

Volume 17, n. 1

Veredas da História



DE



ISSN 1982-4238

Veredas da História, [online], v. 17, n.1, jul., 2024, ISSN: 1982-4238

EDITORES

Bruno Gonçalves Alvaro, UFS
Carlos Leonardo Kelmer Mathias, UFRRJ
Daniele Gallindo G. Silva, UFPel
Leandro Duarte Rust, UFMT
Marcelo Pereira Lima, UFBA
Paulo J. Debom Garcia, (UCL)
Priscila Henriques Lima, UERJ
Thiago de Almeida Lourenço Cardoso Pires (UCL)

APOIO TÉCNICO E EDITORAÇÃO

Beatriz Galvão Abrantes, UFBA
Cassiano Celestino de Jesus
Joseane Pereira de Souza
Lucas Vieira de Melo Santos, UFBA
Thasio Sobral

CONSELHO EDITORIAL

Adriana Vidotte, UFG
Bruno Gonçalves Alvaro, UFS
Carlos Leonardo Kelmer Mathias, UFRRJ
Daniele Gallindo G. Silva, UFPel
Marcelo Pereira Lima, UFBA
Leandro Duarte Rust, UFMT
Leandro Couto Carreira Ricon, PPGHC/UF RJ
Priscila Henriques Lima, UERJ
Paulo J. Debom Garcia, Universidade Cândido
Mendes
Vanderlei Vazelesk Ribeiro

CONSELHO CONSULTIVO

Adriana Vidotte, UFG
Alexandre Galvão Carvalho (UESB)
Alessander Mário Kerber, UFRRGS
Alexandre Vieira Ribeiro, UFF
André Pereira Botelho, UFRJ
Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva, UFRJ
Antonio Carlos Jucá de Sampaio, UFRJ
António Manuel Hespanha, Universidade de Lisboa
Beatriz Helena Domingues, UFJF
Cândido Moreira Rodrigues, UFMT
Célia Maia Borges, UFJF
Cláudio Batalha, Unicamp
Danilo Zioni Ferretti, UFSJ
Daniel Santiago Chaves, PPGHG-UFRJ
Janaina Christina Perrayon Lopes, UCP
Jesús Àngel Solórzano Telechea (Universidad de Cantabria)
João Fragoso, UFRJ
João Klug, UFSC
Jorge Eremites de Oliveira, UFGD
Karl Schurster V. S. Leão, PPGHC-UFRJ
Leandro Couto Carreira Ricon, PPGHC/UF RJ
Leila Rodrigues da Silva, PPGHC-UFRJ
Lia de Aquino Carvalho, UCP
Lia Zanotta Machado, UnB
Marcos Sorriha Pinheiro, UNESP
Maria Cristina Correia Leandro Pereira, USP
Maria Filomena Pinto da Costa Coelho, UnB
Mário Jorge da Motta Bastos, UFF
Rafael Pinheiro de Araújo, PPGHC-UFRJ
Regina Maria da Cunha Bustamante, PPGHC-LHIA-UFRJ
Vanderlei Vazelesk Ribeiro, UNIRIO
Valdei Lopes de Araújo, UFOP

CONTATO PRINCIPAL

Marcelo Pereira Lima (UFBA)
Paulo Debom (UCL)
Priscila Henriques Lima (UERJ)
Thiago de Almeida Lourenço Cardoso Pires (UCL)
E-mail: seer.veredasdahistoria@gmail.com

CAPA

Capa elaborada por Marcelo Pereira Lima (UFBA) a partir da fotografia disponível em <Graffiti in Aldeia Maracanã, Rio de Janeiro.jpg>.

CONTATO PARA SUPORTE TÉCNICO

Luis Borges, UFBA
E-mail: luisborges.ti@gmail.com

SUMÁRIO

EDITORIAL

1 MARCELO PEREIRA LIMA

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ

- 4 **TERRITORIALIDADES, MEMÓRIAS E IDENTIDADES**
FÁBIO DE BRITO REZENDE (UNIFESP)
THIAGO DE ALMEIDA LOURENÇO CARDOSO PIRES (UCL)
- 6 **REGIÃO E FRONTEIRA: UM DIÁLOGO
INTERCALADO COM A CULTURA INDÍGENA NAMBIQUARA**
FRANCISCO CLÉBIO PINHEIRO (UPF)
- 28 **AS AÇÕES DO CAPITÃO
DOMINGOS ALVES BRANCO MUNIZ BARRETO E O PROJETO DE “CIVILIZAÇÃO DOS ÍNDIOS”:
TENSÕES, NEGOCIAÇÕES E INTERAÇÕES SOCIAIS**
RAMON QUEIROZ SOUZA (PPGH/UFMS)
- 51 **OCTAVIANO HUDSON, “O HOMEM DO POVO, POETA DOS
OPERÁRIOS”: O SILENCIAMENTO E O RESGATE DA COR**
ISABELLA DE SOUZA TAVARES (PUC-RIO)
- 82 **“A SUCURSAL DA FAVELLA”: PRODUÇÃO DO ESPAÇO
CRIMINALIZADO SUBURBANO NA ESTAÇÃO D. CLARA (1900-1910)**
FÁBIO DE BRITO REZENDE (UNIFESP)
- 108 **O MORGADO DE MARAPICU E A ADMINISTRAÇÃO DE
INÁCIO DE ANDRADE SOUTO MAIOR RONDON**
RUBENS DA MOTA MACHADO (IFMG)
- 139 **QUAIS MEMÓRIAS DEVEM SER PRESERVADAS?
GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO NORTE FLUMINENSE**
JÚLIA ERMINIA RISCADO (UENF)
- 159 **EL ASOCIACIONISMO EN LA COMUNIDAD
ANGLOCARIBEÑA COMO FORMA DE DEFENSA DEL PATRIMONIO
ANGLOANTILLANO EN LA CIUDAD DE GUANTÁNAMO EN LA PRIMERA PARTE
DEL SIGLO XX**
LISANDRO RENÉ DUVERGEL SMITH (UFSC)
- 199 **MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E CULTURA MATERIAL:
ASPECTOS DO GRUPO SOCIAL DOS VETERANOS DE GUERRA EM
DESAPARECIMENTO NA CIDADE DE BELÉM DO PARÁ**
LUCAS CARNEVALE MACHADO (UFPA)
- 224 **AS RESSONÂNCIAS DE UM MUSEU DE MEMÓRIA NO
TRIPADVISOR: O CASO DO MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO**
CAROLINA GOMES NOGUEIRA (UFPEL)

EDITORIAL

MARCELO PEREIRA LIMA
Universidade Federal da Bahia

A nova edição da Revista Veredas da História, intitulada *Territorialidades, memórias e identidades*, foi organizada pelos professores Fábio de Brito Rezende, doutorando pela Universidade Federal de São Paulo, e Thiago de Almeida Lourenço Cardoso Pires, vinculado ao Centro Universitário Celso Lisboa. Esse número reúne (9) nove artigos relacionados às temáticas do dossiê, reunindo perspectivas distintas. A revista mantém a dinâmica de acolher contribuições locais, regionais e nacionais de numerosas regiões do Brasil, embora, nesta versão, tenha predominado artigos do sul, sudeste e norte.

Portanto, há contribuições de membros da Universidade de Passo Fundo (UPF), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO), da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Universidade Federal de Pelotas (UFPel).

Espero que a diversidade de abordagens temáticas, teóricas e metodológicas seja de grande valia para os(as) interessados(as) nas investigações desse dossiê. Desejo boa leitura!

TERRITORIALIDADES, MEMÓRIAS E IDENTIDADES

FÁBIO DE BRITO REZENDE
Universidade Federal de São Paulo

THIAGO DE ALMEIDA LOURENÇO CARDOSO PIRES
Centro Universitário Celso Lisboa

No início do século XX, João do Rio, um popular cronista carioca, em um dos seus textos sobre a cidade, fez a instigante afirmação de que as ruas possuem alma. Entre ruas honestas, ambíguas, nobres, sinistras, trágicas e, até mesmo, covardes, o autor aproximou os movimentos de gênese e morte das ruas à experiência humana (“A rua nasce, como o homem, do soluço, do espasmo”¹). Tal intimidade também reside no fato de que são de mãos humanas que nascem estes espaços (“Há suor humano na argamassa de seu calçamento. Cada casa que se ergue é feita do esforço exaustivo de muitos seres”²).

As ruas seriam, então, marcas, registros, produtos e testemunhos dos capítulos da experiência humana: da cooperação ao conflito, da solidariedade à ganância, do amor ao ódio e de todas as demais contradições que enriquecem os campos de estudo das Ciências Humanas. Nessa perspectiva, as ruas são como microcosmos e pontos de partida analíticos de processos sociais maiores e mais complexos: da construção de territorialidades (dos lugares afetivos aos territórios em disputa) e de manutenção e reafirmação de identidades (como a tradicional *Marcha das Mulheres Negras*); assim como resguardam nos

¹ Trecho retirado da crônica *A Rua*, do livro *A alma encantadora das ruas*, organizado por Raul Antelo (2021, p. 30).

² Idem.

prédios, fachadas, placas e corpos que nelas circulam uma miríade de memórias familiares, regionais, étnicas e nacionais.

Por essas razões, introduzimos o dossiê *Territorialidades, memórias e identidades* com uma breve discussão sobre o autoproclamado *flâneur* João do Rio. O autor versou de forma eloquente, há mais de um século atrás, sobre os temas centrais para os artigos presentes nesta edição da Revista Veredas da História: sobre como as pessoas moldam os espaços e lugares habitados e como esses mesmos espaços moldam cotidianamente os indivíduos. Organizado pelos historiadores Thiago de Almeida Lourenço Cardoso Pires (Centro Universitário Celso Lisboa) e Fábio de Brito Rezende (Universidade Federal de São Paulo), o dossiê é composto por nove artigos produzidos por pesquisadores e pesquisadoras nacionais e estrangeiros, vinculados a instituições brasileiras públicas e privadas.

Acreditamos que a diversidade de temas dos artigos – entre discussões sobre memória e patrimônio, produção de mecanismos de sociabilidade, criação de territorialidades e identidades em conflito – evidenciam a riqueza teórica e práticas das pesquisas brasileiras e contribuem para o enriquecimento dos debates propostos.

REGIÃO E FRONTEIRA: UM DIÁLOGO INTERCALADO COM A CULTURA INDÍGENA NAMBIQUARA

REGION AND FRONTIER: AN INTERWOVEN DIALOGUE WITH NAMBIQUARA INDIGENOUS CULTURE

FRANCISCO CLÉBIO PINHEIRO¹
Universidade de Passo Fundo

Resumo: Este trabalho surge a partir do contexto de estudo referente à cultura indígena Nambiquara. Sendo assim, objetiva-se dialogar sobre os principais conceitos que delineiam as regiões e fronteiras dos grupos Halotesu, Sawentesu e Negarotê, procurando englobar na temática a perspectiva dos povos originários indígenas. A abordagem metodológica se fundamenta em pesquisa bibliográfica dos seguintes autores: Albuquerque Júnior (2008); Costa (2000 e 2008); Lévi-Strauss (1988) e Santos e Meneses (2009). Os resultados obtidos permitem

Abstract: This work arises from the context of a study on the Nambiquara indigenous culture. Therefore, the objective is to discuss the main concepts that delineate the regions and borders of the Halotesu, Sawentesu, and Negarotê groups, seeking to encompass the perspective of indigenous peoples. The methodological approach is based on bibliographic research of the following authors: Albuquerque Júnior (2008); Costa (2000 and 2008); Lévi-Strauss (1988) and Santos and Meneses (2009). The results obtained allow us to observe that the sense of region and border for indigenous peoples is quite

¹ Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo sob a orientação da Profa. Jacqueline Ahlert, e com a concessão de bolsa da FUPF. Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2014). Licenciado em História pelo Centro Universitário Claretiano (2016). Licenciado em Filosofia pela Faculdade Católica de Rondônia (2011). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9232722519341039>. E-mail: franciscoclebio@gmail.com.

observar que o sentido de região e fronteira para os povos originários é bastante complexa, pois o modo de vida e de pensamento destes grupos englobam o mundo mítico-religioso. Por fim, procuramos fazer uma revisão bibliográfica inspirada a partir da cultura desses povos originários tendo como base a diversidade de saberes e conhecimentos.

Palavras-chave: Região e fronteira; Nambiquara; povos Halotesu, Sawentesu e Negarotê

complex, as the way of life and thinking of these groups encompasses the mythical-religious world. Finally, we aim to conduct a literature review inspired by the culture of these indigenous peoples, based on the diversity of knowledge and wisdom.

Keywords: Region and border; Nambikwara; Halotesu, Sawentesu and Negarotê peoples.

O presente trabalho discute elementos relacionados às concepções de região e fronteira englobando a realidade e visão dos indígenas Nambiquara, tendo como base os povos Halotesu, Sawentesu e Negarotê, residentes no município de Comodoro/MT. A delimitação e compreensão da espacialidade é fundamental neste trabalho, pois aborda elementos da realidade que diferem do pensamento científico eurocêntrico pelo fato de incluir aspectos históricos e míticos.

Primeiramente, vale salientar que a proposta de discutir a temática na visão dos povos indígenas selecionados engloba a forma de ver o mundo, tendo como base a realidade dos acontecimentos que integram o modo de vida à visão mitológica. Neste sentido, os indígenas elaboram argumentos para fundamentar estas concepções e apresentam-nos como se de fato fossem reais e, assim, notamos que as fronteiras demarcadoras deste campo ultrapassam os limites físicos.

Neste estudo é importante destacar que faz-se necessário olhar e pensar a realidade tendo como critério a multiplicidade ou a pluralidade de conhecimentos, que conforme o argumento propostos por Santos e Meneses, possuem: “[...] como premissa a ideia da diversidade epistemológica do mundo, o reconhecimento da existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico” (Santos, 2009).

p. 45). Portanto, neste trabalho procuramos reconhecer e considerar esta diversidade epistemológica presente na cultura dos povos originários, com suas formas de pensar e viver no mundo a partir de suas tradições.

Tendo presente estas considerações, a centralidade do diálogo se volta para os conceitos de região e fronteira que permitem compreender a localização geográfica e cultural desta temática de estudo. Partimos do sentido etimológico de região apontado por Albuquerque Júnior:

[...] A noção de região, por exemplo, tem origem militar, vem do latim *regione*, e nomeava originalmente uma área sob o comando, que vem da palavra latina *regere*, de uma dada força militar, de uma dada legião romana, de um regimento. Ela se confunde, muitas vezes, com a noção de província, que vem do latim *vincere*, ou seja, território vencido ou habitado por povos vencidos, submetidos ao domínio romano. Mais tarde, nos finais da Idade Média, com a progressiva centralização do poder, região passa a ser o território, a área sob o domínio do rei, do latim *regio*, aquele que rege, que comanda, que governa. A palavra região remete, pois, a comando, a domínio, a poder. A região é um espaço sob um dado comando, sob um dado domínio, um espaço regido por alguém, governado por alguma força, a demarcação de um espaço sob controle, um espaço em que se exerce uma soberania, em que se estabelece uma dominação após uma vitória sobre um oponente: a região é espaço de luta, é fruto de uma conquista, fronteiras nascidas da implantação de um governo, de uma dominação. A região é fruto de operações estratégicas, políticas, administrativas, fiscais e militares. As regiões nascem, na antiguidade, à sombra dos exércitos (Albuquerque Júnior, 2008, p. 57).

Portanto, o conceito etimológico de região está interligado à dominação territorial, ocorrida principalmente por força militar, o que pressupõe, de um lado, o poder dominante e, do outro, a situação dos que são vencidos e dominados. Este espaço, governado por força maior, tem seus limites no controle de quem determina as normas a serem seguidas. Assim, interpretando a partir desta pesquisa, os limites físicos em sua

totalidade, bem como muitos elementos culturais indígenas foram determinados por imposição do Estado.

Essa visão nos permite pensar na organização do Brasil antes e depois da colonização portuguesa, pois, apesar de não constar registros escritos no período que antecede a este processo, sabemos por fontes históricas atuais que existiam formas de vida e organização social de acordo com o estilo de vida de cada povo, como salienta Baniwa: “[...] povos indígenas são aqueles descendentes de povos que habitavam o continente americano muito antes da conquista europeia e que continuam vivendo segundo suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais, religiosas e políticas” (Baniwa, 2019. p. 197-198).

Os indígenas habitam o continente há mais de doze mil anos, com seus deuses, organizações de poder, ou seja, diferentes cosmovisões. Nota-se, por conseguinte, constante sacralidade desses povos com a espacialidade. Essas ideias foram apresentadas por Tau Golin, na Live da Aula Inaugural do Mestrado FCR/UPF (Golin, 2022).

Os critérios para se definir região podem ser diferenciados e suas determinações ocorrem em grande parte por imposição, como afirma Bourdieu:

[...] as ‘regiões’ delimitadas em função dos diferentes critérios concebíveis (língua, habitat, amanho da terra [...] a realidade, neste caso, é social de parte a parte e as classificações mais ‘naturais’ apoiam-se em características que nada têm de natural e que são, em grande parte, produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior da relação de forças no campo de lutas pela delimitação legítima. A fronteira, esse produto de um acto jurídico de delimitação, produz diferença cultural do mesmo modo que é produto desta: basta pensar na ação do sistema escolar em matéria de língua para ver que a vontade política pode desfazer o que a história tinha feito (Bourdieu, 1989, p. 115).

Sendo assim, as delimitações de regiões e fronteiras passam por um processo de elaboração e contam, principalmente, com as lutas de interesses e a imposição de formas simbólicas e materiais, sobretudo por parte do Estado, que detém os meios de

controle e dominação e determina oficialmente os espaços geográficos, bem como os sistemas de organização política, econômica e social desses locais.

Neste trabalho, a região refere-se à dimensão física e cultural, pois além da questão geográfica é importante observar elementos que são característicos do modo de vida dos povos indígenas. Segundo Heredia (tradução nossa): “As regiões também podem ser concebidas como espaços culturais, e talvez esta seja uma das interpretações mais profundas do espaço regional.”²

Nota-se no campo de estudo pesquisado que a intensa colonização trouxe mudanças nas delimitações regionais e fronteiras dos povos indígenas, os quais são obrigados a saírem do *habitat* natural para viverem conforme os interesses dos colonizadores. Após as demarcações territoriais, os povos originários que viviam nas florestas e tinham forma própria de vida foram obrigados a se adaptarem às imposições territoriais demarcadas pelo Estado.

Para sustentar esse argumento, Ramose afirma que:

[...] Sustentando o direito aos novos territórios recém-adquiridos a partir do muito questionável ‘direito de conquista’, a colonização aboliu a maior parte das fronteiras existentes fora da Europa. A colonização, neste sentido, não apenas ameaçou, mas extinguiu, de facto, a soberania das populações indígenas conquistadas (Heredia, 2007, p. 201).³

Deste modo, a colonização imposta trouxe sérias consequências para as organizações existentes dos povos originários, pois modificou completamente as regiões habitadas por estes grupos, bem como exterminou inúmeras populações tradicionais, a exemplo do que ocorreu com os povos Nambikwara, que conforme explica Costa:

² “Las regiones pueden ser concebidas también como espacios culturales, y quizá sea ésta una de las más profundas interpretaciones del espacio regional”. (Heredia, 2007, p. 201)

³

[...] passaram a ter a obrigação de viver numa territorialidade definida por critérios alheios ao seu universo referencial. Completamente apartados desse processo de reterritorialização, permanecem por algum tempo em aldeias localizadas além das linhas limítrofes estabelecidas pelo órgão indigenista oficial, até que fossem notificados do que havia ocorrido e, então, transferirem-se para a Reserva Nambikwara, hoje Terra Indígena Nambikwara. Entretanto, comumente, ainda saem em expedição às suas antigas aldeias, em meio aos pastos e à plantação de soja, a fim de visitar os cemitérios onde estão sepultados seus ancestrais. Suas crenças mítico-religiosas extrapolam os limites espaciais impostos pela demarcação oficial, quando determinam as linhas culturais do território Nambiquara, com uma linha que não se deixa ver (Costa, 2008, p. 20-21).

Essa citação nos permite dialogar sobre a complexidade de região e fronteira para os indígenas, pois esses grupos mantêm ligação com o território de origem e os antepassados. As suas crenças transcendem a espacialidade imposta pelos colonizadores que, interessados em explorar as terras indígenas, não levaram em consideração aspectos culturais da vivência desses povos e os locais sagrados onde estavam enterrados os seus mortos.

Os limites que demarcam este estudo fazem parte da territorialidade Chapada dos Parecis, a qual comporta a terra indígena Nambikwara ou Nambiquara do Cerrado.⁴ A demarcação territorial desta região leva em consideração diferentes rios e engloba as seguintes áreas, conforme apresenta Costa:

As terras dos grupos Nambiquara do Cerrado são circundadas pela união de três linhas demarcatórias: a rodovia Marechal Rondon (BR-364, antiga BR-0295), a linha seca, e os rios Juína, *Sisũnjausu* (Água Fria), e Doze de Outubro, *Walukatuyausu* (Rio da Paca) que, unidos ao Juruena, *Sakaiyausu* (rio do Cará) e Camararé, *Waihalxiyausu* (rio da Taquara de flecha), respectivamente, delimitam a fronteira oficial a que estão circunscritos, quando os limites da Reserva Nambikwara foram retificados. O rio Juína, um dos tributários da Bacia Amazônica,

⁴ A terminologia Chapada dos Parecis nesta pesquisa tem o mesmo sentido de Nambiquara do Cerrado.

rola suas águas profundas e esverdeadas em trechos serenos, corredeiras fortes e encachoeirados até se encontrar com as do Juruena, que engrossadas com as do Camararé e outros afluentes contribuem para a formação do Tapajós (Costa, 2008, p. 21-22).

Essa área é habitada por diferentes povos Nambiquara. Diante da abrangência do campo pesquisado, procuramos delimitá-lo às regiões dos povos Halotesu e Sawentesu e Negarotê, no município de Comodoro/MT. Sendo assim, a seleção desses três povos se deve à facilidade do contato e convivência do pesquisador com integrantes desses grupos.

A seguir, faremos uma síntese da localização do nosso objeto de estudo, apresentando uma contextualização da cidade de Comodoro/MT. No que se refere à origem do município, afirma Vieira:

A região que deu origem a Comodoro era habitada inicialmente pelo povo indígena Nambikwára, que ainda hoje tem grupos na localidade vivendo tanto na cidade, como em reservas federais delimitadas por força de Leis Federais. O povo indígena Enáwené-nawe, também conhecido pelos “homens brancos” como Salumã, residiam em parte do território que atualmente compõe o município de Comodoro e hoje, estas duas etnias somadas aos indígenas do Vale do Guaporé, ocupam cerca de 61% do território do município (Vieira, 2021. p. 55).

Portanto, a escolha dos Nambiquara para esta pesquisa se deve ao fato de estarem na base do povoamento da região. No contexto atual, esses povos originários habitam grande parte do território comodorense, seja morando em aldeias demarcadas pelo Estado, seja residindo na própria cidade. Eles também conservam diferentes tradições culturais, bem como procuram se adaptar às novas realidades que surgem principalmente do mundo tecnológico.

Segundo Costa (Costa, 2019), a criação do município foi regulamentada pela Lei nº 5.000, de autoria do Deputado Estadual Antônio Francisco Monteiro, em 13 de maio de 1986. A mesma autora também faz referência ao fato que marcou o começo da colonização, que foi a criação das linhas telegráficas

coordenadas por Marechal Rondon, o que fez impulsionar a expansão das cidades situadas nas proximidades da BR 364, com o objetivo de interligar o Amazonas às demais localidades do Brasil. Por conseguinte, o caminho aberto por Marechal Rondon propiciou a habitação de grupos não indígenas.

Ainda sobre o município, consta nas informações encontradas no IBGE que:

Sendo um Município de grandes dimensões, Comodoro era habitada por uma antiga aldeia dos índios Nambikwára, as terras do atual Município, assim foram desbravadas pela comissão de Rondon e iniciou o povoamento graças aos incentivos fiscais, empréstimos e programas do Governo Federal. Em 1983, José Carlos Piovezan, dono de extensa área de terras na região, organizou uma empresa imobiliária com fins de loteamento. Surgiu então Comodoro, que, em 1985, foi elevado a Distrito. Em 1986, foi criado o Município, desmembrando-se de Vila Bela da Santíssima Trindade (IBGE, 2017).

Nota-se, portanto, que o início do contato entre indígenas e não indígenas ocorreu a partir da comissão de Marechal Rondon. Posteriormente, ao longo do processo de colonização, várias famílias começaram a chegar para habitar a região, e isso causou profundas mudanças na organização regional dos povos nativos.

O município de Comodoro está situado na BR-364, um ponto de passagem para quem segue em direção a Rondônia, Amazonas ou Acre. Além disso, evidenciamos a vasta região territorial dos Nambiquara, que abrange 61% da área de Comodoro e se estende a vários outros municípios. Sendo assim, a cidade está localizada em um ponto estratégico e é fruto das políticas do Governo Federal, conforme afirma Vieira:

Comodoro é um “produto” dessas políticas desenvolvimentistas daquela época. É, pois, um município localizado na divisa entre os estados de Mato Grosso e Rondônia e às margens da BR-364/174, este era o local de passagem dos migrantes que se deslocavam das regiões Sul e Sudeste do Brasil para as regiões Centro Oeste e Norte do país entre as décadas de 1970 e 1980. Nesse período, a localidade começa a ganhar autonomia com a

constituição de distritos oficializados pelos decretos-lei. Novo Oeste, Nova Alvorada, Padronal e Comodoro são alguns dos distritos que se formaram durante este período, culminando com a consolidação do município de Comodoro em 1986 (Vieira, 2021. p. 66).

Apesar do invasivo povoamento de não indígenas na localidade, ultrapassando as terras dos nativos, a cidade de Comodoro ainda conta com um expressivo número de indígenas que conservam suas tradições e festividades. Um exemplo é o evento promovido em parceria com a Prefeitura Municipal de Comodoro, realizado no ano de 2019. Não houve, posteriormente, festas abertas ao público devido à pandemia de COVID-19:

A comunidade indígena Nambikwara, do Cerrado e do Vale do Guaporé, em Comodoro comemoram o Dia do Índio com festa nas aldeias, a programação organizada pela Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria de Educação e Turismo (SEMEC), teve início na terça-feira (16.04) sendo três dias de festividade (COMODORO, 2022)

Para exemplificar as marcas que os povos indígenas selaram na constituição de Comodoro, destacamos a menção ao nome da etnia no Hino do Município: “Ventre que abriga culturas, Sem deixar que fujam de ti, Enobrecendo constantemente, aos nhambiquaras e parecis” (COMODORO, 2022). Além disso, o Brasão do Município também traz a marca do cocar indígena.

No município de Comodoro habitam diferentes grupos dos Nambiquara espalhados por várias localidades. Esta pesquisa se limita especificamente aos estudantes indígenas de grupos Halotesu, Sawentesu e Negarotê, que estudam em escolas não indígenas, pois o município conta também com escolas específicas para indígenas, mas parte destes estudantes frequentam escolas não indígenas.

Vale salientar também a importância da origem dos grupos pesquisados. O nome Nambiquara foi “[...] emprestado do Tupi-guarani, que significa orelha furada, qualificando-os, então,

de forma definitiva”. (Costa, 2000. p. 60). E tem como elemento identificador dos grupos “[...] o costume de dormir do chão, ao redor da fogueira” (Ibidem, p. 76). No campo específico esta mesma autora salienta a origem etimológica de dois grupos pesquisados: Halotesu na língua portuguesa significa campo. São os indígenas que moram no cerrado, o campo aberto. Por outro lado, Sawentesu quer dizer floresta, para aqueles que se encontram próximos às florestas ciliares. Por fim, o termo que se refere aos Negarotê não encontramos uma definição precisa de sua origem.

Outro fator a considerar é que geograficamente eles pertencem ao município de Comodoro/MT, porém, na constituição geral destes grupos, encontramos fronteiras físicas e culturais que vão além dos limites estabelecidos, pois a delimitação territorial dos Nambiquara do Cerrado⁵ engloba demarcação por rios.

Além do conceito de região, é importante dialogar sobre a fronteira, pois esta terminologia não se reduz à questão geográfica. A abrangência do significado desse termo pode ser constatada a partir da argumentação de Golin: “Juntamente com a ‘fronteira formal’ da linha, existem as fronteiras econômicas, sociais, culturais, ambientais, que podem limitar mais que a divisória, ao mesmo tempo em que são ‘menos perceptíveis, ou pouco compreensíveis pelo senso comum’” (Golin, 2002).

Assim, podemos compreender o sentido de fronteira como

[...] uma ferramenta teórica que delimita uma região concreta, abrangendo territórios em integração, pouco povoados em relação às sociedades nacionais, cuja população local apresenta diferenças culturais e de organização da produção [...] a fronteira é o espaço das políticas e dos processos de colonialismo interno que colocam em colisão grupos etnicamente diferenciados. [...] As características socioespaciais acima indicadas permitem perceber a fronteira como uma região caracterizada pela instabilidade das relações entre grupos sociais e territórios, pela

⁵ A demarcação territorial dos povos Nambiquara do Cerrado abrange vários municípios, por isso a necessidade desta delimitação tendo como base o Município de Comodoro/MT para facilitar o recorte da pesquisa.

multiplicidade de formas de apropriação, estruturação e utilização dos territórios e dos recursos produtivos (Ferreira, 2009, p. 377-410).

A noção de fronteira se caracteriza com significados diferentes dependendo do contexto que está sendo analisado: “A ideia de fronteira tem assim uma tríplice significação: a fronteira política como limite entre unidades territoriais, a fronteira social ou identitária entre grupos, a fronteira econômica como espaço em incorporação ao mercado e relações de produção dominantes” (Ferreira, 2009, p. 384). Neste trabalho abordaremos aspectos da fronteira política e fronteira social ou identitária, pois estas permitem analisar melhor a temática de estudo.

Ao olhar para o contexto mais específico relacionado aos indígenas podemos constatar o seguinte sentido:

A demarcação de fronteiras políticas estatais, no passado e hoje, de territórios indígenas supõe a definição de fronteiras identitárias, ou seja, o poder de traçar fronteiras territoriais supõe um ato concomitante de classificação e representação do que sejam os grupos sociais e suas fronteiras, nos quais se ampara em parte o próprio aspecto material da divisão. As “fronteiras”, nos sentidos territorial, social e étnico, são construídas e desconstruídas em meio à luta de classificações. Essa luta de classificações se dá pela combinação de diferentes fatores históricos e culturais (Ferreira, 2009, p. 378).

Notamos, portanto, que a definição de região e fronteira dos grupos indígenas no sentido oficial do Estado ocorreu por meio de intensos conflitos e imposições por parte do governo que obrigava os indígenas a se adaptarem às regras e a permitirem que suas terras fossem ocupadas por colonizadores.

Portanto, a busca pela seringa, ocorrida após a Segunda Guerra Mundial, exemplifica as mudanças dramáticas na forma de vida dos indígenas Nambiquara. Constata-se que o Serviço de Proteção aos Índios resolveu criar um posto com objetivo de coletar a seringa tendo como responsável Afonso França. Ele conseguiu atrair o máximo possível de indígenas para o seu posto, e esta foi uma forma de domínio sobre a região.

Dentre as explorações realizadas, podemos destacar a partir de Reesink:

França acabou impondo um regime de trabalho forçado aos índios em que até as crianças deveriam trabalhar na agricultura. O excedente dessa produção – fala-se em boas safras – servia para dar comida aos seringueiros nacionais que trabalhavam na coleta da seringa. Esse sistema de exploração tornou-se um verdadeiro campo de trabalho forçado fundado e fundamentado, em última instância, na violência (Reesink, 2015, p. 124).

Averiguamos nos registros do antropólogo Lévi-Strauss, no período em que esteve na região, os dados de como eram as formas de vida dos indígenas. A marca das ameaças de extermínio fez com que esses povos perdessem a autonomia e o vigor. Somente após a passagem desse antropólogo os povos em questão começaram a ganhar vida, como corrobora Reesink: “[...] a autonomia dos índios da região tomou novo vigor” (Reesink, 2015, p. 123).

Nota-se, portanto, que os indígenas viviam em suas regiões de acordo com suas necessidades. Na citação a seguir fica evidente o controle que o governo procurou exercer sobre os povos indígenas, interferindo na delimitação das fronteiras, devido à colonização da região por não indígenas e às catástrofes decorrentes desse processo registradas por Reesink:

Em 1974-1976, David Price foi contratado pelo governo brasileiro para liderar o chamado Projeto Nambiquara. O que era para ser um “Projeto de Desenvolvimento Comunitário” se tornou a primeira tentativa séria de diminuir as catástrofes que agora atingiam todos os grupos Nambikwara, época do “milagre brasileiro”, quando o conceito mágico de “desenvolvimento” determinava mais do que nunca a política oficial do governo militar, e os índios sofriam suas consequências nefastas. Os Nambikwara atingiram a sua terceira onda de fama na ocasião como “vítimas do progresso” na década entre 1970 e 1980. Price aceitou essa missão pela sua angústia sobre as diversas destruições e genocídios em curso. Ele escreveu uma carta a Lévi-Strauss, e este mandou uma carta pública em apoio aos

direitos indígenas (toda essa experiência angustiante está relatada [...]) (Reesink, 2015, p. 125).

Essa situação desesperadora fez com que Price permitisse que os povos nativos fossem morar na área indígena Pireneus de Souza, que é tida por muito tempo como a área destinada ao povo Nambiquara. Sendo assim, o registro desses dados históricos possibilita identificar elementos que forçaram a mudança cultural. Afirma Reesink: “Todos sofreram de alguma maneira de tentativas de genocídio, etnocídio e ‘linguicídio’” (Reesink, 2015, p. 124).

Esses dados nos permitem analisar o quanto o poder dominante interferiu nas regiões habitadas por grupos nativos a ponto de impor seus interesses de acordo com as necessidades do avanço no processo de colonização. Os indígenas eram vistos como empecilhos ao desenvolvimento, por isso, deveriam ceder de forma forçada seus territórios para os dominadores.

Nota-se, portanto, que a interferência de não indígenas causou alterações violentas na própria organização social desses povos, pois foram reduzidos com o avanço populacional dos colonizadores, como verificamos a seguir:

Estimativas demográficas apontam que por volta de 1500, quando da chegada de Pedro Álvares Cabral à terra hoje conhecida como Brasil, essa região era habitada pelo menos por 5 milhões de índios. Hoje, essa população está reduzida a pouco mais de 700.000 índios em todo Brasil [...] (Luciano, 2006. p. 27).

Por outro lado, a Constituição Federal de 1988 garante que os territórios dos indígenas sejam protegidos e respeitados pela União, conforme afirma Brasil:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os *direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.*

§1º - *São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas*

atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§2º - As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§3º - O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§4º - As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis (Brasil. Constituição, 1988).

Sendo assim, a Carta Magna do Estado estabelece limites de regiões e fronteiras para os povos indígenas que devem ser preservados. Esta determinação vai além da questão territorial, pois engloba a dimensão cultural, como por exemplo: língua, cultura e tradição. Mas na prática, em determinadas situações, as leis não são cumpridas e os não indígenas dominam e exploram as terras e riquezas dos indígenas ilegalmente, sem se importar com as estruturas e organizações existentes.⁶

Após esta abordagem, a partir da discussão voltada para o aspecto físico da fronteira, dialogamos agora sobre o sentido para além desses limites, com ênfase no ponto de vista cultural, pois estamos diante da reafirmação da identidade étnica indígena e do rompimento com os preconceitos, como escreve Brighenti: “Os indígenas buscaram quebrar a fronteira étnica reafirmando a própria identidade: Ao afirmar a identidade na fronteira étnica, os indígenas desejavam romper com o ideário brasileiro de

⁶ Destacamos as seguintes formas de organização apresentadas por Velthem (2017, p. 228): “Outros sinais distintivos são as variadas e complexas formas de organização social, política, econômica, o uso de uma língua diferenciada, a elaboração de um sistema de crenças e de uma concepção de mundo específicas, aspectos estreitamente vinculados ao território.”

incapacidade e inferioridade do índio perante os demais cidadãos” (Brighenti, 2015. p. 156).

Ao afirmar sua identidade na fronteira étnica, a sociedade é provocada quanto a existência de diferentes culturas indígenas que apresentam formas de vida e organização social que diferem das concepções dos colonizadores, pois buscam viver interligados com a natureza e seus antepassados. Nesta relação com os não indígenas, exploradores de sua territorialidade foram obrigados a adotar novas práticas de sobrevivência. Esta discussão é apresentada por Costa:

A fronteira existente entre os índios e aqueles que chegaram de diversas partes do país, com propósitos distintos, caracterizada por um referencial geográfico específico, eminentemente cultural, representa um território que se sobrepõe ao oficial, com interesses antagônicos; a superposição desses territórios responsabilizou-se pela emergência dos conflitos, mas, por outro lado, obrigaram os Nambiquara criar e recriar práticas como estratégias de sobrevivência (Costa, 2008. p. 28).

Nota-se que, para os povos originários as perspectivas culturais que abrangem questões do mundo real estão interligadas ao mítico-religioso. Essa capacidade de estabelecer a ligação entre a realidade e o transcendente é atribuída ao “*wanintesu*”⁷ que proporciona elementos capazes desta conexão imaginária. Dentre esses, destacamos a sua função de dirigir as almas dos que faleceram para um local específico: “Cabe também ao *wanintesu* conduzir à Montanha Sagrada as almas daquelas pessoas que acabaram de falecer” (Costa, 2008, p. 390).

As pessoas que partiram desta vida são conduzidas ao local denominado também de “Casa das Almas”. Sendo assim, nota-se que a noção de territorialidade está intrinsecamente interligada à dimensão transcendente. Para além da questão física, essa dimensão da cultura se fundamenta em concepções

⁷ A palavra *wanintesu* pode ser traduzida na nossa língua por pajé. Conferir o emprego da terminologia em Costa (2008, p. 31).

sagradas que têm como base *Dauasununsu*⁸. Essa terminologia é empregada para representar a divindade dos Nambiquara, que é responsável por tudo o que acontece na vida dos indígenas e prima pela alegria, bondade e beleza. Se for feito o contrário, poderão receber castigos. Ele tem o poder da escuridão e do dia, bem como guarda em sua memória as ações de todos os seres humanos.

Portanto, nas culturas indígenas, observamos constantemente narrações míticas que corroboram a relação animista desses povos com a natureza e com outros seres, como, por exemplo, o mito da criação⁹ no qual os animais são

⁸ Terminologia empregada na língua indígena que pode ser traduzida para a nossa língua no sentido de o deus supremo dos Nambiquara, conhecedor de todas as coisas. Conferir Costa (2008, p. 235).

⁹ Existem diferentes versões desta narrativa, mas registramos aqui a registrada por Pereira (1983, p. 9-11): “Dentro de uma pedra preta muito dura e parecida com um urubu de chifre, vivia o povo nambikwára alegre, sem doença e sem morrer. E essa pedra o rio não levou. O zogue-zogue ouviu os nambiquara falando dentro da pedra. Ficou ali perto esperando o pessoal sair. Mas nunca saía. Com isso, zogue-zogue apanhou tanto sol, que ficou com as costas vermelhas. Chegou uma cutia e o zogue-zogue contou que tem dentro daquela pedra tinha gente. A cutia começou a roer a pedra, mas quebrou o dente e foi embora. Chegou a paca, roeu mais e quebrou o dente também. Veio a anta e bateu o pé com força na pedra. Destroncou o pé e largou. Apareceu o tatu-peludo e foi experimentar também. Quebrou a unha e falou para o tatu-canastra: - agora você: sua unha é muito grande e dá de quebrar essa pedra. O tatu-canastra começou a arranhar a pedra, mas entortou a unha e foi embora. Veio o cágado e foi rolar a pedra com casco. Rolou até o casco chegar na carne e foi embora também. Chegou ainda o beija-flor-preto. Bicou, mas logo já quebrou o bico. Veio mais urubu. Voou lá de cima, bateu na pedra, mas nada também de rebentar. - Não tem jeito mesmo de quebrar essa pedra! disse o zogue-zogue. Foi quando chegou urubuzinho e falou para os animais que tentaram abrir a pedra: eu vou rachar essa pedra e saiam de perto, senão as lascas podem matar vocês! Os animais saíram. O urubuzinho pegou a espada de madeira, voou bem lá para cima, desceu de lá e bateu espada de madeira com toda a força na pedra, igual a um raio. Agora a pedra rachou no meio e as duas bandas caíram de lado. [...] Os nambiquara apareceram, mas surdos por um tempo, por causa da pancada na pedra. Os animais voltaram para ver. O cágado tu disse para o urubuzinho: - Você tem mais força do que nós! O urubuzinho tirou um casal de nambikwára novo da pedra e fez um ranchinho para o casal. Depois tirou outros casais mais velhos e mandou cada grupo morar em seus lugares. Mas ainda restou gente lá dentro da pedra e hoje ainda está lá.”

responsáveis por quebrar a pedra em que os Nambiquara se encontravam dentro e distribuí-los em seus territórios.

Também é importante ressaltar que a aldeia e os espaços que a envolvem como florestas, campos, rios, montanhas são lugares de memória e formam regiões e fronteiras que demarcam os espaços dos povos indígenas e se manifestam principalmente através dos mitos. Mesmo que exista uma região maior, existe no campo da fronteira social ou identitária limites internos que são demarcados conforme os costumes estabelecidos, como, por exemplo, a “*sxiyensu*” (aldeia) que é o local de grande representatividade para os indígenas, onde se consagra toda a forma de organização e são concebidos como espaços de memória do grupo. Observa-se isso no próprio sentido etimológico *sxiyensu* (*sxi* = casa; *yensu* = rosto) (Costa, 2008. p. 172). Portanto, é o local que proporciona formas de saber, sentir e pensar dos grupos indígenas Nambiquara.

Além disso, as noções de território e fronteiras seguem outra lógica de pensamento que difere da posse de bens materiais, pois, segundo Costa (2000), um indígena acredita que só pode possuir os bens que cabem em um “*hatisu*” (cesto cargueiro). O artefato citado também presencia a chegada da velhice, de forma que o homem já não consegue mais trazer a caça abatida à sua comunidade e a mulher não consegue levar a lenha até a aldeia.

No campo cultural, destaca-se como elemento relevante neste diálogo a educação, pois apresenta aspectos para além das fronteiras tradicionais da aprendizagem. Segundo Melià:

A ação pedagógica tradicional integra sobretudo três círculos relacionados entre si: a língua, a economia e o parentesco. São os círculos de toda cultura integrada. De todos eles, porém, a língua é o mais amplo e complexo. O modo como se vive esse sistema de relações caracteriza cada um dos povos indígenas. O modo como se transmite para seus membros, especialmente para os mais jovens, isso é a ação pedagógica (Melià, 1999, p. 13).

Ao comentar sobre a formação indígena de Eutímio, membro da aldeia que foi morar e estudar na cidade, Costa relembra o processo de formação realizado no ambiente de

origem e a importância de manter a memória quando ocorre o retorno para o ambiente de origem:

Os sentidos são funções orgânicas importantíssimas que também compõem o mapa do saber indígena: a percepção dos odores, dos sabores, dos sons, dos sinais analisados através da observação das pegadas, da posição dos astros no firmamento, das fezes dos animais, da espécie vegetal a desabrochar, algumas quase imperceptíveis, fazem parte da educação dada às crianças, principalmente a partir do desaleitamento, que normalmente ocorre após os dois anos de idade. De certa maneira, Eutímio não deixou que o tempo apagasse esse saber (Costa, 2000, p. 164).

Nota-se, portanto, que a aprendizagem indígena engloba elementos da convivência diária e do contato com os espaços naturais, bem como a percepção do ambiente em que vivem e suas fronteiras de convivência do grupo. Desde a infância, já aprendem as fundações básicas e necessárias para a manutenção da vida e desempenho na comunidade. No exemplo citado anteriormente, Eutímio, para se tornar um *wanintesu* passou por um processo de readaptação e introspecção da identidade cultural.

Dentre os elementos importantes dessa aprendizagem destacamos a oralidade e a observação, como demonstra Costa:

Os conhecimentos necessários à sua readaptação foram-lhe repassados e retomados através da oralidade e da observação, únicos instrumentos existentes para isso. Paulatinamente, incorporou ao seu saber a decifração de vários signos – seguindo o padrão de aprendizagem de sua cultura – necessários à sua sobrevivência. Além da habilidade no manuseio das armas, dos instrumentos de pesca e dos implementos agrícolas, há uma gama de conhecimentos indispensáveis para o bom desempenho na execução das atividades econômicas de subsistência, como a caça, a coleta de frutos e insetos, a pesca e a agricultura (Costa, 2000, p. 164-165).

Nota-se, portanto, que, nas fronteiras demarcadoras do universo indígena, a educação está interligada aos aspectos físicos e culturais que fazem parte do universo de cada povo. A conexão com esses espaços e a interação na vida comunitária são

elementos que proporcionam aprendizagem e integração dos membros ao grupo. Toda a estrutura organizacional das fronteiras físicas e culturais dos povos originários é elaborada a partir de concepções interligadas com o mundo natural e o sobrenatural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos argumentos elencados neste trabalho, destacamos que a forma de pensar e ver o mundo dos indígenas difere da perspectiva eurocêntrica dos *kwajantisu* (não indígenas). São dois mundos culturais distintos que podem se comunicar e interagir por meio da educação e da troca de experiências. Cada contexto cultural apresenta suas riquezas, mas o que constatamos em grande parte ao longo da história foi a cultura do colonizador impondo suas fronteiras físicas e culturais em detrimento da cultura dos povos indígenas.

Notamos neste estudo que a lógica de pensamento e todas as formas de saberes dos nativos se relacionam com a dimensão do sagrado, que está interligada à figura do “*wanintesu*” (pajé), que é o principal responsável por estabelecer sentido aos acontecimentos nas regiões dos grupos, conectando-os à dimensão e às fronteiras do sagrado.

A partir destes elementos listados ao longo do trabalho, inferimos que o significado de regiões e fronteiras para os indígenas Nambiquara vai além da questão física, pois engloba elementos míticos e religiosos. Ficou evidente que não há nesta cultura o desejo de posse territorial ou até mesmo de objetos, pois os indígenas possuem apenas o que é necessário para a sobrevivência.

Neste sentido, é possível observar que a educação indígena desempenha um papel relevante ao transmitir os valores culturais de uma geração para outra, ultrapassando as barreiras impostas desde o tempo dos colonizadores até os novos modelos de desenvolvimento econômico do Brasil.

Esse diálogo permite evidenciar que a cultura dos Nambiquara sofreu mudanças em função da sobrevivência dos diferentes grupos, mas também manteve elementos culturais. No entanto, somente a partir da análise dos dados coletados será possível observar com detalhes as

interferências culturais na convivência de indígenas que estudam em escolas de não indígenas, o "*Kwajantisu*".

Diante dos argumentos apresentados, inferimos que este trabalho foi relevante para compreender o espaço de delimitação da pesquisa e os conceitos que demarcam os sentidos de região e fronteiras na temática estudada. A localização e a demarcação dos limites do objeto de estudo são essenciais para o avanço da pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região**. Fronteiras. Dourados, v. 10, n. 17, 2008.

BANIWA, Gersem. **Educação escolar indígena no século XXI: encantos e desencantos**. Rio de Janeiro: Mórula, Laced, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico. Capítulo V: A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região**. Lisboa: Difel, 1989.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 27 abr. 2022.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. Movimento indígena no Brasil. In: WITTMANN, Luisa Tombini. **Ensino (d)e História Indígena (Org.)**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

COMODORO, Prefeitura Municipal de. **Hino, Bandeira e Brasão**. Comodoro, 2022. Disponível em: <https://www.comodoro.mt.gov.br/Comodoro/Hino-Bandeira-Brasao/>. Acesso em: 02 ago. 2022.

COMODORO, Prefeitura Municipal de. **Três dias de festas marcaram as comemorações do dia do índio em Comodoro**. Comodoro, 2022. Disponível em: <https://www.comodoro.mt.gov.br/Imprensa/Noticias/Tres-dias->

Veredas da História, [online], v. 17, n. 1, p. 6-27, jul., 2024, ISSN 1982-4238

de-festas-marcaram-as-comemoracoes-do-dia-do-indio-em-comodoro-1959/. Acesso em: 13 jul. 2022.

COSTA, Ana Maria Ribeiro Fernandes Moreira da (org.). **Senhores da Memória**: Uma história do Nambiquara do cerrado. Cuiabá: Unicen, 2000.

COSTA, Ana Maria Ribeiro Fernandes Moreira da (org.). **Wanistesu**: um construtor do mundo Nambiquara. Tese (Doutorado). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2008.

COSTA, Luciana Raimunda de Lana. **Letramento Literário**: a Identidade do Ser. Dissertação (Mestrado) Universidade Estadual do Mato Grosso, Cáceres, 2019.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. **Políticas para Fronteira, História e Identidade**: a luta simbólica nos processos de demarcação de terras indígenas Terena. *Mana* [online]. 2009, v. 15, n. 2., pp. 377-410. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-93132009000200003>. Acesso em: 21 abr. 2022.

GOLIN, Luiz Carlos Tau. **A Fronteira**. Porto Alegre: L&PM, 2002, v. 1.

GOLIN, Luiz Carlos Tau. **Regiões, nações e estado-nacional, as fronteiras do dilema brasileiro**. (Aula Inaugural Minter FCR/UPF). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ov8Dgc4aDsU>. Acesso em: 12 maio 2022.

HEREDIA, Edmundo. **Cono Sur**: el fin de las regiones de frontera. *Cadernos do CHDD*. Rio de Janeiro: Fundação Alexandre de Gusmão, ano 6, edição especial, 2007, p. 197-217.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. História & Fotos – Comodoro. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/comodoro/historico>. Acesso em: 12 de julho de 2022.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Tristes Trópicos**. Trad. Noelia Bastard. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1988.

Veredas da História, [online], v. 17, n. 1, p. 6-27, jul., 2024, ISSN 1982-4238

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

MELIÀ, Bartomeu. **Educação indígena na escola**. Cadernos CEDES [online]. 1999, v. 19, n. 49. Acesso em: 27 Abr. 2022, pp. 11-17. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32621999000200002>. Epub 10 Out 2000. ISSN 1678-7110. <https://doi.org/10.1590/S0101-32621999000200002>.

PEREIRA, Adalberto Holanda. O pensamento mítico dos Nambikwára. **Antropologia**. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, n. 36, 1983.

RAMOSE, Mogobe B. Globalização e Ubuntu. *In*: SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula. **Epistemologia do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

REESINK, Edwin. **Os Sabanê e os povos do Nambikwara do Norte: etno-histórias das ruínas da história e de recriações tardias**. *Tellus*, ano 15, n. 29, p. 113-133, jul./dez. 2015. Campo Grande, MS.

SANTOS, Boaventura de Souza; MENESES, Maria Paula. **Epistemologia do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009.

VELTHEM, Lucia Hussak van. Patrimônios Culturais Indígenas. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, História e Patrimônio**, n. 35, p. 227-243, 2017. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revpat_35.pdf. Acesso em: 20 maio 2022.

VIEIRA, Fernanda Jardim. **Memórias de Migrantes e Iconografias na Composição do Ensino de História em Comodoro**. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Mato Grosso, Cáceres, 2021. 154 f.

Recebido em: 04/03/2023
Aprovado em: 16/07/2024

AS AÇÕES DO CAPITÃO DOMINGOS ALVES
BRANCO MUNIZ BARRETO E O PROJETO DE
“CIVILIZAÇÃO DOS ÍNDIOS”: TENSÕES,
NEGOCIAÇÕES E INTERAÇÕES SOCIAIS

THE ACTIONS OF THE CAPTAIN DOMINGOS
ALVES BRANCO MUNIZ BARRETO AND THE
“INDIAN’S CIVILIZATION” PROJECT: TENSIONS,
NEGOTIATIONS AND SOCIAL INTERACTIONS

RAMON QUEIROZ SOUZA¹

Doutorado em História pelo PPGH/UFSM

Resumo: O presente artigo analisa as ações empreendidas pelo capitão Domingos Alves Branco Muniz Barreto, na segunda metade do século XVIII, quando o mesmo, tendo como objetivo fazer com os indígenas sublevados na Ilha de Quiepe retornassem para as suas antigas povoações, visitou algumas vilas e aldeias indígenas na Capitania da Bahia, prestando importantes informações a respeito do estado de “civilização” dos nativos. Evidenciamos a partir das proposições desenvolvidas pelo antropólogo Marshall Sahlins sobre ação sistêmica e conjuntural os processos de negociações

Abstract: The present article analyzes the actions undertaken by Captain Domingos Alves Branco Muniz Barreto, in the second half of the 18th century, when he, aiming to make the Indians who had rebelled in the Quiepe Island return to their former settlements, visited some villages and Indian villages in the Capitania of Bahia, providing important information about the state of "civilization" of the natives. Based on the propositions developed by the anthropologist Marshall Sahlins about systemic and conjunctural action, we evidence the processes of negotiations perpetrated by Barreto in order to

¹ Doutorando em História pela Universidade Federal de Santa Maria- UFSM, mestre em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana- UEFS, graduado em Licenciatura e especialista em História pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Atualmente, é professor do Estado de Minas Gerais. E-mail: mom.queiroz@hotmail.com

perpetrados por Barreto, a fim de convencer os indígenas, bem como, o contexto da Política Indígena do Brasil Colonial sob luz do Diretório dos Índios.

convince the natives, as well as the context of the Indigenous Policy of Colonial Brazil in the light of the Indian Directory.

Palavras-chave: Negociações; Política Indígena; Brasil Colonial

Keywords: Negotiations; Indigenous Policy; Colonial Brazil

Aprovadas estas razões, e outras muitas que ofereci, mostrando que só uma considerada brandura e muito modificado jeito poderiam reduzir aquela gente quase sublevada há mais de oito anos, assentou-se que deveria eu ser encarregado dessa importante diligência (sem embargo de haver muitos oficiais militares, muito hábeis, valorosos e de préstimo, que serviam, como servem naquela capitania, como capazes para esta e outras iguais e arriscadas empresas (Barreto, 2008. p. 17).²

INTRODUÇÃO

As análises que pretendemos iniciar partem de uma série de ações empreendidas pelo capitão Domingos Alves Branco Muniz Barreto durante a segunda metade do século XVIII. Elas foram motivadas pela Coroa portuguesa como uma tentativa de resgatar os indígenas que haviam sublevado de suas vilas e aldeias na Capitania da Bahia e se instalado na Ilha de Quiepe, por mais de oito anos.

Localizada a cerca de 4 km da Barra Grande de Camamu, no litoral do estado da Bahia, a Ilha de Quiepe abrigou entre os anos de 1785-1792, mais de 233 indígenas, que fugidos da Vila de Santarém, da Aldeia de São Fidélis e da Aldeia de Jequiriçá,

²A viagem do capitão Barreto data entre os anos de 1791 e 1792, a respeito da mesma, utilizamos como referência nesse trabalho, a documentação que foi compilada na obra citada anteriormente, o que justifica as próximas citações fazerem referência ao ano de 2008.

teriam procurado “as brenhas para escapar de desumanos e ferozes senhores e opressores”(Barreto, 2008. p. 15).

Vivendo na Ilha há quase uma década, ao que tudo indica, os indígenas estavam estabelecidos na localidade de maneira organizada, como evidenciou o próprio capitão Barreto. Possuíam casas (palhoças), grandes roçados, onde cultivam legumes e cereais para o seu sustento, pescavam, cultivavam ervas medicinais e extraíam madeiras. Essas, provavelmente, além de serem utilizadas na construção de suas casas, empregadas no artesanato e na fabricação de canoas, também eram comerciadas para fora, dada a presença abundante de madeiras de lei na região, como apontou o ouvidor Baltazar da Silva Lisboa³ no ano de 1799 em ofício enviado para o naturalista D. Rodrigo de Sousa Coutinho, no qual presta informações a respeito das atividades agrícolas, das “preciosas” matas e de como viviam as populações indígenas da Comarca de Ilhéus.

Dado o caráter contraventor da presença dos indígenas em Queipe, já que os mesmos haviam fugido de suas povoações e passaram a ocupar terras pertencentes à Coroa, sem autorização. Somados ao conjunto de ações realizadas pelo capitão Barreto, que se utilizando, sobretudo, da brandura travou uma série de negociações objetivando convencer os indígenas a regressarem a suas vilas e aldeias, a Ilha de Queipe, configurou-se enquanto um importante cenário de interações sociais diversas. Onde em meio a tensões e negociações, a atuação do capitão Barreto junto aos indígenas, pode ser compreendida a partir dos modelos interpretativos propostos pelo antropólogo Marshall Sahlins (2006).

Referimo-nos a modelo porque compreendemos que a existência do que Sahlins denominou de ação sistêmica não exclui o que o mesmo chamou de “ação conjuntural”. Dessa forma, ambas as proposições, mesmo sendo antagônicas, tendem a se complementarem, constituindo-se faces opostas de uma mesma moeda. Já que para o entendimento, bem como, para a

³ Ofício do Ouvidor da Comarca para D. Rodrigo de Souza Coutinho, no que lhe comunica uma interessante informação sobre a Comarca dos Ilhéus, a sua origem, a sua agricultura, comércio, população e preciosas matas” (Cairu, 20 mar. 1799, 1914, p. 102-117)

aplicação de um dos tipos de ação, se faz igualmente necessário o entendimento e ou a negação da outra.

Antes de nos atermos as proposições do antropólogo, é necessário evidenciar alguns aspectos relevantes a respeito de Barreto, bem como, das suas ações, através das quais, pretendemos tornar as nossas abordagens mais compreensíveis.

De acordo com Santos (2014), nascido em Maragogipe na Bahia em 1748 e tendo falecido na cidade do Rio de Janeiro, em 19 de julho de 1831, aos 83 anos,

Barreto iniciou sua carreira como cadete do 1^a regimento da Bahia e alferes do regimento dos voluntários reais da capitania de São Paulo. Ocupou, em seguida, o posto de tenente coronel de cavalaria da tropa auxiliar da Bahia. Foi escriturário da Contadoria Geral da Junta da Administração e Arrecadação da Fazenda Real e escrivão interino da mesma junta nos anos de 1781 a 1783, tendo atuado na contabilidade dos bens confiscados aos jesuítas, iniciado em 1759 (Santos, 2014, p. 207).

Barreto o autor do primeiro *Plano sobre a civilização dos índios do Brasil*, somado a dezenas de artigos, memórias, panfletos, mapas e de livros dedicados aos mais variados assuntos, como: mineralogia, botânica, economia, religião e política.

Toda essa vasta produção, contudo, não garantiu que Barreto obtivesse o reconhecimento que desejava, nem ao menos, que os seus escritos fossem publicados na Academia Real das Ciências. Dessa forma, o mesmo ganhou destaque e reconhecimento graças a sua bem-sucedida carreira militar.

Segundo Farias (2010), ao longo de sua vida, Barreto não conseguiu receber alguns dos almejados prêmios destinados àqueles que contribuíssem para o conhecimento e exploração dos domínios coloniais. O que a nosso ver, não descaracteriza a sua vasta obra, nem a torna menos importante quando comparada com a dos seus contemporâneos, pois a mesma é cotejada por uma séria de reflexões sociais, sejam elas nos campos da política, economia, cultura e religiosidade, a respeito de dois importantes momentos históricos do Brasil: o Período Colonial, marcado pelo contexto do Reformismo Ilustrado, defendido pelo Marquês de

Pombal, e que no Brasil merece destaque, principalmente as ideias acerca do “novo” tratamento que deveria ser dado às populações indígenas. Além disso, o período da Independência do Brasil de Portugal, onde se percebe a gestação e proliferação de novas ideias políticas e fortes agitações sociais no recente Império que nascia.

Dessa forma, salientamos que a trajetória de vida do capitão Barreto, seja como intelectual ou militar, forjou-se ou longo de todo o período no qual se elaborou e também se consolidou o Projeto de Independência do Brasil de Portugal.

Mesmo não conseguindo todas as mercês almejadas, graças aos diversos serviços prestados por Barreto à Coroa, o mesmo entrou para um seletivo grupo. Assim, corroborando com as ideias de Novais (2005) e Raminelli (2005), o capitão passou a fazer parte de uma nova geração de intelectuais que ganhou espaço na Colônia durante o reinado de D. Maria (1777-1817).

De acordo com Santos, a atuação do militar ilustrado e “civilizador de índios”, Domingos Barreto, concentrou-se entre os anos de 1791 e 1792, quando ocorreram as visitas às aldeias e vilas indígenas localizadas na Bahia e em Ilhéus, “embora sua principal obra sobre o assunto, o *Plano sobre a civilização dos índios do Brasil*, tenha sido redigida em 1788” (Santos, 2014, p. 208).

A ILHA DE QUIEPE E OS INDÍGENAS SUBLEVADOS

A viagem do capitão Barreto para a Ilha de Queipe tinha como principal objetivo fazer com que os indígenas que haviam fugido de suas povoações localizadas na Capitania da Bahia e na Comarca de Ilhéus regressassem. Isso nos leva a crer na sua importância para as aldeias e vilas, já que serviam como principal mão de obra para o funcionamento e manutenção das mesmas, como demonstrou Dias (2007), ao analisar aspectos da economia, sociedade e paisagens da Comarca de Ilhéus no Período Colonial. O autor reitera a importância da mão de obra indígena nos aldeamentos e vilas, ao evidenciar que,

[...] a participação dos índios na economia não se resumia a

prestar compulsoriamente serviços para jesuítas, colonos e para a administração colonial, mas também desenvolviam dentro dos seus aldeamentos uma produção original, voltada para o mercado interno, a atender uma demanda de artigos cujo preparo requeria não apenas a força bruta, mas todo um conhecimento das matas e dos usos possíveis de diversas espécies vegetais (Dias, 2007, p. 182).

Por outro lado, essa dependência da mão de obra indígena para a realização das atividades laborais configurou-se enquanto um campo de uma série de disputas travadas em diversas regiões do Brasil Colonial, devido, principalmente a “tendência dos colonizadores a desprezitar as condições de utilização da mão de obra aldeada” (Perrone-Moisés, 1992, p. 121).

Residia aí, o motivo que os teria levado a fugir e a se fixarem na Ilha de Quiepe, como havia denunciado alguns indígenas da Aldeia de Jequiriçá, ao se queixarem das tiranias que eram praticadas contra eles, e que, por esse motivo, mostraram-se resistentes a retornar (Barreto, 2008, p. 23).

Nessa perspectiva, reconhecida a importância da mão de obra dos indígenas, somados ao fato de que os mesmos estavam explorando ilegalmente as madeiras da região, que além de possuírem elevado valor comercial, serviam “de balizas aos navegantes” (Barreto, 2008, p. 23), formou-se uma espécie de Junta Particular, na cidade de Salvador, a qual, de acordo com os relatos de Barreto, propunha-se a discutir a melhor forma de fazer com que os índios retornassem as suas povoações. Em meio às discussões, a solução imediata defendida foi para que se ateasse fogo nas matas, para fazer com que os indígenas se dispersassem do centro da Ilha.

Contudo, a fragilidade de tal proposição, bem como, as consequências dos seus efeitos danosos, foi questionada pelo próprio capitão, uma vez que, além de causar possíveis danos à navegação, podendo ocasionar o naufrágio de vários navios, dada a sua importância já que, “muitos barcos que navegam para a barra da Camamum e outros braços de rios que se comunicam com o mar, e [barcos] a que, por não usarem de agulhas que lhes mostre os rumos, lhes servem os troncos de baliza” (Barreto, 2008, p. 17).

Além dos danos para a navegação e dadas às possibilidades de que o fogo se espalhasse e devastasse as matas, acarretando grandes prejuízos econômicos para a Coroa, é válido ressaltarmos também, que, a eminência de um conflito armado com os indígenas, igualmente não se configurava enquanto uma solução viável. Devido, sobretudo, a três fatores: 1) emanaria a movimentação de um considerável contingente humano e financeiro; 2) não havia garantias de sucesso em uma campanha militar, uma vez que os indígenas eram exímios conhecedores do espaço; 3) de modo geral, o insucesso, ou mesmo o sucesso de uma expedição armada, além de ocasionar em mortes, o que refletiria na disponibilidade de mão de obra para as vilas e aldeias, também, causaria um clima de tensão entre os indígenas que fossem presos ou punidos, o que a posteriori, poderia motivar novos conflitos.

Assim, a nosso ver, reside nesses fatores as justificativas da alternativa apontada pelo capitão Barreto, e posteriormente acatada pela Junta ao optarem pela utilização “só de uma considerada brandura” e que com “muito modificado jeito poderiam reduzir aquela gente” (Barreto, 2008, p. 17).

A partir daí, o próprio capitão, contando com o auxílio de cerca de 9 homens, entre eles alguns soldados, foi o incumbido para a missão, a qual o mesmo denominou como “arriscada empresa”.

Em um primeiro momento, dado o caráter das incursões do capitão Barreto até a Ilha de Quiepe, o mesmo se precaveu no sentido de evitar que os burburinhos expressando os verdadeiros motivos pelos quais estaria indo à Ilha se espalhassem pela região, e que chegassem até os indígenas de maneira negativa, gerando desespero, timidez ou inquietações entre eles. Assim, “divulguei que o meu destino era fazer algumas observações sobre a história natural naquela rica comarca” (Barreto, 2008, p. 18).

Essa atitude de Barreto evidencia duas questões: 1ª As tensões presentes em sua viagem, já que mesmo que a estratégia pensada para ser adotada fosse a de negociar junto aos indígenas, estabeleceu-se a dúvida no que se refere à receptividade que os mesmos teriam frente ao capitão e os soldados que o acompanhava. Elemento que talvez tenha feito com que a viagem fosse cuidadosamente planejada.

Dessa maneira, além de mentir a respeito do verdadeiro motivo da incursão, a fim de que se efetivasse o seu propósito, Barreto levou uma série de presentes para os indígenas, como: camisas, saias, enfeites, brincos de pouco valor, rosários e estampas diversas, barretes e dois canivetes. Iniciando a partir daí, uma série de conversações⁴ com os indígenas, no sentido de convencê-los a retornar. Prometendo-lhes, “quando voltassem às suas vilas e aldeias, nelas eu distribuiria por todas coisas de maior valor” (Barreto, 2008, p. 23).

2ª O medo de que a notícia do verdadeiro motivo da viagem de Barreto se espalhasse e chegasse até os indígenas que estavam sublevados na Ilha, nos releva que esses espaços estavam conectados, ocorrendo a circulação constante de pessoas, produtos e ideias. Tal afirmação pode ser comprovada nos estudos de Dias (2017, p. 36-192) que, ao refutar a ideia de isolamento econômico da Capitania/Comarca de Ilhéus⁵ do século XVIII, chama à atenção para as diferentes dinâmicas econômicas experimentadas pelos espaços localizados ao norte e ao sul da Capitania/Comarca, evidenciando a importância que tiveram as vilas e aldeamentos indígenas presentes na região, já que, de acordo com o autor,

Os aldeamentos constituíram-se como parte integrante de um sistema produtivo muito original que se desenvolveu na Capitania, o qual articulava a agricultura de gêneros alimentícios e o beneficiamento de uma gama de produtos vegetais, como as madeiras de lei e do pau-brasil. Além disso, havia as atividades de manufatura de produtos de extração local, como estopas de embiras e cabos de piaçava -usados na navegação, na construção naval e nos arrastos de toras de madeira nas áreas de corte-, a extração das cascas de mangue- para serem usadas nos curtumes que processavam os couros usados nas embalagens do tabaco que seguia para a África- e a manufatura de caixas de tabuado para a

⁴ É importante destacarmos que nos relatos escritos pelo capitão Barreto sobre essa viagem, o mesmo não narra os detalhes desses diálogos, atendo-se de maneira superficial, apenas para os presentes que distribuiu, recebeu e para as queixas de alguns indígenas.

⁵ Local de onde se encontravam as Vilas de onde os indígenas sublevados em Quiépe haviam fugidos. Vale lembrar que a Capitania de Ilhéus foi anexada à da Bahia em 1761, tornando-se Comarca de Ilhéus.

exportação do açúcar. Havia, ainda, o artesanato com coquilhos, cascos de tartaruga, etc (Dias, 2007, p. 193).

Dada a conectividade interna desses espaços, sobretudo, no que se refere aos seus aspectos econômicos, mais a sua conexão externamente com outras porções das possessões portuguesa, como fica claro nos estudos do autor, bem como, com a Ilha de Quiepe, torna-se natural a preocupação apresentada por Barreto com relação ao fato de que a notícia da sua viagem se espalhasse, chegando por fim ao conhecimento dos indígenas sublevados.

O CAPITÃO BARRETO: UM REPRESENTANTE DA SOCIEDADE DO BRASIL COLONIAL

Retomando as proposições interpretativas de Sahlins, as alternativas apontadas pelo capitão Domingos Alves Branco Muniz de Barreto: ao defender na Junta Particular, a utilização da brandura junto aos indígenas e conseqüentemente ao fazer uso das negociações, estas, evidenciadas a partir da escuta dos relatos dos indígenas a respeito das condições em que viviam nas vilas e aldeias de onde fugiram; somadas as trocas de presentes, com a promessa de outros de maior valor, podem ser compreendidas a partir do que Sahlins (2006, p. 123-150), chamou de ação sistêmica. Vejamos.

O antropólogo, Marshall Sahlins, ao se debruçar sob a obra do historiador Tucídides, tentou compreender quem seriam os agentes da história. Seriam os indivíduos ou coletividades? Bem como,

[...] quais são as condições estruturais e situacionais que determinam que às vezes totalidades e às vezes indivíduos se elevem à condição de fazedores da história? Quem deve decidir[...] e com base em que seria possível decidir se o que tem mais importância na história é acompanhar tendências gerais ou acompanhar motivos e razões individuais? (Sahlins, 2006, p. 123).

Levando em consideração esses questionamentos, o antropólogo propõe a existência de dois tipos de ações histórica: uma sistêmica e outra conjuntural. A primeira relaciona-se diretamente com a estrutura social na qual os indivíduos estão inseridos e constituindo-se enquanto representantes da mesma, já que ocupam um lugar privilegiado, “investidos de poder por sua posição institucional” (Sahlins, 2006, p. 150).

Ou seja,

[...] o sujeito a perpetrar a ação é menos importante do que o lugar social que ocupa, pois, a capacidade de perpetrar a mesma é mais importante (do ponto de vista analítico) do que a direção que a mesma toma (ainda que essa igualmente afete o devir histórico). A decisão de Napoleão de invadir Portugal dado seu comando do Exército ou a decisão de Dom João VI de refugiar-se no Brasil são exemplos de ação sistêmica, uma vez que são menos o resultado de pessoas em si do que de suas posições de comando, socialmente produzidas (Comissoli, 2010, p. 25).

Já o segundo tipo de ação, a conjuntural, refere-se ao caráter imediato, momentâneo de uma ação. De acordo com Sahlins, graças a essa característica imediatista, esse tipo de ação faz com que se atribua ao seu sujeito o papel de uma espécie de “herói momentâneo”, que surge por um instante de um lugar comum, “direto para o esquema maior das coisas, e retornando para uma relativa obscuridade após ter despontado” (Sahlins, 2006, p. 151).

A respeito desse tipo de ação, Comissoli destaca que a mesma se dá a partir de sujeitos que de modo geral são desprovidos de articulação estrutural, que por vezes contam mais com o acaso do que com necessariamente com a configuração de forças sociais. Nessa perspectiva, o autor, aponta que é a situação em si que deposita:

[...] em um sujeito a capacidade de influenciar a sociedade e sua estrutura; algo semelhante a estar num lugar e momento certos. Essa capacidade de afetar a sociedade, entretanto, não se mostra duradoura, enquanto a ação sistêmica perdura ao longo do tempo (Comissoli, 2010, p. 25).

O historiador destaca ainda, que ambas são igualmente capazes de influenciar o desenrolar dos eventos, ainda que a segunda, a conjuntural, seja mais imprevisível.

Compreendidas as proposições interpretativas de Sahlins, destacamos que as alternativas pensadas, bem como as ações tomadas pelo capitão Barreto, já mencionadas anteriormente, ainda que nos conduzam a acreditar que teriam sido ações de cunho individual, ou seja, uma ação conjuntural, já que, o próprio capitão busca evidenciar a todo o momento dos seus relatos, a sua participação ativa na Junta, a grandeza e importância de sua viagem, os perigos, bem como, o sucesso da mesma, através de narrativas como: “Esta posição porém foi por *mim* destruída”, “Aprovadas estas razões, e outras muitas que *ofereci*”, “em dois dias conseguiria *eu* que voltassem às vilas e aldeias [...]” (Barreto, 2008, p. 17, 23, 24, Grifo nosso). Tais ações, bem como, os seus efeitos, não se dão a partir do caráter individual, ou seja, não são pensadas e realizadas a partir dos anseios pessoais e vontades do capitão Barreto.

Antes de tudo, se inserem em um contexto, ou melhor, estão alicerçadas em uma estrutura, sob as quais se justificam as ações desenvolvidas por Barreto. A saber: o mesmo estava a serviço da Coroa portuguesa, possuía o título de Capitão de Infantaria, dessa maneira, era membro e igualmente representante de uma instituição militar, que estava a serviço direto do rei, possuindo poderes deliberativos na Junta Particular.

Barreto, além de ser militar, como já evidenciamos anteriormente, era um importante naturalista, percorreu vários espaços da sociedade colonial recolhendo informações, sobre a fauna, flora, a mineração, tentando mercês junto a Coroa. Assim, possuía um vasto conhecimento sobre diversos aspectos sociais de muitas localidades, sobretudo, das populações indígenas, já que para os seus estudos, principalmente sobre botânica, o próprio Barreto afirmou que em inúmeros momentos contou com a ajuda dos indígenas das vilas e aldeias visitadas.

Somado a essas questões, ainda que as adversidades do acaso pudessem de alguma forma se fazer presentes, todas as ações de Barreto foram planejadas, abstenendo-se de um caráter imediatista, a fim de que se alcançasse o objetivo da Coroa (ali

representada pelo capitão), que os indígenas retornassem para as suas vilas e aldeias.

Outro aspecto interessante da viagem é que, para além de sanar a problemática dos indígenas sublevados em Quiepe, Barreto também estabeleceu contato direto com outras populações indígenas da Capitania da Bahia e da Comarca de Ilhéus, que viviam na Vila de Santarém, nas Aldeias de São Fidelis, Nossa Senhora dos Prazeres de Jequiriçá, na Vila de Abrantes e na Aldeia de Massarãodupió. Assim, Barreto, em muitos momentos dos seus relatos prestou importantes informações a respeito do seu “estado de civilização”, descrevendo aspectos religiosos, econômicos, a agricultura, a forma como se vestiam, a distribuição e composição de suas casas, dentro outros.

Os registros das andanças e serviços prestados por Barreto à Cora, contudo, não se limitaram apenas a esses espaços. Em documento encontrado na Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora, Portugal, César (1998), chama à atenção para o fato de, no início do século XIX, Barreto ter conhecido bem o “continente do Rio Grande, por haver servido, durante três anos, na guarnição do Sul, tendo exercido, inclusive, a função de secretário do governo da Província Cisplatina (1816)” (César, 1998, p. 142). O capitão visitou vários espaços da terra gaúcha, realizando descrições sobre a localização geográfica das principais vilas, a respeito da população, da situação social em que se viva nas estâncias, bem como sobre a variedade de produtos que eram cultivados no Sul.

O que nos chama à atenção nos relatos de Barreto sobre o Sul do Brasil, são as observações que o mesmo fez a respeito dos moradores da Aldeia dos Índios⁶. Assim, como o fez para a Capitania da Bahia e Comarca de Ilhéus, o capitão descreve as terras, os principais produtos cultivados no Sul, as criações de animais como perdizes e galinhas, bem como, a produção de louças, devido às muitas olarias que se estabeleceram na região, sendo as mais famosas as louças que eram fabricadas pelos

⁶Aldeia de N. S. dos Anjos, ou Aldeia dos Anjos, atual cidade de Gravataí, fundada em 1763 com grupos indígenas guaranis.

indígenas da dita Aldeia. A respeito da mesma, Barreto destaca que os indígenas,

[...] têm ali feito um gênero de república mais conforme que em todas as aldeias de Índios, onde me tenho achado cuja civilização devem ao Governador que foi daquele Continente, José Marcelino [de] Figueiredo. Não vivem em ócio, mas sim entregues ao trabalho. São hábeis para formarem jardins, e cousas que nos divertimentos do campo causam galanteio. Todos os seus pomares são postos com simetria, excedem a todas as outras povoações na criação de galinhas, perus, patos e pombos [...]. É gente sisuda, livres de furtos, de vinganças, e esquecidos inteiramente dos ritos de sua antiga gentilidade (César, 1998, p. 148).

A partir das informações que Barreto prestou, sejam elas referentes à Capitania da Bahia, Comarca de Ilhéus, ou das terras do Sul, podemos perceber que as mesmas, além de terem como principal objetivo conseguir mercês junto a Coroa, referiam-se sempre a temáticas ligadas a problemas de interesse nacional, a título de exemplo: a agricultura, o comércio, a expansão da indústria, a colonização, a “assimilação” nativa, as formas de trabalho, mais a maneira como as populações indígenas da Colônia viviam.

Destacamos que a somatória de todas as observações e ações empreendidas pelo capitão Domingos Alves Branco Muniz Barreto se inserem em um conjunto de ideias e práticas estruturais constitutivas da sociedade do Brasil Colonial, sobretudo, a partir da segunda metade do século XVIII. Período que de acordo com Marcis (2013), entrava em vigor na Colônia, um conjunto de medidas reformistas, que visavam o restabelecimento da ordem, através da eliminação de elementos contrários ao Estado e a definição de fronteiras. Que sem sombra de dúvidas, tinha o seu ponto, senão mais importante, o mais emblemático, presente no Diretório dos Índios, o “novo” Projeto pensado pela Coroa para “civilizar” as populações indígenas do Brasil Colonial.

Composto por 95 artigos, os quais versavam sobre vários assuntos, como a conversão e civilidade dos índios, a agricultura e comércio, a repartição do trabalho dos índios entre os moradores, as populações das vilas indígenas, além de

recomendações gerais a respeito da religião, da língua, da maneira de como se vestir⁷. O Diretório representou do ponto de vista legal, a difusão e o cumprimento de 95 ações práticas para resolver as problemáticas⁸ acerca das populações indígenas do Brasil Colonial. Tais ações tinham como objetivo final a “civilização” desses povos, cujo entendimento era de que se tornariam súditos do rei de Portugal, para isso, deveriam se submeter aos mesmos deveres e direitos de que gozavam os colonos.

Dado esse “novo” caráter da lei com relação aos indígenas, seria pouco provável que o capitão Barreto, conhecedor das mesmas, e na qualidade de representante da Coroa, ainda que tentasse esconder dos indígenas que era um militar e o verdadeiro motivo de sua ida até a Ilha de Quiepe, agisse de outra forma, ou seja, no sentido de travar conflitos junto aos índios sublevados.

Não queremos afirmar com isso, que a partir do estabelecimento do Diretório todos os conflitos e problemáticas que envolviam as populações indígenas do Brasil Colonial, e mais especificamente da Capitania da Bahia cessaram-se, pelo contrário, se fizeram sempre presentes, como demonstram trabalhos como os de: Paraíso (2000), Marques (2014), Cunha (1992), Cancela (2018).

Contudo, as ações realizadas pelo capitão Domingos Alves Branco Muniz Barreto, estão atreladas de maneira sistêmica a todo esse conjunto de situações que compõem a estrutura da sociedade do Brasil Colonial, não se constituído dessa forma, enquanto uma ação de caráter individual, nem imediatista, pelo contrário, demonstraram a capacidade que Barreto, a partir do lugar social que ocupava, ou seja, de sua

⁷Informações presentes no texto do Diretório dos Índios. Transcrição feita por: (Almeida, 1997)

⁸Ao longo de todo o Período Colonial, as questões acerca das populações indígenas sempre geraram grandes discussões e problemáticas para a administração colonial, sendo alvo de inúmeras leis e decretos, muitos dos quais na tentativa de sanar conflitos locais, se apresentavam de maneira contraditória, revelando a fragilidade da política adotada pelo Estado ao lidar com as populações nativas. Cf. (Perrone-Moisés, 1992; Naud, 1967).

posição de comando, essa produzida socialmente, foi capaz de perpetrar.

Nesse contexto, é preciso evidenciar, que além do lugar ocupado por Barreto, enquanto Capitão de Infantaria e intelectual naturalista ser produzido socialmente, o mesmo também era o principal responsável por produzir e reproduzir outros lugares sociais. A título de exemplo, as construções que o próprio capitão Barreto fez dos indígenas com quem teve contato durante a sua viagem à Ilha de Quiepe, bem como, das vilas e aldeias, percorridas posteriormente.

Assim, ao fazer referência aos nativos enquanto “selvagens”, “bárbaros”, que possuíam “natureza inconstante”, precisando assim, serem civilizados, Barreto também reproduz as construções sociais do grupo dominante, estas fortemente presentes nos relatos de outras autoridades coloniais, como dos ouvidores Veras⁹ e Lisboa¹⁰, que assim como Barreto, também tiveram contato direto com as populações indígenas da Capitania da Bahia.

Destacamos que tais construções permeavam o universo cultural no qual, ambos os grupos estavam inseridos, compartilhando e ou disputando valores. O que nos leva, a perceber a importância da compreensão do conceito de cultura elaborado por Kuper (2002), para o entendimento das relações

⁹ BN (RJ). MS 512, (28), 33 f. Dotação antiga; I-4, 3,22. RESPOSTAS aos quesitos retro respectivos à Aldeia de N. S da Escada, hoje V. de Nova Olivença, Bahia e mais: a) respostas aos quesitos retro respectivos à aldeia de N. S. das Candeias; b) respostas aos quesitos retro respectivos à aldeia de Santo André e São Miguel de Serinhaem. S. I. 1768 [1759].

¹⁰ MEMÓRIA sobre a comarca de Ilhéus, por Baltasar da Silva Lisboa. Anais da BN, volume 37, 1915. MEMÓRIA sobre as matas da Comarca de Ilhéus, cortes das Madeiras, Ordens que a este respeito se tem expedido; Regulamento dos referidos cortes e estado atual desta dependência, até o dia 01 de agosto de 1803 por Baltasar da Silva Lisboa, S. I. (cerca de 1803). Anais da BN. v. 37. Os ouvidores Veras e Lisboa percorreram os espaços das capitânicas da Bahia e Comarca de Ilhéus. O primeiro foi o responsável por transformar algumas aldeias indígenas da Comarca de Ilhéus em vilas, o segundo produziu importantes escritos sobre a fauna, flora local e a respeito das populações indígenas que vivem nas vilas e aldeias da Comarca de Ilhéus.

estabelecidas entre os grupos em contato. De acordo com o autor, cultura é,

[...] essencialmente uma questão de ideias e valores, uma atitude mental coletiva. As ideias, os valores, a cosmologia, a estética e os princípios morais são expressados por intermédio de símbolos e, portanto, – se o meio é a mensagem – cultura poderia ser descrita como um sistema simbólico. Os antropólogos [...] também salientam que esses símbolos, essas ideias e esses valores aparecem numa gama de formas quase infinitamente variável. Sob um aspecto, essa é uma proposição empírica (povos diferentes, cadências diferentes). Entretanto, um relativismo filosófico absoluto muitas vezes é acompanhado da observação de que não apenas os costumes, mas também os valores são culturalmente variáveis. Por conseguinte, não existem padrões válidos, de modo geral, pelos quais as práticas e os princípios culturais podem ser julgados (Kuper, 2002, p. 288-299).

Evidenciamos que esses valores e atitudes mentais apresentam-se de maneira dinâmica, estando em constante transformações ao longo das experiências humanas em sociedade, revelando dessa maneira, a fluidez da cultura, sobretudo, no que se refere as interações sociais entre os diversos grupos indígenas do Brasil Colonial, bem como, a maneira como cada um traduziu as ações civilizatórias orquestradas pela Coroa.

Dessa forma, as construções generalizantes a respeito do estado de “civilização” das populações indígenas do Brasil Colonial, como a que fez Barreto, ao afirmar que,

A riqueza que oferecem as conquistas pela variedade das suas produções não se podem aproveitar sem que primeira se tente a melhor civilização dos índios que estão aldeados naquele vasto continente e costumá-los a agricultural, para depois passar a amansar aos que se acham embrenhados e seguindo os erros do paganismo (Barreto, 2008, p. 13).

Além de demonstrar, sob o crivo do olhar do europeu, como os mesmos percebiam os indígenas, também torna evidente a justificativa da Coroa para que o Diretório dos Índios fosse aplicado, revelando a necessidade de os indígenas serem “civilizados”, a partir dos seus 95 artigos, uma vez que, os

indígenas ainda “não estariam acostumados à agricultura”, eram “bravos”, vivendo dessa forma “embrenhados nas matas”, e muitos ainda eram apresentados como “pagãos”.

A ideia de civilização expressa no Diretório dos Índios refere-se a um conjunto de comportamentos ou condutas, estas, pensadas a partir da sociedade europeia. Diz respeito a elementos como: o pensamento religioso e costumes, o seu sistema jurídico, a qualidade social da pessoa, suas maneiras, suas habitações, sua oralidade, suas roupas, sua economia, ao desenvolvimento de suas tecnologias... Assim,

[...] expressa a autoimagem da classe alta europeia em comparação com outros, que seus membros consideravam mais simples ou mais primitivos e ao mesmo tempo caracteriza o tipo específico de comportamento através do qual essa classe se sentia diferente de todas aquelas que julgavam mais simples e mais primitivo (Elias, 2011, p.52).

Dessa forma, portar-se como um europeu, ou parecido com ele, significava adotar ou ser possuidor de todos esses marcadores sociais, os quais, foram os principais mecanismos adotados pela Coroa portuguesa para determinar se os indígenas estavam “civilizados” e ao mesmo tempo, conduzi-los à “civilização”. Ou seja, conduzi-los a um processo de desindienização.

For fim, as negociações empreendidas por Barreto, apontam para a complexidade de como se deram as interações sociais no Brasil Colonial. Escapando dessa forma, como propõe a Nova História Indígena¹¹, de compreensões analíticas dicotômicas, que entenderam por durante muito tempo as populações indígenas do Brasil como passivas ao processo de colonização, ou como heróis que lutaram bravamente contra o

¹¹Conjunto de estudos propostos a partir da década de 1970, que começaram a escrever uma nova história indígena, compreendendo-os enquanto sujeitos da sua própria história, bem como a importância destes na formação histórica brasileira. Propõem, sobretudo, um maior diálogo entre historiadores e antropólogos para a compreensão da cultura, bem como das trocas culturais que foram estabelecidas através das situações de contato. Cf.: Cunha (1992), Paraíso (1994), Monteiro (1994), Almeida (2013).

mesmo. Assim, cabem aqui as negociações, as trocas culturais, como os saberes indígenas sobre a flora e fauna, utilizados por Barreto, a cautela, a manipulação dos jogos de interesses dos atores e grupos sociais em contato.

Essa perspectiva não nega a existência de violentos conflitos, contudo, essa não era sempre a regra. Assim como também não o foi no caso estudado, já que para a implantação do Projeto de “Civilização dos Índios”, as tensões, negociações e interações sociais diversas, estiveram sempre presentes, essas refletidas na ação sistêmica perpetrada pelo capitão Domingos Alves Branco Muniz Barreto junto aos indígenas sublevados em Quiepe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscamos aqui, a partir das preposições desenvolvidas pelo antropólogo Marshall Sahlins, através dos conceitos de ação sistêmica e ação conjuntural, analisar as ações desenvolvidas pelo capitão Domingos Alves Branco Muniz de Barreto, quando o mesmo viajou para a Ilha de Quiepe para convencer os indígenas sublevados a retornarem para as suas vilas e aldeias.

A partir de nossas análises, percebemos que a temática indígena sempre ocupou um lugar de destaque nos escritos do capitão Barreto. Tal situação não poderia ser diferente, já que, além de estar em voga durante o período em que ele visitou a Ilha de Quiepe e percorreu outros espaços da Capitania da Bahia, a nova política indígena refletida no Diretório, a Colônia era dependente da mão de obra dos indígenas em diversas regiões, sobretudo, naquelas localidades onde não se consolidou uma economia latifundiária e escravista. Nessas áreas, o trabalho dos indígenas, alocados nas aldeias e vilas de índios era o principal responsável pela manutenção econômica desses espaços.

Assim, reside nesses elementos a tamanha importância por parte da Coroa portuguesa em buscar compreender as dinâmicas sociais existentes nos espaços ocupados por populações indígenas. Dessa forma, os serviços prestados por naturalistas e militares como Barreto, foram essenciais para se tentar estabelecer e manter a ordem nessas localidades, bem

como, empreender medidas normativas, que visassem “civilizar” os indígenas.

Presentes na Ilha há quase uma década, os indígenas desenvolveram na região uma maneira particular de viver, com habitações, praticando a agricultura, e ao que tudo indica comercializando madeiras de lei. O que, do ponto de vista material, representou a sua capacidade de conseguirem se organizar e de se autogerir, sem necessitarem da tutela do Estado, como defendia o Diretório dos Índios. Configurando dessa maneira, uma ameaça ao estabelecimento e reprodução da ordem social na Colônia, sobretudo, nas vilas e aldeias de onde haviam fugido, haja vista a importância do seu trabalho.

Compreendidas as ações do capitão Barreto como estando estruturadas a partir do lugar o qual o mesmo ocupava na sociedade do Brasil Colonial, e percebidos os mecanismos de funcionamento dessa sociedade, sobretudo, os que se referem ao Projeto para a “civilização” dos indígenas, alguns questionamentos foram surgindo ao longo das nossas investigações: 1) Por que só depois de tanto tempo a Coroa resolveu fazer com que os indígenas sublevados regressassem? 2) Haveria tido outras incursões anteriores a de Barreto? 3) Quais foram os desdobramentos delas? Essas questões ainda estão em aberto e talvez possam ser solucionadas com a utilização de novas fontes.

Além disso, é preciso destacar a natureza da fonte que utilizamos. Por se tratar de um relato do próprio capitão Domingos Alves Branco Muniz Barreto, e pretendendo ele conseguir mercês a partir de suas ações, a mesma encontra-se permeada por construções que tentam a todo o momento demonstrar o sucesso de suas ações junto aos indígenas. Somada a visões estereotipadas a respeito dos indígenas, o que, como já afirmamos, legitima a necessidade de “civilizá-los” a partir das ideias presentes no Diretório dos Índios.

Desse modo, a busca por novas fontes, para poder confrontá-las, é um elemento importante para o desenvolvimento das nossas pesquisas, visando dessa forma, a compreensão das questões que ainda se encontram sem respostas, somados a isso, a percepção de uma contextualização maior onde possa ser

percebida as redes das relações interpessoais do capitão Barreto, poderá nos conduzir ao entendimento de novas dinâmicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

BARRETO, Domingos Aves Branco Muniz. **O feliz clima do Brasil de Domingos Alves Branco Barreto**. Rio de Janeiro: Dantes, 2008 [1791-1792].

LISBOA, Baltazar da Silva. “Ofício do Ouvidor da Comarca para D. Rodrigo de Souza Coutinho, no que lhe comunica uma interessante informação sobre a Comarca dos Ilhéus, a sua origem, a sua agricultura, comércio, população e preciosas matas”, Cairu, 20 mar. 1799. In: **Anais da Biblioteca Nacional**, n. 26, 1914, p. 102-117.

MEMÓRIA sobre a comarca de ilhéus, por Balthasar da Silva Lisboa. *Anais da BN*, volume 37, 1915.

MEMÓRIA sobre as matas da Comarca de Ilhéus, cortes das Madeiras, Ordens que a este respeito se tem expedido; Regulamento dos referidos cortes e estado atual desta dependência, até o dia 01 de agosto de 1803 por Baltasar da Silva Lisboa, S. I. (cerca de 1803). *Anais da BN*. v. 37.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

ALMEIDA, Rita Heloísa de. **O diretório dos índios: um projeto de "civilização" no Brasil do século XVIII**. Editora UnB, 1997. Disponível em: http://www.nacaomestica.org/diretorio_dos_indios.htm. Acesso em: 26 mar. 2017.

ANCELA, Francisco. Recepção do Diretório dos Índios na antiga capitania de Porto Seguro: uma análise das instruções para o governo dos índios. **Revista História Social**, Campinas, SP, n. 25, 2013, p. 43-70. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/viewFile/1836/1345>. Acesso: DATA AQUI jan. 2018.

CESAR, Guilherme. **Primeiros Cronistas do Rio Grande do Sul 1605-1801**. 3ª Edição. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS, 1998.

COMISSOLI, Adriano. **Pescadores que explicam estancieiros ou mais uma sobre história e antropologia**. *MétisHistória & cultura*, 2010. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/723/528>. Acesso em: 24 maio. 2022.

CUNHA, Manuela Carneiro. “Política Indigenista no século XIX”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992, p. 133-154.

DIAS, Marcelo Henrique. **Economia, sociedade e paisagens da Capitania e Comarca de Ilhéus no período colonial**. Niterói. 2007. 435 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, jun. 2007. Disponível em: http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2007_DIAS_Marcelo_Henrique-S.pdf. Acesso em: 13 mar. 2014.

ELIAS, Nobert. **O processo civilizador**. Vol.1. Uma história dos costumes. 2ª Ed. Rio de Janeiro. Zahar, 2011.

FARIAS, Poliana Cordeiro. **Domingos Alves Branco Muniz Barreto: Ciência, economia e poder na Bahia (1788-1800)**. Disponível em: <https://ppgefhc.ufba.br/pt-br/domingos-alves-branco-muniz-barreto-ciencia-economia-e-poder-na-bahia-1788-1800>. Acesso em: 24 maio. 2022.

KUPER, Adam. **Cultura, a visão dos antropólogos**. Bauru, São Paulo. Edusc, 2002.

MARCIS, Teresinha. **A integração dos índios como súditos do rei de Portugal: uma análise do projeto, dos autores e da implementação na Capitania de Ilhéus, 1758-1822**. Salvador, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/13309/1/Tese%20Teresinha%20Marcis.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2014.

MARQUES, Guida. Do gentio ao gentio bárbaro: uso e deslizes da Guerra Justa na Bahia seiscentista. **Revista de História (São Paulo)**, n. 171, p. 15-48, jul.- dez.2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2014.89006>. Acesso: 15 julho. 2018.

MONTEIRO, JohnManuel. **Guias de Fontes para a História Indígena e do Indigenismo em arquivos brasileiros**. São Paulo. FAPESP/ NHII-USP, 1994.

NAUD, Maria Cardoso. **Índios e indigenismo: histórico e legislação**. Revista de informação legislativa, v. 4, n. 15/16, p. 235-268, jul./dez. 1967. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/224145>. Acesso: 05 jan. 2018.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e o Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. 8 ed. São Paulo: HUCITEC, 2005.

RAMINELLI, Ronald. **Viagens Ultramarinas: marcos, vassalos e governo a distância**. São Paulo. HUCITEC, 2005.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. De como se obter mão de obra indígenas na Bahia entre os séculos XVI e XVIII. **Revista de História**. (São Paulo): USP, n. 129-132, 1994.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **Os Botocudos do Leste na Ótica dos Viajantes do Século XIX (1815 – 1820)**. XXII Reunião Brasileira de Antropologia. Fórum de Pesquisa 4: “Etnografia dos Relatos de Viagem”. Brasília, jul. 2000. Disponível em: http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_22_RB_A/pdf/F%2004%20Mari

a%20Hilda%20Baqueiro%20Paraiso.pdf. Acesso em: 14 jul. 2018.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. “Índios livres e índios escravos: Os princípios da legislação indigenista do período colonial (século XVI a XVIII)”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, Secretaria Municipal de Cultura, FAPESP, 1992, p. 115-132.

SANTOS, Fabrício Lyrio. **Da catequese à civilização: colonização e povos indígenas na Bahia**. Cruz das Almas. UFRB, 2014.

SAHLINS, Marshall. **História e cultura: apologias a Tucídides**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2006.

Recebido em: 30/11/2022
Aprovado em: 17/08/2024

OCTAVIANO HUDSON, “O HOMEM DO POVO, POETA DOS OPERÁRIOS”: O SILENCIAMENTO E O RESGATE DA COR

OCTAVIANO HUDSON, “THE MAN OF THE PEOPLE, POET OF THE WORKERS”: THE SILENCE AND THE RESCUE OF COLOR

ISABELLA DE SOUZA TAVARES¹
PUC-RIO

Resumo: O associativismo mutualista é considerado uma das bases da prática de organização dos trabalhadores do século XIX no Brasil. Nesse sentido, alguns personagens tiveram destaque neste meio organizativo, por suas conexões ou influências políticas. A trajetória de Octaviano Hudson, o fundador da *Liga Operária* do Rio de Janeiro e grande entusiasta da instrução, possui um papel importante para a compreensão do movimento dos trabalhadores no oitocentos, por ser uma figura presente em diferentes frentes de reivindicações. Poeta e popular entre os trabalhadores, ele era muito citado nas páginas de periódicos da época, caçoado por sua aparência e inclinações políticas. O presente artigo pretende abordar a trajetória

Abstract: The mutual associativism is considered one of the bases of organization practice of workers in XIX century in Brazil. In that sense, some characters had emphasis in that organizational environment, for your connections or political influence. The trajectory of Octaviano Hudson, the founder of *Liga Operária* from Rio de Janeiro and great education influencer, has a key role for the comprehension of the workers movement in eight hundred century, for being a present figure in different claim fronts. Poet and popular among the workers, his name was quoted several in newspaper pages in his time, being mocked for his appearance and political inclinations. This present article intends to address Hudson

¹ Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense e atualmente doutoranda em História Social da Cultura na PUC-RIO. Email: isabellast96@gmail.com.

de Hudson à luz do silenciamento de sua cor nas fontes. trajectory in the light of the muting of his color in the sources.

Palavras-chave: Octaviano Hudson; associativismo; instrução; silenciamento; cor
Keywords: Octaviano Hudson; associativism; instruction; muting; color.

INTRODUÇÃO

O Brasil do século XIX esteve longe de ser representado pela dicotomia entre senhores e escravizados, a historiografia vem nos mostrando a complexidade de sujeitos que compunham a sociedade imperial. Dentro deste espectro de renovação trazido pela história social, passamos a compreender que diversos sujeitos compuseram o mundo do trabalho no oitocentos e consideramos as possibilidades de perspectiva de uma classe trabalhadora mais plural.

O mundo do trabalho da segunda metade do século XIX, permeado pelo fenômeno das associações mutualistas nos mostra que a organização e movimentação dos trabalhadores coexistiam junto à sociedade escravista. O entendimento da composição desta classe trabalhadora que se formava no oitocentos traz para os holofotes da historiografia uma diversidade de sujeitos, incluindo homens nacionais brancos e negros livres, libertos, imigrantes europeus, africanos e etc.

Nesse sentido, a trajetória de nosso personagem, Octaviano Hudson, pode ser compreendida como um resgate da diversidade dos sujeitos que permeavam a sociedade do oitocentos. A sociabilidade e os espaços por onde Hudson circulou são parte do mundo do trabalho e podem nos ajudar a compor a história dos trabalhadores da segunda metade do século XIX. Assim, resgatá-lo significa muito mais do que construir uma trajetória personificada, vai além, propondo possibilidades de vivências apagadas pelo silêncio da cor.

Buscamos fazer uma discussão sobre o apagamento da cor de Octaviano Hudson nas fontes. A cor de nosso personagem somente se apresentou para nós através do contato com o artigo

de Ana Flávia Magalhães Pinto, “Vicente de Souza: intersecções e confluências na trajetória de um abolicionista, republicano e socialista negro brasileiro”, no qual tivemos acesso a um artigo no periódico *O Paiz* de 1902 em que Hudson é referenciado enquanto um homem “mulato” (Pinto, 2017). A partir disso, analisamos o conjunto de fontes através de uma perspectiva racializada, tentando responder ao questionamento em torno do silenciamento da cor.

OCTAVIANO HUDSON - “HOMEM DO POVO, POETA DOS OPERÁRIOS”

Octaviano de Castro Hudson nasceu em 1837, filho do negociante inglês George Hudson e de Theresa Maria da Glória. Não temos mais do que a informação de que seu pai chegou ao Brasil em 1834, quando se instalou como corretor de navios e regressou a Londres por conta de uma filha doente, tendo deixado Hudson ainda criança por aqui (*Cidade do Rio*, 13 de agosto de 1900, p.2). Sua mãe parece ter ficado em terras brasileiras, já que foi sustentada pelo filho até sua morte (*O Globo*, 7 de junho de 1876, p.3.). Sendo assim, as fontes indicam que seus pais não contraíram matrimônio, portanto não constituíam uma família nuclear.

O prólogo de seu livro de poesias, *Peregrinas* de 1874, escrito por Fagundes Varella, faz um apanhado de sua vida profissional:

Octaviano Hudson, o homem do povo, o poeta dos operários, aprendeu aos dezesseis anos de idade, a arte tipográfica na casa dos Srs. Soares & Comp., à rua da Alfândega; passou daí para as oficinas do *Diário do Rio de Janeiro* de que era redator e proprietário o Sr. conselheiro Alencar. Saindo do *Diário do Rio de Janeiro*, tomou a administração da extinta empresa do periódico — *Cidadão* —, à rua de S. José — d'onde no fim de um ano partiu para Petrópolis e trabalhou gratuitamente na composição e paginação do — *Parahyba* — jornal do Sr. Zaluar, e do finado Ramigio de Senna Pereira. De Petrópolis foi Octaviano Hudson para a província do Espírito Santo montar a tipografia do — *Mercantil*. Sempre infeliz, iludido sempre,

voltou do Espírito Santo, trazendo por única recompensa de seus labores, como filosoficamente o diz... um feixe de canas. Empunhou os componidores da *Nova Phase*, de Angra dos Reis, onde também foi redactor de um periódico litterario, dedicado às senhoras, denominado — *Beija-Flôr* — da *República, Correio do Brasil e Diária do Povo*, typographia hoje ocupada pela *Reforma*, e finalmente do *Diário de Notícias*, onde muitos artigos escreveu em defesa dos operários (Hudson, 1874, p. 3-4).

Sua vida tem íntima relação com o mundo da imprensa como podemos ver, mas em sua trajetória circulou por diversos meios. Esteve envolvido com os trabalhadores em múltiplas associações mutualistas em que era benemérito e no campo da instrução pública, reunindo esforços para manter de pé escolas noturnas e prover auxílios aos alunos pobres na década de 1870.

Octaviano Hudson é um personagem relevante por sua trajetória de movimentação entre os trabalhadores e pela sua atuação em prol da instrução popular. Sua ideia ao fundar a Liga Operária em 1872, transparece em seu discurso publicado no periódico *Tribuna Artística* à época: “ella é fundada sob as bases as mais sagradas da sociedade - amor ao trabalho, protecção e respeito mútuo e instrucção aquelles que não a tiverem” (*Tribuna Artística*, 25/02/1872, p. 2). Não só para Hudson o trabalho e a instrução caminhavam lado a lado, já que a segunda metade do século XIX foi permeada pelos ventos do progresso iluminista, que influenciou a organização dos trabalhadores e também suas pautas que envolviam a construção de um futuro digno para a classe (Mac Cord, Marcelo, 2012, p. 29).

A Liga Operária, que surgiu com a ideia e iniciativa de Hudson, é apontada por Cláudio Batalha como a primeira associação que se propôs a organizar os trabalhadores enquanto classe (Batalha, 2009, p. 185 e 186). Na reunião de fundação da sociedade a diversidade dos trabalhadores que a compunham transparece, estavam presentes desde carpinteiros e sapateiros até o pintor Pedro Américo (*Tribuna Artística*, 25/02/1872, p. 1). Este grau de pluralidade presente na Liga demonstra ao que a organização se propunha em pleno século XIX, reunir trabalhadores de diferentes segmentos sob as bases do amor ao

trabalho e da instrução, tecendo uma identidade enquanto classe trabalhadora.

Dentro da associação, eram incentivadas medidas em torno da instrução dos trabalhadores. Um dos artigos do estatuto aprovado em 1873, dizia respeito à contribuição dos membros com um livro para a biblioteca da Liga Operária, a ser entregue juntamente com a jóia de entrada que deveriam pagar (*Estatutos Associação*, 1873, p. 537). A sociedade também oferecia aulas noturnas para seus associados e meninos menores de 15 anos, havia disciplinas como primeiras letras, aritmética, francês, desenho geométrico e música (*Gazeta de Notícias*, 23 de março de 1881, p. 5). Podemos considerar que a iniciativa de Hudson acabou cumprindo um papel social, onde o Estado havia deixado uma lacuna. Imerso também nos princípios liberais e progressistas, o governo imperial pensava em formas de modernizar e expandir o ensino profissional, mas sem um planejamento efetivo muitas vezes o ensino das artes mecânicas e das primeiras letras se fazia dentro das associações mutualistas de trabalhadores (Mac Cord, p, 2012, p. 29-30).

Não foi somente no espaço da Liga Operária e das associações mutualistas onde circulou que Octaviano Hudson colaborou em prol da instrução. Sua atuação no âmbito da educação também se deu junto a sociedade como um todo, já que em 1876 publicou a cartilha *Methodo Hudson*, que foi oferecida à infância e ao povo. O objetivo do método era tornar mais fácil e compreensível o processo de aprendizagem da leitura. Foi permitida a reimpressão do método para os agentes da instrução pública e pelas sociedades beneficentes, visando a distribuição gratuita. Em janeiro de 1877, a cartilha foi autorizada pela Comissão de Fazenda Municipal para ser distribuída gratuitamente nas escolas da corte (*Jornal do Comércio*, 31 de janeiro de 1877, p. 3).

Por muitos, Octaviano Hudson, era entendido como um filantropo que estava sempre disposto a ajudar e recolher fundos para os necessitados (*Monitor Campista*, 16 fevereiro de 1886, p. 2). A maioria de suas campanhas de arrecadação eram destinadas à infância, principalmente no que diz respeito às crianças pobres das escolas municipais (*O Globo*, 26 de novembro de 1877, p. 4). Arrecadou sapatos, livros, roupas, penas, recursos e ajudava a

promover premiações para os alunos das escolas da corte (*Jornal do Commercio*, 11 de dezembro de 1877, p. 5). Se filantropo ou “militante” da instrução para o povo, o fato é que Hudson se movimentava em busca de ajuda para os menos abastados.

Por suas crenças republicanas e progressistas era tido como um sonhador iludido, que gastava sua vida a realizar aquilo que propôs mudar - o mundo do trabalho e da instrução (*Revista Illustrada*, 18 de fevereiro de 1886, p. 2-3). Revistas e folhas jocosas tiravam sarro de seus poemas e de sua aparência², o que era tratado de forma indiferente por Hudson. O que se tornava diferente quando questionado sobre sua índole política,

Tratam alguns amigos de assoalhar que me acho empregado no Matadouro e finalmente ao serviço do governo! Calúnia! Não há ninguém neste paiz que ignore que o homem do trabalho honesto arrasta uma vida de lutas e dissabores. Empregado na casa dos Sr. Farani & Irmão que me honraram com a sua confiança, como encarregado das suas cobranças, creio que essa missão nada tem de oficial. Quando me virem a serviço de qualquer governo de meu paiz, então manchem o meu caráter. Não tentem tisanar a minha reputação e as convicções de minha'lma. respeitem a adversidade da pobreza, que persegue aos que amam a pátria e a liberdade (*O Globo*, 12 de junho de 1875, p. 3).

Hudson, que à época era um ferrenho republicano, sempre se colocava em seus discursos contra a monarquia. Fazia ferrenhas críticas ao ministro e diretor da pasta de instrução José Bento da Cunha Figueiredo nos primeiros meses de 1877, quase sempre pela pauta da instrução pública (*O Globo*, 6 de fevereiro de 1877, p. 3). Na década de 1870, era comum que em seus

² Os ataques à aparência de Hudson tinham como alvo seu cabelo e constantemente qualificavam-o como sujo. Como nas sátiras do periódico *Corsário*, que em 1 de setembro de 1881 dizia “Ora o Hudson! Sempre é muito píffio o tal poeta dos piolhos. Depois que arrefeceu do entusiasmo republicano, tem descido (elle nunca subiu) até, até...”. Já a *Revista Illustrada*, em 17 de março de 1880, fazia comentários jocosos indicando que Octaviano Hudson era sujo: “Em consequência do paiz achar-se ainda acéfalo, e a situação anômala, foi mais uma vez adiado o banho que o Sr. Octaviano Hudson prometia tomar.”.

poemas versos como “Só temos por desgraça uma mazela: Fingida liberdade!” estivessem presentes (*Gazeta de Notícias*, 4 de junho de 1877, p.3). Em seus artigos em periódicos soavam críticas como:

Reorganizem-se muito embora ministérios, venha este ou aquelle grupo, liberais ou conservadores o mal continua e continuará sempre; quem nos governa não é a opinião pública, é o telégrafo imperial! O Estado neste paiz é o rei, os partidos são o rei, a salvação pública é o rei e finalmente o rei em tudo e por tudo é uma entidade que absorve todas as liberdades pátrias (*O Globo*, 18 de fevereiro de 1877, p. 3).

Nos agradecimentos de seu livro de poesias havia menção a nomes como Luiz Gama, Quintino Bocayuva e Joaquim Saldanha Marinho (Hudson, 1874, p.13), personagens conhecidos da política das décadas de 1870 e 1880. O último, de quem era amigo e companheiro de maçonaria, aparece diversas vezes nas fontes utilizadas, inclusive, esteve presente em algumas reuniões no início da Liga Operária. Octaviano Hudson até mesmo proferiu discurso na homenagem que Saldanha Marinho recebeu da maçonaria brasileira em 1879 (*Gazeta de Notícias*, 11 de fevereiro de 1879, p. 2.). Tais relações apontam que Hudson estava inserido nas redes de sociabilidade dos republicanos e possivelmente dos abolicionistas.

Nesse sentido, foi um dos signatários do Manifesto Republicano de 1870, era compreendido por seus pares da imprensa como um ferrenho apoiador da causa, algumas vezes descrito como “desenganado de que é elle o unico republicano convicto e sincero do Brazil” (*Revista Ilustrada*, 26 de fevereiro de 1876, p.2). Há indícios de que tenha se envolvido com a causa abolicionista já que é citado na *Gazeta da Tarde* como: “O Hudson, da Liga Operária, o Hudson das meias, sapatos e chapéus para crianças desvalidas, é também o Hudson que se encarregou de pedir o óbolo destinado para remir os captivos” (*Gazeta da Tarde*, 29 de março de 1881, p. 3).

Como jornalista do *Jornal do Comércio* criou a coluna de poesias *Musa do Povo*, que logo se espalhou por outros periódicos, com base em seus ideais republicanos, sendo a musa

a própria república. As poesias possuíam teor político, como a intitulada “*Larguem as pastas*” de 1877, que dizia:

Contempla, musa, a pátria desditosa,
 Captiva de um senhor.
 Não sente do teu seio uma chama ardente?
 Não te passa uma ideia pela mente
 De um destino melhor?

De um em um se atufam os talentos
 Nesta quadra fatal!
 De um em um esmaga-os a voz pública;
 Só nos pode salvar uma república
 Neste transe moral.
 (...)

Largai, largai, deixai a governança,
 Senhores do poder;
 O povo está no leito sepultado
 Por ver o seu caráter difamado
 E nem vos pode ver (*O Globo*, 19 de julho de 1877, p. 3).

Octaviano Hudson faleceu na noite de 12 de fevereiro de 1886, aos 49 anos, em decorrência de problemas cardíacos. Sua morte teve grande repercussão nas páginas da imprensa, imbuídas de palavras sobre sua personalidade. Seu velório e enterro foi descrito pelos jornais de forma comovente, com diversas coroas de flores oferecidas pelos colegas de profissão, dos amigos próximos, das escolas municipais e dos grandes jornais da corte. Carregaram seu caixão figuras ilustres como o líder abolicionista e redator da *Gazeta da Tarde* José do Patrocínio, o político e jornalista Quintino Bocayuva e o proprietário e desenhista da *Revista Ilustrada* Angelo Agostini (*Diário de Notícias*, 14 de fevereiro de 1886, p. 1).

Se vivo despertava a ironia e sátira dos colegas de imprensa, quando faleceu teve sua reputação elevada com odes e homenagens a sua trajetória. As revistas que tanto lhes tiravam sarro, também lhes renderam honras e louros em sua morte estampando-o em suas capas. A legenda da capa em homenagem a Octaviano Hudson, em *O Mequetrefe*, após seu falecimento se

referia ao nosso personagem como “O apóstolo da caridade” (*O Mequetrefe*, 1886, ano 12, edição 399).

Em respeito a sua morte, suspenderam-se as aulas das escolas municipais e algumas associações declararam luto de oito dias, como “prova do desvelo com que Octaviano Hudson se dedicou a protegê-las, a angariar para elas o benefícios do povo e dos públicos poderes, não cansando jamais nessa labutação em que vivia, de pedir para os outros, e na qual chegava até esquecer-se de si próprio” (*Gazeta de Notícias*, 13 de fevereiro de 1886, p.1).

O poema “O operário”, em seu livro foi oferecido aos operários dos arsenais de guerra e marinha em 1874, também foi um dos que mais marcaram sua escrita (*O Trabalho*, 31 de agosto de 1879, p. 2). Sempre lembrado e publicado ao longo do tempo, na ocasião de sua morte não foi diferente, as páginas dos jornais deram eco às palavras de Octaviano Hudson defendendo a classe trabalhadora brasileira:

Ai, quanto dissabor esmaga o operário
 Quer no leito dolente ou ainda na officina,
 Quanto escárnio, meu Deus, ás faces arremessa-lhe
 Estúpida vaidade !

(...)

As mãos cheias de calos, as mãos que nobilitam-se
 Na lima, no martello, na serra e na bigorna,
 Colhem folhetas d'ouro e como as conchas níveas
 Pródigas emergem pérolas!

Lettras, artes, commercio, industrias e sciencias
 Não prescindem do braço invicto do trabalho,
 E quando a pátria ultrajam, lá corre o operário,
 Defende-a até morrer !

Honrando do progresso o prefulgente lábaro,
 Na vanguarda marchai dos grandes combatentes,
 Até que um dia reconquistéis impávidos.
 Libérrimos direitos.

O sol que doura os montes espraia os raios ígneos,
 Beijando as vossas frentes unguidas de suor;
 Quando amortece a flamma, no horizonte atufa-se,

Saúda-te operários! (Hudson, 1874, p. 28-29)

O RESGATE DO SILÊNCIO

A historiografia brasileira produziu um esquecimento sistemático de personagens negros. Um quadro que só começou a se reverter na década de 1980 com a virada historiográfica da história social no Brasil, influenciados pela obra de E. P. Thompson. Pesquisadores brasileiros enveredaram-se por temas como a escravidão e o trabalho através da perspectiva social, na contra-mão da interpretação das grandes estruturas. As obras produzidas desde 1980 até aqui, nos mostram novas possibilidades de agentes históricos, a complexidade do Brasil colonial e imperial, as fronteiras entre escravidão e liberdade e uma história social do trabalho racializada (Chalhoub, 2010).

A formação da classe operária inglesa foi a diretriz da base de construção da nova história social no Brasil. Sem deixar de lado o marxismo, alguns autores também se dedicaram a pensar em um alargamento do conceito de classe trabalhadora, já que um modelo etapista e estruturalista europeu nos manteria encastelados no mesmo paradigma. O livro lançou novas bases para se pensar a formação da classe trabalhadora. Isso porque o autor dá um passo atrás - em 1780 - e afasta o surgimento da classe de fatores somente econômicos do século XIX. Apesar de recentemente existirem críticas de um nacionalismo metodológico na obra, como a feita por Marcel Van Der Linden, o livro foi um pontapé para um recuo no século XIX nos estudos do mundo do trabalho no Brasil (Van Der Linden, 2009, p. 13).

Nesse sentido, Thompson nos trouxe outra ideia ao produzir uma história dos trabalhadores ligada à realidade do cotidiano. Longe de nos afastar de uma história dos trabalhadores ligada à política e às estruturas, E. P. Thompson deixa claro no prefácio de *A formação da Classe Operária Inglesa* que pretende resgatar uma história do “(...) pobre tecelão de malhas, o meeiro luddista, o tecelão ‘obsoleto’ de tear manual, o artesão ‘utópico’ (...)”.³

³ thompson, 2018, p. 14.

Com isso em mente, pensar o mundo do trabalho no século XIX no Brasil significa alargar até mesmo a compreensão de quem são os trabalhadores. Nesse sentido, o artigo de Silva Lara “Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil”, alargou as fronteiras do mundo do trabalho, considerando escravizados enquanto trabalhadores, principalmente a partir da compreensão das relações possíveis entre escravizados e livres (Lara, 1998)

Ao pensar na composição racial no mundo do trabalho, Álvaro Nascimento nos apontou um “paradigma da ausência” em relação à presença da população negra na historiografia do trabalho no Brasil. Tanto em pleno funcionamento da escravidão, como no pós-abolição estes trabalhadores foram desconsiderados e apagados, quando sempre estiveram presentes. Existiam negros livres e libertos compondo o mundo do trabalho livre na sociedade imperial, assim como compartilhando espaços de trabalho no século XX com os imigrantes (Nascimento, 2016, p. 609-610)

Temos uma gama de personagens negros invisibilizados pela historiografia e outros que ainda estão sendo descobertos e investigados por pesquisadores. A história do trabalho que se baseava em uma leitura anômica dos negros no pós-abolição, precisou se reinventar e voltar ao século XIX compreendendo que existia até mesmo a agência nos trabalhadores livres e escravizados, muitas vezes compartilhando experiências entre si (Mattos, 2004, p. 15). Uma historiografia que desconsiderou inclusive figuras negras socialistas como Vicente de Souza e Gustavo de Lacerda, que foram capazes de conseguir interlocução direta entre os trabalhadores livres e o movimento abolicionista (Pinto, 2017, p. 7).

No hall do esquecimento desses personagens, os historiadores que se propõe a resgatá-los do apagamento enfrentam dificuldades de encontrar a cor de forma acessível nas fontes. Dificuldade que Hebe Mattos descreve como “irritante” ao nos mostrar o desaparecimento do registro da cor das testemunhas nos processos da Corte de Apelação na segunda metade do século XIX (Mattos, 2013, p. 105). O que acaba nos restando na pesquisa é o cruzamento de fontes ou outros mecanismos a fim de perceber a experiência racial dos

personagens em fins do oitocentos, como o tratamento que recebiam dos jornais satíricos e as constantes tentativas de ferir-lhes a imagem.

A problemática do desaparecimento da cor nas fontes se relaciona com o processo do silenciamento da cor, que a população negra experienciou a partir da segunda metade do século XIX. A noção de cor herdada do período colonial estava atrelada à condição social dos indivíduos. Podemos notar isso nos significados e na distinção feita entre os termos de referência a população negra, como “preto”, “pardo” e “crioulo”. Nesse sentido, “pardo” era sempre acompanhado do qualificativo “livre” ou “forro”, enquanto distinção social destinada aos não brancos, conferindo uma condição que se afastava e se diferenciava da escravidão. Mattos deixa claro que a classificação de “pardo” pouco considerava a pigmentação da pele, tanto que muitos pardos eram filhos de casais africanos, assim era usado como distinção social (Mattos, 2013, p. 41-42).

Se “pardo” significava um afastamento da escravidão e uma proximidade de ser inserido socialmente no mundo da liberdade branca, o termo “preto” designava diretamente o cativo. Disso deriva o termo “crioulo”, entendido como os escravizados nascidos no Brasil. “Preto” até a metade do século XIX quase sempre se referia aos africanos. A condição social que acompanhava o termo “pardo” nos implica a pensar que a liberdade era inerente ao branco e a escravidão aos negros. O entendimento da liberdade como um atributo do branco só é posta à prova em meados do século XIX, quando demograficamente a população negra livre e liberta superou a de escravizados e brancos - no Rio de Janeiro e Minas Gerais, segundo o censo de 1872. É também em meados do oitocentos, que a posse indiscriminada de escravizados sofreu uma queda, em decorrência da necessidade de mãos nas lavouras do Vale do Paraíba (Mattos, 2013, p. 46).

Acontece que, com o panorama do crescimento demográfico e a decadência do escravismo a partir da proibição do tráfico transatlântico, a liberdade deixou de ser entendida enquanto um atributo apenas dos brancos. O termo qualificativo “pardo livre”, um resquício da época colonial, desaparece das fontes ao passo que “negro/preto” continua a designar o cativo

(Mattos, 2013, p. 42). A liberdade passa a não ser mais atrelada a cor em consequência da grande absorção de negros livres e libertos na sociedade, assim como os brancos precisam criar uma nova identidade que não mais se relaciona com aquela significativa do senhor de escravos (Mattos, 2013, p. 44).

Mas, se a cor desaparece nas fontes onde eram registradas, como qualificativos/status nos processos jurídicos, de que forma a população negra livre se coloca no mundo dos brancos em relação a sua tez? As mudanças não atingem somente as estruturas, a maneira como o entendimento de raça é colocado pelos próprios personagens nos mostram como silenciar tal assunto era a estratégia de sobrevivência. Esse segmento da população livre buscava exercer a plena cidadania, lutando por igualdade entre brancos e pardos, principalmente no que diz respeito à ocupação de cargos públicos (Mattos, 1999, p. 12 e 13).

Atrelado ao silenciamento, Ivana Stolze Lima em *Cores, marcas e falas - Sentidos da mestiçagem no Império do Brasil*, pauta o receio da própria população quanto aos projetos de recenseamento das províncias e do Império que trabalhavam com a classificação racial entre as décadas de 1830 e 1860. O medo de livres e libertos ao afirmarem sua cor para as pesquisas estatísticas estava atrelado ao boato do uso deste dispositivo como ferramenta para escravizá-los (Lima, 2003, p. 108.). Nesse sentido, podemos ver o silenciamento sendo utilizado como estratégia de sobrevivência na ordem imperial.

Nas décadas após a independência, a luta era para que não existisse distinção de cor entre os cidadãos. Por isso, não fazia sentido que libertos não pudessem ocupar cargos públicos ou compor a Guarda Nacional, já que a Constituição de 1824 os reconhecia enquanto cidadãos. Lima aponta o uso da imprensa na década de 1830 em jornais intitulados *O homem de cor* ou *O crioulinho* o uso de termos como “mulato” e “bode” reafirmando uma identidade positiva e ligada a liberdade enquanto ação política, a fim de pautar a igualdade entre os cidadãos do império, independente da cor que possuísem (Lima, 2003, p. 51).

Nesse sentido, no início do império, assistimos com Antônio Rebouças a luta pela plena cidadania dos homens negros libertos, mediante o mecanismo de exclusão dos nascidos cativos a ocupação de cargos públicos. O político, com base no ideal

liberal de liberdade, alegou discriminação racial ao tratamento dado aos egressos da escravidão pela Constituição de 1824 (Mattos, 1999, p. p. 41-43). Na segunda metade do oitocentos, o panorama que temos a partir da década de 1870 com a luta abolicionista, é um movimento de desracialização da escravidão, negando as justificativas de base “natural” na contramão das teorias de inferioridade racial (Mattos, 1999, p. 58-59). O que queremos dizer com isto, é que durante todo o século XIX houve uma problemática em relação a cor e os atributos a ela relacionados para a população negra livre e liberta, fazendo com que silenciá-la fosse uma opção para sobreviver a uma sociedade imperial que ainda herdava as hierarquias sociais do Antigo Regime, pautando a cor e condição social como qualificativo.

Um exemplo de personagem negro esquecido é Teodoro Sampaio, abordado por Wlamyra Albuquerque, que nos mostra como personalidades negras bem sucedidas no ambiente dos brancos - apesar das discriminações - são esquecidos ou dados pouca importância. Teodoro Sampaio era filho de cativa e de pai desconhecido, se formou em engenharia, presidiu o IHGB em 1922 e produziu estudos geográficos sobre a região do nordeste que auxiliaram na obra de Euclides da Cunha. Usou sua posição e influência para libertar os irmãos que ainda eram escravizados. Quem aponta o esquecimento deste personagem é Gilberto Freyre, no centenário de seu nascimento (Albuquerque, 2020, p. 125 e 126). Ainda que para Sampaio e para população livre negra o silenciamento da cor fosse uma estratégia de sobrevivência, suas trajetórias precisam ser lembradas e reafirmadas dentro do complexo contexto do Brasil imperial e republicano.

No caso de Vicente de Souza, já aqui citado, o professor e médico baiano foi figura atuante do movimento republicano, abolicionista e socialista. Circulou em diversas associações de trabalhadores, com destaque para a *Imperial Associação Tipográfica Fluminense*, onde proferiu muitos discursos em defesa da abolição. Em sua rede de sociabilidade e atuação junto aos trabalhadores, Vicente de Souza conseguia aquilo que outros personagens como José do Patrocínio, Ferreira de Menezes e André Rebouças não conseguiam, uma interlocução direta com as classes operárias (Pinto, 2017, p. 6).

Ana Flávia Magalhães Pinto ao nos apresentar a trajetória de Vicente de Souza, nos traz o evento póstumo de homenagem ocorrido em 13 de maio de 1913, no Cemitério São João Batista. Estiveram presentes mais de mil pessoas para a inauguração de seu busto, onde foi descrito como um “eminente batalhador da causa operária”. Apesar de celebrar a vida e os feitos de Vicente de Souza, a homenagem não citava seu perfil racial, o que é minimamente curioso. Como justificativa, a autora nos aponta que talvez a menção a cor não fosse considerada necessária, pelo que a fotografia e o nome referenciavam. A não menção também pode ser justificada pelo código de conduta adotado pelo grupo dos trabalhadores socialistas e da própria sociedade do pós-abolição, que queria deixar para trás as diferenças raciais, inclusive em meio aos trabalhadores, indo contra um suposto “separatismo” (Pinto, 2017, p. 4).

A trajetória de nosso personagem, Octaviano Hudson, se relaciona com a questão do silenciamento da cor. Apesar de possuir um verbete no *Dicionário do Movimento operário*, que o descreve como:

Tipógrafo, jornalista e poeta. Republicano. Signatário do Manifesto Republicano de 1870. Colaborador da *Tribuna Artística - Periódico redigido por Artistas* no início dos anos de 1870 (...) Em 1872, foi o principal organizador da Associação de Auxílios Mútuos “Liga Operária” (Batalha, 2009, p. 79)

Não há nenhuma menção à cor de Hudson nas referências existentes. Apesar de ser mencionado em textos de Cláudio Batalha, sua trajetória não foi abordada a fundo. Sendo assim, a vida pública e política de Hudson pode ser compreendida dentro do campo de estudos sobre os trabalhadores e o associativismo na segunda metade do século XIX, elucidando questões sobre a cor das classes trabalhadoras.

Entre a década de 1860 e o ano de 1886, em nossa pesquisa foram encontradas 814 menções referentes a Octaviano Hudson, em um total de 157 periódicos nacionais disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. O número de menções é significativo, o que demonstra que Hudson atraía atenção do público por sua atuação em meio aos trabalhadores e

aos republicanos. O que nunca ficou claro nessas fontes foi a sua cor, motivo pelo qual acreditamos ele nunca ter sido descrito enquanto um homem negro quando mencionado em trabalhos anteriores. A cor deste personagem - ou o silenciamento dela - foi uma descoberta feita ao longo da pesquisa, em contato com as leituras e fontes.

Em toda quantidade de fontes da trajetória de Octaviano Hudson analisadas, entre 1860 e 1886, em nenhuma sequer há menção explícita sobre sua cor. Somente em um artigo posterior a sua morte, em 1902, é referenciado como um homem “mulato”. Na ocasião, a coluna de Gustavo de Lacerda sob o título “Questão de Raça”, no jornal *O Paiz*, saía em defesa dos trabalhadores negros mediante a crítica dos italianos do periódico *Avantii*, que os acusou de serem “refratários á organização”. Ao apontar que a organização de trabalhadores e o socialismo chegou ao Brasil antes mesmo dos imigrantes europeus, diz:

Muito antes que no Brazil apparecessem os propagandistas do *Avantii!* já um **mulato** - Octaviano Hudson - fazia propaganda socialista, e quando batido pela manha politica da monarchia, em attitude de guerra contra as novas idéas, ficou só e sem meios de lutar, converteu o abrigo que lhe deram nas collumnas do *Jornal do Commercio*, na celebre secção *Musa do Povo*, que se tornou celebre (*O Paiz*, 29 de junho de 1902, p. 2. Grifo nosso)

Lacerda faz a defesa em seu artigo resgatando personagens e trabalhadores negros que se dedicaram a organização da classe trabalhadora no século XIX, onde o socialismo ecoava nas ideias propostas. Por isso, traz junto de Hudson personalidades como Vicente de Souza, Mansios d’Asia e França e Silva, todos homens negros que participaram de alguma forma de movimentações e organizações no mundo do trabalho do oitocentos.

A ideia de lutar contra um “separatismo” racial estava presente no mundo do trabalho do período pós abolição, por isso Gustavo de Lacerda argumenta que “não se compreende que em jornal socialista [o *Avantii*] se incorpore acusações desta natureza, que rompem com toda *solidariedade*, que não pode coexistir com seleção de raças e de cores” (*O Paiz*, 29 de junho

de 1902, p. 2) É também este trecho da fala de Lacerda, que Ana Flávia Magalhães Pinto utiliza para formular uma das razões pelas quais Vicente de Souza e outros personagens em homenagem póstuma não foram salientados enquanto homens negros (Pinto, 2017, p. 5).

Sobre o associativismo do século XIX, muitos autores demonstraram como trabalhadores livres se organizavam em prol da abolição, como no caso do padeiro João Mattos, que organizou os empregados de padaria em ações diretas de libertação de escravizados e em meio as associações mutualistas (Mattos, 2004, p. 15). A busca por nobilitação e pelo afastamento daquilo que a sociedade compreendia sobre o trabalho manual ser comparado ao escravo, se dava por duas formas. Para muitas sociedades mutualistas o fim da escravidão colocaria todos os trabalhadores em pés de igualdade, sendo possível o afastamento total da ideia de que o trabalho manual seria degradante. Outras associações, como a *Sociedade Beneficente dos Artistas de São Cristovão*, proibiam homens negros livres e libertos no seu corpo de membros, pois queriam se manter o mais longe possível do mundo da escravidão (Batalha, 2010, p. 64).

Esse panorama do associativismo no oitocentos e sua postura perante a escravidão, nos indica não só que trabalhadores livres e escravizados compartilhavam espaços de trabalho, mas também em alguns casos uma luta comum, a liberdade. Conseguida a emancipação, a luta pela causa dos trabalhadores seria uma só. Essa perspectiva pode jogar luz à luta contra um separatismo racial no pós-abolição do qual Lacerda nos fala, considerando que a liberdade colocou todos os trabalhadores em igualdade jurídica. Assim como a posição de sociedades mutualistas que excluíam homens negros, pode nos ajudar compreender a crítica do jornal *Avanti!* colocando “a pecha de refratários aos negros, como uma nota de inferioridade, tendendo a incentivo de repulsa por parte de outras raças” (*O Paiz*, 29 de junho de 1902, p. 2).

Toda a questão racial que Lacerda expõe defendendo trabalhadores negros e os trazendo como personagens importantes do mundo do trabalho, na qual Octaviano Hudson aparece, é parte central deste artigo. Se Hudson foi figura importante na sociedade imperial a ponto de aparecer

constantemente nos jornais da corte e ser referência em seus campos de atuação enquanto um homem negro, o fato de sua cor não aparecer nas fontes analisadas reflete muito da questão racial da segunda metade do século XIX.

Não nos custa rememorar que as décadas finais do oitocentos são marcadas pela propagação de teorias raciais e projetos eugenistas, que pautavam a modernização através do ideal de embranquecimento pela mestiçagem enquanto melhoramento do futuro do país (Seyferth, 1994, p. 177-179. Schwarcz, 1993; Schwarcz, 1994, p. 137-152, 1994; Schwarcz, 2013). O darwinismo social e a antropossociologia enquanto ciências deram base a uma desigualdade que na mentalidade daqueles cientistas deveria ser entendida como natural. Giralda Seyferth considera que a busca por uma mão de obra “moderna e civilizada” se baseia na crença de que escravizados e libertos não eram capazes de compor a mão de obra livre de um país que buscava o progresso (Seyferth, 1996, p. 45; Carula, 2012. T; Carula, 2008, p. 349-370).

Nesse sentido, o silêncio da cor nas fontes na segunda metade do século XIX reflete uma sociedade que almejava para si ser o espelho de nações europeias, buscando na prática suprimir a presença e herança africana de seus cidadãos. Sendo assim, não é surpresa que os próprios sujeitos silenciaram suas origens frente a conjuntura que se impunha nos projetos de nação e no tratamento do cotidiano social.

A COR NAS ENTRELINHAS

Enquanto era exaltado por suas ações em benefício das crianças mais pobres e entre os trabalhadores, para alguns Octaviano Hudson servia como alvo de sátira e deboche. *O Mequetrefe*, *Revista Ilustrada* e *O Corsário* eram os periódicos satíricos que se referiam ao nosso protagonista de formas pejorativas. É comum encontrar nas páginas dessa imprensa em específico, tons de deboche em relação às atuações e trabalhos de Hudson. Como por exemplo, críticas a suas poesias na coluna “Musa do Povo” no *Jornal do Comércio* ou ao seu livro de poesias, intitulado *Peregrinas* (*O Mequetrefe*, 25 de setembro de

1878, p. 2). Entretanto, além da desqualificação a sua escrita, sua aparência era quase sempre o alvo dos deboches nos jornais.

Não era incomum que Octaviano Hudson fosse referido pelos periódicos jocosos da corte como um indivíduo sujo, a quem faltava banho. A aparência de Hudson foi comentada por Francisco Rangel Pestana, em ocasião que escreveu um texto defendendo-o:

(...) Ao Hudson acontece o mesmo que ao Quintino, mancebo sympathico, esbelto e de physionomia insinuante: fazem-no feio. Caprichos dos lápis humorísticos, que procedem em opposição à fotografia. Tem muitas vezes esse inconveniente e popularidade pelo constante aparecer em folhas ilustradas. (...) Quem observa atentamente este typo da sociedade fluminense reconhece que as linhas de seu rosto dão um todo que não está em perfeita relação com a sua figura, conforme nela apresentam as folhas ilustradas: mas em parte ele mesmo é o culpado disso: a sua cabelleira, a gravata e o traje andam constantemente em desalinho. Descuido ou capricho, é assim gila os lápis do Angelo, do Bordallo, e outros o encontram a propósito (*O Globo*, 07 de junho de 1876, p. 3)

A cabeleira, que foi descrita como "anelados cabellos, cujas pontas às vezes se misturavam com a da sua barba" (*Cidade do Rio*, 13 de agosto de 1900, p. 2), era o alvo de chacota através de sátiras: "Que Octaviano Hudson foi encontrado de chapéu novo, entre as dez e as onze, na rua dos piolhos. Que fatalidade!" (*O Mequetrefe*, 13 de dezembro de 1879, p. 3). Era frequente as insinuações sobre Hudson necessitar de banhos, as piadas desse teor eram constantes na *Revista Ilustrada* e em *O Mequetrefe*:

A pedido geral dos seus companheiros do *Jornal*, o sr. Octaviano Hudson decidiu tomar um banho. O Castelo dará o sinal por três girândolas, se o banho fôr quente, por duas, se fôr apenas frio (*Revista Ilustrada*, 6 de março de 1880, p. 3).

(...) No Rio de Janeiro toda a gente toma banho, incluindo mesmo nesse número, apesar das opiniões em contrário, o nosso amigo Sr. Octaviano Hudson (*O Mequetrefe*, 10 de março de 1884, p. 6)

A história diz que os grandes furiosos da antiguidade Tântalo, Atreu, Orestes... não lavavam a cara; Attila, os Borgia e mais modernamente, o Sr. Octaviano Hudson nunca experimentaram as delícias do banho (*Revista Ilustrada*, 23 de julho de 1881, p. 2).

Faz sentido que questionemos esse tipo de tratamento direcionado a nossa personagem, afinal os ataques a sua aparência tinham como alvo seu cabelo enrolado e davam a entender que sua fisionomia possuía aspecto de suja.

O periódico *O Corsário* era ainda mais incisivo em seus deboches acerca de Octaviano Hudson, atribuíam a ele codinomes como “poeta dos piolhos” e crônicas eram escritas em relação a sua aparência. Na ocasião em que Hudson se encontrou com o imperador Dom Pedro II, o tom dos comentários foram:

Sua Majestade sabe os perigos em que incorre? Sabe o que é o Octaviano Hudson? Sabe o que é que ele traz em cima de si? Olhe, só de bichos: São piolhos. São percevejos. São muquiranas. São baratas. São ratos. São teias de aranha. São cobras. São lesmas. São minhocas. Quanto a outras cousas: Bodum. Suor azedo. Chulé. O Cruzeiro. Caatinga. Exalações miasmáticas. Cheiros de matérias pútridas. Mau cheiro na boca. Fedor no nariz. Aquilo que Deus mandou Ezequiel comer com pão, isto é, o que Cambronne respondeu aos ingleses. Guano do Peru. Cebo. Tudo isto, debaixo da influência do nosso rico sol tropical, nesta estação principalmente, é suficiente para desenvolver a febre amarela em todos os cortiços do Sr. Conde d'Eu, nas casinhas da quinta Imperial, em toda a cidade enfim. E sua magestade consente que o Hudson o visite! Mas isto é querer se suicidar e enlutar o seu netinho! (*O Corsário*, 11 de novembro de 1882, p.3).

Em outra edição do jornal, há uma coluna com um poema tratando de Hudson:

É mais nojento que um corvo
Que toda raça suína
Ainda mais porco que o Hudson

É um sapo de latrina.
Tem mais catinga ele só
que um milhão de pretas velhas
É todo lixo dos pés
Até à ponta das orelhas. (...)
Envie a casca de côco
Mais o sabão (ordinário)
À redacção da Gazeta
Que lave o tal latrinario (*O Corsário*, 11 de janeiro de
1883, p.2).

Nos versos deste pequeno poema, podemos perceber como as sátiras fazem analogias com animais conhecidos por viver em ambientes insalubres, como os termos “raça suína” e “sapo de latrina”. Talvez a insinuação mais chocante seja a de que Octaviano Hudson teria mais catinga do que pretas velhas, o que nos faz pensar a relação entre sujeira e cor colocada na frase. A lógica de que pretas velhas são fedorentas e que Hudson equivaleria ao cheiro de mil destas mulheres.

Há algumas razões para *O Corsário* possuir um tom mais incisivo, quase maldoso, quanto a persona de Hudson. O primeiro ponto é que o periódico foi o primeiro da tipologia de “pasquim” da corte, surgiu em 1880, causando impacto na imprensa assim que chegou. Portanto, o teor radical era proposital. O jornal caçoava até mesmo do Imperador Dom Pedro II e de sua família, fazendo duras críticas à política monarquista. Os ministros e o chefe de polícia também faziam parte do foco satírico. Tudo poderia se tornar piada, crônica ou deboche (De Araujo, 2009, p. 52). Sendo assim, Octaviano Hudson era mais um alvo, o que indica novamente sua intensa circulação na sociedade civil e política, como personagem relevante. Neste caso, as menções eram sempre relacionadas ao seu talento na escrita e a sua aparência.

Apulcro Castro, o criador e redator da folha satírica, era um republicano radical que discordava não só do modelo político vigente, mas também de posições moderadas dos liberais. Apesar de ser também um partidário da abolição, suas posições diferiam da atuação de grandes figuras abolicionistas. Rodrigo Araújo em sua dissertação sobre os pasquins, aponta que o pouco apreço que

o redator do *Corsário* nutria por figuras como Joaquim Nabuco e Patrocínio tinha razão na crença de que estes personificavam a luta abolicionista e pretendiam fazer fama (Ibidem, p. 57-58).

Por isso, era constante edições que continham ataques a adversários políticos, aqueles dos quais discordavam e até mesmo de desafetos da imprensa. Nesse sentido, o ataque a Hudson pode se justificar por sua radicalidade republicana ter se recrudescido ao longo do tempo. Ou, pelo mesmo pensamento que Castro possuía em relação a figuras que personificavam lutas sociais.

Octaviano Hudson nunca respondeu aos deboches dos colegas de imprensa, ao contrário do que fazia quando as críticas que recebia eram políticas, como já vimos. Talvez por se manter apático com os deboches, os ataques nunca cessaram, a não ser em respeito a sua morte. A imprensa jocosa tinha seus alvos e Hudson foi um deles, a única questão que permanece para nós é o conteúdo das sátiras feitas. O alvo ter sido sempre o seu cabelo encaracolado e sua aparência nos coloca a questionar se havia alguma relação com sua cor.

Segundo as fontes analisadas, Octaviano Hudson nunca se afirmou enquanto um homem negro nas folhas da imprensa. Talvez não considerasse necessário ou não quisesse, devido a questões raciais que permeavam a segunda metade do século XIX, a qual já discutimos anteriormente. O silenciamento da cor abordado aqui também se anuncia na postura de Hudson e se este silêncio pode ser entendido como estratégia de sobrevivência.

Contudo, fica claro para nós que o tratamento que recebeu - não só da imprensa jocosa - fazia questão de deixar claro que mesmo que Hudson se pretendesse um intelectual, para alguns setores o seu conhecimento da língua ou suas técnicas de escrita não eram suficientes. *O Mequetrefe* em abril de 1880 dizia: “O Octaviano Hudson, o autor da cambaia *musa do povo* vai publicar um volume de versos. Tremam, Gregos e Troianos! O livro se há de intitular - *Cabeludas*. É muito bem achado” (*O Mequetrefe*, 28 de abril de 1880, p. 7). Já *O Corsário*, fazia alusão a coluna “Musa do Povo” no *Jornal do Comércio* como “musa piolhenta” (*O Corsário*, 28 de outubro de 1882, p. 2).

Outros periódicos quando Octaviano Hudson faleceu, fizeram questão de marcar a sua condição financeira e sua qualidade como escritor. As homenagens póstumas lembravam

sua pobreza e seu espírito filantrópico (*Monitor Campista*, 16 de fevereiro de 1886, p. 2). Uma década após sua morte o periódico *A Semana* fazia menção às suas habilidades poéticas: “O Octaviano Hudson, o da *Musa do Povo*, e esse mesmo não sei se lhe diga que tinha mais vibração e mais estro, ainda que não soubesse tão bem a língua” (*A Semana*, 8 de abril de 1895, p. 1).

Em outra ocasião, Octaviano Hudson foi alvo de comentários pejorativos e atitudes mal intencionadas, quando foi preso em 15 de junho de 1864 na vila de São João do Príncipe. A situação foi que o delegado de polícia da localidade deu ordem para que um policial desse voz de prisão a Hudson, que foi solto na manhã seguinte com a condição de apresentar justificação. No dia 17, antes de se apresentar para sua justificação, nosso personagem descreveu que em conversa com um amigo:

(...) narrei-lhe a violência de que havia sido vítima e que viria à augusta presença de Sua Magestade o Imperador pedir justiça pela afronta que se me havia feito. O delegado que se achava presente disse que eu me estava dirigindo a ele e que só por isso merecia um processo; retirei-me para fazer o requerimento de justificação, e apenas transposto o limiar da porta do escritório do meu procurador o Sr. Domingos José Vaz, recebi nova ordem de prisão. Antes de ir para a cadeia entreguei o meu requerimento ao Sr. delegado, e recolhido á ela, veiu apoz ordem para se me encerrar na enxovia, o que se executou continente, e o tabelião Angelo intimou-me que eu estava já à disposição do chefe de polícia. O requerimento foi-me dado depois de passados cinco dias, só com o fito de se me demorar nessa cadeia para cumprir a pena que a mais cega vingança havia premeditado (*Correio Mercantil*, 27 de junho de 1864, p. 1)

Hudson se defende argumentando que habitou dois anos em São João do Príncipe, como preceptor dos filhos do capitão João José de Sá Cherem, que era votante do município à época em que lá residia. Ainda é mais incisivo ao dizer que “Eis o homem desconhecido que se prende para recruta, quando todos têm ciência de que sou casado, e que a própria qualificação para

votante não só marca meu estado com a minha atual profissão” (*Correio Mercantil*, 27 de junho de 1864, p. 2).

Ao delegado acusado por Octaviano Hudson de cometer tal injustiça, Pacífico José da Silva, foi dado o direito de resposta nas páginas do *Jornal do Commercio*, onde o mesmo alega que “Havia em S. João do Príncipe um indivíduo chamado Octaviano de Castro Hudson. Esse indivíduo era geralmente apontado como de ruins costumes, sem profissão conhecida, roxoso e quase vagabundo”. O delegado defende que precisava dar cumprimento às ordens do Dr. Chefe de Polícia da corte, que lhe exigia recrutas. Em sua defesa ainda aponta que “Mais de um reclamo se tinha feito ouvir ante as autoridades contra esse indivíduo, que, em seu desatinado proceder levava seu arrojo até à provocação contra agentes da autoridade pública” (*Jornal do Commercio*, 17 de julho de 1864, p. 1).

Já em seu primeiro pronunciamento ao público do jornal *Correio Mercantil*, Hudson tratou de recolher um abaixo assinado, atestando que residiu no município de São João do Príncipe por dois anos e que havia se transferido para o município de Piraí para também exercer a profissão de preceptor, cuidando da educação dos filhos de fazendeiros da região. Assinaram este abaixo assinado indivíduos de prestígios da região, como o Barão de Mangaratiba, o já aqui citado João José de Sá Cherem, os advogados Belisário Antonio Ramos Barbas e Domingos José Vaz, Luiz José de Sá Cherem Junior, entre outros (*Correio Mercantil*, 27 de junho de 1864, p. 2).

Era comum que Octaviano Hudson, quando estivesse sob acusação recolhesse testemunhos de amigos renomados na sociedade. Isso também ocorreu quando o *Methodo Hudson* de leitura repentina, foi acusado de ser um plágio de outra cartilha. Ocasão que Hudson não só se provou inocente, mas também reuniu depoimentos de profissionais da educação sobre a eficácia de seu método e apresentou amigos atestando sua índole (*Gazeta de Notícias*, 12 de abril de 1877, p. 3). Nestas duas situações em que se provava diante do público, nos faz levantar o questionamento do porquê era tão importante para Hudson ser referenciado e validado por terceiros. É possível que qualquer acusação pudesse acabar com a reputação de Hudson e neste caso ele estava sempre armado para se defender.

Voltando para o caso de sua prisão em S. João do Príncipe, acontece que ao fim de seu pronunciamento de defesa, Octaviano Hudson afirmou ter sido vítima de uma “vingança eleitoral”. O que coincide com o processo eleitoral para escolha de deputado no ano anterior no mesmo município, em que Hudson se envolveu em um alvoroço na apuração dos votos. Nas páginas do jornal *A Actualidade*, ele narra o acontecimento em que Joaquim Breves diz que não iria apurar mais que 10 votos de Dr. Luiz Barbosa da Silva, seu então adversário na eleição. Indignado com o diretório "pigmeu" da região, que segundo Hudson,

(...) tentou circunscrever a liberdade de todo o colégio à sua imposição, tanto assim que antecipadamente ao dia 9 já se havia propalado que o candidato o Sr. Dr. Luiz Barbosa da Silva não obteria senão derrotas e as mesmas seriam dadas pelo Sr. Joaquim Breves que expressamente havia distribuído dez cédulas com o nome desse candidato, para satisfazer alguns eleitores que relutaram na fazenda de Olaria por ouvirem dizer que se deveria excluir completamente o nome do Sr. Barbosa. (...) o Sr. Breves e seus agentes seriam firmes em recusar qualquer reclamação, visto que o banquete, como disse um mesário era especialmente da mesa e por conseguinte tinham direito a regerem como bem lhes aprouvesse a orquestra que devia servir nessa bacchanal (*A Actualidade*, 13 de outubro de 1863, p. 2).

As críticas de Octaviano Hudson foram direcionadas à questão da liberdade e do voto livre, que na situação descrita por ele haviam sido deixadas de lado mediante a combinação do próprio diretório ao propor a chapa já vencedora antes de se darem as eleições.

Ao propor que havia sido vítima de vingança eleitoral em junho de 1864, acreditamos que Octaviano Hudson estivesse resgatando a memória desta situação relacionada às eleições e a figura de Joaquim José de Souza Breves, a quem teceu duras críticas. Junto à crença de Hudson na vingança eleitoral, há críticas na imprensa à polícia de São João do Príncipe em janeiro de 1868. No *Correio Mercantil*, o autor da publicação julga a

escolha dos policiais e delegados da região, afirmando ser pautadas sempre em interesses políticos. São citados os excessos cometidos pela classe policial contra alguns cidadãos, cita a ocasião em que o delegado Sr. Pacifico prendeu Octaviano Hudson sob falsa acusação, tendo meses depois voltado a ativa. Mencionando, inclusive, o caso de um importante advogado da região que foi processado pelo mesmo Sr. Pacifico por “defender os direitos de uma família de cor” (*Correio Mercantil*, 09 de janeiro de 1868, p. 1).

A leitura que fazemos dessa junção de acontecimentos é a de que Pacifico José da Silva seria protegido do fazendeiro Joaquim Breves, tendo executado a prisão de Hudson a mando do importante negociante e deputado da região como vingança eleitoral. Não custa salientar que o Sr. Breves era um dos maiores fazendeiros cafeicultores de São João do Príncipe e adjacências (Lourenço, 2010). Acrescenta-se a isso, o fato de que o delegado já havia processado um advogado por defender uma família negra, o que possivelmente indica teor racial em suas atitudes.

Na conjuntura da prisão de Octaviano Hudson, ainda podemos acrescentar o motivo do recrutamento, que no século XIX recaía sobre negros e pardos por meio de condições acusatórias de vadiagem. Quanto a isso, o delegado descreveu especificamente o motivo de “quase vagabundo” (*Jornal do Commercio*, 17 de julho de 1864, p. 1) para argumentar a prisão de Hudson, ainda que a realidade se provasse o contrário.

Precisamos considerar que Hudson se encontrava fora de sua cidade de origem e a migração para vilas e cidades menores era um desafio. O processo de aceitação do migrante pela comunidade local exigia determinado grau de relações estabelecidas, uma rede de proteção que nosso personagem possuía, por trabalhar para figuras importantes da região. Octaviano Hudson cuidou da educação dos filhos de José de Sá Cherem, dono de terras e cafeicultor de S. João do Príncipe e arredores, após terminar este trabalho foi a Pirai ser preceptor dos filhos de outros fazendeiros. Hebe Mattos aponta que estabelecer laços enquanto migrante era o principal requisito para ser aceito (Mattos, 2013, p. 54). Nesse sentido, Hudson possuía um apadrinhamento. Não é à toa que conseguiu tantos depoimentos para seu abaixo assinado, que o validava naquela localidade.

O questionamento quanto a esta ocasião se coloca em relação ao tipo de tratamento recebido, não só as falsas acusações sobre vadiagem e perturbação pública, mas o fato da prisão ter sido executada de fato, mesmo que Hudson fosse conhecido na localidade de S. João do Príncipe. Ainda que o ocorrido fosse uma vingança eleitoral, como foi apontado, o tipo de tratamento oferecido coloca em jogo se nesta ocasião a cor silenciada não falou mais alto.

O tratamento que Octaviano Hudson recebeu nas ocasiões retratadas até aqui, nos ajudam a levantar um outro ponto. As sátiras e os ataques podem ser interpretados como uma forma de desfigurar a imagem do nosso personagem. Se partimos do que a figura de Hudson representa ocupando lugar de destaque na sociedade imperial por suas posições políticas e enquanto um homem negro, os ataques podem ter aí um objetivo. Minar a reputação de um homem que cultivava os valores da educação e do trabalho para o povo, faria sentido em uma sociedade onde o silêncio da cor imperava e onde o Estado não oferecia assistência.

Podemos pensar que se Octaviano Hudson era um homem negro, porque os jornais satíricos nunca apontaram isso de forma explícita. A hipótese que temos para isso é de que, a cor estar evidente no conteúdo dos deboches seria uma forma de legitimação quanto a presença e a influência de um “mulato” em posição de relevância. O que referencia esta possibilidade é justamente a postura da sociedade da segunda metade do século XIX quanto à cor. Se somem os qualificativos de cor dos processos jurídicos em relação à população livre e se o silenciamento era uma estratégia de sobrevivência, faz sentido que a sociedade não pretendesse referendar a cor de personagens em posições relevantes. O silenciamento nesse caso seria uma via de mão dupla.

Ainda que as fontes apresentadas aqui silenciem a cor de Octaviano Hudson, o que podemos ver nas entrelinhas foram tratamentos com tons discriminatórios e jocosos que provavelmente se relacionam com uma questão racial. O que tentamos demonstrar é a forma como sua cor foi silenciada e somente quinze anos após sua morte aparece de forma explícita nas páginas da imprensa, referenciada por um então militante negro e socialista.

Com a falta de acesso a registro civil e de batismo de nosso personagem, este foi o caminho possível a ser trilhado para apresentar indícios sobre a cor de Octaviano Hudson e o silenciamento em torno da questão. Não é surpresa que sua cor tenha sido suprimida, tanto por si próprio quanto pela imprensa, visto que a questão racial era entendida como um entrave para livres e libertos e o silenciamento da cor era encarado como estratégia de sobrevivência. Para isso podemos resgatar Hebe Mattos: “a cor inexistente antes de significar apenas branqueamento era um signo de cidadania na sociedade imperial, para a qual apenas a liberdade era pré-condição”.⁴ Ou Ivana Stolze Lima: “Não falar sobre a cor, em determinados discursos, não indica não agir, em outras instâncias, a partir de uma série de critérios associados à distinção de cor: a condição social, proveniência, as práticas culturais etc”.⁵

Nesse sentido, o caminho que fizemos para cobrir as lacunas deixadas pelo silêncio da fonte foi o de trazer a conjuntura social do século XIX que explica o próprio desaparecimento da cor. Percorrer os rastros deixados pela imprensa e seguir alguns padrões de tratamento oferecido às personalidades negras é um dos mecanismos que podemos utilizar para contornar os desafios que as fontes nos impõe. Se há um apagamento da cor em nome do projeto de nação que se construía para o Brasil em fins do oitocentos, não podemos deixar que a historiografia continue suprimindo esta problemática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

Estatutos Associação de Socorros Mútuos Liga Operária. Coleção de Leis do Império de 1873, p. 537

Periódicos

⁴MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista.** São Paulo: Editora Unicamp, 2013. p. 109.

⁵LIMA, Ivana Stolze. **Cores, marcas e falas: sentidos da mestiçagem no Império do Brasil.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003, p. 122.

A Actualidade.
A Semana.
A vida Fluminense.
Cidade do Rio.
Correio Mercantil.
Gazeta de Notícias,
Jornal do Comércio.
Monitor Campista.
O Corsário.
O Globo.
O Mequetrefe.
O Paiz.
Revista Ilustrada.
Tribuna Artística.

Diversos

Coleção de Leis do Império de 1873.

BIBLIOGRAFIA

BATALHA, Claudio H. M. **Dicionário do movimento operário: Rio de Janeiro do século XIX aos anos 1920, militantes e organizações.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

BATALHA, Cláudio H. M. Relançando o debate sobre o mutualismo no Brasil: as relações entre corporações, irmandades, sociedades mutualistas de trabalhadores e sindicatos à luz da produção recente. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 2, n. 4, p. 12-22, 2010.

CHALHOUB, Sidney & TEIXEIRA, Fernando. Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980. **Cadernos AEL**, 14 (26), 2010.

DE ARAUJO, Rodrigo Cardoso Soares. **Pasquins: submundo da imprensa na corte imperial, 1880-1883.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro

– UFRJ, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – Programa de Pós-Graduação em História Social, ano 2009.

LARA, Silvia Hunold. Escravidão, cidadania e história do trabalho no Brasil. **Projeto História**, São Paulo, n. 16, p. 26, fev. 1998.

LOURENÇO, Thiago Campos Pessoa. **O Império dos Souza Breves nos Oitocentos: política e escravidão nas trajetórias dos Comendadores José e Joaquim de Souza Breves**. Dissertação. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista**. São Paulo: Editora Unicamp, 2013.

MATTOS, Hebe Maria. **Escravidão e cidadania no Brasil monárquico**. Companhia das Letras, 1999.

MATTOS, Marcelo Badaró. Recuando no tempo e avançando na análise: novas questões para os estudos sobre a formação da classe trabalhadora no Brasil. In: GOLDMACHER, Marcela; MATTOS, Marcelo Badaró; TERRA, Paulo Cruz. **Faces do trabalho: escravizados e livres**. Niterói: EdUFF, 2004.

NASCIMENTO, Álvaro Pereira. Trabalhadores negros e o "paradigma da ausência": contribuições à História Social do Trabalho no Brasil. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 29, 2016.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. Vicente de Souza, homem de cor e homem universal: posicionamentos sobre raça na trajetória de um abolicionista, republicano e socialista negro no final do século XIX. In: **8º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. 2017.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. Para quem quiser ver: cidadania negra e preconceito de cor nas páginas da Gazeta da Tarde (1880-1887). In: **7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. 2015.

ALBUQUERQUE, Wlamyra. Teodoro Sampaio, “eminência parda” e a “cor não luzidia”: negócios da liberdade e racialização

no tempo da abolição. In: SAMPAIO, G., LIMA, I., BALABAN, M. (org). **Marcadores da Diferença. Raça e Racismo na História do Brasil**. Salvador, EDUFBA, 2020.

SEYFERTH, Giralda. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos. **Anuário antropológico**, v. 18, n. 1, p. 175-203, 1994.

_____. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (org.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz e CCBB, 1996, p. 41-58.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa, vol. 1: a árvore da liberdade**; tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

VAN DER LINDEN, Marcel. História do trabalho: o velho, o novo e o global. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 1, n. 1, 2009.

Recebido em: 24/11/2022
Aprovado em: 15/07/2024

“A SUCURSAL DA FAVELLA”: PRODUÇÃO DO
ESPAÇO CRIMINALIZADO SUBURBANO NA
ESTAÇÃO D. CLARA (1900-1910)

“THE BRANCH OF THE FAVELLA”: PRODUCTION
OF THE SUBURBAN CRIMINALIZED SPACE AT D.
CLARA STATION (1900-1910)

FÁBIO DE BRITO REZENDE¹
Universidade Federal de São Paulo

Resumo: o presente texto analisa a construção de um “espaço criminalizado” nos subúrbios cariocas em fins da década de 1900, nos arredores da estação ferroviária D. Clara, localizada no distrito suburbano de Irajá, no contexto das reformas urbanas cariocas conduzidas no início da mesma década. A partir da análise documental de periódicos da época, identificamos que, após campanha realizada pela Repartição de Saúde Pública (liderada pelo médico Oswaldo Cruz) em 1907, que ocasionou a expulsão de moradores dos morros da Favella, Providência e Santo Antônio (localizadas nos distritos centrais da cidade) houve notável preocupação da imprensa sobre os destinos desta população deslocada – frequentemente

Abstract: this text analyses construction of a “criminalized space” in Rio de Janeiro’s suburbs at the end of the 1900 decade, in the outskirts of D. Clara’s railway station, located at the suburban district of Irajá, in the context of the urban reforms conducted at the start of the same decade. Starting from the documental analysis of published newspapers, we can identify that, after a campaign carried out by the Department of Public Health (lead by dr. Oswaldo Cruz) in 1907, that resulted in the expulsion of residents of the Favella, Providência and Santo Antônio hills, there was a notable concern about the destination of this dislocated population – often referred as “ruffians” by the press and with a

¹ Fábio Rezende é mestre em Relações Étnico-Raciais pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (PPRER/CEFET-RJ), e atualmente é doutorando em História pela Universidade Federal de São Paulo (PPGH/UNIFESP). E-mail para contato: fabrez@hotmail.com.

chamados de “facínoras” na imprensa e preconceituosamente associados ao crime – acompanhando-os à região de D. Clara. *biased relation to crimes – tracking them to D. Clara.*

Palavras-chave: Rio de Janeiro, subúrbios, favelas **Keywords:** Rio de Janeiro, suburbs, favelas

INTRODUÇÃO: “O RIO CIVILIZA-SE”

A década de 1900 se apresentou como palco de profundas mudanças em suas feições urbanas da cidade do Rio de Janeiro. Animados com a retórica modernizante da República, as classes dirigentes do país externaram a necessidade de tornar a capital brasileira vitrine das expectativas de um infante projeto de nação republicano – que se quis moderno, branco, europeu.

Não por acaso, foram de Paris algumas das principais influências para os planos de se transformar a cidade a partir de novos paradigmas (ABREU, 2022), com claras inspirações às obras realizadas pelo Barão da Haussmann, prefeito da cidade europeia em meados do século XIX. Foi importado, até mesmo, o termo *Belle Époque* para se referir a este momento de grandes intervenções na cidade. Porém, aos olhos destes ilustrados membros da sociedade, já se apresentavam inscritas na cidade uma série de impeditivos para o tão almejado “progresso” nacional, materializadas em duas formas de habitação bem características dos distritos urbanos cariocas: os cortiços e as favelas.

Os diversos cortiços espalhados pelo centro da cidade e habitados por toda sorte de pessoas – entre imigrantes portugueses e espanhóis, chineses e “turcos” (como eram chamados, genericamente, os árabes que na cidade moravam), pretos e “mulatos” (ou “mestiços”, definições que atualmente são considerada s problemáticas, mas que à época eram bastante empregadas) – já haviam capturado as atenções do poder público desde, pelo menos, a década de 1870 (Chalhoub, 1996), como evidenciados por diversos dispositivos presentes nos Códigos de

Postura da cidade, que visavam a proibição de construção de novos cortiços e a manutenção dos prédios já existentes.

Ainda assim, foi apenas no início da década de 1890 que, pelas ações do prefeito Barata Ribeiro, o cerco aos cortiços ganhou vigor – e ares de espetáculo. A demolição do maior cortiço da cidade, o *Cabeça de Porco* (que se localizava, aproximadamente, entre a atual estação Central do Brasil e o morro da Providência) foi avidamente acompanhada de perto pela imprensa carioca, que relatou em detalhes o esquema de demolição do cortiço. A ação contou com a presença agentes públicos e privados – de empresários a autoridades políticas, como intendentess, delegados, policiais e bombeiros, além de funcionários da Empresa de Melhoramentos do Brasil. Chalhoub (1996) nos apresenta com clareza esta cena, ocorrida em uma noite de fevereiro de 1893:

Consumado o cerco policial à estalagem, e posicionados os técnicos e autoridades, surgiram mais de cem trabalhadores da Intendência Municipal, adequadamente armados com picaretas e machados. Os empresários Carlos Sampaio e Vieira Souto, também presentes ao evento, providenciaram o comparecimento de outros quarenta operários da Empresa de Melhoramentos do Brasil, para auxiliarem no trabalho de destruição. Finalmente, um grupo de bombeiros, com suas competentes mangueiras, se apresentou para irrigar os terrenos e as casas, aplacando assim as densas nuvens de poeira que começavam a se levantar (Chalhoub, 1996, p. 16).

Após a fatídica demolição, foi evidente o contentamento dos agentes do poder público, da imprensa e de seus leitores, que se viram finalmente livres do que consideravam um antro de criminosos e o principal vetor de doenças contagiosas que assolavam a cidade carioca no decorrer do século XIX (como a febre amarela e a tuberculose), cujas epidemias se tornaram mais frequentes conforme a cidade crescia em tamanho e população. Os cortiços representavam, então, o epicentro de todos os problemas da cidade: crime, doenças, vícios e pobreza.

Considerado o *locus* da pobreza, no século XIX era local de moradia tanto para trabalhadores quanto para vagabundos e

malandros, todos pertencentes à chamada “classe perigosa”. Definido como um verdadeiro “inferno social”, o cortiço carioca era visto como antro da vagabundagem e do crime, além de lugar propício às epidemias, constituindo ameaça à ordem social e moral. Percebido como espaço propagador de doença e do vício, era denunciado e condenado através dos discursos médico e higienista, levando à adoção de medidas administrativas pelos governos da cidade (Valladares, 2005, p. 24).

Por isso, políticos, imprensa e opinião pública pouco estavam preocupados com o destino das pessoas que ali ainda habitavam, e que, em questão de horas, perderam seus lares e seus poucos bens, soterrados nos escombros do notório cortiço.

As notícias sobre o episódio louvaram a decisão e a coragem do prefeito com alusões à mitologia greco-romana. Em estilo gongórico bastante comum na imprensa do período, a *Gazeta* transfigurava o prefeito em Perseu, e o Cabeça de Porco em Cabeça de Medusa. [...] Barata Ribeiro, homem pequeno e magricela, devia ser um Hércules dos “novos tempos”, e sua missão era purificar a cidade, livrando-a definitivamente daquele “mundo de imundície” (Chalhoub, 1996, p. 18).

Houve, no entanto, quem ficasse preocupado com os efeitos que as ações do prefeito poderiam futuramente acarretar: “[...] no *Jornal do Brasil*, havia o receio de que a estalagem fosse como ‘uma hidra igual a que nos fala a mitologia’” (Chalhoub, 1996, p. 18). Os anos seguintes mostraram que este temor foi rapidamente confirmado e, apesar de os cortiços ainda constituírem uma realidade da paisagem urbana carioca, as favelas surgiram como um novo elemento deste cenário – e um novo antagonista das elites da cidade. Um território não mais escondido entre vielas e becos, como era o caso dos cortiços, mas sim assomando sobre a cidade, nas encostas acidentadas dos diversos morros existentes nos distritos centrais do Rio de Janeiro. Como bem apontado por Chalhoub (1996), terminada a Era dos Cortiços, os cariocas entraram no Século das Favelas.

A história da primeira favela tem alguns possíveis pontos iniciais, e podemos a partir de Campos (2010) apontar três eventos importantes nesse contexto: a Guerra do Paraguai

(terminada em 1870), a demolição do *Cabeça de Porco* (ocorrida em 1893) e o cerco a Canudos (terminado em 1897). A conexão com a Guerra do Paraguai se daria pela formação de acampamentos de soldados no morro da Providência, uma região próxima ao Ministério da Guerra, onde aguardariam a concretização das promessas feitas durante a campanha militar no exterior, como o pagamento dos soldos e cessão de terras aos soldados. Sobre a relação com a demolição do *Cabeça de Porco*, podemos identificá-la nas horas seguintes à sua consecução:

O destino dos moradores despejados é ignorado, mas Lilian Fessler Vaz, autora do melhor e mais completo estudo sobre a história dos cortiços do Rio, levantou recentemente uma hipótese bastante plausível. O prefeito Barata Ribeiro, num magnânimo rompante de generosidade, mandou “facultar à gente pobre que habitava aquele recinto a tirada das madeiras que podiam ser aproveitadas” em outras construções. De posse do material para erguer pelos menos casinhas precárias, alguns moradores devem ter subido o morro que existia lá mesmo por detrás da estalagem. Um trecho do dito morro já parecia até ocupado por casebres, e pelos menos uma das proprietárias do Cabeça de Porco possuía lotes naquelas encostas, podendo assim até manter alguns de seus inquilinos (Chalhoub, 1996, p. 17).

No entanto, apesar de apontarmos as favelas cariocas como formas de ocupação específicas que se espalharam pelo território da cidade no decorrer do século XX, a primeira vez que a palavra “favela” foi usada para se referir a um território foi no sertão baiano, mais especificamente durante o cerco a Canudos, o terceiro evento apontado por Campos. Devido à presença marcante de uma planta chamada *favella* no morro próximo ao assentamento de Canudos, os soldados ali acampados começaram a chamar a região de “morro da Favella²”. Findado o cerco, os soldados se encontraram em situação similar à dos veteranos do

² Importa destacar que, neste período, o termo “favela” (ou “favella”, mais comumente utilizado na imprensa no início do século XX) referia-se a uma porção territorial contígua ao morro da Providência. Neste artigo, escolhemos a grafia “favella” por ser a mais frequentemente utilizada para se referir à região durante a década de 1900.

Paraguai, acampados, também, no morro próximo ao Ministério da Guerra no distrito federal brasileiro. Talvez pela similaridade da situação – um acampamento militar próximo a uma cidade – os veteranos de Canudos começaram a chamar a porção que ocupavam nas encostas cariocas de *Favella*:

Uma diligência que devia ser feita no morro da Providência, no ponto denominado Favella, não se effectou devido ao máo tempo.

Quando nos fallaram em Favella ficamos um tanto confusos, pois suppunhamos que tal nome só existisse para os lados de Canudos, nos sertões da Bahia.

Mas o inspector Fontes nos deu a seguinte explicação:

— Tendo chegado da Bahia um batalhão do exército, que fez toda a campanha de Canudos, diversos soldados fizeram residência naquele ponto do morro, e como se parecesse com o lugar denominado Favella naquelle Estado, deram-lhe esse nome.

Actualmente, na redondeza, ninguém conhece aquelle lugar senão por Favella (*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 5 de jul. 1901, nº 186, p. 2)³

A mobilização da opinião pública através da imprensa contra a Favella se deu rapidamente, sendo identificado um discurso criminal já nas primeiras publicações de notícias referentes à região, representando uma continuidade do tratamento dispensado aos cortiços (REZENDE, 2023). Da mesma forma que os cortiços representavam um vetor dos crimes, doenças e vícios da cidade durante a segunda metade do século XIX, eram as favelas que comportaram este discurso no início do século XX. Com a República, e a construção de um novo projeto de nação baseado originalmente no embranquecimento do país, a população negra da cidade passou a representar a antítese do progresso nacional, tendo represadas sobre si uma série de representações negativas, considerados preguiçosos, propensos ao crime, promíscuos e incapazes de formar famílias ou ocupar postos de trabalho assalariado (MOURA, 1988; SODRÉ, 2002).

³ Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: http://memoria.bn.br/docreader/030015_02/9834.

Dessa forma, criou-se uma polaridade entre o *progresso branco* e o *atraso negro*.

[...] as teorias raciais disseminadas no país se inscreveram na paisagem urbana carioca. Civilização, modernização, urbanidade, moralidade foram algumas das palavras que regeram a intervenção dos governos na cidade. Se, por um lado, havia a retórica do desejado, do ideal, por outro surgia o antagonista dessa construção evolucionista. O antagonismo foi, então, marcado na pele de uma parcela considerável da população da cidade (Rezende, 2023, p. 125).

No decorrer da década de 1900, a construção da Favella como uma região onde ocorriam os mais assombrosos crimes foi elemento marcante da narrativa propagada pela imprensa carioca. Entre as diversas *navalhadas* e *cenarões de sangue*, como eram frequentemente noticiados os “sambas e batuques” e as incursões policiais na região, criou-se um clima de perigo constante nos entornos dos morros da Favella, Providência e Santo Antônio.

Nesta mesma década, um conjunto de reformas urbanas, conduzidas simultaneamente pelo prefeito Pereira Passos e pelo presidente Rodrigues Alves, visava modernizar a cidade e inscrever o novo século na paisagem urbana do Rio de Janeiro. O alargamento de vias, a padronização dos edifícios e conexão dos distritos da cidade foram algumas das ações prometidas e executadas pelos agentes políticos da época, além da disseminação dos bondes elétricos por meio da empresa canadense Lyght. A célebre frase “O Rio civiliza-se”, publicada pelo escritor Alberto Figueiredo Pimentel, sintetizou o clima de otimismo com o qual as reformas foram recebidas à época.

A Favella, então, surgiu como um empecilho aos ideais de modernização da cidade, tanto pela perspectiva estética (casinhas com paredes de tábuas de madeiras, folhas de zinco e latas de querosene reutilizadas e piso batido – em contraposição às novas fachadas de inspiração europeia que se disseminaram no centro urbano carioca), quanto pelas perspectivas higiênica e criminal (que à época eram intimamente interligadas, já que a ideia de *saneamento* aludia a erradicação dos males da população, destacados entre eles o crime e o vício). Em suma, “[...] o

surgimento das favelas do Rio de Janeiro atizou discursos que promoviam uma correspondência entre negritude, barbárie e atraso” (Cardoso, 2022, p. 41).

Por isso, importa destacar que a região (os bairros da Gamboa e Saúde) era historicamente ocupados por uma população predominantemente negra, o que justificaria os esforços empreendidos para o *saneamento* da região. *Sanear*, para os agentes das delegacias de Polícia e Saúde Pública nos primeiros anos da República, significava livrar-se dos corpos que ocupavam estes espaços considerados insalubres, pois seriam eles os vetores de tais males, e não as condições precárias de onde habitavam, marcados pela ineficiência – e negligência – dos poderes governamentais de ofertar uma infraestrutura mínima que garantisse habitações dignas a estes moradores.

Outro aspecto que reforçava a construção negativa da negritude carioca pode ser encontrado nas normas que regiam e inspiravam a ação e repressão policial da época. A “teoria” lombrosiana do *criminoso nato* cumpriu notável influência intelectual na criminalística brasileira (Machado, 2021), consolidada na ideia explorada poucos anos depois por Nina Rodrigues, de que os negros e mestiços da nação possuíam uma predisposição natural ao crime.

Em adição, vários códigos criminais foram instituídos no início da República para reprimir manifestações culturais notadamente negras, como o samba (que pelos “calores” provocados no corpo, aumentariam a predisposição dos negros à violência), as religiões de matriz africana (vistas como insalubres e selvagens, incompatíveis com o “progresso” e a “civilização”) e a capoeira (vinculada a atividades criminosas de quadrilhas de assaltantes). Esta última figurava nos artigos 402, 403 e 404 de um conjunto do Código Penal de 1890, que versava sobre os “vadios e capoeiras”. Atualmente, consideramos este um dos mais notórios códigos criminais da época, mobilizados na repressão a corpos negros que ocupavam os espaços urbanos no país, mais conhecido popularmente como as *Leis da Vadiagem*. Os artigos em questão tratavam sobre o crime de vadiagem e suas punições penais, que iam da detenção prisional até o recolhimento dos infratores em “estabelecimentos prisionais industriais”:

Art. 399 – Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes:

Pena - de prisão cellular por quinze a trinta dias.

§ 1º Pela mesma sentença que condemnar o infractor como vadio, ou vagabundo, será elle obrigado a assignar termo de tomar occupação dentro de 15 dias, contados do cumprimento da pena.

§ 2º Os maiores de 14 annos serão recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriaes, onde poderão ser conservados até á idade de 21 annos (BRASIL, 1890).

O quadro em que a população negra da cidade se encontrava, então, era de criminalização existencial. Eram considerados vetores de doenças, vícios e predispostos à criminalidade, tendo suas manifestações culturais consideradas atos criminosos, e sua mera circulação pela cidade era acompanhada atentamente por agentes policiais. O legado da escravidão na visão que se havia construído sobre os negros brasileiros, unido à preferência pela contratação de pessoas brancas para a ocupação de postos de trabalho, fez a informalidade predominar entre as formas de subsistência desta população. Logo comprovar ocupação laboral (tanto para se justificar a um policial quanto para ocupar um espaço nas poucas vilas operárias que foram construídas na década de 1900 no Rio de Janeiro) era um desafio rotineiro para esta parcela da população carioca. Como bem apontado por Cruz (2020) o plano era “desafricanizar” a cidade, e um cerco ao morro da Favella, no ano de 1907, foi parcialmente bem-sucedido nesta empreitada.

“UMA SUCURSAL DA FAVELLA”: SUBURBANIZAÇÃO DO ESPAÇO CRIMINALIZADO

A palavra *favella* começou a surgir, na imprensa carioca, nas primeiras semanas de 1901 (Rezende, 2023), rapidamente mobilizada e relacionada a uma retórica negativa sobre o território, nas páginas dos diversos jornais e revistas que

circulavam pelo centro do Rio de Janeiro. Foi o começo de uma constante, apontada por Campos (2010), de produção de um “espaço criminalizado” da cidade. Ao longo do século XX, as favelas viriam a protagonizar a ascensão e queda de bicheiros e traficantes de drogas, das guerras de facção e do crime organizado. O que se pode identificar, através das fontes levantadas referentes ao morro da Favella, nos primeiros anos de 1900, é justamente que este discurso incriminatório já se havia iniciado enquanto o termo “favella” se popularizava entre os moradores da cidade.

Considerando a grande influência exercida pela imprensa no início do século XX, a análise destes documentos deve ser feita com atenção. Com os devidos cuidados, nos deparamos com uma fonte rica em elementos de interpretação das tendências que regiam os costumes e rotinas de uma época.

[...] a imprensa tem um papel fundamental dentro da sociedade, uma vez que através das páginas percebemos as mudanças ocorridas dentro desta. Pois é através dela que podemos analisar os seus discursos moralistas, político e econômicos. Uma vez que na imprensa são ditadas as modas, as regras de conduta dentro da sociedade e conselhos para as moças que pretendem arranjar um bom casamento, ou até mesmo conhecermos o momento político claro levando em consideração a tendência política seguida pelos jornais (Kreniski; Aguiar, 2011, p. 4).

Cellard (2012) aponta por meio da *análise documental* os cuidados que devem ser tomados no tratamento destas fontes de pesquisa, oportunizando um operador metodológico interessante para a investigação da imprensa carioca.

O pesquisador que trabalha com documentos deve superar vários obstáculos e desconfiar de inúmeras armadilhas, antes de estar em condição de fazer uma análise em profundidade de seu material. Em primeiro lugar, ele deve localizar os textos pertinentes e avaliar a sua credibilidade, assim como a sua representatividade. O autor do documento conseguiu reportar fielmente os fatos? Ou ele exprime mais as percepções de uma fração particular da população? Por outro lado, o pesquisador deve compreender adequadamente o sentido da mensagem e

contentar-se com o que tiver à mão: fragmentos eventualmente, passagens difíceis de interpretar e repletas de termos e conceitos que lhe são estranhos e foram redigidos por um desconhecido, etc. É, portanto, a razão desses limites importantes, que o pesquisador terá de tomar um certo número de precauções prévias que lhe facilitarão a tarefa e serão, parcialmente, garantias da validade e da solidez de suas explicações (Cellard, 2012, p. 296).

Por razão do cuidado na construção de um perfil de quem escreve, tão importante quanto a mensagem publicada são os seus propagadores e, também, de seus receptores. No caso da imprensa carioca do início do século XX, esta era produzida predominantemente por homens brancos de classe média e alta. Tendo em vista as altas taxas de analfabetismo da cidade (cerca de metade da população, segundo os censos da época), tanto os atos de escrita quanto os de leitura predispunham um caráter proibitivo para o acesso aos jornais e revistas da cidade.

Ainda assim, devemos destacar que a palavra escrita circulava livremente pela oralidade, seja nas ruas e esquinas, nos botequins, boutiques e quiosques cariocas. Mesmo os que não sabiam ler ou escrever conseguiam se informar através das redes de sociabilidade que compunham a rotina do distrito federal brasileiro. No entanto, a primazia de produção dos jornais – este veículo de comunicação de massas que possuía um caráter legitimador de discursos e narrativas – se concentrava, em grande medida, nas mãos dos mais abastados.

No decorrer da década de 1900, estes indivíduos utilizaram da imprensa para mobilizar uma opinião pública desfavorável aos moradores do morro da Favella. Novamente, as camadas mais pobres (e mais negras) da cidade eram colocadas no centro dos debates sobre progresso e atraso, e a solução para a Favella, assim como havia ocorrido anteriormente com os cortiços, foi a determinação de seu saneamento. Em janeiro de 1905, uma publicação no *Jornal do Brasil* atesta uma destas tentativas:

Os proprietários de terrenos no morro da Favella foram convidados pelo sr. prefeito a construir pequenas habitações para a classe proletária visto ter a Prefeitura de mandar demolir os

cortiços alli existentes, por não estarem de accordo com as posturas municipaes.

São em número de 28 os grupos de taes habitações e ainda subdivididos em nada menos de 63 infectas vivendas, onde a luz é pouca e a falta de hygiene completa.

Na sua maioria são feitas de taipa ou de folhas de lata de kerosene, sem a menor segurança (*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 11 de jan. 1905, nº 11, p. 1)⁴

A partir de publicações na imprensa carioca, não pudemos confirmar se esta ação foi devidamente realizada. Mas podemos identificar que, em abril de 1907 (durante o termo de outro prefeito carioca, Souza Aguiar), uma ação conjunta da delegacia de Polícia e da Repartição de Saúde Pública (o último liderado à época pelo médico Oswaldo Cruz) foi noticiada:

Ouvimos que os Srs. Alfredo Pinto, General Souza Aguiar e Dr. Oswaldo Cruz entraram num accordo, de que resultará o saneamento dos morros de Santo Antônio e da Favella, onde são muito numerosas as habitações illegaes, sem hygiene, levantadas de uma hora para outra pelo primeiro adventício, sem tecto, sem profissão e sem escrúpulos. A ação combinada dos Srs. Chefe de Política, Prefeito do Districto e Director da Saúde Pública parece vai fazer acatar-se dentro de muito pouco tempo (*Jornal do Commercio*. Rio de Janeiro, 18 de abr. 1907, nº 107, p. 3).⁵

No entanto, diferentemente do que ocorreu com o *Cabeça de Porco*, foi notável na imprensa a preocupação com o destino das pessoas que seriam expulsas da região, e que a ação não se deu de forma tão célere quanto imaginada pelo redator do *Jornal do Commercio*. Um leitor, que enviava textos geralmente críticos ao governo da época, assinando seus textos de opinião apenas como *E*, enviou uma carta, publicada na edição do dia 16 de abril de 1907, em tom de ironia e com uma retórica ácida de oposição às ações prestes a serem postas em prática:

⁴ Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/030015_02/15629.

⁵ Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/364568_09/12407.

Os jornaes de hontem noticiaram que os habitantes do morro da Favella foram obrigados a mudarem-se. Ou mudam-se dentro de dez dias, ou a Hygiene despeja-os. Isto quer dizer: estão aqui, estão na rua.

Esta medida da Hygiene é realmente muito bonita. Os casebres são taperas feitas de folhas de Flandres e alguns caixões; em cada antro daquelles moram às vezes famílias numerosas; há assassinos e há tuberculosos dormindo no mesmo espaço rarefeito e cheio de miasmas. A Hygiene mostra até um desenvolvimento de sentimentos esthéticos, acabando com o horror...

Mas para onde vai aquella densa população?

Para onde vão os miseráveis, os humildes, os pobres diabos que moram alli, evidentemente porque não têm meios para morar em outro lugar? Onde se recolherá a serie lamentável de desgraçados que embalde procurariam nesta babel uma casa em que pudessem morar com os seus mais módicos vencimentos?

Na rua? À luz das estrellas. É também muito bonito, quando há as estrellas.

Muitas vezes chove e a polícia, com os olhos super-lynce do Dr. Alfredo Pinto, não permite vagabundos depois das dez horas, na rua.

Onde pois?

A medida seria remediada e por consequência justa se nós tivéssemos habitações operárias, se o governo tivesse se lembrado de que é preciso proteger os pobres, que os pobres não vivem apenas na Avenida Central, da Beira Mar e de outras avenidas subseqüentes cujos aluguéis mensaes sobem a contas de réis.

O Prefeito Passos e o Sr. director da Hygiene derrubaram uma porção de casas, acabaram com uma porção de cortiços, desalojaram a população pobre. Muito bem. O resultado único foi ter a cidade a honra de ver casas apalacetadas em toda a parte, e ver-se o pobre obrigado a recorrer aos outros casebres, felizmente salvo da hecatombe, à belleza urbana. O actual prefeito ainda não os quiz desmanchar, mas está naturalmente meditando nas habitações para pobres — visto as que se estão fazendo serem occupadas em breve por toda a gente, menos por pobres.

Dahi esta linda condição dos humildes na cidade de S. Sebastião. A Hygiene atira-os no olho da rua; a Prefeitura não os recolhe e

a polícia proíbe-lhes a dormida no relento. É a lei e é a justiça no século XX, naturalmente das luzes também.

Só há um conselho a dar aos coitados da Favella, que não têm a culpa de não morar em Botafogo: — a Hygiene cumpre o seu dever, a Prefeitura cumpre o seu dever, a polícia cumpre o seu dever, a sociedade cumpre o seu dever. Cumpre também o teu: suicida-te (*Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 1 de jun. 1907, nº 152, p. 2)⁶

A reprovação da ação não repercutiu apenas por meio das opiniões de leitores, mas também na ação de redatores de um dos jornais da cidade – o *Jornal do Brasil* –, que enviou representantes para uma investigação das condições do morro da Favella, algumas semanas depois do anúncio publicado em abril de 1907 (Figura 1). Foi uma das primeiras vezes em que os moradores da região foram entrevistados, e uma das poucas ocasiões em que não foram criminalizados *a priori* no decorrer da década.



Figura 1 – Recorte do *Jornal do Brasil* de 12/07/1907

Fonte: http://memoria.bn.gov.br/docreader/030015_02/22975.

Mesmo não estando em um espaço de destaque da edição em que foi publicada, a reportagem ocupou espaço considerável

⁶ Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/103730_04/14922.

da terceira página do jornal. A longa matéria tratou de vários tópicos, como as condições precárias de habitação da região, a quantidade de mulheres, crianças e idosos que moravam na Favella, e a suposta truculência dos agentes públicos – visto que, pelos relatos dos moradores, haviam ignorado os prazos estipulados pelos órgãos envolvidos e começado antecipadamente a demolição das residências. Analisando outras notícias referentes à ação de saneamento da Favella nos jornais cariocas, podemos identificar que foram diversos os adiamentos referentes à ação que deveria ter acontecido até o fim de abril de 1907. Um relatório redigido por Oswaldo Cruz e apresentado ao Ministro do Interior, publicado no periódico *Brasil Médico: Revista Semanal de Medicina e Cirurgia* em 1909, apresenta algumas informações que podem ajudar a entender este quadro:

Em synthese, posso levar ao conhecimento de V. Ex. que quasi todas as casas do Rio de Janeiro têm sido remodeladas, de acordo com os mais sãos princípios de hygiene. Os antigos e infectos “cortiços” têm sido demolidos e substituídos por *avenidas* higienicas. Pelo relatório do Dr. BARROSO DO AMARAL, Delegado do 6º Districto, poderá V. Ex. ter uma idéia do que nesse sentido se está fazendo.

Infelizmente, nem toda a classe proletária tem podido gozar da totalidade dos benefícios que tem colhido a população do Rio, em materia sanitaria. A classe mais desfavorecida da sorte vive em barracões e casebres acumulados pelos morros e colinas, e ahi vegeta, quasi que ao desamparo, sem agua, sem exgottos, sem tecto, e, portanto, sem hygiene. Em taes condições, estão os habitantes do morro de Santo Antonio, do denominado morro da Favella e outros tantos. A ausência de numero suficiente de “casas para operarios” tem sido o grande escôlho que tem encontrado a Directoria de Saúde para levar a esses pontos as medidas de saneamento, únicas a eles applicaveis: a demolição em massa de taes pardieiros.

As tentativas que fez com esse intuito fôram baldadas e as ordens expedidas revogadas, à vista da logica esmagadora e simples que apresentou a população de taes zonas, que, submissa e prompta a cumprir as determinações da auctoridade sanitaria, pedia apenas que se lhe indicasse o refugio onde pudesse abrigar sua pobreza. É esse um problema de magna importância para o qual tomo a liberdade de chamar a preciosa atenção de V. Ex. Os

agrupamentos do typo, – morros da Favella e Santo Antônio –, n'uma cidade como a nossa não podem permanecer por mais tempo; mas, também, não poderão desaparecer enquanto não fôrem construídas habitações hygienicas e baratas para o abrigo da população pobre que ali vive (*Brasil Médico: Revista Semanal de Medicina e Cirurgia*. Rio de Janeiro, 1 de jan. 1909, Ano XXIII, nº 1, p. 10)⁷

O relatório de Oswaldo Cruz ecoava a preocupação com a ausência de políticas que pudessem mitigar o déficit habitacional que atingia a cidade, e que seria agravado pelas ações de saneamento. No entanto, mesmo que o relatório do diretor geral da Repartição de Saúde Pública externasse tais preocupações e apelasse ao Ministro do Interior pela efetivação de medidas na direção de atender a estas demandas, a realidade do que ocorria nos morros era menos conciliatória. Segundo levantamento feito pelo *Jornal do Brasil*, dos três setores delimitados pela Repartição de Saúde Pública no morro da Favella para a ação de saneamento, um já se encontrava em estado avançado de demolição, em julho do mesmo ano. Os repórteres ficaram curiosos em saber o que havia acontecido com os moradores que vinham sendo expulsos pela ação conjunta da prefeitura, e oportunamente encontraram uma pessoa próxima dos escombros de uma habitação demolida com este conhecimento.

Tratava-se de Palmyra Maria da Conceição, e os escombros em questão, de acordo com seu relato, eram de sua própria casa. Perguntada sobre o destino dos residentes expulsos da Favella, sua resposta foi: “— Ah! Uns foram lá para cima do matto, outros, que podiam, foram para D. Clara, Rio das Pedras, Madureira...” (*Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 12 de jul. 1907, nº 163, p. 3).⁸ Madureira e D. Clara eram duas estações ferroviárias relativamente recentes (inauguradas,

⁷ Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/081272x/4617>.

⁸ Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/030015_02/22975.

respectivamente, em 1890 e 1897), localizadas no distrito suburbano de Irajá, nos subúrbios cariocas.

Em adição a esta informação, apontamos mais dois elementos relevantes ao processo de ocupação da cidade do Rio de Janeiro, nos meses e anos posteriores às ações no morro da Favella, em 1907. Primeiramente, o salto populacional do distrito de Irajá nos censos dos anos de 1890, 1906 e 1920 – 13.126 habitantes em 1890, 27.406 habitantes em 1906 e 99.586 moradores em 1920 (Rezende, 2023). Em seguida, o decréscimo populacional nos distritos urbanos do centro carioca (em especial, o distrito em que estavam localizados os morros da Favella, Providência e Santo Antônio; o distrito urbano da Candelária, por exemplo, teve um decréscimo populacional de 54% entre 1890 e 1906, caindo de 9.701 para 4.454 habitantes nestes 16 anos). Podemos, então, inferir na direção de confirmar o relato de Palmyra, identificando o distrito de Irajá – e, mais especificamente, os territórios próximos às estações D. Clara e Madureira – como uma região que recebeu parte deste contingente deslocado pelas reformas urbanas e pelas ações de saneamento nos morros centrais da cidade.

Aparentemente, esta conexão não passou despercebidamente pela imprensa carioca na década de 1900. Em abril de 1908, pouco menos de um ano após a campanha de saneamento noticiada no *Jornal do Brasil*, foi publicada no *Correio da Manhã* uma nota sobre a estação D. Clara, utilizando alguns dos mesmos recursos narrativos que, nos últimos anos, foram dispensados ao morro da Favella. A comparação não é feita apenas de forma indireta, através da linguagem empregada. O jornal menciona explicitamente a conexão entre as duas regiões no título, *Uma succursal da “Favella”*:

D. Clara, lugar muito afastado desta capital, habitado na sua maioria por soldados, está se tornando em uma succursal do celebre e acapadoçado morro da Favella.

Quer isto dizer que, quanto antes, o dr. Alfredo Pinto precisa mandar para lá força de cavalaria, o que atrás já foi não há muito prometido.

Ainda hontem, mais uma scena de sangue ali se desenrolou, sendo suas protagonistas duas mulheres (*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 24 de abr. 1908, nº 2475, p. 3).⁹

Menos de um ano após esta publicação, em 22 março de 1909 e no mesmo *Correio de Manhã*, outra matéria, desta vez intitulada *Domingo Vermelho*, foi noticiada. Foram relatados uma série de crimes ocorridos na cidade, ilustrando novamente D. Clara como um espaço de criminosos comparável à Favella. Contando com um detalhado relato dos diversos acontecimentos que escandalizavam a imprensa, o texto começa seus relatos pela estação suburbana e uma linguagem familiar. “D. Clara, a verdadeira sucursal do decantado morro da Favella, foi, hontem, mais uma vez, teatro de uma scena de sangue” (*Correio da Manhã*. Rio de Janeiro, 22 de mar. 1909, nº 2806, p. 2).¹⁰

Outros veículos de imprensa também se mobilizaram em noticiar este novo local de sobressaltos da cidade, um novo lar para os “facínoras” e “vadios” cariocas. No jornal *A Notícia*, a matéria *D. Clara em Sangue*, de 23 de março, relata o mesmo acontecimento publicado na edição do dia anterior no *Correio da Manhã*, e até mesmo as frases de efeito, como alusões a um “teatro de cenas de sangue”, foram repetidas e compartilhadas entre os dois jornais:

A nova Favella, em que ficou ultimamente transformada a estação D. Clara, foi hontem ainda uma vez teatro de uma scena de sangue, a qual já foi descripta pelos nossos colegas matutinos. Pelo inquérito iniciado, momentos depois de ocorrido, pelo Dr. Correa Dutra, delegado do 23º districto, teve o facto origem no interior da casa n. 51 da rua Maria José, residência de Clemente Compan, onde Castor Rodrigues, seu visinho fronteiro no n. 28, fora em procura de um cachorro para matar, armado de uma enxada (*A Notícia*. Rio de Janeiro, 23 de mar. 1909, nº 68, p. 3).¹¹

⁹ Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/089842_01/16273.

¹⁰ Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/DocReader/089842_01/19286.

¹¹ Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/830380/14792>.

A repercussão sobre o que acontecia nos entornos da estação D. Clara parece ter animado, no final da década, os diversos jornais cariocas a acompanharem o surgimento de uma “sucursal da Favella” em territórios suburbanos, em um momento em que os subúrbios começaram a ocupar um considerável espaço no imaginário popular, através de textos de escritores como Lima Barreto e Olavo Bilac:

Em maio de 1908, o poeta Olavo Bilac, no espaço nobre da crônica dominical da Gazeta de Notícias, chamava a atenção dos leitores para aquilo que definia como uma novidade do tempo: a vitalidade recente da vida dos subúrbios. “Já agora é preciso contar com os subúrbios na vida do Rio de Janeiro”, explicava o cronista, chamando a atenção para o fato de que “a cidade já não acaba em S. Cristóvão” (O’Donnell, 2012, p. 3).

O cronista ainda concluiu o texto afirmando que “o Matto Grosso existe”, em alusão aparentemente irônica a um apelido pejorativo utilizado para se referir aos subúrbios (uma forma de destacar a distância da região das áreas mais urbanas e “civilizadas” da cidade), e que havia sido proferido pelo prefeito Pereira Passos anteriormente. Logo, os subúrbios recebiam, através das penas de diversos cronistas cariocas, a notoriedade, enquanto D. Clara recebia, da imprensa, a infâmia. No dia 15 de abril de 1909, em um suplemento do jornal *O Século*, intitulado *O Subúrbio* (mais um indicativo da popularidade obtida pelos espaços suburbanos na época) foi publicada uma matéria com o revelador nome de *A Nova Favella*:

Não há certamente neste mundo de Christo quem não conheça ou tenha ouvido falar da celebre localidade suburbana, conhecida por D. Clara, ponto terminal dos trens suburbanos da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Há cerca de um anno para cá, a pacata localidade que éra D. Clara, foi transformada em “Nova Favella” visto que, tendo sido desapropriados os casebres do “celebre” morro da Favella, toda aquella gente, bons e máos, foi procurar agasalho em Dona Clara. A pitoresca estação suburbana, tem hoje, cerca de DOIS MIL HABITANTES, na maioria conhecidos desordeiros, ladrões, assassinos, etc.

De quando em quando, D. Clara é transformada em praça de guerra, onde praças do exercito e policia, por causa de mulheres vagabundas, commettem ali as scenas mais barbaras possíveis, saindo em scena “revólveres”, “navalhas”, “facas” e outras armas, Arma-se o conflicto, o pessoal briga, matasse... a policia no 23 districto nada faz, porque são as proprias praças ali destacadas as promotoras de desordens e conflitos em D. Clara (*O Século*. Rio de Janeiro, 15 de abr. 1909, nº 807, p. 3).¹²

Duas semanas depois, no mesmo jornal, na edição do dia 29 de abril, mais uma matéria intitulada *A Nova Favella* foi noticiada:

Há tempos tratámos da infeliz localidade suburbana — D. Clara, hoje popularizada com o título genérico de “Nova Favella”, isto é, ninho dos mais celebrados desordeiros, ladrões e assassinos, que transformaram a alegre e florescente estação em verdadeiro quartel general de vagabundos.

Raro é o dia em que ali não se dá um sarilho, do qual resultam sair feridos por navalha ou faca homens e mulheres de vida duvidosa.

Em frente à agência da estação de D. Clara existe uma bica d’água, onde a população vae buscar em latas o precioso liquido para o consumo diário.

Em torno da referida bica d’água reúne-se grande numero de mulheres, homens e creanças, cada qual esperando a sua vez para encher as referidas latas, mas, durante tal espera nasce sempre uma discussão entre este ou aquelle individuo ou esta ou aquella mulher, e cujo resultado é sempre desagradável.

[...] A rua da estação é uma das predilectas para as reuniões dos “celebres” habitantes da “Nova Favella”, que ali vão esperar as suas “deusas”, afim de gozarem horas alegres, ao som do violão, cavaquinhos e flauta.

Aos sabbados e domingos, realizam-se ali “sambas”, “batuques” e bailes, no som dos instrumentos acima, e cujo final é sempre uma pancadaria.

Urge agora que o dr. Alfredo Pinto, chefe de policia, tome enérgicas providências, afim de cessar os “sarilhos”, “sambas” e “batuques” em D. Clara, não falando das “lutas romanas” e

¹² Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/224782/3271>.

outras scenas escandalosas (*O Século*. Rio de Janeiro, 29 de abr. 1909, nº 819, p. 3).¹³

Além de mais uma conexão direta entre os moradores expulsos da Favella e D. Clara, faz-se notável a correlação dos “sambas e batuques” com a violência, o que era utilizado como justificativa para sua criminalização. A predisposição destas pessoas para a violência também está presente na matéria, quando se aponta que a reunião destes indivíduos gera “sempre” uma discussão. Nesse ponto, inferimos uma predominância de negros nessa população criminalizada pela imprensa, dadas a natureza dos saneamentos realizados no centro da cidade, dos discursos empregados nestas matérias (como a referida predisposição à violência) e sua relação com manifestações culturais negras (os “sambas e batuques”).

No dia seguinte, no jornal *A Imprensa*, foi publicada uma curta nota com o título de *A Nova Favella*, o mesmo utilizado no suplemento *O Subúrbio*. O teor das notícias também foi similar:

A estação de D. Clara que até há pouco foi uma localidade de paz e harmonia é hoje uma verdadeira praça de guerra, a qual recebeu o baptismo de — “A Nova Favella”.

Raro é o dia em que ali não se dá um barulho, promovido por homens e mulheres de vida duvidosa. Actualmente é D. Clara jurisdição do 23º districto policial), ninho de conhecidos desordeiros, assassinos e ladrões, que há tempos, por terem sido desapropriados os casebres do morro da Favella, foram residir ali onde fazem coisas, que estão necessitando serias providencias por parte da policia.

O dr. Correa Dutra, delegado do respectivo districto, precisa fiscalizar a sua zona, infestada de gente que carece de certos castigos policiaes (*A Imprensa*. Rio de Janeiro, 30 de abr. 1909, nº 507, p. 3).¹⁴

Para além das evidentes correlações com o notório morro da Favella, explícitas nessa matéria, não nos escapa o emprego

¹³ Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/224782/3319>.

¹⁴ Seção de Periódicos da Biblioteca Nacional/RJ. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/245038/6123>.

das palavras “ninho” e “infestada”, artificios poderosos de desumanização das pessoas que viviam na região, culminando na produção de um espaço criminalizado, onde aparentemente todos são partícipes ou cúmplices das atividades criminosas ali praticadas. Cruz (2020) nos apresenta um quadro de construção desta região populada por criminosos como uma constante nas décadas seguintes, tendo sido criada até mesmo a infame figura da valente Maria Sapeca, uma capoeira conhecida por “aplicar rasteiras” e “navalhadas” em quem a confrontasse nas ruas de Madureira. Concordamos com Cardoso (2022) em sua interpretação de que estes discursos de criminalização se fizeram como justificativa das condições desumanas às quais esta parcela da população estava sendo sujeitada com a anuência dos poderes públicos.

Os discursos constituídos entre 1900 e 1930 associando as favelas e negritude serviram ao propósito de assegurar a alteridade radical dessas categorias na visão das elites dirigentes brasileiras. Só era tolerável ver homens, mulheres e crianças vivendo em condições degradantes, desprovidos de qualquer conforto ou serviços, expostos a todo perigo — em suma, abandonados à própria sorte —, se essa gente fosse considerada menos gente do que quem a governava. [...] Naquele contexto, existia um único fator capaz de ditar uma percepção tão radical de alteridade: a diferença racial — a bagagem acumulada de quatro séculos de escravagismo hereditário (Cardoso, 2022, p. 82).

Logo, a “nova Favella” na estação de D. Clara também se prestou a este papel de “ninho” do crime carioca, justificando a alternância de comportamentos do Estado para com estas regiões, entre ausência e presença constante. *Ausência* de políticas governamentais de habitação e infraestrutura, e *presença constante* dos mecanismos de repressão, incorporados pela ação policial que, à época, utilizou amplamente as *Leis da Vadiagem* para constranger e aprisionar pessoal negras no Rio de Janeiro, tanto nos distritos centrais quanto nos subúrbios cariocas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A frase “O Rio civiliza-se” pode ser considerada um excelente resumo da cidade do Rio de Janeiro, na década de 1900. Embora tenha sido proferida como propagadora de um discurso otimista, está encapsulada nesta curta frase uma das dinâmicas mais contraditórias da história brasileira: a ideia de “civilização”. Em um país perpassado pelo colonialismo, e fundado sobre a instituição da escravidão – que, no Brasil, assumiu caráter notadamente racial –, o ideal construído de civilização foi alicerçado em padrões eurocêntricos.

Ou seja, para que se alcançasse o tão almejado progresso era necessário, tanto quanto possível, aproximar o Brasil da Europa. Logicamente, este ideário não se inscreveu apenas na construção da intelectualidade brasileira, que ignorava qualquer possibilidade de contribuição dos povos originários e dos africanos e afrobrasileiros que não fossem anteriormente legitimados pelo crivo de uma Academia branca e fortemente influenciada pelos pensadores europeus. Era necessário, também, “civilizar” as cidades, e o Rio de Janeiro, capital de uma infante República, assumiu, no início do século XX, um papel central, uma vitrine do que se buscava como projeto de nação.

As espaçosas e vistosas avenidas e a padronização dos edifícios uniram-se a outros elementos que justificaram uma extensa intervenção na paisagem carioca. A Repartição de Saúde Pública e as circunscrições policiais cumpriram um papel ativo na ocupação do espaço urbano da cidade, sendo o discurso sanitaria responsável por legitimar, através da autoridade médica de seus representantes, os processos de deslocamento populacional necessários para consolidar a *Belle Époque* do Rio de Janeiro, enquanto as polícias agiram para garantir a “ordem” e reprimir, através de mecanismos legais como as *Leis da Vadiagem*, qualquer corpo considerável incompatível com os padrões estabelecidos pelas elites dirigentes para a urbe carioca.

Não apenas por meio do Estado se erigiu este cerco às populações mais vulneráveis da cidade, predominantemente composta por negros. A imprensa foi mobilizada na criação dos diversos espaços de sobressaltos espalhadas pelos distritos urbanos cariocas, construindo por anos uma opinião pública

desfavorável não apenas às condições precárias a que estavam sujeitos os habitantes das primeiras favelas do Rio de Janeiro, mas, para além disso, contrários à presença destes corpos na capital brasileira, renovada aos modelos de uma modernidade europeizada. Era necessário que se generalizasse os discursos sobre os territórios e os habitantes das favelas, como um “ninho infestado” dos piores elementos da sociedade. Só assim seriam justificadas a negligência do poder público para as condições a que estavam sujeitas essa população, assim como a normalização da ação policial, através das *Leis da Vadiagem*.

O legado dos afãs modernizantes da capital brasileira foi o agravamento das desigualdades socioeconômicas e a dispersão das pessoas vulneráveis pelo território do Rio de Janeiro. Primeiramente, dos cortiços às favelas e, posteriormente, das favelas aos subúrbios, onde nasceram dezenas de outras favelas no decorrer do século XX. Este artigo se propôs a acompanhar o surgimento de uma destas “novas favelas” na estação D. Clara, no distrito suburbano de Irajá. Pudemos identificar que os mesmos elementos discursivos (o perigo iminente, a generalização da população como criminosos) mobilizados contra os cortiços e os morros da Favella e Santo Antônio – regiões predominantemente negras da cidade – foram utilizados para se construir este espaço criminalizado suburbano, ainda no fim da primeira década de 1900.

Consideramos a análise documental da imprensa carioca um campo rico de elementos que nos ajudem a entender a formação das favelas, situando seu surgimento e disseminação pela cidade do Rio de Janeiro no decorrer do século XX. Acompanhar a construção do antagonismo entre cidade e favela neste período é importante na medida que conseguimos identificar os agentes e interesses envolvidos neste processo, um processo ainda ativamente mobilizado nos discursos midiáticos e governamentais e acionados com os mesmos ares de espetáculo que a demolição do *Cabeça de Porco*, mais de um século atrás.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Publicações Pereira Passos, 2022 (5ª Ed.).

BRASIL. Código Penal de 1890. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890.

CAMPOS, Andrelino. **Do quilombo à favela: a produção do “espaço criminalizado” do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010 (3ª Ed.).

CARDOSO, Rafael. **Modernidade em preto e branco: arte e imagem, raça e identidade no Brasil, 1890-1965**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CELLARD, André. A análise documental. IN: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H.; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvares. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2012 (Eª Ed.).

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CRUZ, Aline Torres Dias da. **De Madureira a Dona Clara: suburbanização e racismo no Rio de Janeiro no contexto pós-emancipação**. São Paulo: Hucitec, 2020.

KRENISKI, Gislania Carla P.; AGUIAR, Maria do Carmo Pinto. **O jornal como fonte histórica: a representação e o imaginário sobre o “vagabundo” na imprensa brasileira (1989-1991)**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH: São Paulo, 2011.

MACHADO, Daniel Dias. Et al. **A teoria de Cesare Lombroso e sua influência na sociedade**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 01, Vol. 07, pp. 57-73. 2021.

O'DONNELL, Julia Galli. **Narrativas (sub)urbanas: representações dos subúrbios na imprensa carioca (1890-1930)**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2012.

REZENDE, Fábio de Brito. **“A perdição nos subúrbios”:
racismo e modernidade no distrito suburbano de Irajá (1890-
1920)** (Dissertação de mestrado). Rio de Janeiro: Centro Federal
de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, 2023.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela: do mito
de origem à favela.com**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

Recebido em: 17/07/2024
Aprovado em: 17/08/2024

O MORGADO DE MARAPICÚ E A
ADMINISTRAÇÃO DE INÁCIO DE ANDRADE
SOUTO MAIOR RONDON

THE MORGADO OF MARAPICÚ AND THE
ADMINISTRATION OF INÁCIO DE ANDRADE
SOUTO MAIOR RONDON

RUBENS DA MOTA MACHADO¹
Instituto Federal do Mato Grosso

Resumo: Serão discutidos os processos de formação do Morgado Marapicú no final do século XVIII, bem como seu processo de administração nas primeiras décadas do Oitocentos, tendo como principal personagem Inácio de Andrade Souto Maior Rondon, figura proeminente no distrito de Guaratiba e representante da família Azeredo Coutinho em suas terras fluminenses.

Palavras-chave: Morgado, Iguazu, agricultura

Abstract: The formation processes of Morgado Marapicú at the end of the 18th century will be discussed, as well as its administration process in the first decades of the 19th century, with the main character Inácio de Andrade Souto Maior Rondon, a prominent figure in the district of Guaratiba and representative of the Azeredo Coutinho family in their lands in Rio de Janeiro.

Keywords: Morgado, Iguazu, agriculture

¹ Possui graduação em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2012). Mestre pelo Programa de História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2013) e Doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (2019). Desenvolve pesquisa com temáticas ligadas a História do Rio de Janeiro, História Agrária e Brasil Império. Atualmente é professor do Instituto Federal do Mato Grosso. Campus Diamantino. E-mail: rubensmmachado@gmail.com

INTRODUÇÃO

Esse artigo propõe discutir a formação do Morgado de Marapicú no final do Setecentos, focalizando na administração dos complexos agrários nas freguesias de Santo Antônio de Jacutinga e Nossa Senhora da Conceição de Marapicú empreendido por Inácio de Andrade Souto Maior Rondon, tendo por pano de fundo a sua atuação militar e a rede de sociabilidade tecida por si entre a comunidade agrária, dentro e fora da província do Rio de Janeiro.

Antes de apresentamos a composição agrária do Morgado de Marapicú, faz-se necessário definir a composição jurídico-administrativa dos Morgados dentro do Império português no final do século XVIII.

Os estudos sobre as representações da propriedade das terras vinculadas, em particular sobre os morgadios, apresentam correspondentes nas Américas portuguesa, espanhola e inglesa. Um bom panorama das interpretações historiográficas a respeito dos estudos dos Morgadios nas Américas pode ser encontrado no artigo de Márcia Motta (2006), que analisa as correspondências da propriedade vinculadas em diferentes espaços coloniais americanos. Em particular sobre a correspondência da América portuguesa, Motta afirma que a historiografia brasileira dedicou pouca atenção aos estudos dos Morgadios constituídos no território americano do Império Português.

A Universidade de São Paulo destaca-se pela produção acadêmica de trabalhos sobre Morgadios a partir da década de 1970, casos da dissertação de Nanci Leonzo (1975), da tese de Heloísa Liberalli Belloto (2007), que discutiram o caso do Morgado de São Matheus em São Paulo, e ainda a dissertação de Vera Lúcia Vilhena de Moraes (1972) sobre o Morgado de Marapicú. Ainda trabalhando com o Morgadios no Brasil, Ângelo Emílio da Silva Pessoa (2003) discutiu em sua tese a formação do Morgado da Casa da Torre, no Nordeste.

Os trabalhos citados estudaram três morgadios existentes na América Portuguesa, número esse ainda muito pequeno frente ao número indicado por Márcia Motta, de ao menos vinte e seis Morgadios existentes no território português na América. Essa raridade de estudos a respeito dos regimes de Morgado no Brasil

reforça ainda mais a necessidade da discussão do Morgado de Marapicú e atuação política de Inácio de Andrade Souto Maior Rondon.

A FORMAÇÃO DO VÍNCULO DE MORGADIO NOS BENS DA FAMÍLIA AZEREDO COUTINHO

A formação do Morgado de Marapicú remonta ao final do Setecentos, momento em que o conjunto de bens da família Azeredo Coutinho foi agrupado, e instituído vínculo de morgadio em favor do herdeiro primogênito do sexo masculino da família, João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho. Todavia, a presença dos Azeredo Coutinho nas terras da região que viriam a se tornar a Vila de Iguazu é bem anterior à formação do Morgadio.

A presença da família do Capitão-Mor Manoel Pereira Ramos remonta à fundação das freguesias de Iguazu, particularmente da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Marapicú. Segundo José Mattoso Maia Forte (1933), o patriarca da família teria recebido, em 1622, uma sesmaria que atravessava as terras das freguesias de N. S. da Conceição de Marapicú e Santo Antônio de Jacutinga, fruto dos serviços prestados a sua Majestade na conquista portuguesa da cidade do Rio de Janeiro das mãos dos franceses.

Os domínios territoriais dos Azeredo Coutinho foram se expandindo com o passar do tempo. Em 13 de julho de 1720, o Marquês de Abrantes negociou com a família Azeredo Coutinho 3000 braças contíguas de sua sesmaria (Forte, 1933, p. 83), posteriormente, Manoel Pereira Ramos adquiriu, após a morte de Thomé Correa Vasques, meia légua de terras na região de Iguazu (Forte, 1933, p. 84). E quatro anos mais tarde, a sesmaria de Cabuçú foi concedida a Clemente Pereira de Azeredo Coutinho e Jorge de Souza Coutinho, em 4 de janeiro de 1724, composta por 4500 braças de terras. Essa última incorporação ocorreu em razão do casamento entre Manoel Pereira Ramos e Dona Helena Souto Maior, filha de Clemente Pereira de Azeredo Coutinho e Dona Helena de Andrada Souto Maior Rendon (Forte, 1933, p. 84).

O controle da família Azeredo Coutinho sobre seus domínios nas terras iguaçuanas foi paulatinamente sendo estruturado ao longo do Setecentos. A escritura de formação do

vínculo de Morgado, em favor do filho primogênito, ajuda a entender com maior clareza o controle dos Azeredo Coutinho na região. O documento que data de 6 de janeiro de 1772, foi realizado sob o pedido da matriarca da família, Dona Helena de Andrade Souto Maior Coutinho, em favor de seu filho mais velho, João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho. Na realidade, a escritura de janeiro de 1722, foi produzida para consolidar nas mãos de João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho o controle das propriedades da família, que estavam em processo de transferência para o seu domínio já em meados do século XVIII. A escritura de formação do Morgadio faz menção a uma série de escrituras de transferência de controle sobre a propriedade de terras dos outros filhos do casal, Capitão-Mor Manoel Pereira Ramos de Lemos e Dona Helena de Andrade Souto Maior Coutinho, para a administração daquele que seria o responsável por controlar o Morgado de Marapicú após a formação do vínculo.

O documento de instituição do Morgadio de Marapicú, apresenta algumas escrituras de transferência de posse sobre propriedades da família realizadas antes mesmo da efetivação do vínculo nas propriedades da família de morgadio. Nas escrituras de transferência de controle sob os bens da família citadas no documento de formação do vínculo de Morgadio, duas foram realizadas em cartórios do Rio de Janeiro, uma escritura em um cartório de Lisboa, e outra em cartório na cidade de Oeiras na Capitania do Piauí. O aparecimento precoce das escrituras cartoriais transferindo para a posse do filho primogênito do casal propriedades pertencentes à família antes mesmo da formação de vínculo de Morgado parece indicar que o ideal de formação de vínculo de Morgado fosse abertamente discutido entre os descendentes do casal Azeredo Coutinho, impulsionando os irmãos preteridos na distribuição da herança a adiantarem a tomada de controle dos bens familiares ao irmão primogênito.

As origens diferentes das escrituras demonstram a dispersão dos filhos do casal Azeredo Coutinho dentro dos domínios portugueses. Porém, mesmo distantes, os herdeiros do casal Azeredo Coutinho parecem interessados em colocar em prática a estratégia familiar de formação do vínculo de Morgadio em favor de seu irmão mais velho.

O esquema abaixo apresentará a descendência direta do casal Azeredo Coutinho, e iremos utilizá-lo para melhor entender a organização do núcleo familiar relacionado diretamente à formação do vínculo de morgadio nos bens familiares ao final do Setecentos.

O intuito do casal Azeredo Coutinho em estabelecer o vínculo de Morgadio nos bens da família era conservar sob o controle de um único herdeiro os domínios estabelecidos por sua família ao longo do Setecentos em terra iguaçuana. Corroborando o intuito previsto por seus pais, o filho primogênito, João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, realizou a seguinte declaração ao justificar a formação do vínculo de Morgadio nos bens da sua família:

“... por meio do dito vínculo de Morgado se conservem unidas e vinculadas à bem da perpetuidade e esplendor da nossa família e para que esta melhor possa continuar a empregar-se no serviço Real todas as terras e fazendas do casal de meus pais, especialmente as terras e engenhos de Marapicú, Paul do Gandu, conhecidas na dita cidade pelo nome de Pantanaís, e as terras e engenho de Cabuçú, com as suas anexas e confinantes que foram de Manoel Correa Vasques, e nos pertencem por justa aquisição posterior ao seu falecimento, ditas na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Marapicú...” (Biblioteca Nacional. Seção de Obras Raras, Ms. 5, 3, 13-15)²

A declaração do herdeiro do Morgadio evidencia a pretensão da família Azeredo Coutinho em direcionar o recebimento das meações paterna e materna a um único herdeiro, com o objetivo de manter a “perpetuidade e esplendor” da *casa*³. A repartição desigual da herança entre os herdeiros é tema de diversas pesquisas em terras brasileira e lusitanas. Segundo Manoela Pedroza (2011), os mecanismos de transmissões de heranças implantados nos domínios portugueses de além-mar

² Saliento que a escrita de época foi adaptada para a nova norma ortográfica da língua portuguesa.

³ O conceito de casa está presente em Nuno Monteiro, que o classifica como um conjunto coerente de bens simbólicos e materiais, em cuja reprodução alargada estavam obrigados todos os que dela nasciam ou dependiam (Monteiro, 1993).

tenderam a reproduzir os sistemas desiguais de partilha realizados em Portugal.

Em relação ao funcionamento do sistema de herança em Portugal, Nuno Monteiro (1993) e Antônio Manuel Hespanha (2005) argumentaram que a eficácia das estratégias de reprodução da elite social portuguesa se caracterizou, ainda na implantação da Dinastia de Bragança, pela limitação do direto na autoridade patriarcal, na existência das instituições eclesiásticas e a incorporação de valores de *casa* pelos indivíduos. Desta forma, os destinos e as funções de cada filho eram definidos pelas estratégias traçadas pela reprodução da *casa*, o casamento ou o celibato faziam parte das estratégias familiares. Segundo os autores, as escolhas matrimoniais giravam em torno da política de alianças da *casa*, o encaminhamento da descendência representava as redes de alianças traçadas através dos ramos familiares aliados. Por outro lado, o celibato representava o outro lado da moeda, geralmente destinado às filhas e aos herdeiros secundões, que poderiam ser encaminhados para carreiras eclesiásticas, com a função de engrandecer a *casa*, projetando-a nas esferas eclesiásticas e ampliando o circuito de serviços prestados à Coroa.

Seguindo tais princípios, Monteiro e Hespanha argumentaram, para o contexto português, que em quarenta *casas* aristocráticas portuguesas, entre 1640 e 1830, encontravam-se as seguintes características: altíssima taxa de nupcialidade dos sucessores (94%) e porcentagem do celibato estimada em um terço dos filhos – homens e mulheres – encaminhados para carreiras eclesiásticas (Monteiro, 1993; Hespanha, 2005). Os autores argumentam que a tendência era a reprodução dos padrões de nobreza do Reino nos domínios do Ultramar, em razão das migrações realizadas pelos descendentes das casas tradicionais portuguesas nos serviços à Coroa (Monteiro, 1993; Hespanha, 2005).

No caso dos descendentes do casal Azeredo Coutinho, as estratégias de reprodução social da *casa* seguem com exatidão as características apontadas por Hespanha e Monteiro para as casas aristocráticas portuguesas. Dois filhos do casal, Inácio de Andrade Souto Maior Rondon e Clemente Pereira de Azeredo Coutinho e Mello, foram destinados à carreira militar, alcançando

a patente de capitão, sendo o primeiro residente na capitania do Rio de Janeiro, e o segundo servindo na capitania do Piauí. Veremos que Inácio Rondon avançou ainda mais na carreira militar chegando à patente de brigadeiro.

Por sua vez, as filhas do casal, Dona Ana de São Francisco e Dona Maria da Encarnação, foram destinadas a carreira eclesiástica, permanecendo recolhidas no Convento de Santa Teresa, em Lisboa. O mesmo destino eclesiástico seguiu Francisco de Lemos Faria Pereira de Azeredo Coutinho, chegando à função de Bispo, e engrandecendo a sua *casa* ao possuir diversas funções a serviço de sua Majestade, tendo maiores destaques os cargos de Reitor da Universidade de Coimbra e Conselheiro do rei. E por fim, o filho primogênito confirmou as estratégias de ampliação das redes de serviço de sua família, ocupando cargo de destaque na administração pública, como Desembargador e Procurador da Casa de Suplicação e Deputado da Mesa Censória.

Desta forma, a estratégia de formação do vínculo de Morgadio nos domínios dos Azeredo Coutinho se relacionava diretamente às estratégias de reprodução social da família nas redes administrativas e eclesiásticas do Império Português. Interessante notar que o Morgado de Marapicú foi instituído no final do século XVIII, momento em que os estudiosos do mecanismo de reprodução social da nobreza portuguesa apontam o desenvolvimento de limitações jurídicas para diminuir as desigualdades na distribuição de heranças características do mecanismo de sucessão tradicionais, como o Morgado.

Segundo Nuno Monteiro (1993), a tendência na legislação portuguesa ao final do século XVIII seria possibilitar destinos mais amplos aos filhos secundários, livrando-os do destino quase certo ao celibato, possibilitando vínculos matrimoniais distantes dos círculos das grandes famílias. Todavia, Monteiro (2003; 2005) ressalta que os procedimentos tradicionais de encaminhamento da sucessão não foram completamente abandonados.

Fora dos círculos das famílias tradicionais do Reino, as partilhas de heranças de maneira mais igualitária tendiam a ser predominantes entre os segmentos dos plebeus e dos camponeses. As Ordenações Filipinas instituía a meação dos bens entre

marido e mulher, e que ao menos dois terços do espólio do falecido fossem repartidos igualmente entre os herdeiros⁴. Por outro lado, a própria legislação oferecia a possibilidade de manipulação livre de um terço do montante dos bens, seguindo o desejo declarado do falecido em testamento. Deste modo, a repartição plenamente igualitária dos bens entre os herdeiros poderia ser burlada seguindo a própria ordenação jurídica. O mecanismo da terça pode ser considerado a evidência de um processo de transição entre um sistema de herança em moldes desiguais para um sistema de partilha pautado no igualitarismo entre os herdeiros, uma clara transição entre a sociedade de Antigo Regime para a organização jurídica liberal.

A construção do modelo liberal de ordenação jurídica somente se consolidou no século XX, permitindo a convivência de dois modelos jurídicos diferentes entre o final do século XVIII e o transcorrer do século XIX⁵. É neste período de hibridismo jurídico que iremos estudar as estratégias familiares dos Azeredo Coutinho. Trabalhando neste contexto, Margarida Durães (2003; 2004) argumenta que o direito de sucessão português estava em plena transição no final do século XVIII, destacando a existência de dois regimes jurídicos relacionados à sucessão de terras: uma organização jurídica para os bens considerados livres e outros para os bens vinculados. Para os bens livres, eram aplicados os princípios recém-formulados, como a igualdade de sucessão entre os herdeiros, a orientação na legitimidade dos sucessores, a possibilidade de indicação de linhas sucessórias, o isolamento do cônjuge dos bens legados e a imposição de limites sobre o testamento de bens. Por sua vez, para os bens vinculados, como os morgadios, prazos e aforamentos, valeriam os princípios da indivisibilidade da propriedade; o caráter da sucessão única, com princípio de prioridade do cônjuge; a possibilidade de indicar o sucessor, privilegiando, geralmente, os filhos varões; e a

⁴ Ordenações Filipinas (1870, livro 4, título XCVI: Como se hão de fazer as partilhas entre os herdeiros, p.95; Título XLVI: Como marido e mulher são meeiros em seus bens, p.832; e Título XLVII: Das aras e câmara cerrada, p. 835).

⁵ Em semelhança ao direito de herança, a construção do modelo de propriedade privada livre e irrestrita atravessa todo o século XIX na Europa e no Brasil, chegando a sua consolidação no século seguinte.

distribuição desigual da herança entre os herdeiros (Durães, 1995, p. 131).

Desta forma, o hibridismo dos ordenamentos jurídicos portugueses possibilitava a adoção de estratégias de sucessão e destino dos bens de herança de acordo com os interesses econômicos e políticos de cada família. A legislação poderia ser manipulada, seguindo os interesses particulares das famílias principais do Reino, levando Durães a afirmar que, mesmo no século XVIII, diversas famílias portuguesas faziam uso dos ordenamentos jurídicos para orientar a grandeza dos bens da *casa*, privilegiando mecanismos de reprodução econômica no direcionamento único das linhas sucessórias. As estratégias de sucessão apontadas por Durães seguem a mesma direção das escolhas de partilha desigual e linhagem exclusiva construídas pelos Azeredo Coutinho com a criação do vínculo de Morgado.

Tratando com regimes de transmissão no século XIX, Maria de Fátima Brandão (1991) indicou que mesmo após a promulgação do Código Civil português, em 1867, não houve mudança drástica no regime de sucessão. A transmissão preferencial, com instituição de um sucessor, continuou sendo praticada em maior número do que o sistema de herança igualitário entre os herdeiros. A autora estudou o caso do *Concelho de Vieira do Minho* e constatou que se perpetuaram as transmissões preferenciais, buscando preservar os bens do casal, por meio da sucessão privilegiada de um dos filhos (Brandão, 1991, p. 624).

Podemos considerar que parte do *habitus* senhorial português, definido por Monteiro, Hespanha, Durões e Brandão, foi transplantado para a América portuguesa, considerando a forte migração que se verificou nas áreas do Norte e Noroeste do Reino em direção aos domínios americanos, após as descobertas auríferas em Minas Gerais. Taisavas migrações trouxeram grandes quantidades de homens e mulheres que carregavam em suas práticas sociais a mentalidade destacada acima. Buscando apoio na bibliografia já citada sobre a questão, podemos considerar que existiam alguns paralelismos nas práticas de transmissão de heranças entre Portugal e sua colônia americana. Podemos sintetizar que a base da cultura senhorial do Antigo Regime privilegiava a indivisibilidade do patrimônio entre os

segmentos da nobreza. Essa base jurídica de caráter permissivo às sucessões desiguais vigorou na América Portuguesa até 1822 (Fragoso, 2002b, p. 47). Mesmo com o processo de modernização da legislação, orientando princípios mais igualitários de distribuição das heranças, as práticas de sucessão entre os grupos sociais mais elevados continuaram a tendência de aplicação de mecanismos tradicionais de sucessão.

Boa parte da documentação que utilizamos para analisar as ligações econômicas e parentais da família Azeredo Coutinho foi produzida, e posteriormente reunida e armazenada, em função da ocasião da tentativa de contrair matrimônio do herdeiro primogênito de João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho. O jovem, Manoel Pereira Ramos de Azeredo Coutinho Ramalho, havia ajustado o casamento com uma das filhas do Marechal de Campo João Antônio Pereira de Lacerda, e restava somente a autorização de seu tio, Bispo Francisco de Lemos Faria Pereira de Azeredo Coutinho, para sancionar o matrimônio do futuro herdeiro do vínculo de Morgado.

Todavia, o tio Bispo considerou a pretensão matrimonial de seu sobrinho “intempestiva, incurial e inconsiderada”. Nesta época, o progenitor de Manoel Pereira Ramos de Azeredo Coutinho Ramalho havia falecido, e seu tio Bispo havia assumido a posição de espécie de tutor de seu jovem sobrinho. Nesse sentido, na compreensão de seu tio e tutor, a pretensão matrimonial do herdeiro do vínculo era considerada “intempestiva” porque não convinha dar-lhe matrimônio antes de realizar os arranjos necessários à *casa*; também era “incurial”, porque seu pai havia determinado que a condução matrimonial do herdeiro preferencial deveria ser realizada por seu tio Bispo, e não por escolha autônoma de Manoel Pereira Ramos de Azeredo Coutinho Ramalho, em razão de sua pouca idade e experiência, e, embora não dito, em razão da sucessão do patrimônio do vínculo; além de tudo, a atitude do sobrinho era “inconsiderada”, porque em razão do estado privilegiado de sua *casa*, com inúmeros serviços, mercês, senhorios de terras, alcadearias-mor, comendas, cargos, títulos, dignidades e a administração de grandes morgados, deveria o primogênito herdeiro preferencial da *casa*, administrador do Morgado, ser preparado a uma aliança matrimonial que trouxesse mais vantagens a sua *casa*.

Portanto, a escolha matrimonial de Manoel Pereira Ramos de Azeredo Coutinho Ramalho não era uma questão individual e afetiva, mas resultado das estratégias familiares de alianças com segmentos da nobreza e manutenção da riqueza e serviços reais de sua estirpe, conforme discutido na bibliografia aqui debatida sobre as estratégias nupciais da América Portuguesa.

Consideramos que boa parte da descendência do casal Azeredo Coutinho esteve relacionada diretamente à fazenda de Marapicú, pertencente ao casal, como seu local de nascimento. A partir do nascimento da filha Micaela Joaquina Pereira de Faria e Lemos, segunda filha do casal, a maior parte dos descendentes teve a freguesia de Marapicú como seu local de nascimento e batizado, evidenciando a consolidação da família já nas primeiras décadas do século XVIII nas terras que mais tarde seriam incorporadas ao vínculo de Morgadio. Porém, o vínculo do ramo familiar com as terras das freguesias de Santo Antônio de Jacutinga e Nossa Senhora da Conceição de Marapicú é ainda mais remota do que o período do nascimento dos seus primeiros herdeiros, como já afirmamos.

O ADMINISTRADOR REAL DOS BENS DO MORGADO DE MARAPICÚ

Podemos afirmar que os herdeiros Clemente Pereira de Azeredo Coutinho e Melo e Inácio de Andrade Souto Maior Rondon fizeram carreira em postos de destaque na esfera militar e administrativa da América Portuguesa.

O documento de instituição do vínculo de Morgado indica que o filho Clemente Pereira de Azeredo Coutinho e Melo estava servido como Dragão na Capitania de Piauí. Todavia, o governador da Capitania do Piauí, Gonçalo Lourenço Botelho de Castro, em julho de 1770, escreveu ao rei D. José propondo nomear o tenente Fernando José Veloso de Miranda e Sousa para o posto de Capitão de Cavalos da Companhia dos Dragões do Piauí, que naquele momento se encontrava vago, em razão do

retorno de Clemente Pereira de Azeredo Coutinho e Melo ao Reino⁶.

É provável que esse herdeiro da família Azeredo tenha ido ao Reino em meados daquele ano de 1770. Porém, podemos inferir que, no final do ano de 1772, Clemente Pereira de Azeredo Coutinho e Melo já havia retornado à América Portuguesa, pois em dezembro desse ano foi nomeado Governador da Capitania do Maranhão por um período de três anos⁷.

Clemente Pereira de Azeredo Coutinho e Melo permaneceu no cargo de Governador do Maranhão até meados de 1774. Em janeiro desse ano, ele escreveu ao rei D. José solicitando o recebimento do soldo referente ao cargo de Governador da Capitania desde o dia em que embarcou para o Maranhão. Talvez o herdeiro dos Azeredo Coutinho não tenha conseguido receber o soldo de Governador do Maranhão pois, em abril do mesmo ano, Joaquim de Melo e Póvoas escreveu para o Secretário da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, candidatando-se a permanecer na função de Governador, ocupada após a morte de Clemente Pereira de Azeredo Coutinho e Melo.

Por sua vez, o herdeiro Inácio de Andrade Souto Maior Rondon se dedicou à carreira militar, alcançando postos de destaque na Capitania do Rio de Janeiro. Em outubro de 1772, foi nomeado Capitão de Cavalaria Auxiliar por ordens do Conde de Borbadela⁸.

Já em agosto de 1778, o então Capitão de Cavalaria foi nomeado Mestre de Campo do Terço dos Auxiliares no Distrito de Guaratiba, por ocasião do falecimento de João Velho Barreto, que deixou o cargo vago⁹. A nomeação ao posto de Mestre de

⁶ Biblioteca Nacional. Projeto Resgate. Capitania do Rio de Janeiro. AHU_ACL_CU_016, Cx.11, D.640.

⁷ Biblioteca Nacional. Projeto Resgate. Capitania do Rio de Janeiro. AHU_ACL_CU_009, Cx.46, D.4525.

⁸ Biblioteca Nacional. Projeto Resgate. Capitania do Rio de Janeiro. AHU_ACL_CU_17, Cx. 106, Doc. 8905

⁹ Biblioteca Nacional. Projeto Resgate. Capitania do Rio de Janeiro. AHU_ACL_CU_17, Cx. 106, Doc. 8905; Capitania do Rio de Janeiro. AHU_ACL_CU_17, Cx.236, D. 16166.

Campo ocorreu por ordens do Marquês do Lavradio¹⁰. O Distrito de Guaratiba reunia ao todo sete freguesias na Capitania do Rio de Janeiro, sendo elas São Salvador do Mundo de Guaratiba, São Francisco Xavier de Itaguaí, Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, Nossa Senhora do Loreto de Jacarepaguá, Santo Antônio de Jacutinga, Nossa Senhora da Piedade de Iguazu e Nossa Senhora da Conceição de Marapicú¹¹.

A partir de julho de 1797, Inácio de Andrade Souto Maior Rondon ascendeu ao posto de Coronel de Milícias do Regimento de Milícias de Guaratiba. Nesse cargo, o Coronel estabeleceu contato direto com importantes autoridades da administração portuguesa. No ano de 1798, Inácio de Andrade Souto Maior Rondon respondeu a dois requerimentos de D. José Luís de Castro, Conde de Resende, Vice-Rei do Estado do Brasil, e ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, D. Rodrigo de Souza Coutinho.

O primeiro requerimento investigava a possibilidade de existência de salitre em terras da América Portuguesa. Naquela época, Inácio de Andrade Souto Maior Rondon já ocupara a posição de Coronel de Milícias do Distrito de Guaratiba, respondeu indicando que na região do Rio das Velhas, caminhos de Goiás, Dourados, Abaeté e Rio São Francisco existiam jazidas do referido minério¹².

Ainda em março de 1798, novamente o Coronel de Milícias trocou correspondências com as duas autoridades coloniais. Agora respondendo às ordens das autoridades portuguesas para verificar a existência de árvore de Guina nos territórios sob seu controle. Na resposta, o Coronel indicou que enviou mateiros experientes à procura da árvore, que informaram não a terem encontrado. Todavia, escreveu indicando que soube por meio do Frei Inácio Nunes de Santana, religioso de Convento de Nossa Senhora do Carmo, e seu parente, que existiam grandes quantidades das referidas árvores nos campos do Tenente João

¹⁰ Biblioteca Nacional. Projeto Resgate. Capitania do Rio de Janeiro. AHU_ACL_CU_17, Cx. 110, D. 9162.

¹¹ Biblioteca Nacional. Projeto Resgate. Capitania do Rio de Janeiro. AHU_ACL_CU_17, Cx. 106, Doc. 8905.

¹² Biblioteca Nacional. Projeto Resgate. Capitania do Rio de Janeiro. AHU_ACL_CU_17, Cx. 165, D. 12274.

Pinto de Magalhães e do Alferes Alexandre Pinto de Magalhães, e na localidade de Campo Redondo, situada entre os rios Grande, Serra da Boa Esperança, rio Sapucaia, e Águas Verdes, na freguesia de Lavras do Funil. Indicando ainda que na irmandade de Nossa Senhora das Dores, na Comarca de São João D'el Rey, Rio das Mortes, e Abaité, e no arraial da formiga, na picada de Goiás, também existiam quantidades significativa da mesma planta¹³.

Nas duas trocas de correspondência com as autoridades colônias portuguesas, Inácio de Andrade Souto Maior Rondon demonstrou possuir conhecimento significativo sobre a comunidade social, a organização geográfica e ambiental da região das Minas Gerais e Goiás, inclusive indicando nomes de parentes e outras autoridades militares nessas regiões, evidenciando que a família Azeredo Coutinho ainda mantinha conexões sociais sólidas com os caminhos das Minas Gerais. A cerimônia de casamento de Inácio de Andrade Souto Maior Rondon também foi indicativa da aproximação dos laços de sociabilidade da família Azeredo Coutinho com a região de Minas Gerais. O Coronel de Milícias casou-se em outubro de 1780, em cerimônia celebrada nas Minas Gerias com sua prima, D. Antônia Joaquina Ataíde Portugal, filha do Coronel Luís José Pinto Coelho da Cunha e Dona Antônia Joaquim Miranda da Costa (Rheingantz, 1965, p. 148). É interessante destacar ainda que nas duas correspondências o Coronel de Milícias assinou as cartas tendo como local de emissão a freguesia de Nossa Senhora de Marapicú.

A ascensão na carreira militar de Inácio de Andrade Souto Maior Rondon não terminou no posto de Coronel de Milícias do Distrito de Guaratiba. Em maio de 1806, o Coronel escreveu ao Príncipe Regente D. João VI solicitando a reforma no serviço militar, com a ascensão para o posto de Brigadeiro. No requerimento emitido ao Conselho Ultramarino, o Coronel indicou que prestou 43 anos de serviço militar à Coroa Portuguesa, já se encontrando naquele momento com 73 anos de idade, condição que dificultava a continuidade nas atividades

¹³ Biblioteca Nacional. Projeto Resgate. Capitania do Rio de Janeiro AHU_ACL_CU_17, Cx. 165, D. 12275.

militares. Na mesma carta, o agora Brigadeiro dos Reais Exércitos Portugueses, solicitou a promoção de seu filho, Manoel Inácio de Andrade Souto Maior Pinto Coelho, com 13 anos de serviços prestados como Capitão do 1º Regimento de Infantaria de Linha da Cidade do Rio de Janeiro, ao posto de Coronel de Milícias¹⁴. Dessa forma, Manoel Inácio de Andrade Souto Maior Pinto Coelho substituiria seu pai no posto de Coronel de Milícias do Distrito de Guaratiba, perpetuando o domínio dos Azeredo Coutinho naquela posição militar.

O destaque social de Inácio de Andrade Souto Maior Rondon não se atribuiu unicamente aos postos militares no Distrito de Guaratiba: o militar controlava diferentes engenhos nas freguesias de Santo Antônio de Jacutinga e Nossa Senhora da Conceição de Marapicú, conforme indicado no relatório do Marquês de Lavradio de 1779. Vale lembrar que, nessa época, Inácio de Andrade Souto Maior Rondon era Mestre de Campo do Distrito de Guaratiba, cabendo-lhe, pelo exercício do cargo, informar ao Marquês da organização social e econômica daquele distrito.

OS DOMÍNIOS AGRÁRIOS DE INÁCIO DE ANDRADE SOUTO MAIOR RONDON NAS FREGUESIAS DE SANTO ANTÔNIO DE JACUTINGA E NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE MARAPICÚ

Na freguesia de Santo Antônio de Jacutinga, o então Mestre de Campo Inácio de Andrade Souto Maior Rondon era senhor do engenho de Santo Antônio do Mato. Anteriormente pertencente a Francisco Sanchez de Castilho, o engenho encontrava-se em ruínas, indo por dívidas para a arrematação em praça, e comprado pelo Mestre de Campo em 1778, que logo iniciou o processo de reestruturação. Já em 1779, o engenho Santo Antônio contava com 30 escravizados, estando em pleno funcionamento.

A freguesia vizinha de Nossa Senhora da Conceição de Marapicú foi descrita no relatório constando de 4 engenhos, estando 3 destes engenhos sob o controle da família Azeredo

¹⁴ Biblioteca Nacional. Projeto Resgate. Capitania do Rio de Janeiro. AHU_ACL_CU_17, Cx.236, D. 16166; RHEINGANTZ (1965; p. 148).

Coutinho: os engenhos de Cabuçú e Marapicú estavam sob a administração do Morgado de Marapicú, e o engenho Mato Grosso tinha como senhor Inácio de Andrade Souto Maior Rondon. O documento de instituição do vínculo de Morgado também informa que, dentro da data de Marapicú, havia ainda as fazendas denominadas Poços e Paul do Gandú, essa última conhecida na região pelo nome de Pantanaís¹⁵.

O engenho de Mato Grosso foi erguido no ano de 1776, e se encontrava ainda em obras, mas já produzia, com 70 escravizados, a quantidade de 12 caixas de açúcar e 4 pipas de aguardente.

O mapa descritivo da população do Distrito de Guaratiba, produzido pelas ordens do Conde de Resende, Vice-rei do Estado do Brasil, D. José Luís de Castro, em 1797, indica que Inácio de Andrade Souto Maior Rondon ampliou o seu controle econômico dos engenhos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Marapicú. A freguesia foi descrita no relatório de 1797 abarcando 4 engenhos, todos sob o controle dos herdeiros da família Azeredo Coutinho. Os engenhos de Cabuçú e Marapicú, constituintes dos bens vinculados ao Morgado de Marapicú, tiveram como senhor relacionado João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, primeiro administrador do Morgado. Os outros dois engenhos da freguesia, engenho de Mato Grosso e Piranga eram controlados por seu irmão, Inácio de Andrade Souto Maior Rondon¹⁶.

Na descrição do mapa populacional dos engenhos da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Marapicú (Tabela 1), o engenho de Mato Grosso despontava como o domínio senhorial da família Azeredo Coutinho, com a maior quantidade de escravizados empregados na produção agrícola. O engenho de Mato Grosso parecia estar em ascensão produtiva desde sua fundação, já que no ano de 1779 o relatório do Marquês de Lavradio contabilizava 70 cativos, e agora, em 1797, segundo os dados do mapa populacional do Conde de Resende, o engenho já contava com 95 cativos. Nesse cálculo, incluem-se todos os

¹⁵ Biblioteca Nacional. Seção de Obras Raras, Ms. 5, 3, 13-15.

¹⁶ Biblioteca Nacional. Projeto Resgate. Capitania do Rio de Janeiro. AHU_ACL_CU_017, Cx.163, D.12203.

escravizados relacionados ao engenho de Mato Grosso, cativos do sexo masculino e feminino, maiores e menores de idade.

Tabela 1 – Mapa populacional da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Marapicú em 1797. – Grupo senhorial e escravizados

Chefes de Família	Idade	Residência	Estado Civil	Senhores	Escravizados
Inácio de Andrade Souto Maior Rondon	63	Engenho Mato Grosso	Casado	10	95
Inácio de Andrade Souto Maior Rondon	63	Engenho Piranga	Casado	---	41
Joao Pereira Ramos Azeredo Coutinho	---	Engenho Marapicú	---	---	60
Joao Pereira Ramos Azeredo Coutinho	---	Engenho Cabuçú	---	---	62

Fonte: Biblioteca Nacional - Projeto Resgate - Rio de Janeiro (1614-1830). Descrição do Mapa Populacional de 1797 do Conde de Resende. Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Marapicú.

A comparação da descrição do inventário das fazendas constituintes do vínculo de Morgado poderá auxiliar na compreensão mais detalhadas da realidade produtiva dos engenhos controlados pela família Azeredo Coutinho. Naquele ano de 1772, as terras vinculadas na estrutura jurídica de Morgado foram fracionadas em 4 fazendas: Marapicú, Cabuçú, Poços e Paul do Gandú.

O Engenho de Marapicú foi descrito como o maior domínio senhorial da família Azeredo Coutinho. A avaliação dos bens presentes nas descrições do inventário do Engenho de Marapicú, incluindo terras, lavouras, maquinários, construções, e escravizados, perfaziam a quantia de trinta e dois contos de réis¹⁷. O engenho de Cabuçú foi descrito no mesmo processo de levantamento de inventário, com avaliação na quantia de trinta e

¹⁷ Biblioteca Nacional. Seção de Obras Raras, Ms. 5, 3, 13-15

dois contos de réis, incluindo terras, maquinários e escravizados¹⁸.

Os limites da fazenda de Marapicú principiavam com a testada de duas mil braças, findado o sertão na divisão com a fazenda do Mato Grosso, margeando o rio Gandú-mirim e a Serra de Marapicú, até chegar à divisa com as terras da Fazenda de Santa Cruz. Ao passo que a fazenda de Cabuçú foi descrita contendo uma légua de testada e duas de sertão, e tendo como confrontante as terras da fazenda de Marapicú.

Os escravos pertencentes ao Engenho de Marapicú representavam a maior quantia entre os bens avaliados no inventário. A fazenda de Marapicú contava com 136 cativos, sendo 118 descritos sem nenhum tipo de impeditivo ao trabalho, como problemas físicos, idade avançada ou ainda crianças. Daqueles 118 escravizados, adultos e aptos ao trabalho, 91 não tiveram qualquer observação sobre habilidade profissional, presumindo-se que eram escravizados voltados para o trabalho de roça. Os outros 27 cativos eram descritos com profissões detalhadas, no inventário dos bens da fazenda, como Barbeiro (1); Barqueiro (3); Carpinteiro (3); Carreiro (1); Cozinheira (1); Enfermeiro/a (3); Feitor (1); Ferreiro (2); Mucama (3); Oleiro (1); Pedreiro (1); Sapateiro (1); Serrador (5)¹⁹.

Já o engenho de Cabuçú possuía, em 1772, a quantidade de 62 escravizados. Somente dois cativos tiveram a profissão detalhada, caso do escravo Antônio (que era feitor e pedreiro), e outro cativo, também de nome Antônio (que era empregado como serrador). Os demais 60 cativos do engenho, possivelmente, eram destinados ao serviço do roçado. Os espaços destinados à produção com trabalho escravo no engenho de Marapicú aparecem descritos na Tabela 2.

Tabela 2 – Os espaços produtivos no Engenho de Marapicú – Final do século XVIII

Construções	Instrumentos
Engenho de fazer açúcar	2 Caldeiras
	4 Tachos

¹⁸ Biblioteca Nacional. Seção de Obras Raras, Ms. 5, 3, 13-15

¹⁹ Biblioteca Nacional. Seção de Obras Raras, Ms. 5, 3, 13-15

	2 bacias de cobre
	5 coxos de tendal
	200 Andainas
Casa de purgar	700 Formas
	1 Tacho grande de decantar
Casa de armazém de mel	1 Tanque
	7 Coxos
Casa de destilar aguardente	2 Alambiques Grandes
	1 Alambique Pequeno
	18 Tonéis
	3 Tinas
	3 Coxos
	2 Baldes
	2 Caçambas de Cobre
Casa de Encaixe de Açúcar	1 Balança e pesos
Casa de Farinha	
Olaria	

Fonte: Biblioteca Nacional. Seção de Obras Raras, Ms. 5, 3, 13-15.

Os espaços destinados ao processamento da cana de açúcar constituíam-se de um engenho de fazer açúcar, composto por duas caldeiras, quatro tachos, duas bacias de cobre, cinco coxos de tendal e duzentas andainas. Após a trituração da cana de açúcar no engenho, a etapa seguinte era realizada na casa de purgar, composta de setecentas formas e um tacho grande para decantar. Por fim, o açúcar era encaminhado para o barracão que faria a função de encaixotar o açúcar produzido na fazenda de Marapicú, equipado com balança e pesos para auxiliar no armazenamento do açúcar nas caixas.

Somada à produção açucareira, havia na fazenda a casa de destilar aguardente, composta por dois alambiques grandes, um alambique pequeno, dezoito tonéis para o armazenamento, três tinas, três coxos, dois baldes, e duas caçambas de cobre. Por fim, outras produções possuíam espaço reservado para a produção agrícola da fazenda de Marapicú. Havia um armazém para condicionar o mel explorado na fazenda, composto por um tanque e sete coxos. Constam na relação também uma olaria e uma casa de fazer farinha, sem qualquer descrição de utensílios empregados nestas atividades. Lembremos que o documento que descreve os bens materiais da fazenda era um inventário da

referida fazenda, elemento que dava maior destaque às construções de maior valor econômico.

Relacionado ainda ao mundo do trabalho na fazenda de Marapicú, aparece indicada no inventário a existência de duzentos bois mansos para o serviço, além de sete carros. Certamente alguns dos animais citados eram utilizados para mover o engenho de açúcar, já que não há qualquer menção sobre o maquinário ser operado através de mecanismo que utilizasse a força motriz de uma roda de água. Os demais animais, possivelmente, estariam empregados no serviço de carroças de transporte dos partidos de cana da lavoura até o engenho.

Em relação às lavouras presentes na fazenda de Marapicú, as informações do inventário descrevem um canavial grande, composto por partidos de cana, na maioria pertencentes à fazenda, e ainda alguns pertencentes a lavradores que prestavam serviço aos senhores de Marapicú. O relatório do Marquês do Lavradio também faz referência à presença significativa dos lavradores associados à produção de cana das fazendas de Marapicú e Cabuçú. Posteriormente, iremos trabalhar mais detalhadamente com a comunidade de lavradores associados aos engenhos do Morgado. Já no engenho do Cabuçú, os espaços produtivos estão indicados na Tabela 3.

Tabela 3 – Os espaços produtivos no Engenho de Cabuçú – Final do século XVIII

Construções	Instrumentos
2 Engenhos de moer cana	2 grandes moendas de bronze
	2 caldeiras
	4 tachos
	2 bacias de cobre miúdas
Casa de Purgar	150 andainas
	560 formas
Armazém	1 tanque para mel
	7 coxos

Casa de destilar	3 alambiques
	16 tonéis
	8 coxos
	3 pipas
Casa de encaixar açúcar	Balanças e pesos
Casa de caldeira	2 ternos de tachos à vontade
	2 bacias
	Cobres miúdos

Fonte: BN. Seção de Obras Raras, Ms. 5, 3, 13-15.

As construções ligadas ao mundo do trabalho na fazenda de Cabuçú eram bem semelhantes às existentes na fazenda Marapicú, relacionando sua atividade produtiva ao processamento da cana-de-açúcar para a produção de açúcar e cachaça, possuindo maquinários e instrumentos para seu processamento e armazenamento. Os instrumentos ligados ao processamento da cana para a produção de açúcar existentes na fazenda de Cabuçú eram os engenhos de açúcar, a casa de purgar, a casa de caldeira, e o barracão para o encaixe do açúcar. Os engenhos eram dois, com duas moendas de bronze, duas caldeiras, quatro tachos, e duas bacias de cobres miúdas. Em relação à tecnologia que compunha a fábrica de açúcar, a documentação indica uma importante característica:

[...] a fábrica é distinta dos mais, porque nele os animais puxão por uma bolandeira grande, e esta toca as outras que estão nas moendas grandes, a modo de Engenho de água ficando todo o serviço da gente livre do giro dos animais (Biblioteca Nacional. Seção de Obras Raras, Ms. 5, 3, 13-15)

Já na casa de purgar, havia 150 andainas, e 560 formas, enquanto na casa de caldeira, existiam 2 ternos de tachos, 2 bacias, e muitos cobres miúdos, e por fim, o processo final ligado à produção do açúcar era equipada com balanças e pesos. Chama atenção a presença da casa de caldeira, pois na fazenda de

Marapicú, essa etapa fundamental na produção do açúcar não aparecia sendo realizada em um local específico. Talvez lá a casa de caldeira estivesse anexada à casa de purgar, e aqui em Cabuçú o processo fosse realizada em local distinto. Por sua vez, a descrição dos alambiques presentes no documento revela que o maquinário era movimentado por água corrente²⁰.

O barracão ligado à produção da cachaça também possuía características semelhantes à fazenda Marapicú, sendo que naquela havia dois alambiques grandes e um pequeno, e aqui em Cabuçú há a indicação de três alambiques, sem qualquer menção ao seu tamanho. Porém, se tomarmos por base os outros instrumentos existentes na casa de destilar, como os tonéis, os coxos e as pipas, os dados são bem próximos, indicando a possibilidade de produção equivalente de cachaça entre as duas fazendas. Por fim, assim como em Marapicú, a fazenda de Cabuçú também possuía um tanque com coxos para o armazenamento de mel.

Em relação às lavouras, as construções ligadas ao mundo do trabalho sugerem o domínio da lavoura canavieira, o que é confirmado pela documentação que cita a presença de extensa lavoura de cana-de-açúcar, composta por canaviais pertencentes à fazenda, e outros a lavradores. Nota-se que, aqui, diferente de Marapicú, não houve nenhuma menção à existência de casa ou barracões para a residência, mesmo que temporária, de trabalhadores, o que sugere que tais lavradores de cana habitavam próximo às terras da fazenda. É provável que um grupo de lavradores pudesse ser constituído por moradores das terras da própria fazenda de Cabuçú, parentes pobres das famílias associadas ao ramo Azeredo Coutinho, nos moldes descritos por Manoela Pedroza para os engenhos de Campo Grande, ou ainda é provável que uma parte de tais lavradores pudesse ser composta por arrendatários nas terras dessas fazendas. Tal prática de concessão de arrendamentos nas terras do Morgado será discutida longo adiante.

A fazenda Poços foi descrita no inventário dos bens do Morgado possuindo 24 escravizados, contendo somente um pomar, um curral, e 400 cabeças de gado *vacum*. Lembremos que

²⁰ Biblioteca Nacional. Seção de Obras Raras, Ms. 5, 3, 13-15.

essa fazenda estava situada “no fim das sesmarias dos Brejos e a data de Marapicú”²¹, e poderia compartilhar com a fazenda de Marapicú a “vasta capina que sustentavam o gado *vacum*”²².

A fazenda Paul do Gandú também compartilhava o perfil econômico voltado para a criação de animais, estando descrita no inventário com 2.090 cabeças de gado *vacum*, distribuídos em 8 currais, 138 cavalos, sendo 15 mansos para o serviço, e ainda 70 ovelhas. As pastagens também deveriam ser abundantes na referida fazenda, concentrando a maior quantidade de animais presentes nos domínios dos Azeredo Coutinho. A abundância de pastagens para animais nas fazendas Poços e Paul do Gandú foi confirmada por Pizarro, descrevendo-as como “dilatadamente largas e de boa nutrição para os animais” (Pizarro, 1820, p. 121). Porém, existe outra característica que atribui importância decisiva para a fazenda Paul do Gandú no complexo agrário administrado por Inácio Rondon.

Na descrição do inventário foi indicada a existência de um trapiche e uma casa para abrigar embarcações e passageiros, e ainda uma ponte descrita como “excelente para passar gado e cavalaria para a outra banda do rio [Gandú].”²³ No relatório do Marquês do Lavradio, o rio Gandú foi descrito como navegável para “grandes canoas que carregam 3 caixas de açúcar, podendo ainda subir da Ilha Grande e outras costas carregadas de peixes”²⁴. O pai de Inácio Rondon, o Capitão Manoel Pereira Ramos foi indicado como responsável por abrir uma ampla vala de uma légua no dito rio, tornando-o navegável, e construindo ainda um porto na fazenda Paul do Gandú.

No inventário dos bens pertencentes ao Morgado, há a presença de uma Sumaca avaliada em um Conto de réis. Essa embarcação de fundo chato se popularizou nas costas da América Portuguesa por sua versatilidade na navegação, podendo navegar em rios e nos mares, aliada a grande capacidade de carga (Mello, 2001). Monsenhor Pizarro confirma a existência de um trapiche nas terras da fazenda Paul do Gandú, “que recolhe os efeitos das

²¹ Biblioteca Nacional. Seção de Obras Raras, Ms. 5, 3, 13-15.

²² Biblioteca Nacional. Seção de Obras Raras, Ms. 5, 3, 13-15.

²³ Relatório do Marquês do Lavradio. 1769-79. p. 331.

²⁴ Relatório do Marquês do Lavradio 1769-79. p. 331.

lavouras, enquanto se demora o seu embarque em lanchas ancoradas no mar de Angra dos Reis.”²⁵. Na listagem de escravizados presentes na fazenda Paul do Gandú, não há informação sobre as profissões dos cativos. Todavia, na fazenda de Marapicú encontramos a presença de 3 escravizados barqueiros, caso de Salvador, André e Carlos.

Vale ressaltar que somente o engenho de Marapicú teve escravizados com profissões declaradas. No plantel de escravizados das outras fazendas, não houve menção à profissão dos cativos. O que poderia explicar esse ponto? Talvez a proximidade do olhar senhorial (afinal o engenho Marapicú era fazenda sede do Morgado) para vigiar os escravizados de maior valor econômico, caso dos cativos com profissão. Ou, possivelmente, o número maior de senzalas nas terras de Marapicú, total de 50 edificações, 40 cobertas de palha e 10 cobertas de telha, fosse fator de atração para a presença de maiores quantitativos de cativos, e ainda concentração de escravizados especializados. Poderia até mesmo haver um fator de ordem geográfica, ficando o engenho de Marapicú em caminhos de comunicação com as demais fazendas.

A ADMINISTRAÇÃO DE INÁCIO DE ANDRADE SOUTO MAIOR RONDON NO MORGADO DE MARAPICÚ E SUAS REDES DE SOCIABILIDADE

A comparação entre o plantel escravizado relacionado aos engenhos de Marapicú e Cabuçú na descrição do inventário das fazendas no ano de 1772 e os dados recolhidos no mapa populacional produzido sob as ordens do Conde de Resende ajuda a entender a administração organizada por Inácio de Andrade Souto Maior Rondon nos 4 engenhos da freguesia de Nossa Senhora de Conceição de Marapicú.

Os dados do mapa populacional do distrito de Guaratiba em 1797, direcionado aos 4 engenhos da freguesia (apresentado na Tabela 2), indicam que os engenhos de Mato Grosso e Piranga possuíam como senhor Inácio de Andrade Souto Maior Rondon, ao passo que os engenhos de Marapicú e Cabuçú tiveram como

²⁵ Relatório do Marquês do Lavradio. 1769-79.

senhor mencionado João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho, irmão mais velho do Coronel de Milícias do Distrito de Guaratiba e administrador do vínculo de Morgado.

Todavia, João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho residia no Reino há muitos anos, tendo desempenhado diferentes funções administrativas junto à Coroa Portuguesa, e, naquele ano de 1797, ocupava de função desembargador do Paço e Chanceler da Casa de Suplicação. Portanto, o chefe da *casa* dos Azeredo Coutinho residia do outro lado do Oceano Atlântico, e era peça chave na articulação político-social da família junto à constituição política do Império Português. Seu irmão, Inácio de Andrade Souto Maior Rondon, era a figura proeminente da hierarquia militar e administrativa do Distrito de Guaratiba, e senhor de dois engenhos na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Marapicú. É inteiramente razoável que o administrador dos bens do Morgado de Marapicú tenha feito da figura do irmão, Inácio de Andrade Souto Maior Rondon, seu lugar-tenente na administração dos engenhos vinculados ao Morgado.

Vale lembrar que o relatório do Marquês do Lavradio de 1779 indica o Coronel de Milícias como senhor de 5 engenhos em duas freguesias vizinhas, no Distrito de Guaratiba (Relatório do Marquês do Lavradio. 1769-79). O chefe do clã familiar dos Azeredo Coutinho em terras de Guaratiba administrava 4 engenhos na freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Marapicú, Cabucú e Marapicú, reunidos em Morgado por sua família, e ainda os engenhos de Piranga e Mato Grosso. Na freguesia vizinha, de Santo Antônio de Jacutinga, o mesmo Inácio Rondon era senhor do engenho de Santo Antônio do Mato.

O poder de Inácio Rondon era representado em sua função militar no Distrito de Guaratiba e na administração das terras organizadas em torno de sua família nas freguesias de Marapicú e Jacutinga. Boa parte da população dessas duas freguesias estaria submetida ao seu duplo mecanismo de poder, senhorial e militar. Os grandes poderes de Inácio Rondon geraram conflitos com autoridades naquela região, verificados em trocas de correspondências entre o Vice-rei Luís de Vasconcelos e Souza e os administradores da Fazenda de Santa Cruz, terras vizinhas aos domínios dos Azeredo Coutinho, as ações de Inácio Rondon receberam críticas. Segundo o Vice-Rei:

O mestre de Campo Inácio de Andrade Souto Maior Rondon, desde ano de 1783, anda fomentando a desobediência do dito José Pires às ordens da Junta (...) este mestre de campo é o que encaminhou do dito José Pires para ir sem ele em uma embarcação de Parati para a Bahia, e daí para essa Corte, munido de carta para seus irmãos, o Desembargador João Pereira Ramos e o Bispo de Coimbra, animado das promessas de proteção segura e eficaz”.²⁶

O comportamento autoritário de Inácio Rondon na condução de seus poderes também foi criticado por Pizarro, ao escrever que:

Em tempo, pela primeira vez parouquiou esta Igreja [N.S. da Conceição de Marapicú], o R. João Alvares de Moura, antes de ser ela de natureza colativa, se pagavam as conhecenças aos párocos, como se asseverou o dito padre. Os que depois se seguiram, e lhe sucedera, sujeitaram-se, por condescendência, a ir pelas casas dos fregueses recadar aleluias. Por esta causa, ainda que um, ou outro continuasse a pagar as conhecenças, todo o Povo se fez rebelde até o tempo presente, tendo por exemplo e guia ao Mestre de Campo Inácio de Andrade Souto Maior Rondon, à quem vive sujeito, tanto pelo lugar que ocupa, como por serem todas, ou quase todas as terras em que se compreende a freguesia, povoadas, e cultivadas por arrendatários seus. Este o motivo, de não ser possível ao pároco haver outros renditos, por testemunho de conhecenças, se não a quantia de 12. 8000 reis, em efeitos, que lhe davam os fregueses, indo ele às suas casas, com notável incômodo, e a maneira de esmoler de São Francisco, preparado de sacola (Galdames, 2007. pp. 287-88)

O relato de Pizarro descreve um conflito deflagrado entre o Mestre de Campo e o Reverendo João Alves de Moura, na liderança “rebelde” de Inácio Rondon por exercício do seu duplo poder sobre seus muitos arrendatários e os demais fregueses de Marapicú contra o pagamento das conhecenças (Relatório do Marquês do Lavradio. 1769-79) Monsenhor Pizarro ainda

²⁶ Arquivo Nacional. Fundo EM-FNSC. Série CAI – Caixas. Documento 0.507106. Agradeço a Manoela Pedroza pela indicação da fonte, e sinalização da descrição em sua tese de 2018.

informa que os conflitos chegaram ao ponto no qual o citado reverendo teria sido “lançado para fora” do Engenho do Piranga pelo Mestre de Campo.

Os conflitos envolvendo Inácio de Rondon são evidências significativas de sua atuação política no distrito de Guaratiba, em especial nas freguesias de São Antônio de Jacutinga e Nossa Senhora da Conceição de Marapicú, capazes de liderar uma parcela da população da região contra as autoridades religiosas no final do Setecentos.

Devemos lembrar ainda que as redes de sociabilidade de Inácio Rondon se ampliavam para além das terras da província fluminense, chegando à região de Minas Gerais e Goiás como evidencia a documentação trocada com as autoridades portuguesas e sua composição matrimonial. Dessa forma, ao assumir a chefia administrativa e posições militares de destaque no distrito de Guaratiba, Inácio Rondon assumiu a chefia do clã familiar dos Azeredo Coutinho em terras de Guaratiba, onde administrava cinco engenhos, sendo quatro reunidos na vinculação do Morgado de Marapicú e mais o engenho de Santo Antônio do Mato na freguesia de Santo Antônio de Jacutinga.

Portanto, Inácio Rondon parece ter sido elevado à condição de representante dos interesses econômico e político da família Azeredo Coutinho em terras fluminenses, sendo apresentado como o lugar-tenente dos seus irmãos mais velhos, que residiam em Portugal, para a administração dos bens agrários reunidos no Morgado de Marapicú e na manutenção do poder políticos dos Azeredo Coutinho na região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Arquivo Nacional. Fundo EM-FNSC. Série CAI – Caixas. Documento 0.507106.

ALMEIDA, Carla Maria Carvalho. Uma nobreza da terra com projeto imperial: Maximiliano de Oliveira Leite e seus aparentados. IN: SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de; ALMEIDA, Carla Maria

Carvalho de; FRAGOSO, João Luís Ribeiro (Orgs.). **Conquistadores e negociantes: história das elites no Antigo Regime nos Trópicos (América Lusa, séculos XVI a XVIII)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2007. pp. 121-194.

Biblioteca Nacional. Seção de Obras Raras, Ms. 5, 3, 13-15.

Biblioteca Nacional. Projeto Resgate. Capitania do Rio de Janeiro. AHU_ACL_CU_016, Cx.11, D.640.

Biblioteca Nacional. Projeto Resgate. Capitania do Rio de Janeiro. AHU_ACL_CU_009, Cx.46, D.4525.

Biblioteca Nacional. Projeto Resgate. Capitania do Rio de Janeiro. AHU_ACL_CU_17, Cx. 106, Doc. 8905

Biblioteca Nacional. Projeto Resgate. Capitania do Rio de Janeiro. AHU_ACL_CU_17, Cx. 106, Doc. 8905; Capitania do Rio de Janeiro. AHU_ACL_CU_17, Cx.236, D. 16166.

Biblioteca Nacional. Projeto Resgate. Capitania do Rio de Janeiro. AHU_ACL_CU_17, Cx. 110, D. 9162.

Biblioteca Nacional. Projeto Resgate. Capitania do Rio de Janeiro. AHU_ACL_CU_17, Cx. 106, Doc. 8905.

Biblioteca Nacional. Projeto Resgate. Capitania do Rio de Janeiro. AHU_ACL_CU_17, Cx.236, D. 16166;

Biblioteca Nacional. Projeto Resgate. Capitania do Rio de Janeiro. AHU_ACL_CU_017, Cx.163, D.12203.

BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Autoridade e conflito no Brasil colonial: o governo do Morgado de Matheus em São Paulo (1765-1775)**. São Paulo: Alameda, 2007.

BRANDÃO, Maria de Fátima. **O mercado na comunidade rural: propriedade, herança e família no Norte de Portugal (1800-1900)**. *Análise Social*. vol. XXVI, n. 112-113, pp. 613-628, 1991.

COSTA, Dora Isabel Paiva. **Herança e ciclo de vida: um estudo sobre família e população em Campinas (São Paulo, 1765-1850)**. Niterói. (Tese de Doutorado) PPG de História- Universidade Federal Fluminense. 1997.

DURÃES, Margarida. **Estratégias de sobrevivência económica nas famílias camponesas minhotas: os padrões hereditários (sécs. XVIII – XIX).** In: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambú - MG. Caxambú - MG, 2004.

DURÃES, Margarida. **Heranças: solidariedades e conflitos na casa camponesa minhota (séculos XVIII-XIX).** População e Família. São Paulo, n. 5 - Família IberoAmericana, pp. 155-186, 2003.

Estatística realizada pelo governo do Marquês do Lavradio, entre 1769-79. RIHGB. Tomo LXXVI, 1ª Parte, 1913.

FORTE, José Matoso Maia. **Memória da Fundação de Iguassú.** Rio de Janeiro: Typ. do Jornal do Commercio, 1933.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Capitão Manuel Pimenta Sampaio, senhor do Engenho do Rio Grande, neto de conquistadores e compadre de João Soares, pardo: notas sobre uma hierarquia social costumeira (Rio de Janeiro, 1700 – 1760).** In: XXIII Simpósio Nacional da ANPUH, São Leopoldo, RS. 2007a.

HESPANHA, António Manuel. Porque é que existe e em que é que consiste um direito colonial brasileiro. In: PAIVA, E. F. (Ed.). **Brasil-Portugal: sociedades, culturas e formas de governar no mundo português (século XVI-XVIII).** São Paulo: ANNABLUME 2006. p.21-41.

LEONZO, Nanci. **As companhias de ordenança na capitania de São Paulo: das origens ao governo do Morgado de São Matheus.** Dissertação de mestrado em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1975.

MELLO, Evaldo Cabral de. **Cabotagem no Nordeste Oriental: A Aparição da Sumaca – A vitória da Barçaça.** Revista Continental. Edição nº 5, Maio de 2001. Companhia Editora de Pernambuco.

MORAES, Vera Lucia Vilhena de. **Morgado de Marapicu.** 1972. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1972

MOTTA, Márcia Maria Menendes. Feliciano e a botica: Transmissão de patrimônio e legitimidade do direito à terra na região de Maricá (segunda metade do século XIX). IN: LARA, Sílvia Hunold (Org.); MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. **Direitos e justiças no Brasil: Ensaios de História Social**. Editora Unicamp: Campinas, 2006.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. **A Casa e a Linhagem: o vocabulário aristocrático em Portugal nos séculos XVII e XVIII**. Penélope, Lisboa. n. 12, 1993a. (pp. 43-63).

PESSOA, Ângelo Emílio da Silva. **As ruínas da tradição: a casa da Torre de Garcia d' Avila: Família e propriedade no Nordeste colonial**. Tese de Doutorado em História Social, Universidade de São Paulo, 2003.

PEDROZA, Manoela da Silva. **Engenhocas da Moral: redes de parentela, transmissão de terras e direitos de propriedade na freguesia de Campo Grande (Rio de Janeiro/século XIX)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

RHEINGANTZ, Carlos. **Primeiras famílias do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)**. Rio de Janeiro: Livraria Brasileira Editora, 1965, p. 93; 147- 148.

Recebido em: 05/08/2024
Aprovado em: 05/09/2024

QUAIS MEMÓRIAS DEVEM SER PRESERVADAS? GESTÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO NORTE FLUMINENSE

WHICH MEMORIES SHOULD BE PRESERVED? THE MANAGEMENT OF CULTURAL HERITAGE IN NORTHERN RIO DE JANEIRO

JÚLIA ERMINIA RISCADO¹

Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF)

Resumo: O artigo em questão pretende analisar o lugar das municipalidades na gestão de patrimônios culturais. Com o intuito de contribuir para o debate sobre as políticas de valorização da memória e de preservação do patrimônio cultural, pretende-se analisar os casos de Cardoso Moreira e de São João da Barra, localizados no norte do estado do Rio de Janeiro. Para isso, serão avaliados os processos de estruturação e de formulação de políticas para o setor nos municípios. Espera-se, com isso, identificar os usos dos instrumentos de preservação e a concepção de modelos próprios de gestão dos patrimônios

Abstract: This study will analyze the place of municipalities in the management of cultural heritage. In order to contribute to the debate on policies for valuing memory and preserving cultural heritage, the aim is to analyze the cases of Cardoso Moreira and São João da Barra, located in the north of the state of Rio de Janeiro. To this end, the processes of structuring and formulating policies for the sector in the municipalities will be evaluated. It is hoped that this will help to identify the use of preservation instruments and the development of specific heritage management models

¹ Doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Atualmente é pesquisadora bolsista de Pós-Doutorado em Políticas Sociais (PPGPS/UENF). Integra o Grupo de Pesquisa CNPq Oficina de Estudos do Patrimônio Cultural e o Observatório do Patrimônio Cultural de Campos. Este estudo foi financiado pela FAPERJ - Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro, Processo SEI E-26/205.783/2022. Orcid: 0000-0002-0840-0856. julia_riscado@yahoo.com.br

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Gestão municipal. Rio de Janeiro

Keywords: Cultural heritage. Municipal management. São João da Barra

INTRODUÇÃO

A aprovação da Constituição Federal de 1988 consolidou o processo de ampliação da participação institucionalizada, incluindo organizações representativas e de iniciativa popular (Avritzer, 2016), por meio do estabelecimento de instrumentos jurídicos importantes para a concretização desse intento, tais como as audiências públicas, o orçamento participativo e os conselhos. A implementação de um sistema descentralizado e participativo contribuiu ainda para o fortalecimento da responsabilidade das municipalidades na execução de programas, serviços, ações, projetos e benefícios.

Os mecanismos institucionais de participação modificaram a gestão das políticas públicas nos três níveis de governo, principalmente na esfera municipal, ao permitirem novas instâncias de controle, deliberação e fiscalização. Por outro lado, no âmbito municipal, a interação sócio-estatal expressou disputas específicas em torno de um tema ou de um problema por atores públicos e privados.

A compreensão das dinâmicas de interação Estado-sociedade, apresentada por Renata Bichir, Gabriela Bretas e Pamella Canato (Bichir, Bretas e Canato, 2017), mostra como as capacidades organizacionais societárias se transformam e são transformadas em capacidades estatais. Nesse sentido, a institucionalização das demandas dos movimentos sociais não ocorreria apenas em consequência do aumento de espaços institucionais de participação, mas na qualidade das interações estabelecidas nos processos de elaboração de políticas públicas, quando ideias e categorias de representações e movimentos sociais são apropriadas como capacidades de ação estatal.

Assim, as dinâmicas municipais não se alinhariam diretamente às ações nacionais, mesmo inseridas em um processo centralizado de tomada de decisões em nível federal. Ou seja,

(...) as macroexplicações e as categorias amplas não são suficientes para explicar os padrões de governança municipal; há dinâmicas diferentes nas administrações de direita e de esquerda, mas a política local vai além disso. Também demonstramos a diversidade de perfis, formas de interação e recursos (...). Por fim, apresentamos a complexidade das interações dos atores estatais e não estatais no processo de políticas. (...) Certas arenas são essenciais para promover a interação entre os atores estatais e não estatais e para a construção da política municipal. Essas disputas acontecem dentro de instituições formais (...) e a câmara municipal, mas também de maneira informal. (Bichir *et al.*, 2017, p. 22. Tradução nossa).

Admitindo-se que o patrimônio cultural seja usualmente aceito como um fato social, torna-se de fundamental importância entender as políticas públicas que incidem sobre ele. Deste modo, o presente artigo objetiva identificar os “problemas, critérios e encaminhamentos que orientam as políticas públicas” (Meneses, 2007, p. 37). Para isso, foram analisadas as legislações e as ações desenvolvidas para o patrimônio cultural nos municípios de Cardoso Moreira e São João da Barra, localizados na região Norte Fluminense. Espera-se, com isso, avaliar o grau de influência das instâncias federal e estadual, bem como observar como interesses locais podem incidir no setor.

PATRIMÔNIO CULTURAL: REMEMORAR O PASSADO OU DEMARCAR O PRESENTE?

Os símbolos são um aspecto essencial da vida política, justamente porque têm o poder de representar e, ao mesmo tempo, produzir mudanças sociais. Assim, é preciso ressaltar os processos de interpretação dessas memórias e suas representações nos locais que compõem o conjunto de bens culturais de uma região. Para analisar os casos de Cardoso Moreira e de São João da Barra foi necessário recorrer a um conjunto de autores que contribuíram para o debate sobre os processos de interpretação de memórias e suas representações.

Em um contexto global cada vez mais integrado cultural, econômico e politicamente, o interesse acerca da capacidade de armazenamento individual de informações, da valorização de experiências passadas e, conseqüentemente, da produção de conhecimento impulsionou os estudos sobre o papel da memória na atualidade. Nesse cenário, segundo Pierre Nora (1993, p. 7), “a consciência de ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema em sua encarnação”.

Para Andreas Huyssen, entretanto, a partir de um processo de transnacionalização dos discursos de memória, acontecimentos históricos como o Holocausto passaram a funcionar também como uma metáfora para outras histórias e memórias, podendo impulsionar ou inibir outras memórias traumáticas. Portanto, “é importante reconhecer que embora os discursos de memória possam parecer, de certo modo, um fenômeno global, no seu núcleo eles permanecem ligados às histórias das nações e estados específicos”. (Huyssen, 2000, p. 16)

O filósofo francês Georges Didi-Huberman (2006) ressaltou que os espaços de memória apresentam diferentes temporalidades, por vezes contraditórias. Ou seja, a concepção do passado no presente ocorreria a partir de sua reconfiguração. Ao mesmo tempo em que esses espaços representam um marco no tempo, garantem a possibilidade de emergência ou de encontro com outras memórias.

Nesse sentido, as memórias inscritas no espaço público, por meio dos patrimônios, representam formas de conceber a cultura como uma propriedade e, ao mesmo tempo, uma manifestação identitária. Sharon Macdonald (2009) ressaltou que essas memórias e histórias abrigadas nos patrimônios expressam uma narrativa pública compartilhada. No entanto, esse sentido de legitimidade tem sido cada vez mais contestado por grupos que buscam reconhecimento público, elaborando narrativas próprias e reivindicando a inscrição de outras memórias como patrimônio.

Pois, normalmente, o patrimônio é percebido como estabelecido
- como uma representação sedimentada, publicamente

estabelecida e valorizada da história. A inflação da memória, portanto, pode não apenas desafiar as memórias específicas existentes, mas também pode perturbar a visão tradicional do próprio patrimônio, tornando-o mais provável de ser considerado contestável e contingente. Isso, por sua vez, pode provocar mais questionamentos, tornando o patrimônio cada vez mais objeto de questionamento crítico em vez de aceitação. A expansão dos estudos sobre o patrimônio - e a produção de volumes como este - é, em parte, uma consequência dessa inquietação. O mesmo acontece com o aumento acentuado do número de controvérsias sobre o patrimônio e os relatos públicos do passado nos últimos 20 anos, aproximadamente. O patrimônio tornou-se, de fato, um campo contestado - até mesmo um campo de batalha -, pelo menos, às vezes. (Macdonald, 2008, p. 94, tradução nossa)

Um aspecto complementar a ser considerado é o uso das memórias e dos patrimônios nos discursos do desenvolvimento promovido por agências multilaterais, impactando diretamente a forma como os bens são percebidos pelos gestores públicos locais. George Alex da Guia (2020) explorou a questão ao analisar projetos de preservação do patrimônio cultural na América Latina. Sob a égide de especialistas representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), os projetos desenvolvidos estabeleceram uma estrutura que permitiu a sobreposição temporal, orientada ao futuro. Contudo, essa situação não impediria a emergência de perspectivas alternativas que impactam a concepção de patrimônio.

O patrimônio cultural e suas políticas de conservação, colonizados pelo capital econômico, por assim dizer, se vêm diante de ressignificações, reapropriações e resistências. Trata-se de processos globais de aprofundamento e ampliação das relações sociais com o tempo 'passado', com a identidade e a memória, que reforçaram a transformação do patrimônio cultural como uma figuração em si mesmo, uma espécie de entre-lugar constituído por discursos e geografias distintas, no caso, quando o 'Tempo' é dinheiro. (Guia, 2020, p. 36)

A situação identificada nos remete ao que Homi Bhabha (1998, p. 20) pontuou como “estratégias de subjetivação - singular ou coletiva - que dão início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade”. E é na representação da diferença e na exposição de traços culturais, a partir da perspectiva de grupos minorizados, que se confere autoridade à identificação de outros olhares, de outras narrativas e de outras demandas.

No campo da gestão pública municipal, o efeito do negligenciamento e da descontinuidade de ações é a fetichização desses signos por meio de seu distanciamento do presente. O lugar de estranhamento em que são colocados indica a permanência de uma subjugação de vozes. Esse aspecto tem desdobramentos importantes a serem debatidos na concepção de uma política voltada à valorização do patrimônio cultural naquela região.

Como apontado por Gilberto Gil em seu discurso de posse como Ministro da Cultura, no ano de 2003, o Estado não realiza e executa a cultura, mas cria condições para sua dinamização, adicionando recursos materiais e normativos aos circuitos heterogêneos que a compõem:

Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, criar condições de acesso universal aos bens simbólicos. Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, proporcionar condições necessárias para a criação e a produção de bens culturais, sejam eles artefatos ou mentefatos. Não cabe ao Estado fazer cultura, mas, sim, promover o desenvolvimento cultural geral da sociedade. Porque o acesso à cultura é um direito básico de cidadania, assim como o direito à educação, à saúde, à vida num meio ambiente saudável. (Brasil, 2003)

As ações institucionais diretas são complexas e abrangentes, passando pelos bens patrimonializados – desde edifícios até acervos museológicos, equipamentos e uma infinidade de bens culturais, como os produtos audiovisuais – até a formação de produtores e de públicos. No caso dos patrimônios, o envolvimento dos moradores é necessário na construção de um

imaginário social, que reforça o sentido de pertencimento sobre esses bens culturais. Ao mesmo tempo, estimular essa relação de proximidade incide no fortalecimento de uma postura de monitoramento de condições e da atuação dos gestores públicos.

A literatura recente sobre a relação entre memória e patrimônio contribuiu para um olhar mais atento a questões transversais ao tema do artigo, como, por exemplo, o lugar do turismo na construção de uma política de preservação do patrimônio cultural. Para a realização do estudo apresentado foram consultadas as legislações existentes e as ações desenvolvidas em Cardoso Moreira e São João da Barra. O caráter incipiente das estruturas institucionais e normativas encontradas permitiu observar o papel dos municípios no processo de construção de memórias.

CARDOSO MOREIRA

Antigo distrito de Campos dos Goytacazes, Cardoso Moreira foi emancipado em 30 de novembro de 1989, quando o governador era Moreira Franco. A recente trajetória da administração municipal, contudo, não enfraqueceu as ações de reconhecimento da importância histórica da região.

Em consulta à base de dados do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro (INEPAC), observou-se a ausência de registros de bens patrimoniais em Cardoso Moreira. No entanto, no levantamento realizado na Prefeitura de Cardoso Moreira foram identificados os seguintes espaços e manifestações culturais consideradas relevantes à cultura e história do município: Bloco Amigos da Anita; Boi Pintadinho; Corporação Musical Azevedo Cruz; Juarez Gouveia; Mestre Erenilton; Ponto de Cultura Ambiental; Rio Muriaé; Biblioteca Municipal Professora Elma Vieira Privatti Caldeira; Casa da Cultura Leny Jales Bellieny; e a Antiga Estação Ferroviária².

²

Disponível

em:

<https://www.cardosomoreira.rj.gov.br/site/espacos_culturais>. Acessado em: 24 de julho de 2024.

No site da Prefeitura de Cardoso Moreira é indicado a realização de um pedido de tombamento da antiga estação ferroviária realizado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que se encontraria em análise. No entanto, ao consultar a Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário do IPHAN (Tabela 1), atualizada em 29/02/2024, constam os seguintes registros referentes ao município.

Tabela 1 – Registros de Cardoso Moreira na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário do IPHAN

Nº NBP	Identificação do Bem	COD-IPHAN	TIPOLOGIA	Publicação da Homologação
3001064-0	Terreno - Pátio da Estação de Cardoso Moreira	RJ3301157BIE D00003	Terreno	1/6/2010
3201595-0	Antiga Casa de Turma I	RJ3301157BIE D00002	Residência	1/6/2010
3201596-0	Antiga Casa de Turma II	RJ3301157BIE D00004	Residência	1/6/2010
3202051-0	Estação Ferroviária de Cardoso Moreira	RJ3301157BIE D00001	Estação	1/6/2010

Fonte: Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário do IPHAN (atualizada em 29/02/2024).

Apesar de constar quatro (4) bens valorados e inscritos na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário do IPHAN, a Prefeitura de Cardoso Moreira não identificou esta situação no site ou na consulta presencial à Secretaria de Turismo e Cultura. Cabe ressaltar que as casas da turma e a caixa d'água, integrantes do Conjunto Ferroviário de Cardoso Moreira, foram demolidas após sua inclusão na Lista.

Figura 1 - Conjunto Ferroviário de Cardoso Moreira



Fonte: Informação Técnica nº 215/2016/COTEC/IPHAN/RJ (2016)

Diante do ocorrido, o Ministério Público Federal (MPF) precisou atuar na preservação dos bens ferroviários mediante procedimentos ministeriais, em que são convocados IPHAN, Prefeitura, Concessionária e demais agentes com o intuito de acordar Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). A partir deste momento ficaram previstas ações e prazos para a salvaguarda de bens culturais. No caso do patrimônio ferroviário de Cardoso Moreira, o MPF foi acionado por um morador da cidade que, por meio de ação civil pública, denunciou a demolição dos bens que constam na Lista do Patrimônio Cultural Ferroviário. Entretanto, não foi possível consultar o andamento da iniciativa.

Em Cardoso Moreira, não há legislação específica sobre preservação do patrimônio cultural e os espaços institucionais de deliberação e de participação não estão consolidados. Embora exista a possibilidade de criação futura de um conselho voltado

ao patrimônio cultural da região, o município conta somente com o Conselho Municipal de Cultura. Na Lei Orgânica do Município³, a atuação do conselho é descrita como parte da representação municipal. Ou seja, o conselho age como uma instância de aprimoramento das atividades promovidas pela prefeitura.

Nesse sentido, o entendimento sobre mecanismos de participação institucional, como os conselhos, é alterado para uma funcionalidade auxiliadora, complementando a gestão oficial da Secretaria da Cultura e do Turismo. Outro exemplo de como participação institucional ainda não se realizou de modo contundente é a denúncia individual feita ao Ministério Público Federal sobre a demolição de edifícios integrantes do Conjunto Ferroviário.

SÃO JOÃO DA BARRA

Em São João da Barra foi possível observar, a partir da instauração de nova diretoria do Conselho Municipal de Cultura para o biênio 2023/2024 e 2024/2025, uma complementaridade de ações voltadas à consolidação da gestão do patrimônio cultural municipal. A composição dos membros foi definida no Fórum Municipal de Cultura, realizado no Cine Teatro São João, que apresentou como tema “Tradição sanjoanense: políticas de salvaguarda do patrimônio cultural”.

O evento serviu ainda para divulgar a recém-criada Lei de Patrimônio e debater os direcionamentos futuros para o campo, que impactarão a formulação de políticas públicas de cultura. A ideia, segundo o atual presidente do conselho, João Filipe da Silva Amaral, é que o conselho realize sua função de órgão fiscalizador, “contribuindo e dando voz e visibilidade à sociedade civil para que possamos ser um canal de construção junto ao poder Executivo”.

³ Disponível em: http://www.sepexrio.org.br/wp-content/uploads/2013/08/lei_organica_cardoso_moreira.pdf. Acesso em 27 de maio de 2024.

O caso analisado é marcado por uma gestão do patrimônio cultural e natural ainda incipiente, visto que a Câmara de São João da Barra aprovou, no dia 7 de dezembro de 2022, os projetos de lei nº 085/2022 e 086/2022 que tratam, respectivamente, do desmembramento das secretarias municipais de Educação e Cultura e a de Turismo, Esporte e Lazer.

Na edição do Diário Oficial do dia 8 de dezembro de 2022 foram publicadas as nomeações de três novos secretários. O jornalista Rodrigo Florêncio, então subchefe de Gabinete, foi nomeado secretário de Comunicação. O ex-secretário de Comunicação, Gilwagner Miranda, tornou-se secretário de Cultura, e Caio César Rosa Serra, que era superintendente de Esportes, passou a responder pela Secretaria de Esportes.

No mesmo mês, foi promulgada a Lei nº 991/2022, de 20 de dezembro de 2022 que dispõe sobre a preservação do patrimônio natural e cultural de São João da Barra. A ação, inédita no município, procurou estabelecer um regramento institucional para a conservação e a proteção dos bens de natureza material e imaterial no município.

A legislação vigente determina o tombamento como único instrumento municipal de reconhecimento e de proteção do patrimônio cultural. A partir do dispositivo legal, o poder municipal dispõe de meios para preservar bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados.

O tombamento é a primeira ação de proteção e preservação dos bens culturais móveis e imóveis de valor cultural e de importância histórica, sendo instituído a partir do Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. A vigilância aparece, ainda, como um mecanismo complementar ao tombamento:

Art. 20. As coisas tombadas ficam sujeitas à vigilância permanente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que poderá inspecioná-los sempre que fôr julgado conveniente, não podendo os respectivos proprietários ou responsáveis criar obstáculos à inspeção, sob pena de multa de cem mil réis, elevada ao dobro em caso de reincidência (sic). (Brasil, 1937).

Em 1941, a desapropriação tornou-se ferramenta infraconstitucional de regulamentação com o Decreto-lei n. 3.365, de 1941, que trata das desapropriações por utilidade pública. Em 1962, com a Lei n. 4.132, foram definidos os casos de desapropriação por interesse social e sua aplicação. Observa-se que o aparato legal criado ao longo dos anos contribuiu para a harmonização entre a preservação das características e adaptações a novos usos dos bens materiais.

No entanto, somente com a Constituição Federal de 1988 a dimensão imaterial do patrimônio passa a ser considerada dentro das ações institucionais de preservação. Nesse momento é atribuído ao Poder Público, com a colaboração da comunidade, a promoção e a proteção do patrimônio cultural brasileiro por meio de outras vias, além do tombamento. É o caso do inventário e do registro, passíveis de uso no caso dos bens imateriais.

O inventário é uma metodologia que, uma vez aplicada, permite identificar e documentar bens culturais de modo a apreender seus sentidos e significados. Trata-se de um exercício compreendido em “duas facetas que podem ser sobrepostas: o seu valor como instrumento cadastral e o seu valor legal.” (Luckow, 2010, p. 681).

No Brasil, por meio da Instrução Normativa Nº 001, de 02 de março de 2009, foi estabelecido o uso do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Como uma resposta institucional à visão antropológica de cultura e das noções de bem cultural presentes no texto constitucional, trata-se de um instrumento técnico de gestão das ações voltadas ao patrimônio imaterial.

Comumente confundido com o tombamento, o registro não é orientado à imobilização ou impedimento de modificações, visto que seu objetivo é inventariar e registrar características dos bens materiais. Ou seja, é um instrumento que aprecia as manifestações simbólicas, mantendo-as acessíveis e dinâmicas.

Instituído pelo Decreto nº3.551, de 4 de agosto de 2000, o registro de um bem cultural de natureza imaterial é realizado no momento em que as eventuais manifestações apresentadas recebem decisão favorável do Conselho Consultivo do

Patrimônio Cultural. Após essa etapa, o bem é inscrito no livro correspondente e recebe a titulação de “Patrimônio Cultural do Brasil”.

Outro aspecto a ser destacado na Constituição Federal de 1988 é a possibilidade dos municípios de legislar sobre a proteção e a preservação de seus patrimônios culturais:

Art. 30. Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;

II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;

(...)

VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual (Brasil, 1988).

De acordo com o artigo 30, os planos diretores também podem ser considerados formas de preservação do patrimônio pelos municípios, por intermédio do planejamento urbano. Os municípios devem promover o desenvolvimento das cidades sem a destruição do patrimônio. Podem, ainda, criar leis específicas que estabeleçam incentivos à preservação.

No caso de São João da Barra, o uso do tombamento como única via de preservação restringe a atuação municipal aos bens de caráter material. Ao desconsiderar a possibilidade de reconhecimento de práticas e de saberes apropriados por grupos que compõem a comunidade local, deixa-se de lado parte da identidade e da história da região.

A medida afeta ainda áreas de interesse econômico do município, como o turismo. Isso porque a promoção da diversidade cultural da região, estimulada por um plano integrado com setores da cultura, da educação e do turismo, pode ampliar a quantidade de atrações, enriquecer instalações culturais e impulsionar o fluxo de turistas ao município.

Por outro lado, deve ser considerada a atuação estadual no mapeamento das manifestações culturais do Rio de Janeiro. O Mapa de Cultura do Estado do Rio de Janeiro, criado em 2012,

foi o resultado de um projeto de pesquisa e catalogação, elaborado pela Secretaria de Estado de Cultura, que identificou espaços culturais, patrimônios materiais e imateriais, personagens e grupos artísticos dos 92 municípios do estado. As informações se encontram disponibilizadas em um formato de enciclopédia digital⁴ da cultura do Rio de Janeiro.

Em São João da Barra foram realizados 52 registros, divididos em sete categorias: Gente, Agenda Fixa, Destaques, Espaços Culturais, Patrimônio Imaterial, Patrimônio Material e Outras Atrações.

A relação apresentada no Mapa de Cultura é ampla e elaborada com critérios distintos daqueles utilizados por organismos de preservação federal, estadual e municipal. À frente da Secretaria Estadual de Cultura nos momentos de elaboração e implementação da iniciativa, Adriana Rattes destacou a influência de sua experiência no setor privado para o desenvolvimento de um programa de governo direcionado ao setor da cultura no estado do Rio de Janeiro:

Como empresária na área da cultura, sempre tive proximidade com a questão da política pública de cultura. Nesse setor, o diálogo com o poder público é fundamental e, durante 20 anos, fui capaz de perceber claramente as dificuldades e problemas dessa relação. Mais do que a falta de recursos pura e simplesmente, noto que o principal problema é a falta de continuidade nas políticas e a falta de instrumentos articulados de apoio. Não existe apenas uma forma de apoio à cultura capaz de dar conta de todas as questões. As leis de fomento e incentivo à cultura, por exemplo, que são uma criação bastante genuína do Brasil, são instrumentos bastante interessantes, que deram conta da questão durante a última década. Entretanto, como única ferramenta, elas se mostram frágeis, pois atendem somente a um tipo de produto, de uma única maneira, com uma determinada visão. Isso não dá conta da riqueza e da diversidade, da pluralidade dos assuntos e dos temas da cultura no país. (...) A mão do Estado é muito forte no Brasil e não é possível ignorar

⁴ Disponível em: <http://mapadecultura.com.br/>. Acessado em 24 de julho de 2024.

seu peso na vida social. Ele nos concede benefícios, subvenções, mas é regido por uma regulamentação muito complexa, às vezes até ineficiente, retrógrada e burocratizante. A política permeia a vida de todos e por isso é um tema ao qual todos devemos prestar atenção. (Fundação Getúlio Vargas, s/d)

No caso do Mapa da Cultura do Estado do Rio de Janeiro, trata-se de uma iniciativa orientada ao turismo no estado, buscando atender ao grande fluxo de turistas com a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, realizados em 2014 e 2016, respectivamente. O projeto, coordenado pela Secretaria Estadual de Cultura, com patrocínio da Petrobrás e produção da Diadorim Ideias, foi responsável pela criação de um portal online bilíngue com imagens e informações sobre manifestações culturais identificadas no estado. No ano de 2014, a adesão da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - Faperj viabilizou a criação do guia *Cultura,rj* e do aplicativo *Mapa RJ*, disponível para os sistemas Android e iOS.

Cabe ressaltar que a dimensão cultural em eventos esportivos internacionais tornou-se parte integrante de seus regulamentos e diretrizes. O Comitê Olímpico Internacional - COI, por exemplo, torna obrigatório à cidade anfitriã dos Jogos Olímpicos a organização de um programa cultural que atua paralelamente à programação esportiva.

Nesse sentido, o Programa *Celebra*, criado pelo Comitê Rio 2016, é resultado da elaboração compulsória de uma programação cultural por parte da cidade-sede. A proposta previu atuação conjunta entre as três esferas de governo na qualificação de espaços culturais existentes, no estímulo a iniciativas de capacitação e difusão cultural, bem como no aumento da oferta de atrações nas diversas regiões da cidade. No entanto, observou-se que o termo “cultura” utilizado se relaciona à ideia de produto cultural, negligenciando o caráter tridimensional da cultura, composto por viés simbólico, econômico e cidadão (Calabre e Lustosa, 2017).

A proposta de candidatura ressaltava, ainda, a celebração, a festa e o lazer como elementos inerentes ao estilo de vida no Rio de

Janeiro, que valoriza o dia a dia, de forma intensa e apaixonada, no qual, a qualquer momento, é possível aproveitar a vida. (...) O Programa de Cultura deve, portanto, congrega todas essas expressões e apresentá-las ao público, levando-o a experimentar a cultura brasileira em sua diversidade e unicidade. (Comitê Rio 2016, 2014, p. 1-2)

Os desdobramentos para São João da Barra podem ser observados na valorização de personalidades ou de manifestações culturais identificadas pelo Mapa da Cultura do Estado do Rio de Janeiro. Uma delas são as Escolas de Samba, com ações consolidadas pela gestão municipal. Na mesma edição do Diário Oficial de São João da Barra, publicado dia 20 de dezembro de 2022, em que consta a legislação sobre a preservação do patrimônio cultural e natural, foram identificadas 4 (quatro) ações legais de fomento à instituições que integraram os desfiles carnavalescos no ano de 2023.

Tabela 2. Repasses para instituições carnavalescas

Instituição	Clube Social e Carnavalesco Chinês	Clube Recreativo Carnavalesco e Cultural Congos	Bloco Carnavalesco “Os Indianos”	Grêmio Recreativo Escola de Samba Acadêmicos da Vila Imperial
Legislação	Lei nº 993/2022	Lei nº 994/2022	Lei nº 995/2022	Lei nº 996/2022
Enquadramento	Escola de samba	Escola de samba	Bloco carnavalesco	Escola de samba
Repassse	R\$ 234.000,00	R\$ 234.000,00	R\$ 20.000,00	R\$30.000,00

Fonte: Diário Oficial do Município de São João da Barra, 20 de dezembro de 2022.

As agremiações Clube Recreativo Carnavalesco e Cultural Congos e Clube Social Carnavalesco Chinês são as mais antigas da região, fundadas há 88 e 87 anos, respectivamente. Embora seja realizado um desfile anual na Avenida do Samba, como é denominado o sambódromo montado na rua Joaquim

Thomaz de Aquino Filho, no Centro, não há julgamento para definição da escola campeã. No mesmo local desfilam o Bloco “Os Indianos” e a Escola de Samba Acadêmicos da Vila Imperial.

Imagem 2. Sambódromo montado na Rua Joaquim Thomaz de Aquino Filho



Fonte: Prefeitura de São João da Barra.

O carnaval sanjoanense está no calendário oficial da cidade e é parte importante da vida de seus moradores. Contudo, o reconhecimento na esfera estadual, por meio de sua inclusão no Mapa da Cultura do Estado do Rio de Janeiro, consolida a importância dessa manifestação cultural no espaço institucional de tal modo que extrapola os mecanismos de gestão oficiais para o patrimônio cultural do município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao buscar contribuir para o debate sobre as iniciativas municipais de valorização da memória e de preservação do patrimônio cultural local, o artigo apresentado avaliou a estruturação e a formulação de políticas para o setor nos

municípios de Cardoso Moreira e São João da Barra, localizados no norte do estado do Rio de Janeiro.

Incorporar uma literatura recente sobre memória ao estudo e aproximá-la ao debate da gestão do patrimônio cultural nos municípios selecionados foi fundamental para compreender como, em espaços repletos de simbologias e histórias, ocorre um processo de agenciamento e (re)configuração de memórias, bem como da história local. Ao mesmo tempo foi possível identificar diferentes formas de apropriação dos instrumentos federais de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural.

A partir de um olhar mais atento à recém-criada legislação sobre patrimônio cultural em São João da Barra foi possível observar, ao menos, dois aspectos importantes. O primeiro diz respeito à forma como são apropriados os instrumentos legais e normativos de preservação disponíveis pela gestão municipal. O uso do tombamento como único recurso municipal de preservação associa a materialidade como condição essencial para o reconhecimento de um bem cultural a ser preservado. Nesse sentido, é possível afirmar ainda que o arcabouço legal e normativo recém-criado pode comprometer a qualidade das interações nos processos de reconhecimento e de salvaguarda.

Em Cardoso Moreira, a ausência de dispositivos legais e estrutura burocrática não devem ser considerados elementos causais sobre uma possível negligência municipal na gestão do patrimônio. A institucionalização das demandas sociais não ocorre apenas em consequência da criação de instrumentos de participação institucional, como os conselhos, mas também na qualidade das interações estabelecidas na apropriação da legislação pela população ou nos processos de elaboração de políticas públicas, quando ideias e categorias de representações e movimentos sociais são assimiladas como capacidades de ação estatal. Por outro lado, o grau de conhecimento dessas memórias e desses patrimônios impacta o desenvolvimento social e turístico na região, centralizado nas narrativas contadas pela administração municipal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BICHIR, Renata Mirandola , BRETTAS, Gabriela Horesh ; CANATO, Pamella de Cicco. Multi-level governance in federal contexts: the Social Assistance Policy in the City of São Paulo. **Brazilian Political Science Review**, v. 11, n. 2, p. 1-28, 2017. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/1981-3821201700020003>> Acesso em: 02 maio 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto-Lei nº25**, de 30 de novembro de 1937.

_____. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

_____. Ministério da Cultura. **Discurso de posse do ministro da Cultura**. Brasília, DF: MinC, 2003.

CALABRE, Lia ; LUSTOSA, Lilian. Celebração da diversidade brasileira: uma visada sobre a preparação da cultura para os jogos olímpicos. In: CALABRE, Lia (org.) **Memória das olimpíadas no Brasil: diálogos e olhares**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2017, v. 1, p. 45-58.

COMITÊ RIO 2016. Programa de cultura - Celebra. **Rio de Janeiro: Comitê Olímpico do Brasil (COB)**, 2014. v. 1, p. 5. Disponível em: <http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/bitstream/123456789/2240/1/2014_03_10_Programa_Celebra_Vers%C3%A3o_1%200.pdf> Acesso em: 15 de maio de 2023.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Ante el tiempo**. Buenos Aires: Adriana Hidalgo editora, 2011.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. Entrevista com Adriana Rattes: O desenvolvimento da esfera cultural do Rio de Janeiro. **FGV Projetos**. s/d. Disponível em:

Veredas da História, [online], v. 17, n. 1, p. 139-158, jul., 2024, ISSN 1982-4238

<<https://fgvprojetos.fgv.br/noticias/entrevista-com-adriana-rattes-o-desenvolvimento-da-esfera-cultural-do-rio-de-janeiro>>
Acesso em 11 de maio de 2023.

GUIA, George da. **Time is money: o lugar do patrimônio cultural nas políticas de desenvolvimento do BID**. São Paulo: Annablume, 2020. 296p.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

LUCKOW, Daniele Behling Luckow. Inventários do patrimônio cultural: evolução, definições e metodologia. **Anais do IV Seminário Internacional em Memória e Patrimônio: Memória, Patrimônio e Tradição**. v. 1, 2000, pp. 675-686.

MACDONALD, Sharon. Unsettling memories: Intervention and controversy over difficult public heritage In: ANICO, Marta & PERALTA, Elsa (Orgs.) **Heritage and Identity Engagement and Demission in the Contemporary World**, London: New York Routledge, 2009, pp. 93-104.

MENESES, Ulpiano T. de Bezerra. Premissas para a formulação de políticas públicas em arqueologia. In **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, 33. Brasília: MinC/IPHAN, 2007.

NORA, Pierre. Entre memória e história - A problemática dos lugares. **Proj. História**, São Paulo, 10, 1993, pp. 07-28.

Recebido em: 25/07/2024

Aprovado em: 07/08/2024

EL ASOCIACIONISMO EN LA COMUNIDAD
ANGLOCARIBEÑA COMO FORMA DE DEFENSA
DEL PATRIMONIO ANGLOANTILLANO EN LA
CIUDAD DE GUANTÁNAMO, CUBA EN LA
PRIMERA PARTE DEL SIGLO XX

O ASSOCIACIONISMO NA COMUNIDADE ANGLO-
CARIBENHA COMO FORMA DE DEFESA DO
PATRIMÔNIO ANGLOCARIBENHO NA CIDADE DE
GUANTÁNAMO, CUBA NA PRIMEIRA PARTE DO
SÉCULO XX

LISANDRO RENÉ DUVERGEL SMITH¹
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumen: El artículo hace una breve revisión bibliográfica de la forma en que algunos científicos sociales trataron la idea de

Resumo: O artigo faz uma breve revisão bibliográfica da forma como alguns cientistas sociais trataram a ideia de associativismo negro na

¹ Doutorando em História no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina. Possui graduação em Direito pela Universidade de Guantánamo (2008). Mestre pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, no Brasil. Atualmente, é doutorando no Programa de Pós-graduação em História na mesma universidade. Membro da Cátedra de Estudos Afro-caribenhos (CEA) da Universidade de Guantánamo, Cuba. Atua principalmente nas áreas de Historiografia das Migrações, História do Estado e Direito, e Direito Constitucional. Participou de vários eventos nacionais e internacionais. Tem experiência nas áreas de História, Direito e Patrimônio Cultural. Suas pesquisas atualmente abordam a migração jamaicana no período da República Neocolonial em Cuba, por meio das categorias de estudo: cidadania, migração, discriminação racial e mercado de trabalho. Tem proficiência em inglês e espanhol (língua materna) e possui nível independente na língua portuguesa. Email: lisandroduvergel@gmail.com

asociativismo negro en la ciudad de Guantánamo. El elemento asociativista también es clave en toda la estructura social en que se insertaron los anglos caribeños y lo tomaron como estrategia por la cual pudieron hacer frente a todas las penurias (discriminación, xenofobia, persecución, etc.), que arrastró su movimiento desde sus países de origen, con el ánimo de buscar mejor vida para ellos y su descendencia, sin renunciar a sus raíces, logrando con ello la unión y cooperación en un espacio semicerrado en varios casos. La investigación muestra la unión por medio del asociacionismo de la diáspora angloantillana en Guantánamo, como medio de inserción y conquista de su espacio en la sociedad de acogida en el periodo de la primera mitad del siglo XX.

Palabras clave: Asociacionismo negro, Historia global, Ciudadanía

cidade de Guantánamo. O elemento associativo também é fundamental em toda a estrutura social em que os anglos caribenhos estavam inseridos e tomaram isso como uma estratégia pela qual puderam enfrentar todas as dificuldades (discriminação, xenofobia, perseguição etc.), que arrastavam seu movimento de seus países de origem, com o objetivo de buscar uma vida melhor para si e sua prole, sem abrir mão de suas raízes, alcançando assim a unidade e a cooperação em um espaço semifechado em vários casos. A pesquisa mostra a união por meio do associacionismo da diáspora anglo caribenha em Guantánamo, como meio da inserção e a conquista de seu espaço na sociedade de acolhimento no período da primeira metade do século XX.

Palavras-chave: Associacionismo Negro, História Global, Cidadania

INTRODUCCIÓN

La historiografía de Cuba sobre las experiencias migratorias anglo-caribeñas en el siglo XX incluye la llegada de un gran número de migrantes a partir de 1900 para la construcción de las líneas ferroviarias privadas de la United Fruit Company que unían sus cañaverales con el centro de Boston en la provincia de Oriente, así como con sus instalaciones portuarias en Banes. Fueron estos inmigrantes los que sufrieron las mayores desigualdades, tanto en el mercado laboral como social, al ser considerados una amenaza para la configuración racial de la República. Sin embargo, cuando los gerentes comerciales y los funcionarios del gobierno explotaron deliberadamente la raza y el origen étnico para marginarlos, tuvieron que tomar en cuenta la

fuerte influencia de los británicos en la vida económica cubana al tomar medidas contra los anglocaribeños. Dentro del proceso migratorio de los anglo-caribeños enfrentaron los problemas de desempleo, discriminación, terrorismo blanco y otras condiciones opresivas compartidas con otros negros en las Américas, así como el impacto del pensamiento panafricanista de Marcus Garvey en el Caribe en el primer tercio del siglo XX. Cabe señalar que la participación de los anglocaribeños en el movimiento panafricanista y en el garveyismo fue una estrategia para resistir las constantes amenazas a su integridad como personas negras en los países receptores.

El elemento asociativo también es clave en toda la estructura social en la que se insertaron los anglocaribeños. Esto es particularmente así cuando está siendo formado y alimentado por la población extranjera, en alusión a los intereses y problemas que se manifiestan dentro de una comunidad, su jerarquía, los medios utilizados para resolverlos y enfrentarlos, y cómo se configuran los ámbitos de división entre lo político y lo civil. El asociativismo es la estrategia a través de la cual pudieron enfrentar todas las dificultades (discriminación, xenofobia, persecución, etc.) sin renunciar a sus raíces, logrando así la unión y la cooperación en el espacio de una comunidad semicerrada. Es desde estas preguntas, entonces, que miramos al asociacionismo negro como y sus diferentes instituciones, como un espacio para la diáspora anglo-caribeña, como un lugar de unión y protección para la diáspora, y también como un espacio para la reproducción de costumbres y valores que trajeron de sus países de origen.

La historiografía sobre las experiencias de la migración anglocaribeña en Cuba, en el siglo XX, recoge su llegada en números grandes y notables en fechas disímiles. Sin embargo, en 1900, la United Fruit Company recibió un permiso especial del gobierno militar de los EEUU por el general Leonard Wood, para importar trescientos trabajadores inmigrantes negros, provenientes de las plantaciones bananeras que la empresa poseía y operaba en Jamaica (Graham, 2014; Howard, 2015; Chailloux, 2007; Zanetti, 2006). La construcción de las líneas férreas privadas de la United Fruit Company que conectaban sus campos de caña con el central Boston en la provincia Oriente, así como con sus instalaciones portuarias en Banes fueron realizadas por

estos braceros que entraron a Cuba para trabajar bajo la promesa – incumplida – de la repatriación, después de culminar la construcción de las líneas ferroviarias.

De manera que la migración anglocaribeña contribuyó al crecimiento y expansión del monopolio del azúcar estadounidense en Cuba. Evidentemente, solventó la falta de mano de obra en la industria azucarera que había sido una fuente de malestares para el desarrollo de la plantación cubana a lo largo del siglo XIX y, sobre todo, acrecentado luego del término de la guerra entre Cuba y España. Lo más apropiado para ese modelo industrial era “un trabajador sin alternativa de empleo, cuya condición discriminada² y su aislamiento social lo mantuviesen disponible cuando se le necesitase, debido a su bajo nivel de vida y a su capacidad de desafiar las más duras faenas en condiciones elementales de subsistencia” (Zanetti, 2006, p. 36).

Estos inmigrantes fueron los que sufrieron mayores desigualdades, tanto en el mercado de trabajo como en el ámbito social, al ser considerados una amenaza para el destino racial de la República. Sin embargo, cuando los administradores de las empresas y los funcionarios gubernamentales explotaron de manera deliberada la raza y etnicidad para marginarlos, debían tener en consideración el fuerte peso que ejercían los ingleses en la vida económica cubana a la hora de tomar acciones contra los anglocaribeños. Esto significa que el Imperio Británico ofrecía protección a sus súbditos en Ultramar y los representaba a través del consulado. Según Graciela Chailloux (2007, p. 77):

[...] En el caso de los anglocaribeños el cumplimiento de estos

² La discriminación es el fenómeno sociológico. En términos generales, es una manera de ordenar y clasificar otras entidades, de distinguirlas o diferenciarlas. La discriminación social se produce cuando una persona es tratada de manera desigual o inferior como, por ejemplo, por pertenecer a una clase social diferente o por discriminación religiosa. Es esta práctica la que fue usada como a través de la política migratoria y del trato diferenciado contra los inmigrantes afrocaribeños en Cuba en los primeros 50 años del siglo XX. Fue “la raza”, esgrimida por el color de la piel como factor biológico, la que determinó el tipo de discriminación que se enarbó en el ámbito laboral, principalmente, lo que tuvo un impacto negativo para el proceso de adaptación y asimilación de dichos inmigrantes en el territorio. Cf. GROSFUGUEL, 2012.

comportamientos fue especialmente singular, pues como súbditos británicos y sempiternos emigrantes, hacían uso de la protección consular dispuesta para ellos en las leyes británicas. El pago por la posesión de un documento para la protección consular les daba tanto derecho a recibir asistencia médica para el reembarque a su isla de origen en caso de enfermedad, desaparición de oportunidades de trabajo y otras, como a la asistencia para enfrentar las una y mil vejaciones, arbitrariedades a que eran sometidos por la Guardia Rural, cuerpo militar encargado en las zonas rurales [...].

Dicha protección era uno de los pretextos usados para generar las diferencias entre nacionales cubanos y los inmigrantes anglocaribeños, lo que acrecentó el sentimiento de antipatía hacia los extranjeros anglos racializados. Según la investigación de Jorge Luis Giovannetti (2018), “entre 1933 y 1948, los gobiernos británico y cubano buscaron, desde diferentes posiciones, soluciones coloniales y nacionales a un problema: los súbditos británicos negros en Cuba” (p.240). Sus respectivas soluciones fueron, por supuesto, contradictorias, ya que los cubanos querían que los migrantes salieran de su territorio nacional y los británicos esperaban que se asimilaran a la población local lejos del Caribe británico. Para el autor, ambas soluciones también se basaron y se implementaron bajo la lógica de la alteridad e inferioridad de los antillanos británicos. No obstante, diferendos diplomáticos de ambos gobiernos, el cubano y el británico, tenían en común el desprecio por el migrante negro caribeño, y una utopía nacional de blancura marcada por la política de eugenesia aplicada por los gobiernos de turno sobre todo en las décadas de 1920 y 1930, sin espacio para los antillanos británicos (Giovannetti, 2018).

En la medida que se avanzaba en el estudio de la herencia de los anglo-caribeños, se descubre que la historiografía sobre la migración antillana a Cuba, no solo es objeto de análisis de investigadores/as cubanos/as dentro del país, sino también de cubanos/as que escribieron sobre el tema desde la diáspora y de extranjeros/as que interesados/as por sus ancestralidades, se acercaron al objeto. Entre ellos podemos nombrar: Carr (1998), De la Fuente (2001), Graham (2013), Moore (2015), Queeley

(2015), Howard (2015), Giovannetti (2018), quienes privilegian el estudio de las migraciones a Cuba de la diáspora anglocaribeña. Estos autores abordan la inserción de esta inmigración en la sociedad cubana y todos los dilemas que tuvieron que enfrentar a partir de una triple discriminación por el hecho de ser negros, pobres y extranjeros; su participación en los procesos de la lucha obrera por los derechos laborales, sindicales, y la asociación de los trabajadores de la industria del azúcar; y sobre el proceso de repatriación, por parte de las autoridades de la época, además de sufrir la persecución y los asesinatos por motivos xenofóbicos y raciales como lo fue la Masacre de los Independientes de Color³, ocurrida en el 1912.

³ El Partido Independiente de Color (PIC), fundado en agosto de 1908, se creó como una agrupación política, que se propuso organizar la lucha por igualdad efectiva y derechos específicos, utilizando las vías legales del sistema político y de la libertad de expresión. Sus dirigentes principales fueron el veterano Evaristo Estenoz, el coronel Pedro Ivonnet —un héroe mambí de la Invasión y la campaña de Pinar del Río—, Gregorio Surín, Eugenio Lacoste y otros. El PIC, que contó con miles de seguidores a lo largo del país, formuló demandas sociales favorables a toda la población humilde y trabajadora de Cuba y mantuvo una posición patriótica y nacionalista. Los orígenes del movimiento se pueden encontrar en gran medida en el atraso y exclusión social en que se encontraba la importante minoría negra en la recién estrenada república, que implementó medidas de fuerte corte segregacionista como la prohibición del ingreso de negros y mestizos a la policía y a la artillería. El 7 de agosto de 1908, Evaristo Estenoz, un veterano del “Ejército Libertador”, fundó el Partido Independiente de Color, por sus siglas PIC, para luchar por los derechos de esos cubanos negros. Aunque la agrupación presentó un programa de avanzada, que condenaba la exclusión y criticaba al clero reaccionario, inmediatamente fue calificada de racista lo que más tarde desataría una ola represiva contra sus dirigentes, como fue el caso de las detenciones al mismo Estenoz, a Manuel Pardo Galíndez y a decenas de sus militantes. El 20 de mayo de 1912 estalló la acción armada con la intención de obligar a que el partido fuese legalizado de nuevo, con levantamientos, principalmente en las provincias de Oriente y Las Villas, y rápidos abortos de acciones en La Habana, Pinar del Río, Canasí y Matanzas, lo que devino en la masacre de los involucrados en el levantamiento y la persecución de las personas negras y de sus líderes. El golpe final contra el levantamiento se dio el 12 de julio, el día en que el coronel Pedro Ivonet se rindió en las cercanías del Caney y murió mientras, supuestamente, trataba de escapar. El 27 de junio Estenoz fue fusilado a junto con 50 compañeros, aunque algunas fuentes apuntan a un suicidio antes de caer preso el día 26. Con la desaparición física de sus líderes,

El elemento asociativista también es clave en toda la estructura social en que se insertaron los anglocaribeños. Con relación a esto se cuenta con un registro documental de grupos (chinos, haitianos, españoles, catalanes, canarios, etc.) con los que se deja constancia de su existencia para la historiografía nacional y local, además de la presencia de estos grupos en el territorio cubano. Esto ocurre, según Santamaría (2002), sobre todo cuando se está formando y se nutre de población nacida en el exterior, haciendo alusión a los intereses y los problemas que se manifiestan en el seno de una comunidad, su jerarquía, los medios usados para solventarlos y afrontarlos, y cómo se reparten las esferas de actuación entre lo político y lo civil. Se ha verificado que los estudios sobre asociativismo en Cuba se han diversificado, de manera que las asociaciones creadas por los diferentes grupos diaspóricos fueron objeto de análisis. Desde autores como Chailloux (2006), Sánchez (2004) y Fontanet (2013) en su libro *Los Catalanes en Cuba*, son estudiadas las asociaciones junto con su membresía, que constituye, según esta última autora, “un componente activo del proceso transculturador que desembocó en la posterior consolidación de la identidad nacional cubana con sus particularidades en las diferentes regiones del país donde tuvieron gran influencia tales como: La Habana, Matanzas, Cienfuegos, Camagüey, Santiago de Cuba y Guantánamo” (Fontanet, 2013, p. 9).

En suma, estas formas y otras de asociarse fueron creciendo y desarrollándose a partir de las particularidades del grupo diaspórico y de las maneras de entrada de los grupos migratorios en el país. Su consolidación permitió el surgimiento de otros espacios de socialización como las escuelas, centros comerciales y religiosos, además de organizaciones fraternales y sociales, de acuerdo con las necesidades de los grupos de inmigrantes radicados en Cuba. En el fragor de la cotidianidad, los nacidos en Cuba, descendientes, unidos a los patrones socioculturales de sus ancestros, fueron tomando conciencia de su legado de inmigrantes en su formación identitaria.

el movimiento de los independientes de color llegó a su fin. Cf. (Fonseca 1962, Morales 2016, Martínez, 2017).

En Guantánamo, las investigaciones sobre la historia de la localidad, abordan algunas variables como: migración, en estas investigaciones se pueden encontrar referencias al asociativismo de cada grupo diaspórico, algunas mencionan el asociativismo de la inmigración angloantillana, sin profundizar en sus objetivos, su funcionamiento y propósitos que llevaron a la creación de estas asociaciones, además de su impacto cultural en la sociedad guantanamera de la época.

En el caso del British West Indies Welfare Centre, este deviene la principal institución de reunión creada para la comunidad anglocaribeña, encargada de su bienestar y protección de sus miembros; además de ser la única donde participaba, directamente, el Consulado del Reino Unido de Gran Bretaña, según las fuentes consultadas (Howard, 2015; Giovanetti, 2018). Es importante apuntar que existen evidencias en fuentes bibliográficas y documentales que atestiguan, por ejemplo: la búsqueda de protección de los inmigrantes en relación con los actos de abusos, las condiciones desiguales de empleo y de vulnerabilidad de los derechos ciudadanos, asuntos recogidos en el primer Libro de Actas (1945-1956) del British West Indies Welfare Centre/ (Centro de Bienestar de los Antillanos Británicos), más conocido como CENTRE o Asociación de Jamaicanos en Guantánamo después del triunfo de la Revolución en 1959.

Cabe destacar que todos estos antecedentes arrojan un saldo interesante al estudio de la migración antillana en Cuba, en cuanto su arribo, condiciones económicas, vicisitudes sociales sufridas (discriminación, xenofobia, persecución, etc.), pero también todas las estrategias a realizar para lograr la inserción en la sociedad cubana. Entre dichas estrategias entra el asociativismo, estrategia a través de la cual pudieron hacer frente a todas las penurias, que arrastró su movimiento desde sus países de origen, con el ánimo de buscar mejor vida para ellos y su descendencia, sin renunciar a sus raíces, logrando con ello la unión y cooperación en el espacio de una comunidad semi cerrada. Al mismo tiempo que sirvió para mantener un status social privilegiado mediante la atención de la colonia británica a través del consulado.

Ahora bien, es importante decir que los anglocaribeños encontraban en las sociedades de bienestar y de ayuda mutua una salida para potenciar su reconocimiento y garantizar su inserción social en la comunidad receptora. Cabe destacar que, constitucionalmente, los inmigrantes anglocaribeños en Cuba no tenían garantizados sus derechos ciudadanos, ni la representación directa ante las leyes del país, siendo víctimas de discriminación y atropellos en varias ocasiones. Sin embargo, en la Constitución de 1940, la discusión sobre la raza – sobre el lugar del negro, del negro cubano, o del afrocubano en la sociedad – estaba en el centro de la definición sobre aspectos clave: afectaba la noción de democracia y de nacionalidad.

En ese horizonte, era necesario cuestionar fronteras históricas de acceso del negro, como sujeto, a la sociedad cubana, contrarias a su vez a la legitimidad de su complejo cultural, que habían quedado estructuradas socialmente a través de discursos y prácticas como el “peligro de guerra de razas” y la asimilación de ciudadanos de otros países, también de “raza” negra entre los que se encontraban los anglocaribeños. De modo que, para los miembros del Centro de Bienestar de los Antillanos en Guantánamo, era vital contar con el apoyo del Vicecónsul británico para preservar su bienestar y garantizar su integración en la ciudad de Guantánamo, una vez tomada la decisión de permanecer. Por otra parte, dentro del mercado de la industria azucarera, la inmigración caribeña era víctima de una campaña negativa promovida por los sectores racistas a través de la prensa. Los argumentos más repulsivos se apoyaban en el carácter sociocultural. Para estos sectores, los antillanos eran un agravio a la civilización. En esencia con la renovación y expansión de la industria azucarera cubana se afectó la vida cotidiana de los trabajadores que cortaban, cargaban y acarreaban la caña de azúcar y asistía en la fabricación de azúcar en bruto dentro de las paredes de las centrales y fábricas de molinos.

En resumen, el lamento de la llamada escasez crónica de trabajo obligó a los funcionarios cubanos a presionar constantemente a las autoridades para que se reformaran las leyes de inmigración durante la primera década del siglo XX. Reformas que se realizaron en un clima de opinión influenciado por las pautas eugenésicas. Hasta el punto de colocar las cuestiones

biológicas y los requisitos sanitarios como referentes obligatorios en los debates sobre inmigración. De modo que resulta complejo ver de forma aislada en lo relacionado con la inmigración los procesos político-ideológico-económico en que estaba insertada.

Las campañas antiinmigrantes realizadas era el reflejo de una sociedad racista que usaba todas las estructuras que tenían en su poder para desacreditar a “la “raza inferior”. De manera que, el racismo se enarboló como un instrumento de opresión social contra los inmigrantes antillanos. El aparato policial compuesto por cubanos (guardia rural) y norteamericanos (jefes militares, tropas) servían de órgano represor y replicador del odio racial. Obviamente los actos violentos, también, eran resultados del sistema de segregación Jim Crow incorporado a la estructura racial cubana bajo la influencia estadounidense. Existen evidencias bibliográficas y documentales que atestiguan los actos⁴ de abusos en condiciones desiguales de empleo y vulnerabilidad de los derechos ciudadanos que experimentaron los/as inmigrantes caribeños/as y la necesidad de protección.

THE VOICE OF GUASO: MEDIO DE RESISTENCIA E INTEGRACIÓN DE LA DIÁSPORA AFROCARIBEÑA

Luego de la constitución del British West Indies Welfare Centre, se hacía necesario poner en práctica otras estrategias para consolidar el trabajo de la Asociación a través de la divulgación de las informaciones sobre la vida y la cultura de los antillanos de habla inglesa en el territorio, por tanto, se creó el periódico *The Voice of Guaso*. Este fue el primer material impreso creado por

⁴ Muchos de estos actos fueron narrados por Phillip A. Howard (2015). Este aspecto, también, ha sido abordado por los siguientes autores: Marc McLeod (1998); Carr, Barry (1998); Peter Sharpe (1998); Gillian McGillivray (2009); etc. De igual manera, se reconoce la existencia de una amplia producción bibliográfica, de autores/as cubanos/as e internacionales, que se ha acercado directa o tangencialmente a las categorías: migración, prejuicio racial e inserción laboral desde el análisis de las condiciones políticas, económicas, históricas, sociológicas. y legales, para decir: Hortensia Pichardo (1973); Oscar Zanetti Lecuona (1976, 2006, 2014); Rebecca J. Scott. (2005); Frederick Cooper (2005); Gillian McGillivray (2009); Philip Connor (2011); Tracey E. Graham (2013); Carlos Moore (2015), entre otros/as.

un grupo de anglocaribeñas/os en Guantánamo y el segundo de Cuba. *The Voice of Guaso* fue precedido por *Banes Star*, un periódico con una tirada semanal creado por el Sr. Foster (director) y el Sr. Skelton (editor). En el caso del *Banes Star*, fue creado en 1937 y su funcionamiento ocurrió durante un año, debido a problemas económicos. Sin embargo, tiene el mérito de ser la primera evidencia de la preparación de estos inmigrantes y la constatación de que estaban decididos a potenciar su progreso.

Años después, la idea de crear un periódico resurgió en el *British West Indian Welfare Center*, pero esta vez, para garantizar el éxito de su proyecto, el Sres. Foster y Skelton, que para entonces residían en Guantánamo, decidieron juntar un equipo de personas experimentadas para avanzar y ascender. Su primer número vio la luz el día 25 de diciembre de 1953, era una edición de cuatro páginas, cada una con tres columnas. El contenido de cada página era reflejo de la vida social de los antillanos en Guantánamo; de este particular se escribió en el *The Voice of Guaso* (1954):

[...] La aparición de los periódicos se ha producido gracias a los incansables esfuerzos de los señores Skelton, Foster, Francis y otros. Nuestro medio impreso ha sido una necesidad sentida desde hace mucho tiempo en esta ciudad y país, al darse cuenta de que sin él nuestra gente no recibirá el aprecio y el respeto que se nos merece. “*La Voz del Guaso*” registrará, por tanto, de forma coherente y devota las actividades, sociales y de otro tipo, de nuestro pueblo, a medida que avanzan en las líneas del progreso. Como Centro de Bienestar de las Indias Occidentales británicas, han hecho mucho y todavía lo están haciendo para lograr cosas valiosas y útiles en este país. Tales cosas permanecen en su mayor parte sin anunciar (p. 2, traducción propia).

Su Consejo Editorial estaba compuesto por: Clifford Foster, como Director; N.A. Derrick, Consejero Editorial; Rev. E.A. Skelton, Editor Principal; Francis Horsford y Ferdinand Macintosh como Editores Asociados. Además, contaban con la estrecha colaboración de Vincent Sinclair, Stephen Francis, Alfonso Francis y Charles Ward como Fotógrafo.

El periódico, además de divulgar el trabajo que realizaba la Asociación, facilitó la visualización del talento de los niños y niñas que no tenían cómo expandir su educación y sus conocimientos. Igualmente, exponía los logros de la comunidad e instaba a la población anglocaribeña, sobre todo a la juventud, a colaborar para potenciar el progreso educacional. En este sentido, solicitaba que se contribuyera con poemas, comentarios, noticias sobre nacimientos, bautizos, decesos, matrimonios, etc., lo que hacía particular cada edición.

La mayoría de los volúmenes tenían la estructura siguiente: palabras del Consejo editorial; noticias generales; notas religiosas; artículos sobre la sociedad, deportes, educación, consejos de salud, propaganda comercial y cartas al editor. La publicación del periódico no fue tarea fácil, a menudo los editores se vieron obligados a cambiar de imprenta porque los periódicos locales recibían prioridad sobre *The Voice of Guaso*. En varias de las ediciones se encontraron problemas ortográficos ya que los trabajadores de la imprenta eran de nacionalidad cubana y no dominaban el idioma. Aunque estos hicieron todo lo posible, los errores ortográficos eran inevitables. Sin embargo, el trabajo fue bien recibido por el público. A pesar de ello, en cada número se lograron los objetivos propuestos, porque los/as anglocaribeños/as e incluso los/as cubanos/as, que dominaban la lengua inglesa, esperaban con ansias el lanzamiento de cada volumen (*The voice of guaso*, 1954).

Es difícil determinar cuándo dejó de existir, aunque se constata que *The Voice of Guaso* enfrentó disímiles dificultades. El personal editorial y sus colaboradores externos conocían acerca la importancia de su trabajo, y cada nuevo volumen era diseñado con la intención de superar el anterior. Así, el *The Voice of Guaso*, se convirtió en el medio a través del cual se socializaba el éxito y las contribuciones de la comunidad de anglo-caribeños ; al tiempo que mostraba qué tan profundo penetraron en el espacio que se había transformado en su hogar. Sin dudas, para los/as súbditos/as británicos/as, crear un periódico fue un suceso extraordinario y relevante. Conviene subrayar que, aunque solo circulaba entre los miembros de la comunidad anglófona y se editaba en inglés, su existencia tuvo una fuerte carga simbólica

que se tradujo en un acto de resistencia racial y de oposición a la estigmatización vivida. Según Paulette A. Ramsay (2021),

[...] publicar un periódico en inglés era la forma de decir que podían vivir con un poco de independencia. Porque ellos tenían su propia cultura y debían buscar una manera de mantenerla como una comunidad secreta. El hablar y escribir en inglés puede considerarse una especie de cimarronaje cultural, de resistencia. En todas las partes donde había comunidades de personas de descendencia antillana se practicaba un tipo de cimarronaje cultural. Esa fue su manera de rechazar y de cambiar su postura con lo que venía de fuera y para mostrar que no venían sin cultura (p. 6).⁵

Las palabras de Ramsay (2021) alcanzan mayor importancia cuando se lee lo publicado el 6 de febrero de 1954 (FIGURA 16). Ese día, el periódico emitió una nota explicativa para disipar la más mínima duda de la población cubana con respecto al por qué se escribía íntegramente en lengua inglesa y no de forma bilingüe, lo que hacía difícil su comprensión para las personas que no dominaban el inglés. Al mismo tiempo, se refuerza el significado de este medio informativo y su importancia para la comunidad negra británica en Guantánamo. En suma “*The Voice of Guaso* se ha convertido en una realidad [...], para dar al público algunos de los logros reales de nuestro pueblo. [...] pero recordemos que sus éxitos descansan en nuestra inclinación natural a apoyarlo siempre”

Es evidente que la publicación en inglés era una forma de separarse de la prensa republicana cubana que solo escribía en lengua española, en la cual, frecuentemente, se denigraba a los pobladores inmigrantes anglocaribeños (Queeley, 2007; Derrick, 2020). Según lo referido por la autora Andrea Queeley (2007) en su investigación de campo en la ciudad de Guantánamo, los inmigrantes de primera generación que quedaban vivos explicaron las tres vertientes de diferenciación por la lengua

⁵Cf. Paulette A. Ramsay. Presentación del libro *The West Indian Presence and Heritage in Cuba*. Modern language and literature Departament, UWI, Jamaica. II Jornada Científica de Estudios Afrocaribeños. Universidad de Guantánamo, 2021.

inglesa con respecto a los otros grupos de inmigrantes afrocaribeños. La primera en cuanto a la distinción de *negros anglos* que daba el uso del idioma inglés dentro de la comunidad angloantillana como reproducción de los patrones de la sociedad inglesa. La segunda deja claro como el grupo migratorio el cual no se mezclaba con las otras capas de la sociedad por ello lo definían como un grupo era semicerrado, y la tercera hace referencia a evitar la repetición de los patrones periodísticos de la prensa de la época; lo que hizo de *The Voice of Guaso* una publicación *sui géneris* en la época, siendo precursora de las publicaciones en lengua extranjera, realizada por algún grupo diaspórico. El periódico se convirtió en la voz de los hombres y mujeres que combatían la estigmatización y la degradación de la raza negra por parte de la hegemonía de la clase blanca en la sociedad. Por tanto, es comprensible que Adkins (1954) refuerce la posición de las personas negras de habla inglesa cuando dice:

[...] La Voz del Guaso, un órgano absolutamente coloreado, ahora nos da la libertad de saber pronunciarlos libremente según nuestra conciencia [...]. Nos dará la libertad de saber pronunciarlos libremente según nuestra conciencia sobre todas las libertades. Por lo tanto, todo hombre y mujer de color debe sentir un gran interés por su apariencia exitosa (*The voice of guaso*, 1954, p 2, traducción propia).

En el artículo *An appreciation and encouragement*, Samuel Adkins (1954), del Staff editorial del periódico, hace notar las tres líneas editoriales: Aspiraciones Educativas, Inspiración Religiosa y Bienestar de la Salud, incluyendo también noticias de la ciudad, deportivas, culturales, históricas, entre otras. Debe apuntarse que, en términos religiosos, existía una gran variedad de denominaciones que daban fe de la multiplicidad de afiliaciones disponibles, entre las que se incluían: episcopal, bautista, metodista, católica, pentecostal, adventista del séptimo día, entre otras.

En el caso de Guantánamo, entre las iglesias más antiguas de las denominaciones eclesásticas anglicanas del país, estaba The All Saints Church o Iglesia de Todos los Santos, fundada en 1905. En los libros de sus archivos se recogen matrimonios,

bautizos, confirmaciones y defunciones que muestran la casi exclusiva participación de los anglo- antillanos. Estos estaban acoplados a una práctica basada en la necesidad espiritual de nacer, crecer, vivir y morir al amparo de la institución religiosa, como era costumbre de la diáspora anglocaribeña (Chailloux, 2007). Dicha práctica se apoyaba en un deber cristiano que llevó al desplazamiento de predicadores por las localidades y a la creación de instituciones religiosas. La fundación de estas instituciones tuvo, en su mayoría, un carácter urbano, aunque se reconoce su dispersión por las zonas rurales (Maturell, 2015).

Igualmente, parte de la población anglocaribeña, se concentraba en otras denominaciones religiosas como: la Church of God (Iglesia de Dios), que radicaba en la localidad de Caimanera; la Saint Thomas Catholic Church; la Iglesia Católica Santo Tomas, fundada en 1916, dirigida por el reverendo Nicholas Derrick, uno de los líderes de la comunidad, que disfrutó de gran notoriedad y autoridad entre los inmigrantes y su descendencia. “La iglesia del Father Derrick, como se le conocía, era frecuentada por los/as católicos jamaicanos/as, los domingos por las mañanas” (Richards, 2020). El Reverendo Derrick (Figura 17), además de ser un miembro activo de la Asociación de anglocaribeños (British West Indies Welfare Centre), formaba parte del Comité editorial del periódico.

El Reverendo Derrick publicó, en el *The Voice of Guaso*, varios artículos para inspirar el espíritu religioso de la comunidad. Destáquese, por ejemplo, el del 27 de marzo de 1954, titulado: *The Preparation Of The World for Christianity/ La preparación del mundo para el cristianismo*. Aquí el Reverendo ofrece una explicación histórica de la Santa Biblia, del Antiguo y el Nuevo Testamento, argumenta acerca de la presencia del Imperio Romano en los Evangelios, el papel de los Apóstoles, San Pedro, San Juan y San Marcos; además realiza una descripción sucinta del Libro de los Hechos.

Sin dudas, el Reverendo N.A. Derrick, ejercía un marcado liderazgo en la comunidad. Su quehacer como Reverendo, miembro de la Asociación y trabajador, era el reflejo de la noción de respetabilidad que enarbolaban los anglocaribeños y de las cualidades de un líder en las que apoyaban la organización del trabajo en la comunidad. En el artículo “The

Chaiman”, se describen las funciones que debe tener un líder que organiza y dirige a un grupo de personas en una sociedad a la que debían adaptarse; entre las que destacan: llamar al orden, leer y aprobar los acuerdos de las reuniones previas, hacer reportes de los Comités adjuntos y los Comités especiales, así como los negocios, asuntos sin terminar y nuevos negocios, trabajar con programas para el bien actuar y bienestar de la comunidad y Consejería (*The voice of guaso*, 1954).

En suma, el liderazgo de Reverendo N.A Derrick y Edmund Skelton fue importante para la unión y organización de la comunidad anglocaribeña en la década de 1950. Debe señalarse que muchos líderes de esta comunidad eran clérigos o líderes religiosos de diferentes denominaciones lo que influía en las relaciones entre la membresía del grupo y de la Asociación. Por tal motivo se generaron varias contradicciones y divergencias que, en algunos casos, se extendieron a los cubanos con los que compartían el mismo espacio urbano y rural. De ahí que la divergencia religiosa se sumó a la diferencia idiomática para aumentar el histórico de desacuerdos, alimentados por los sectores racistas, entre cubanos y anglocaribeños. Los jamaicanos que practicaban el protestantismo como creencia preponderante, rechazaron las religiones de origen africano profesadas por los cubanos.

La vida religiosa ganó un espacio importante en las páginas del *The Voice of Guaso*. Los editores se dedicaron a incentivar la educación cristiana como la vía para reforzar los vínculos de hermandad entre sus miembros. Tenían el propósito de llevar la sanidad a las personas a través de la transmisión de las buenas costumbres dentro de un sistema de creencias y prácticas donde el sostenimiento de la tradición era el símbolo de un ideal de patria imaginada y la iglesia el centro de la vida. La iglesia era otra institución que en las comunidades anglocaribeñas tenía una relevancia extraordinaria. En términos religiosos existía una gran variedad de denominaciones disponibles entre las que se incluía la episcopal, bautista, metodista, católica, pentecostal, adventista del séptimo día, entre otras. Esto era muestra de la multiplicidad de afiliaciones religiosas (Maturell, 2021). Este asunto es abordado, en el artículo del 25 de diciembre de 1953 “Religious” donde se hace

una apología a los 10 Mandamientos del Nuevo Testamento, instando al cumplimiento de cada uno de estos para tener una vida exitosa.

Del mismo modo, en este número, se trata el tema de la Navidad en la nota “The Christmas Message”, con motivo de su celebración. Se realizaba un esbozo histórico de la celebración de la Navidad, según lo narrado en las Santas Escrituras, haciendo alusión a versículos del Nuevo Testamento, en especial el Evangelio de San Lucas y termina con versos de un himno evangélico llamado “Glory To God In The Highest” / Gloria a Dios en Las Alturas. En este artículo se lee:

[...] Ha llegado la Navidad y nuestros corazones se alegran. Parece como si todos los seres humanos se regocijaron y se escucharan voces felices a nuestro alrededor. Los niños están llenos de alegría y las personas mayores vuelven a parecer jóvenes en medio de las señales de felicidad circundantes. y hay una razón por la cual toda la tierra debe estar jubilosa y todo el aire debe estar lleno de cánticos (*The voice of guaso*, 1953, p 4. traducción propia).

Los/as anglocaribeños/as tenían la convicción de que “ningún hombre hambriento puede ser un buen cristiano, porque seguramente tendrá malos pensamientos, por lo tanto, debería ser deber de la religión encontrar alimento para el cuerpo físico y espiritual de los hombres” (Howard, 2015, p.173, traducción propia). De manera que se fortalecieron los vínculos entre las asociaciones de ayuda mutua, las instituciones y las sociedades en las que se agrupaban, con las diferentes denominaciones religiosas del territorio, fundamentalmente con la iglesia Episcopal de Todos los Santos. Así, tanto hombres como mujeres cooperaban con las actividades que se organizaban en estos ambientes. Sobre este aspecto Adela Smith Robinson (2020) declara: “en mi casa, como en todas las casas de jamaicanos, los domingos se iba a la iglesia. Allí nos encontrábamos con los amigos que estudiaban en la misma escuela del CENTRE, en el caso de los muchachos y los padres con los fraternales de la Logia

o los miembros del Club que frecuentaban” (Información verbal)⁶.

En resumen, la creación de *The Voice of Guaso* fue un sólido paso adelante en la vida de los migrantes antillanos en Cuba, y una fuente muy importante de información objetiva sobre la vida de los anglocaribeños en Guantánamo en la década de 1950 en el país. El mismo presenta una nueva perspectiva sobre los antillanos en Cuba y muestra que siempre hubo mucho que decir sobre el movimiento migratorio de los anglocaribeños en Cuba, particularmente en Guantánamo y sus alrededores. El periódico serviría para fortalecer la autoestima anglocaribeña y su "tipo de conciencia" alentaría a los miembros de esta comunidad que estaban fuera del *British West Indian Welfare Centre* a organizarse, independientemente de sus diferencias socioeconómicas, para oponerse, de manera colectiva, a su estatus de segunda clase y exigir sus derechos humanos.

VÍNCULOS QUE SE TEJEN: EL BRITISH WEST INDIES WELFARE CENTRE EN LA VIDA SOCIOCULTURAL GUANTANAMERA

El *British West Indies Welfare Centre* fue una asociación democrática que desde sus inicios apostó por la unidad y la colaboración de los/as inmigrantes antillanos/as y sus descendientes. Por tal motivo, los miembros de su Junta directiva y el Vicecónsul de Oriente, en sus visitas, insistieron en la integración con la finalidad de fomentar una Asociación para el bienestar, la lealtad y el respeto entre su membresía, lo que contribuyó, también, a la conformación de la noción de respetabilidad que ostentaban los/as anglocaribeños/as.

De igual manera, el periódico *The Voice of Guaso* fue usado para reforzar la unidad y la cooperación entre los/as inmigrantes que se asentaron en el territorio guantanamero. Por tanto, se centraron en propagar en todos los números posibles la idea de que "La unidad es fuerza", a partir de la convicción de que la unidad sería la única herramienta viable para adaptarse a

⁶ Entrevista concedida por Adela Smith Robinson. Entrevista. [1 mar.2020]. Entrevistador: Lisandro René Duvergel Smith. Ciudad de Guantánamo.

la vida en la sociedad receptora. Se debían recordar las vicisitudes que pasaban en Cuba y todo lo que sufrieron sus antepasados, pues la política migratoria iba siempre en contra de las personas negras, en especial la caribeña. La unidad se constituía en la única forma de la comunidad protegerse y mantener el bienestar.

Así, en el artículo del 27 de marzo de 1954, titulado “Unity”, se expresan las preocupaciones sobre el tema de la unidad. En esta ocasión, el Doctor Frank D. E. Jones (1954), rompe con las fronteras de conocimiento para pensar cuestiones que van más allá de su profesión: “[...] el que solo sabe de Medicina, ni siquiera sabe de Medicina. Si esto es cierto, estoy seguro de que hoy se me permitirá escribir sobre otra cosa. Mi idea es que cada artículo sea de alguna utilidad para quienes lo lean. Escribiré sobre algo útil: la UNIDAD” (p. 4, énfasis del autor). Se incentivó, además, a los padres a educar a sus hijos e hijas con la convicción de estar unidos como grupo, lo que los ayudaría a crecer como personas de bien y a prepararlos para la vida en Cuba. Al mismo tiempo que insistían en que debían ser educados para elevar el nivel intelectual, al reconocer la importancia de la enseñanza del inglés y la necesidad de aprender español porque se consideraba que quien hablara y escribiera en los dos idiomas podía considerarse afortunado. Para Jones (1954),

[...] Las organizaciones más grandes o los grupos más pequeños solo pueden obtener sus ganancias si los miembros trabajan juntos en armonía, si trabajan unidos. La gente de habla inglesa debería recordar esto y así colaborar en todas y cada una de las causas para asegurar su propio triunfo. Deben comenzar a darse cuenta de que sus hijos e hijas estaban aquí y tienen la intención de vivir aquí, por lo tanto, deben prepararlos para una vida en Cuba. La mejor preparación incluye el idioma inglés, pero también el conocimiento, un conocimiento sólido del idioma inglés, pero también el conocimiento del español (p. 4, traducción propia).

En las palabras de Jones (1954) se revela otra de las estrategias utilizada para insertarse en la sociedad receptora, el idioma. Este fue un elemento importante para garantizar la

movilidad social, la inserción en el mercado de trabajo; pero sobre todo para la reafirmación de la identidad caribeña. Por lo demás, el autor constata que Cuba también era un país político. Por tanto, se debía utilizar este elemento para encontrar la manera de unir a todas las personas de habla inglesa con la pretensión de exigirle a las autoridades ventajas para el grupo, que podían ayudarlos políticamente. “Se hacía necesario estudiar las necesidades de este grupo para pedir aquellas cosas que resulten beneficiosas para el grupo. Yo les he dado la idea. ¿Alguien se encargará de llevarlo un poco más lejos?” (Jones, 1954, p. 4, traducción propia). Esto demuestra que el grupo se insertó en un contexto diaspórico y mantuvo múltiples vínculos con su lugar de origen, a través de una continua conexión de comunicación, actividades, envío de remesas, reproducción de saberes, etc. (Bruneau, 2010; Duany, 2011; Morley, 2000). Como resultado de esta interacción se estrecharon y se conservaron las relaciones entre la sociedad de origen y la de destino.

Otro de los sentimientos defendidos por *The Voice of Guaso* entre la comunidad anglocaribeña, fue la lealtad. Entre las páginas del periódico sorprende encontrar varios textos que abordan la importancia de la lealtad en esta comunidad. Ellos pudieron encontrar apoyo e incluso éxito por medio de la lealtad que se profesaron, ya que, al viajar a Cuba, los anglocaribeños superaron los obstáculos que la sociedad receptora les imponía. En este sentido, la lealtad se materializó a través de los lazos de amistad, las redes, la familia, el matrimonio y en la convivencia dentro de las instituciones y asociaciones que integraban. Por tanto, crearon una comunidad de fuerte arraigo en las costumbres, los principios éticos y morales con base en la noción de respetabilidad y en la transmisión de la cultura, representada en el modo de conducirse, hablar, vestirse, educar a los hijos e hijas, con lealtad a la preservación de sus raíces, como lo explica el artículo *Loyalty/ Lealtad*.

Para Juan B. Lighbourne (1954), la lealtad es un estado, cualidad o instancia de fidelidad leal a un superior, o al deber, amor, una causa a un principio. Sin embargo, en el trasfondo de este término se esconde una interpretación que lleva a pensar en la adulación, en los golpes de oídos, en llevar noticias, sujeción, etc., lo que se considera en sí mismo una deslealtad a la hombría,

como la define Lighbourne (1954). Para él se puede ser leal pero no al punto de perder la individualidad que debería conservar, por tanto, declara lo que significa lealtad a partir de su experiencia:

[...] La lealtad fue el precio que pagué por una amistad duradera, aunque no me di cuenta en ese momento. La lealtad (golpes de oreja, etc.) no es el precio que un empleado paga a su supervisor para obtener indulgencia (las reservas mentales son una espada de doble filo). La lealtad es el precio que pagamos a nuestros progenitores por su cuidado parental. La lealtad es el precio que un esclavo paga a su amo para evitar ser azotado. La lealtad es el precio que pagamos por permitirnos ganarnos el pan de cada día. La lealtad exige que cuando se nos da un trabajo que hacer, lo hagamos lo mejor que podamos. Cuando hagamos un buen trabajo y el supervisor quiera tomar el crédito, déjelo y olvídelo por el bien de la armonía. Si lo desea, ayúdelo con una disposición alegre. El precio de esta lealtad a menudo no reconocido es; JUSTICIA Y JUEGO LIMPIO. Ahora bien, considerando todas las cosas por igual, concluiremos que la FIDELIDAD tiene su precio (Lighbourne, 1954, p.4, traducción propia).

Sin duda, los/as anglocaribeños/as basaron la noción de respetabilidad que transmitieron a sus hijos e hijas en sentimientos e ideales como la lealtad, la unidad, la cooperación, la fidelidad; “entendieron que como inmigrantes estaban obligados a confiar solo en ellos mismos y en otros trabajadores negros del Caribe para sobrevivir y resistir, esa fue la razón que nunca revelaron públicamente” (Howard, 2015, p. 208, traducción propia). Todos estos modos de conducirse, sirvieron de base para que los trabajadores anglocaribeños crearan una noción de respetabilidad que les permitió, por un lado, distinguirse del resto de los migrantes de su misma condición (negros y de clase pobre) y por otro, fundar numerosas sociedades e instituciones que se convirtieron en sitios autónomos de reproducción de las prácticas que los representaban (Queeley, 2015; Maturell, 2021). Sitios donde podían fomentar la unidad y transmitir su cultura.

A partir de esto, puede inferirse que las relaciones de los jamaicanos con los haitianos y con los cubanos negros rechazan

y afirman la diferencia entre los sujetos racializados. Lo que denota, tal y como pondera Brah (2011) que las relaciones sociales son marcadas por la diferencia, construidas dentro de los sistemas de poder que sustentan las estructuras de clase, racismo, género, etnia y nacionalidad en que estaban sumergidos estos grupos. Por tanto, mantener las distinciones entre aquellos que compartían su “raza” y su posición de clase (los haitianos y cubanos nativos) los vinculaba con la noción de respetabilidad de clase media, de inspiración victoriana (Queeley, 2015).

Algunas organizaciones, encabezadas por el British West Indies Welfare Centre, sirvieron como espacios donde se (re)produjeron narrativas útiles que facilitaron la conservación de una comunidad semicerrada que se opuso a la marginación por medio de la unión. En este sentido, construyeron iglesias, logias, asociaciones de ayuda mutua y de recreación que, en las comunidades anglo-caribeñas, tenían una relevancia extraordinaria, como, por ejemplo, la Logia Catalina Lodge, en 1906, y la primera iglesia negra de habla inglesa; la Iglesia Católica St. Thomas The Apostle, en 1928. Es importante resaltar que las instituciones, asociaciones y sociedades creadas por los/as anglocaribeños constituyeron un espacio de reproducción y socialización de saberes. Su existencia fue vital para la vida pública de los antillanos de habla inglesa.

En la ciudad de Guantánamo, la primera logia fundada por la diáspora anglocaribeña fue la Catalina Lodge, No. 6651, de la orden de los Odd Fellows. Creada por Peter Ogden, iniciador de la orden en la localidad. Con ella se iniciaba la presencia de sociedades fraternales de origen británico en la ciudad, considerada la más antigua de este tipo de logias oddfelicas. Cabe destacar que, como consecuencia de la labor de inmigrantes llegados de Barbados y Saint Kitts y Nevis, en los ritos de iniciación asistían dignatarios de la orden que venían de Jamaica. Igualmente se contaba en el territorio con una rama femenina de dicha logia desde 1909, The Household of Ruth (Cámara de Ruth). De ella se derivaron otras con sede en las diferentes localidades de Cuba en que se asentaron los anglo-caribeños (Espronceda, 2000; SÁNCHEZ, 2004; Chailloux, 2007), entre las que pueden mencionarse:

[...] la Independent United Order of Mechanic Friendly Society (Orden Unida de la Sociedad Fraternal de Mecánicos) que creo la logia Los Maceo No.24, que también posee una rama femenina Queen Esther Chapter Number 1 (Reina Esther, Capitulo Numero 1); y más adelante también entra en escena la Grand Order of Fisherman of Galilee Easter and Western Hemisphere (Gran Orden de los Pescadores de Galilea Oriental y del Hemisferio Occidental), que funda la Star of Galilee Lodge Tabernacle Number 67 (Logia Estrella de Galilea, Tabernáculo No.67) que aun continua activa con 86 miembros de ambos sexos (Chailloux, 2007, p. 72).

Asimismo, las logias anglocaribeñas en el territorio guantanamero fueron instituciones en las que se difundía la vida y obra de los héroes anglocaribeños, lo que influyó de manera notable en el sentimiento de pertenencia con la historia de sus países de origen. A diferencia de otras sociedades, recibían en su seno solamente a inmigrantes anglocaribeños de primera y segunda generación, lo que atentó contra la formación de sentimientos de igualdad con las logias cubanas. A través de sus ramas juveniles y femeninas forman un conjunto de valores éticos y morales, muchos de los cuales contribuyeron a la educación de sus miembros y por consiguiente influyeron en las personas que habitaban en la comunidad. Prestaban especial atención a la familia y a la educación de los niños y se preocupaban por la promoción del arte y la cultura, lo cual influyó en la elevación del nivel cultural de los pobladores de la comunidad anglocaribeña en Guantánamo.

Las logias promocionaban sus reuniones y actividades en el periódico *The Voice of Guaso*. En la publicación inicial con fecha 25 de diciembre de 1953 se publica el anuncio con título *Mechanics Anniversary/Aniversario de los Mecánicos*. En este se expone el proceso eleccionario de la logia *Independent United Order of Mechanic Friendly Society/ Orden Unida de la Sociedad Fraternal de Mecánicos*; además se hace alusión a las festividades del aniversario. Debe decirse que los miembros del Staff editorial también tenían membresía en las distintas logias de la ciudad.

De dichas órdenes, la más importante fue la Ancient Order of Shepperd (Antigua Orden De Los Pastores), junto con la logia Star of Judea (Estrella de Judea), la cual desapareció en la década de los 70. Estas convergían en sus ceremonias en la All Saints Church. Mención especial merece, igualmente, la Asociación denominada Universal Negro Improvement Association (UNIA), conocida como movimiento garveyista en honor a su líder Marcus Mosiah Garvey, quien visitara Guantánamo en 1920. El presidente del capítulo guantanamero de la UNIA, fue uno de los hermanos de la Logia Catalina, C.A. Thomas, mientras que la presidenta del Comité de Damas era Theodora Thomas. Desde su fundación hasta 1932, la UNIA utilizó el local de la Logia Catalina y sus propios miembros integraban la organización. Hay que explicar que, si bien estas asociaciones no se desligaron de lo que sucedía en sus países de origen, en su funcionamiento inicial no dependían de ayuda externa. Solo recibieron ayuda económica de la Sede Consular del Reino Unido de la Gran Bretaña y, mayoritariamente, se financiaban de manera autónoma por medio de donaciones de su propia membresía.

Otra logia que tuvo preponderancia en la población anglocaribeña lo fue la Mount Horeb Templo No2, que era subdivisión de la Logia Catalina, C.A, radicada en el municipio de Caimanera que era una de más activas en la colaboración con el British West Indies Welfare Centre.

Como se ha venido exponiendo, el CENTRE potenció la unidad, la cooperación y la ayuda entre las diferentes asociaciones y sociedades religiosas, fortaleciendo así los vínculos entre ellas. Todo esto cobraba vida en las diferentes reuniones y Juntas que la Asociación democrática desarrollaba y en las páginas del periódico, como medio de divulgación del quehacer de los/as inmigrantes anglo-caribeños /as. Ahora bien, en las décadas del 20 y 30, se destacaron otras asociaciones de ayuda mutua y recreo como Eureka Club y la Goodwill Society. Las mismas se organizaron con objetivos y funciones diferentes, lo que en el futuro se convirtió en el British West Indies Welfare Centre. Sobre la creación de las asociaciones Eureka Club y la Goodwill Society, no existe fecha exacta, pero se conoce de su existencia hasta principios de 1940.

La gran diferencia entre esas asociaciones es que eran de recreo, estrictamente cerradas y no admitían inmigrantes de segunda generación o descendientes, situación que cambió cuando se creó el CENTRE, ya que entre sus pretensiones estaba poder integrar la mayor cantidad de inmigrantes anglocaribeños/as; además de garantizar su inserción en la sociedad guantanamera de la época. Para Andrea Queeley (2015):

[...] The institutions of the Anglo-Caribbean immigrants provide a window into the experiences, values, and beliefs of this population and an indication of what it is that Cuban descendants refer to in their mission to “rescue their roots.” Confined within the pages of marriage and baptismal records, meeting minutes and pamphlets, as well as photographs of families, coworkers, and events is a record of the “official” legacy. Such documents declare what particular members of the community found noteworthy, wanted to record, and had the resources with which to do so. Order, self-improvement, financial responsibility, and Christian morality are among the characteristics most strongly represented⁷ (p.50).

Por otro lado, algunos antillanos británicos crearon organizaciones dedicadas a ofrecer a los miembros actividades recreativas como cricket, boxeo y fútbol, y la oportunidad de educación. Tal fue el caso de la West Indian Star Society. Para unirse a esta organización, una persona tenía que jurar ayudar a avanzar en la misión de la organización y cumplir sus objetivos prestando su apoyo moral, material e intelectual. A diferencia de La Estrella Naciente de Cuba, el West Indian Star alentó a sus

⁷ “[...] Las instituciones de los inmigrantes anglo-caribeños brindan una ventana a las experiencias, valores y creencias de esta población y una indicación de a qué se refieren los descendientes de cubanos en su misión de “rescatar sus raíces”. Confinado en las páginas de los registros de matrimonio y bautismo, las actas de las reuniones y los folletos, así como las fotografías de las familias, los compañeros de trabajo y los eventos, se encuentra un registro del legado “oficial”. Dichos documentos declaran qué miembros particulares de la comunidad encontraron digno de mención, querían registrar y tenían los recursos para hacerlo. El orden, la superación personal, la responsabilidad financiera y la moral cristiana se encuentran entre las características más representadas” (Queeley, 2015, p. 50, traducción propia).

miembros a participar en una variedad de discusiones y actividades que exploraban una serie de temas y principios políticos y religiosos. Sus líderes, S. H. Smith y T. M. Huntley, probablemente vieron estas reuniones como fundamentales para llevar a cabo la misión educativa de la organización, que proporcionó instrucción formal de primaria y secundaria. The West Indian Star ofreció clases en inglés no solo a sus miembros y sus hijos, sino también a quien estuviera dispuesto a pagar por su escuela. Esperaban que la educación que recibieran los niños los preparara para ingresar a la Escuela Secundaria en casa. De esta forma, este grupo buscó mejorar la vida de sus asociados y sus familias.

Uno de los componentes principales de estas Asociaciones era la ayuda mutua a los miembros que la necesitaban y también a los competentes de la comunidad anglocaribeña. En sus reuniones, era usual la recogida de donaciones de dinero para acciones benéficas. En el número del periódico *The Voice of Guaso* de fecha 6 de febrero de 1954, se anuncia la instalación de nuevos Oficiales al frente de la *Benevolence Society/ Sociedad de Benevolencia*, en el cual se plasman las cifras de dinero obtenidas por medio de las donaciones de sus miembros ascendiendo a \$ 1851,30 para el uso de la Clínica Médica que atendía a los inmigrantes anglocaribeños, radicada en la vecina ciudad de Santiago de Cuba, asunto tratado en las reuniones del British West Indies Welfare Centre.

Igualmente, se destinaron \$2712,50 para accidentes, personas enfermas y misceláneas, y un seguro para familias de los miembros fallecidos, ascendente a \$2000 y un fondo de caridad de cerca de \$712,50. La Sociedad siempre trabajó mancomunadamente con las demás sociedades religiosas y asociaciones de bienestar, pero fue con el British West Indies Welfare Centre donde realizó la mayoría de las acciones de cooperación en la ciudad de Guantánamo, es por ello que ha sido reconocida, por la comunidad anglocaribeña, como la segunda Sociedad de bienestar de mayor importancia para este grupo diaspórico. La comunidad anglocaribeña hacía énfasis a sus líderes y sus habilidades para unir a todos los miembros de la comunidad, al margen de las organizaciones en que participaban,

debido a los sufrimientos que habían vivido en las empresas estadounidense y británicas para las que trabajaban.

Cabe destacar que, en el período inmediatamente posterior a la emancipación, los líderes de las iglesias misioneras episcopales, bautistas y metodistas comenzaron a comprar propiedades en ruinas con la intención de reasentar a los feligreses como campesinos independientes en las comunidades eclesiásticas. Se comprometieron con el cristianismo occidental al vivir en tales comunidades, luego de rechazar oficialmente las prácticas espirituales africanas como incivilizadas y salvajes. Según Mintz (1974), “las personas de estas aldeas libres, fundadas por iglesias, probablemente serían más alfabetizadas, ahorrativas, más cercanas y dependientes de las iglesias cristianas organizadas y compuestas por familias monógamas que el resto de la población de libertos” (p.171). Las ideas de Marcus Garvey se habían convertido en un paradigma reconocible entre los inmigrantes anglocaribeños y su difusión se convirtió en responsabilidad de una clase emergente de líderes anglocaribeños que representaban, protegían y promovían los intereses socioeconómicos de sus comunidades.

Por último, es necesario acotar que entre 1945 y 1956 los/as anglocaribeño/as participaron en todas las acciones que perseguían organizar la totalidad de su comunidad en la ciudad de Guantánamo. Su participación se produjo después de comprender que algunos líderes estaban comprometidos con los principios de solidaridad de clase y acción colectiva. Estos principios eran también las piedras angulares de sus sociedades benévolas. Si bien muchas de las organizaciones establecidas por anglocaribeños brindaron ayuda mutua a sus miembros, otras se convirtieron en lugares de entretenimiento y educación. Resumiendo, todos los antillanos de habla inglesa que llegaron a Guantánamo sabían leer y escribir, entre otras habilidades. Estos atributos les dieron muchas posibilidades para comenzar a crear sus propias instalaciones. Esta generación reprodujo hábitos, costumbres y socializó saberes en un proceso continuo de búsqueda por la auto-realización de su identidad cultural, grupal y/o colectiva.

EXPERIENCIA DE LA DIÁSPORA AFROCARIBEÑA EN LA CIUDAD DE GUANTÁNAMO

Como ha sido expuesto en los capítulos anteriores, los jamaicanos y jamaicanas en el proceso de configuración de la diáspora afrocaribeña en la ciudad de Guantánamo incorporaron valores predominantes en la sociedad receptora y (re)produjeron conductas y comportamientos que se perpetuaron en la identidad diaspórica. En esta interacción, según Artah Brah (2011), las experiencias históricas se cruzaron en un texto de narraciones exclusivas y dispares que colocaron a los anglocaribeños en una urdimbre de complejas relaciones marcadas por el género, la “raza”, la etnia, la nacionalidad, etc. Esto conduce a pensar que, cada diáspora está compuesta por formas diferentes y configurada en plurales circunstancias históricas, a partir de las especificidades económicas, políticas y culturales que se interrelacionan entre sí. Asimismo, todas las diásporas son espacios diferenciados y heterogéneos y pueden ser historiadas.

Para los inmigrantes caribeños anglófonos, la conexión con sus orígenes tiene lugar, fundamentalmente, a través de la familia. El matrimonio, las uniones consensuales y la convivencia son las formas dominantes de pareja heterosexual entre las masas anglo caribeñas (Barrow, 1998; Smith, 1996). La tendencia de los inmigrantes antillanos de primera y segunda generación a casarse, y a buscar pareja y hacer familia dentro del grupo diaspórico, puede atribuirse a una variedad de factores y puede influir en algunas motivaciones, como el carácter semicerrado del grupo. María Eugenia Espronceda (1999), afirma que el aislamiento geográfico y la marginación social, además de una mayor adhesión a la tradición de la población rural, contribuyen a la endogamia y la retención de una identidad cultural distinta. La exposición diaria a miles de personas de diferentes orígenes sería característica de esos inmigrantes tanto dentro como desde un entorno urbano. Por lo tanto, argumenta Espronceda (1999),

[...] cuanto más cerca está uno del campo, tanto espacial como experimentalmente, más resistente es a la integración. Si bien esto podría ser exacto, también es cierto que mantener la cultura

caribeña anglófona, sobre todo la fluidez en inglés, fue fundamental para su supervivencia material. El inglés no solo era el idioma dominante del hogar y el idioma del imperio más poderoso de la tierra en ese momento, era el idioma de las oportunidades y perder la capacidad de hablar colocaría a las generaciones posteriores en desventaja. Aquellos que tenían o aspiraban a ser económicamente móviles, la mayoría de los cuales estaban en, si no dé, áreas urbanas, ciertamente lo entendieron. Como tales, habrían fomentado, si no reforzado, las uniones endogámicas (p. 48).

Desde braceros, jornaleros comerciantes, estibadores, trabajadores de la construcción, mecánicos, etc., en el caso de los hombres, y maestras de inglés hasta trabajadoras del hogar, en el caso de las mujeres, siendo además miembros activos y liderazgo de instituciones caribeñas de habla inglesa, la diáspora angloantillana, se afianzó socialmente en la ciudad de Guantánamo también sobre la base de la fortaleza familiar. “Las mujeres constituyeron una fuerte presencia en la vida comunitaria y familiar, una institución fundamental para el mantenimiento de una identidad caribeña de habla inglesa” (Queeley, 2007, p.87, traducción propia).

Maturell (2021) analiza que generalmente, los/as jamaicanos/as, educaban a sus hijos e hijas bajo una disciplina estricta basada en principios morales y éticos que los distinguen: honradez, laboriosidad y aprendizaje constante. Personas muy reservadas, que regulaban el comportamiento de las/os niñas/os; determinaban los horarios; infringían castigos corporales y puniciones, que variaban desde la prohibición de las comidas favoritas y los juegos hasta privarlos/as de determinados horarios de comida (almuerzo o cena), aun cuando el horario de comida era inviolable porque era un espacio oportuno para compartir con la familia; y exigían por la superación constante (Bonitto & Simonó, 2021; Derrick, 2020; Richards, 2020; LOVEL, 2020; Smith, 2020;). En lo que respecta a la educación familiar y hogareña, se preocupaban mucho por la buena convivencia, el respeto a los mayores y la organización de la vida en las casas, “donde además cada actividad se realizaba exactamente en el lugar de la casa que correspondía” (MORGAN; et. al, 2018, p.

91). Esta educación separaba a los hijos e hijas de los súbditos británicos del resto de los grupos de inmigrantes, según Andrea Queeley (2015),

[...] los jamaicanos eran letrados, educados, frugales, trabajadores, respetuosos, iban a la iglesia, hablaban suavemente, bien vestidos, responsables, respetados (y respetuoso, particularmente con los mayores), sobrios, honestos, organizados (en el sentido de hábitos comunitarios y personales), estrictos disciplinarios, indiferentes a la política [...]. En esta narrativa de respetabilidad, lo que separaba a los hijos de jamaicanos nacidos en Cuba de otros cubanos era la crianza: la familia, las iglesias, las escuelas inglesas y diversas asociaciones fraternales y recreativas que eran las instituciones en las que se desarrollaba el comportamiento "correcto", inculcado y reforzado firmemente (p. 37, énfasis de la autora, traducción propia).

Prosigue refiriendo la autora que, de igual modo, las mujeres buscaban la respetabilidad, según Lara Putnam (2013), a través de la religión organizada y aspiraban a un código moral copiado de la burguesía inglesa, la que legitima la jerarquía social. Por tanto, dentro de esta narrativa de respetabilidad, como apunta Queeley (2015), las mujeres eran vistas, además, como rectoras de la educación de los hijos e hijas; hogareñas; religiosas; selectivas con sus amistades, eran exquisitas en ese aspecto, escogían muy bien sus amistades. “No se puede afirmar que eran mujeres románticas, pero eran fieles a sus esposos cuando de apoyar y compartir sus decisiones se trataba ” (información verbal)⁸.

Las memorias de las familias fueron cimentadas sobre las historias de abuelas acompañantes que realizaban visitas los fines de semana a los hogares de sus similares, o de cenas familiares especiales y cotidianas, cocinadas por hombres y mujeres anglocaribeños/as que laboraron en cocinas de otras personas.

⁸ Entrevista concedida por Victor Bonitto Taylor y Norca Mirella Simonó Bell Entrevista. [11 may. .2021]. Entrevistadora: Mariurka Maturell Ruiz. Guantánamo. Online.

“También de estrictos profesores de la lengua inglesa y de mujeres de la comunidad que cuidaban de niños, cuando sus padres no podían. De hecho, una de las características de las familias inmigrantes que surgieron es la importancia de la familia extendida, así como de las mujeres de la comunidad que cuidaron y transmitieron habilidades de supervivencia a los miembros más jóvenes” (Queeley, 2015, p.87).

En este caso, son variadas las fuentes documentales en los archivos familiares permiten tejer las redes que se ampliaron en el espacio construido en torno a las relaciones que los afrocaribeños establecieron entre la familia, el entorno, la comunidad, el Estado y las costumbres, tradiciones, lenguas, gastronomía, música, etc., que trajeron de la sociedad de origen y que (re)significaron en la sociedad de acogida, junto con todo lo que estaba disponible en el espacio. Es a partir de estas ideas que se presentan documentos de la familia de Jorge Augusto Derrick Henry, actual director del British West Indies Welfare Centre que dan fe de dichos lazos, entre ellos la fe de bautizo de su abuelo Theophilus Augustus Derrick (FIGURA 23) de fecha el 12 de marzo de 1922, en la All Saints Church, en la ciudad de Guantánamo.

Su descendencia, en la persona de Nicholas A. Derrick, quien posteriormente se convirtió en Reverendo de gran influencia en la comunidad anglocaribeña, antes, como la mayoría de los hombres de ascendencia antillana, trabajó en el enclave de la Base Naval como Bombero, llegando a ocupar cargo de jefe de Destacamento de Bomberos desde 1945 hasta su retiro en 1953. Trabajó también como carpintero de 1912 a 1914, y de carpintero de barcos desde 1916 a 1945. Este hecho fue abordado en la prensa por parte de *The Voice of Guaso*, dedicando la página principal de una de sus ediciones.

La prensa de la época se hizo eco de los logros de miembros de la comunidad anglocaribeña en sus labores en el enclave naval. El periódico de *THE Indian*, en 1953, reflejó al igual que se hizo con el Reverendo N.A. Derrick en *The Voice of Guaso*, el homenaje a 5 trabajadores con más de 30 años de experiencia cada uno en sus puestos de trabajo. El Gobierno estadounidense ponderó las habilidades de los anglocaribeños en el cumplimiento de las tareas que les asignaban, además de su

férrea disciplina, dedicación al trabajo, voluntad de aprender y lealtad, como fue abordado en el artículo con motivo del 50 aniversario del despliegue de la Base Naval en Cuba.

Como ha sido abordado en investigaciones de autores como Lipman (2009), Queeley (2017), en el punto de álgidos principios de la década de 1940, la base empleaba a 13.000 personas y, después de la guerra, tenía una fuerza laboral civil de aproximadamente 3.500. Aunque algunos de los trabajos disponibles eran para trabajadores no calificados, como trabajadores de restaurantes, comisarías y almacenes, los comerciantes de la comunidad caribeña anglófona impulsaron la expansión de la base. Se necesitaban mecánicos, herreros, fontaneros, electricistas, carpinteros y albañiles e incluso, había oportunidades para los antillanos y sus hijos nacidos en Cuba para trabajar en oficinas, tiendas minoristas que vendían equipos costosos como cámaras y como administradores de las instalaciones recreativas. Según Lipman (2009, p. 47), aunque había cubanos nativos que no eran antillanos trabajando en la Base, las personas de ascendencia caribeña de habla inglesa, a menudo eran preferidos a los cubanos, “una fuente de descontento entre los cubanos no anglo-caribeños que querían un acceso igualitario al empleo estable que ofrecía la base”.

La abuela de Jorge A. Derrick construyó su hogar con su esposo el Reverendo Derrick, en Máximo Gómez y el 7 Sur, alrededor del año 20. Allí formaron una familia, con 8 hijos e hijas. Ella sabía leer y escribir, además del oficio de costurera, era maestra de inglés, saberes que transmitió, sobre todo, a las hijas. Cuenta Derrick (2020) que,

[...] Lo que pasaba en aquella época no era fácil, ella se quedó al cuidado de la casa y los hijos. También era la mano derecha de mi abuelo, el Father Derrick, como se le conocía. Este se dedicaba a la Iglesia y ella lo acompañaba. Con el tiempo las cosas más pequeñas de religión se hacían en la casa, los cultos de por las mañanas, antes el desayuno (información verbal).⁹

⁹ Entrevista concedida por Jorge Augusto Derrick Henry: Entrevista. [25 feb. 2020]. Entrevistadora: Mariurka Maturell Ruiz. Guantánamo. 1 archivo mp3 (60).

Cabe considerar que, de la misma forma, el British West Indies Welfare Centre estableció vínculos con personas y organizaciones anglocaribeñas que se encontraban fuera de Cuba. La presencia de los anglocaribeños, no solo en el país sino también en el extranjero, además de sumar nuevos elementos culturales, fue responsable de exportar y sensibilizar al mundo sobre la capacidad de resiliencia de este grupo diaspórico al presentar sus ideales panafricanistas y de lucha antirracista. Por tanto, la presencia de la inmigración antillana en Cuba, más allá de conformar mano de obra barata, fue un elemento fundamental para la madurez social dentro y fuera del país; además de contribuir al enriquecimiento cultural, los antillanos, con sus prácticas, establecieron nuevas relaciones entre ellos y, sobre todo, promovieron una reevaluación de la relación entre los anglocaribeños y su sociedad.

Así, el British West Indies Welfare Centre recibió, en 1954, la visita de la periodista Vivian Fitzgerald Jackson, quien había dejado la ciudad siete años y medio antes, marchándose a los Estados Unidos donde ese convirtió en una exitosa revisora del prestigioso diario Boston Globe de la ciudad de Boston, Estado de Massachussets, con una tirada diaria de 975 000 copias, considerado uno de los cinco diarios de mayor alcance del país, junto al New York Times, el Washington Post, el Chicago Tribune y Los Ángeles Times. Fitzgerald Jackson, quien también era compositora, miembro de la International Typographical Union, fue recibida por Mr. Clifford Foster y por el Reverendo N.A. Derrick, en nombre del British West Indies Welfare Centre y *The Voice of Guaso*, y ese encuentro fue abordado en el periódico de la comunidad, con un artículo que reflejaba la visita de la ilustre visitante.

De igual manera, otras investigaciones analizaron la inmigración angloantillana, asentada en la ciudad de Guantánamo, desde otra óptica de estudio. En ellas se hace énfasis en acciones para convertir la práctica del cricket en un producto turístico cultural, para preservar las raíces anglocaribeñas en Guantánamo, teniendo en cuenta los antecedentes socioculturales que dieron origen a la práctica de este deporte en Cuba y en Guantánamo y su desarrollo y prevalencia en el acervo cultural de la comunidad anglocaribeña.

Se estima que los anglocaribeños fueron los principales promotores de la práctica del cricket en el país. Su práctica se fue extendiendo, además a asentamientos en la La Habana, Baraguá, Banes, Holguín, y Santiago de Cuba.

La práctica del cricket tuvo su esplendor a partir de 1917, destacándose que, durante esta década de 1920, la cantidad de equipos que lo practicaban ascendía a 20, debido al boom de la llegada de inmigrantes anglocaribeños al país, llegando a 36,000 la cantidad de practicantes. Como deporte que expresaba el "carácter británico", el cricket era importante en las comunidades de emigrantes de las Antillas Británicas en todo el Caribe. Tal fue el caso de la ciudad de Guantánamo en Cuba, como lo fue en San Pedro de Macorís, en República Dominicana y Montego Bay, en Jamaica.

Más importante aún fue el hecho de que muchos equipos de cricket representaban las logias fraternales y las organizaciones benévolas que habían establecido los trabajadores negros del Caribe de St. Martin, Nevis, Tórtola y Montserrat. Estas instituciones buscaban también promover un sentido de compañerismo y los encuentros bilaterales entre anglocaribeños tanto en Cuba como en el extranjero. En *The Voice of Guaso* se promocionaron varias veces las visitas de equipos de cricket de Jamaica a la ciudad de Guantánamo a celebrar juegos con sus homólogos cubanos (Figura 28). Equipo compuesto únicamente por inmigrantes y descendientes anglo-caribeños.

El deporte entraba también en la lista de asuntos financieros del British West Indies Welfare Centre. En la reunión de fecha de 25 de noviembre de 1951, el Guantánamo Cricket Club solicitó una donación monetaria y se acordó que se realizara una donación voluntaria luego de saber, finalmente, que los representantes de la Delegación de Jamaica recibirían la cantidad donada. Esta situación venía dada debido a que este Club realizaba viajes para confraternizar por medio del deporte de cricket, con diferentes clubes nacionales de las Indias Occidentales. Estas confrontaciones deportivas comenzaron desde 1950 hasta finales de 1959 y en el actual siglo XXI, se han retomado por parte de los miembros activos de la Asociación. En ese sentido se explica que:

[...] En los años 50, se organizaron diferentes eventos de confrontación con otros asentamientos en el país. Guantánamo poseía dos excelentes equipos, capitaneados por Bill Angill y Skelton, quienes jugaban de “tú a tú” con cualquier equipo. Esto permitió que se lograra la conformación de equipos representativos del país, los que visitarían y establecerían intercambios en Jamaica. En este primer intercambio no se obtuvo un buen resultado, ya que el nivel no era equiparable al de los jugadores de Jamaica. Aunque se jugaron cinco partidos, no hubo oportunidad de ganar ninguno, pero sí se compitió con mucha hidalguía, sembrando un precedente para el futuro (Brooks, 2018, p.16).

El legado de esta inmigración estuvo muy latente en cada uno de los diversos aspectos de la sociedad, en el proceso de la conformación de la identidad cubana. Por tanto, condicionado por su aporte al legado sociocultural, evidenciado en la socialización de saberes como cultura culinaria, religión, asociativismo, educación, idioma, música, deporte, noción de respetabilidad, entre otras manifestaciones que los distinguieron del resto de los grupos que habitaban el mismo espacio.

Para resumir, se puede decir que diversos elementos de índole económico, político, social, cultural e histórico, permitieron a la migración anglocaribeña resistir e integrarse en la sociedad de la ciudad de Guantánamo en la década de 1950, además de entretejer vínculos entre todas las organizaciones de este grupo diaspórico, para lograr su autonomía y empoderamiento. Así, a pesar de su sufrimiento, los anglocaribeños lograron establecer un nuevo estatus de vida en Guantánamo, contribuyendo, de manera muy en especial, a la economía y cultura de diversas comunidades en estos territorios. No es posible pensar en la sociedad guantanamera al margen del impacto que tuvo este grupo diaspórico y su comunidad semicerrada.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAH, A. Cartografías de la diáspora: identidades en cuestión. 1 ed. Madrid: Traficantes de Sueños, 2011. Disponible

en

<https://traficantes.net/sites/default/files/pdfs/Cartograf%20de%20la%20di%20a%20spora-TdS.pdf> . Acceso en 22 abr. 2020.

CAMPBELL, H. **Rasta y Resistencia: de Marcus Garvey a Walter Rodney**. Santiago de Cuba: Oriente, 2016.

CARR, B. Identity, Class, and Nation: Black Immigrant Workers, Cuban Communism, and the Sugar Insurgency, 1925-1934. **The Hispanic American Historical Review**, v.78, n.1, 1998. Disponible en: <https://read.dukeupress.edu/hahr/article/78/1/83/145065/Identity-Class-and-Nation-Black-Immigrant-Workers>. Acceso:4, ago. 2019.

CASEY M. Haitians' Labor and Leisure on Cuban sugar Plantations: The Limits of Company Control, **New West Indian Guide** v. 85, n. 1-2 pp. 5-30, 2011. Disponible en: <http://www.kitlv-journals.nl/index.php/nwig/index> . Acceso: 13, ago. 2019.

CHAILLOUX L., G.et al. **De dónde son los cubanos**. La Habana: Ciencias Sociales, 2007.

COUTO, K. C. Os desafios da sociedade cubana frente à imigração antilhana (1902-1933). **Tese (Doutorado)** – Universidade de Brasília, 2006. F 213-230. <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2153/3/tese%20de%20K%20a%20tia%20Cilene%20do%20Couto.pdf> . acceso en 23 mar.2019.

DAVIS, D. **Ancestors from the West Indies. A Historical and Genealogical Overview f Afro-Caribbean Immigration, 1900–1930s**. Disponible en: <https://www.archives.gov/files/publications/.../west-indies.pdf>. Acceso: 3, agosto, 2018.

DE LA FUENTE, A. **A Nation for All: Race, Inequality, and Politics in Twentieth-Century Cuba**. The University of North Carolina Press Chapel Hill & London:2001.

DUVERGEL S., L. R. Inmigración jamaicana en Guantánamo: entre la discriminación. Racial y las leyes de migración. In: **The**

West Indian Presence and Heritage in Cuba. The University of the West Indies Press, 2019.

_____. **Diáspora y Migración: El British West Indies Welfare centre en la ciudad de Guantánamo. (1945-156).** Trabajo inédito, 2021.

_____. Imigração jamaicana em Guantánamo: entre discriminação racial e leis de imigração. GT 2 - Migrações, Direitos Humanos e Cidades, Brasil, 2019. Disponível <https://www.even3.com.br//documentos//53909.8055943.813053.8.5193903559810613510> . Accesado en 25. nov. 2020.

DUVERGEL, L; MATURELL R. M. Un dilema que persiste, “la inmigración que le conviene a Cuba”: discursos que circulan. **Coloquio Crisol de Identidades**, 16 oct. 2020.

GARVEY, A., **Garvey and Garveyism.** Kingston, Jamaica: United Printers, 1963.

_____. The Early Years of Marcus Garvey. In **John Henrik Clarke, (ed.), Marcus Garvey and the Vision of Africa.** Wilmington, USA: Vintage, 1974.

GILROY P. **The Black Atlantic. Modernity and Double Consciousness.** London: Cambridge, 1993.

GIOVANNETTI-TORRES, J. **Black British Migrants in Cuba: Race, Labor, and Empire in the Twentieth-Century Caribbean, 1898–1948,** Cambridge Studies on the African Diaspora. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

GRAHAM, T. E. **Jamaican migration to Cuba, 1912-1940,** 2013. A dissertation submitted to the faculty of the division of the Social Sciences in candidacy for the degree of Doctor of Philosophy, Department of History. Chicago, Illinois. Disponible en <http://search.proquest.com/openview/4685b582bf1b6e7c42865a6bee22e872/1?pq-origsite=gscholar&cbl=18750&diss=y> . Acceso ene 4 jul.2020.

GUERRA, S. R. **Azúcar y población en las Antillas.** La Habana: Ciencias Sociales, 1970.

HOWARD, P A. **Black Labor, White Sugar: Caribbean Braceros and their Struggle for Power in the Cuban Sugar Industry**. Baton Rouge, LA: Louisiana State University Press, 2015. Disponible en: <https://www.docdroid.net/144sq/black-labor-white-sugar-philip-a-howard-pdf>. Acceso en: 6 de Feb. 2019.

IBARRA C., J. **Un análisis psicosocial del cubano: 1898-1925**. La Habana: Ciencias Sociales, 1985.

_____. **Cuba 1898-1921. Partidos Políticos y Clases Sociales**. La Habana: Ciencias Sociales 1992.

KNIGHT, F. W., Jamaican Migrants and the Cuban Sugar Industry, 1900–1934. In Manuel Moreno Fraginales, Frank Moya Pons & Stanley L. Engerman (eds.), **Between Slavery and Free Labor: The Spanish-Speaking Caribbean in the Nineteenth Century**. Baltimore md: Johns Hopkins University Press, p. 84–114, 1985.

LEWIS, R.: **Marcus Garvey, anti-colonial champion**. Trenton, N.J.: Africa World Press, 1988.

LIPMAN, J. K. **Guantánamo: A Working-Class History between Empire and Revolution**, Edition: 1, Published by: University of California Press, 2009.

MATURELL, M. R. **Las transformaciones urbanas en la ciudad de Guantánamo de 1900 a 1930**. 2015. 80 f. Tesis (Master en Estudios Cubanos y Caribeños). Centro de Estudios Cubano y del Caribe. Universidad de Oriente. Santiago de Cuba, 2015

_____. **Guantánamo, Cuba: cidade de diáspora negra: influência jamaicana nas transformações urbanas (1910-1930)**. Disponible en: https://drive.google.com/file/d/14-_its4--yvHHyn7in9NIjJi3dS64n7a/view. Acceso en: 14 feb. 2019.

_____. **Género, migración e integración al espacio urbano en Guantánamo: las inmigrantes jamaicanas de 1910 a 1958**. In: *The West Indian presence and heritage in Cuba*. (Ed.) RAMSAY, Paulette A. Jamaica: The University of the West Indies Press, 2020.

_____. **Migração E Mercado de Trabalho: Mulheres Jamaicanas em Guantánamo - Cuba (1912-1940.** GT 2 - Migrações, Direitos Humanos e Cidades, Brasil, Disponível em www.even3.com.br/Anais/territorioscidadesemigracoes/192647- Acessado em 25. nov. 2020.

_____. **Imágenes de la diáspora afro-caribeña: inmigrantes jamaicanas en la ciudad de Guantánamo (1912-1956).** Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2021.

MOORE, C. Pichón. **Minha vida e a Revolução Cubana.** Nandyala; Belo Horizonte, 2015.

PEREZ DE LA RIVA J. **Cuba y la inmigración antillana 1900-1931.** 1 ed. Editora de Historia; 2013.

PICHARDO, H.: **Documentos para la Historia de Cuba.** Tomo I y II. 1. Ed. Ciencias Sociales: La Habana, p. 220-370, 1973.

PUTNAM L. ¿Qué tan ajenos, y qué tan extranjeros?: Los antillanos británicos en América central, 1870-1940. In **Del olvido a la memoria. Nuestra herencia afrocaribeña.** p.22-36, 2011. Disponível em https://ddc.mep.go.cr/sites/all/files/ddc_mep_go_cr/adjuntos/delolvido_a_la_memoria_herencia_afro.pdf . Acesso em 19 jn.2020.

QUEELEY, A. J. **Rescuing Our Roots, The African Anglo-Caribbean Diaspora in Contemporary Cuba,** University Press of Florida, 2015. DOI:10.5744/florida/9780813061092.001.0001.

RAMSAY P. **The West Indian Presence and Heritage in Cuba.**1 ed. The University of the West Indies Press: Mona, Kingston, Jamaica, 2020.

SEVILLANO A., ROSALES E. **Oro dulce. Ingenio Esperanza.** 1.ed. Guantánamo: El Mar y la Montaña. 2013.

SMITH, A. D. **The Ethnic Origins of Nations,** Oxford, Blackwel,1986.

WHITNEY, R. W; CHAILLOUX L., G. **Subjects or Citizens. British Caribbean Workers in Cuba, 1900–1960.** 1ra ed. University Press of Florida, Gainesville, 237 p, 2013.

Entrevistas

DERRICK, H., Jorge. A.: **Entrevista.** [25 feb.2020]. Entrevistadora: Mariurka Maturell Ruiz. Guantánamo. 1 archivo mp3 (60).

KNIGHT, J., Alden: **Entrevista.** [13 feb.2020]. Entrevistadora: Mariurka Maturell Ruiz. Guantánamo. 1 archivo mp3 (60).

LOVELL C., Francis. **Entrevista.** [14 feb.2020]. Entrevistadora: Mariurka Maturell Ruiz. Guantánamo.

RICHARDS, R, José. E.: **Entrevista.** [14 feb.2020]. Entrevistadora: Mariurka Maturell Ruiz. Guantánamo. 1 archivo mp3 (90).

SMITH, R. Adela. **Entrevista.** [1 mar.2020]. Entrevistador: Lisandro René Duvergel Smith. Guantánamo.

Recebido em: 29/11/2022
Aprovado em: 08/09/2024

MEMÓRIA, PATRIMÔNIO E CULTURA MATERIAL: ASPECTOS DO GRUPO SOCIAL DOS VETERANOS DE GUERRA EM DESAPARECIMENTO NA CIDADE DE BELÉM DO PARÁ

MEMORY, HERITAGE, AND MATERIAL CULTURE: ASPECTS OF THE DECLINING SOCIAL GROUP OF WAR VETERANS IN THE CITY OF BELÉM DO PARÁ

LUCAS CARNEVALE MACHADO¹
Universidade Federal do Pará

Resumo: Neste artigo, discutiremos as diferentes construções sobre o grupo social expedicionário, abordando as diferentes formas de produção deste patrimônio pelos agentes da memória, somada aos arcabouços teóricos necessários para entender as dinâmicas das atas e suas reuniões internas. Arelado a essas questões, será discutido o processo de abandono da instituição que levou a deterioração do prédio associativo e de seu acervo histórico e administrativo, apresentando as diversas questões no processo de construção e destruição desse patrimônio material dos veteranos.

Abstract: In this paper, we will discuss the different constructions about the expeditionary social group, approaching different ways of production of this heritage by the memory's agents, added to the theoretical frameworks necessary to understand the minute's dynamics and their internal meetings. Linked to these questions, will be discussed the abandonment process of the institution that culminated in associative building and their historic and managerial collection deterioration, showing many matters in the construction process and destruction of this material heritage of veterans.

¹ Mestrando em Ciências do Patrimônio Cultural, pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Licenciado em História pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), Especialista em História Militar pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) e em Políticas Públicas e Segurança pela Faculdade Focus (FOCUS). Orcid: 0000-0001-7732-5784. Lmachado1097@gmail.com.

Palavras Chave: patrimônio material, identidade social, veteranos de guerra
Keywords: material heritage, social identity, war veterans.

INTRODUÇÃO

O grupo social dos veteranos da II guerra mundial (1939 – 1945), composto pelos militares de carreira e conscritos mobilizados para atuar nas três forças armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), cujas operações de serviço são registradas tanto no teatro de operações do Mediterrâneo, lutando contra as tropas fascistas da Itália e contra as tropas de ocupação da Alemanha nazista que estavam presentes na península; somadas as operações aeronavais no atlântico sul, contra os *U-boots* do eixo, e a mobilização de quadros do exército para a vigilância do litoral brasileiro, operando as metralhadoras antiaéreas, assim como a defesa das bases aéreas estadunidenses que compunham o *Trampolim da Vitória*, uma rota aérea dos Estados Unidos até a cidade africana de Dakar.

Estes veteranos organizaram-se posteriormente em várias instituições com o objetivo de serem a representação jurídica desse grupo social, orbitando os grupos de poder em busca dos direitos dos veteranos e da preservação da memória expedicionária como um todo. Dessa forma, surge em 1946, as Associações de Ex-combatentes do Brasil (AECB), divididas em várias seções estaduais, dando base aos veteranos de guerra brasileiros.

De 1946 a 2010, A Associação de Ex-combatentes do Brasil no Pará (AECB-PA) construiu um imenso aporte documental que apresenta diversas visões e narrativas sobre esses processos de luta política e social, construindo um acervo que conta com documentos avulsos e encadernados, tanto administrativos, quanto de valor histórico e cultural para esse grupo.

Após o ano de 2010, essas produções passaram por um processo de destruição e exposição a processos destrutivos, seja de ordem química ou biológica, ou de ações humanas intencionais. Em 2014, a instituição foi trancada, tendo

internamente seu acervo documental e seus itens históricos e administrativos, sofrendo processo de invasão por moradores de rua e causando a perda desse material.

De 2017 em diante, a documentação foi sendo tratada e organizada para retomar seu papel social, apresentando os rastros dessa produção, limitados ao que restou dos documentos e da estrutura associativa. Desde então, esse conjunto documental permite uma grande possibilidade de pesquisas atreladas ao tema, tal como a análise dos processos de deterioração recorrentes dos anos de abandono, submetidos aos saques, roubos, contaminação biológica, etc.

Esses rastros precisam ser analisados de maneira mais aprofundada, apresentando o contexto material e imaterial desse grupo. Ainda que a Ata de reunião seja um documento bastante resumido por si só, suas informações, sua forma de produzir essa memória acaba por mostrar as nuances que levaram a construção desse patrimônio material, preservando em conteúdo apenas o que era visto por eles como necessário.

Dessa forma, os aspectos teóricos sobre esse patrimônio e sobre esse grupo social são necessários para entender os rastros da materialidade, para além das atas, compreendendo sua luta para serem reintegrados à sociedade civil paraense e o posterior abandono e esquecimento desse espaço e desse grupo.

Cabe problematizar sua aproximação junto dos grupos militares acabou os ligando de maneira quase permanente a esse segmento social, apesar disso, os rastros dessa memória quebram essa visão de dependência, apresentando as diferentes iniciativas e as ligações entre esse grupo e as outras instituições.

Os documentos que sobraram, dão panoramas interessantes sobre as discussões levantadas pelos ex-combatentes de acordo com o contexto nacional e internacional, sobre os mecanismos de auxílio aos veteranos e sobre questões políticas e sociais da época. Dentro do patrimônio expedicionário objeto da pesquisa, há a possibilidade de seguir com algumas linhas de discussão sobre sua origem e seus círculos de atuação individual e coletiva: Na primeira, temos a origem desse grupo cuja identidade foi forjada dentro das Forças Armadas do Brasil, somada a situação de combate enfrentada por parte considerável dos seus membros (na Itália ou no Atlântico).

A segunda possibilidade de abordagem discute a relação desse grupo com a sociedade que viu o conflito a distância, e sua interação tanto nas discussões internas nas associações, como nas demandas e protestos feitos à sociedade para o cumprimento dos direitos estabelecidos pelo estado brasileiro. Nessa linha de discussão temos a evidência das variadas formas escolhidas de abordagem institucional da AECB com a sociedade em que estava inserida. Cabe a discussão do professor Francisco Ferraz (2013), no qual levantou as alternativas dos veteranos do imediato pós-guerra para solicitar suas demandas, de maneira que junto dessas lutas, surgiam visões políticas e sociais bastante divergentes entre seus membros, abrindo um conflito interno que duraria até os primeiros anos da década de 1950.

Nesse conflito as alternativas caminhavam para as seguintes discussões: A noção de que era um dever do ex-combatente e do militar veterano de guerra atuar em questões políticas de interesse local ou nacional, incentivando o alcance das demandas sociais através da luta política e do conflito com lideranças constituídas dos poderes executivo e legislativo, sendo essa linha abraçada pelos ramos nacionalista e comunista das forças armadas. A outra abordagem era de linha mais conciliatória, de maneira que as associações e os veteranos não deveriam interferir na ordem política, ou tomar partidos entre um lado ou outro, organizando através de solicitações institucionais o cumprimento das demandas prometidas aos veteranos e os familiares dependentes desses conscritos (Ferraz, 2013).

Na Associação paraense esse conflito marcou os primeiros anos e a primeira gestão da AECB-PA, de forma que o presidente eleito foi um líder estudantil comunista, o Santareno Cléo Bernardo de Macambira Braga, atuando de 1946 a 1949. O período é discutido por dois documentos históricos: O Livro de Atas da Fundação da AECB, e a obra memorialística do ex-combatente Antônio Batista de Miranda (1998). Nesta última, o autor relata que houve uma tentativa de transformar a AECB em um grupo de luta política voltada à esquerda, e que esse grupo foi derrotado na eleição geral de 1949, ressaltando a vitória através do lema institucional “*Liberdade e Democracia*” (Miranda, 1998, p.88).

No livro de atas, há o relato de uma iniciativa dos veteranos de apoiar um candidato ao governo do estado, o General Zacarias de Assunção, devido ao fato de ser militar e por proximidades ideológicas com o candidato. A presidência da AECB embargou a iniciativa, ressaltando que os expedicionários tinham total liberdade para participarem de discussões políticas, desde que fosse de maneira individual, preservando o nome da associação e do grupo social expedicionário, mostrando de uma vez por todas que a AECB-PA tinha tomado o caminho conciliatório, evitando o conflito com os grupos políticos divergentes no poder executivo e legislativo do Pará (*Livro de Atas de Diretoria*, 1949).

A MEMÓRIA COLETIVA E SEUS ELEMENTOS ATRELADOS A IDENTIDADE EXPEDICIONÁRIA

Um importante autor para compreender elementos ligados a memória coletiva é Michael Pollak, especialmente o texto *Memória, esquecimento e silêncio*, em que são discutidas visões sobre a memória de determinados grupos que passaram por experiências traumáticas na II Guerra mundial, de maneira que suas visões, informações e as lembranças sobre esse período, apresentam elementos em comum, com uma noção de pertencimento e um silenciamento voluntário em muitas vezes. Dessa forma, Pollak apresenta que:

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra. Como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes: partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações etc. A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irreduzíveis (Pollak, 1989, p.10).

Os veteranos de guerra, em suas discussões sobre memória coletiva, apresentam muitas questões referentes aos traumas e as diferentes situações no qual os conscritos passam no

campo de batalha. Na pesquisa de Alistair Thompson, sobre os soldados Australianos na I Guerra Mundial (ANZAC'S), aborda suas narrativas através da história oral, captando elementos implícitos sobre esse silenciamento e os traumas, e as maneiras que encontraram para lidar com esses impactos (Thompson, 1998, p. 293).

Com um dos entrevistados, Thompson buscou compreender mais profundamente essa relação entre trauma e esquecimento intencional. Na passagem citada pelo entrevistado, sua fala apresenta as formas no qual essas lembranças traumáticas vêm à tona nestes sujeitos, de forma que é impossível sua superação imediata “Como uma Cicatriz”, mas como um elemento no qual ele teria que conviver para toda a existência, cabendo ao entrevistado a capacidade de se acostumar e aos poucos, a memória apresenta-se de maneira mais branda, tornando a mais tragável para si (Thompson, 1998, p. 293).

No caso dos veteranos paraenses, um conjunto de fatores acabou diminuindo a amplitude dessa pesquisa na região. Durante o século XX, os veteranos produziam as informações e os temas sobre a atuação nos campos de batalha italianos, e concentravam sua produção internamente nos grupos sociais de veteranos. Uma das primeiras produções sobre os veteranos de guerra paraenses e a imersão da capital paraense no conflito veio com o livro de Antônio Batista de Miranda, *Guerra, Memórias, Destino, de* maneira que sua leitura pessoal apresentava constantes ligações com pontos chaves do conflito na Europa e no Brasil (Miranda, 1998).

Além de suas memórias, o livro apresenta uma lista nominal com as unidades da Amazônia que contribuíram para o esforço de guerra brasileiro no litoral e na Itália. A base de pesquisa sobre esse tema expandiu-se após a década de 2010, com um levantamento realizado pelo pessoal de Medicina da UFPA, que acabou encontrando um número considerável de veteranos que tinham vontade de falar sobre a guerra e suas experiências no conflito.

A pesquisa do professor Dr. Hilton Pereira da Silva resultou na construção do livro e do documentário *Por terra, céu e mar: História da participação amazônica na II Guerra mundial*, no qual foram apresentadas entrevistas com veteranos paraenses

das três forças armadas, apresentando as visões do front, as angústias do conflito, e outras visões e problemáticas do conflito no Brasil e na Europa.

Infelizmente, ao início desta pesquisa (Janeiro de 2021), havia em todo estado do Pará apenas dois veteranos de guerra vivos, ambos próximos a casa dos cem anos de idade e impossibilitados de realizar uma entrevista oral por suas condições de saúde específicas. Ainda assim, sua produção material restante, permitiu uma análise considerável das suas relações sociais do pós-guerra, apresentando elementos comuns aos esquecimentos intencionais dos grupos já citados, mas também dinâmicas próprias dos veteranos daqui referentes às dificuldades de aproximação desse grupo com a sociedade, resultando um isolamento implícito destes com a sociedade civil, contribuindo para o esquecimento e abandono dessa produção cultural desses veteranos.

Devido ao pequeno contingente do estado formado para combater na Itália, somado ao processo de abandono da associação na capital paraense, acabou resultando em uma grande limitação na quantidade de fontes e acervos documentais em Belém e no Pará como um todo. O acervo da AECB-PA tomando ainda mais importância para a sociedade devido às informações concentradas sobre esse grupo social em específico, permitindo que historiadores, cronistas, jornalistas e outros pesquisadores de variadas áreas possam estudar através do patrimônio cultural material desses veteranos, a contribuição paraense no conflito e a participação e acolhimento dos mesmos na sociedade belenense do pós-guerra.

Ainda que houvesse essa separação, o patrimônio referente a essa identidade da FEB teve sua materialidade disseminada de várias formas, para além dos núcleos associativos, elementos que além de lembrar sobre a participação dessas pessoas no conflito, apresentam memórias afetivas sobre seus antepassados, passando as gerações posteriores, como discutido por Viviane Caliskevstz e Leonel Monastirsky (2017):

Dessa forma os feitos e sentimentos da história da FEB materializaram-se na forma de um conjunto cultural representado por um sistema de linguagem: discursos, ritos, imagens, textos,

monumentos, espaços de memória e objetos, construídos (num determinado tempo) e transferidos (pelo tempo/espaço, por várias gerações) num processo de troca, aos demais membros da sociedade, que tomaram a decisão de adotá-los em maior ou menor escala, mas nunca negando-os, pois somente no processo de aceitação e troca é que os indivíduos conseguem ler, decodificar e interpretar os signos, adotando-os através de seu sentir, como pertencentes a eles. Todo o conjunto cultural da FEB representa as ideias, sentimentos e conceitos de nacionalismo, construído e implantado no cenário social brasileiro. (Caliskevstz & Monastirsky, 2017. p.137-138).

Sobre aos grupos sociais que desapareceram e a manutenção da sua memória, Maurice Halbwachs (1968), aborda na sua obra sobre Memória coletiva, que apesar dos constantes ciclos de mudança entre os grupos identitários e a sociedade em geral, os traços específicos seguem de maneira direta e indireta, no qual dependendo do seu nível de interação, seus rastros e sua memória permitem analisar os impactos ou o isolamento desse grupo social, de maneira a compreender a sua importância no tempo, e as possibilidades de preservação de seu patrimônio (1968, p. 127-128).

Outra questão discutida pela importância do patrimônio cultural desses grupos e de uma memória individual e coletiva é chamada de “durações coletivas”, abordando a multiplicidade das interações que cada indivíduo apresenta, deslocando-se no tempo e no espaço, de forma que apesar da memória coletivas apresentar determinados padrões comuns aos seus membros, as individualidades emergem como vários pontos sobre suas vivências, situações problemáticas ou impactantes, diversificando o mosaico de versões no qual a memória coletiva é composta (Halbwachs, 1968, p. 128 - 130).

Com a limitação da quantidade de fontes e acervos documentais em Belém e no Pará como um todo, o acervo da AECB-PA toma ainda mais importância para a sociedade devido às informações concentradas sobre esse grupo social em específico, permitindo que historiadores, cronistas, jornalistas e outros pesquisadores de variadas áreas possam estudar através do patrimônio cultural material desses veteranos, a contribuição

paraense no conflito e a participação e acolhimento dos mesmos na sociedade belenense do pós guerra.

Discutindo o papel do patrimônio como mostra da relação entre grupo social e sociedade em geral, o autor José Reginaldo Santos Gonçalves (2003), aborda a importância do patrimônio discutindo o conceito de patrimônio em diferentes culturas. Segundo o mesmo, o conjunto patrimonial carrega de maneira individual ou coletiva, significados mágicos, históricos e sociais, servindo até como uma extensão moral de seus proprietários, mostrando o pertencimento às variadas totalidades sociais de cada indivíduo (2003, p. 27).

Uma obra importante para discutir a cultura material e a necessidade da preservação do patrimônio ligado à participação brasileira no conflito, é a Museóloga Andrea Fernandes Considera (2019), que aborda os conceitos e as necessidades para a construção de um inventário do patrimônio da FEB. O objetivo do inventário era a construção de um acervo para ser musealizado, e contar a atuação nacional no conflito, pesquisando com familiares de veteranos, acervos de colecionadores e de associações de veteranos, discutindo os segmentos no qual os objetos enquadram dentro do patrimônio e das relações sociais desses veteranos de guerra. (Considera, 2019, p. 31-32)

No artigo, a autora informa que conseguiu uma quantidade considerável de elementos de cultura material dos veteranos de guerra, os qualificando da seguinte maneira: os acervos guardados, expostos, usados, vendidos e musealizados. Os três primeiros segmentos citados estão relacionados à preservação desses materiais por familiares e amigos do círculo íntimo do protagonista em estudo, no qual apresentam para muito além dos objetos, apresentando os contextos, as situações enfrentadas pelos veteranos e as situações presenciadas de quase morte ou de perda de amigos e conhecidos. A diferença entre estes é a forma no qual esse acervo foi mantido, sendo guardadas em armários ou espaços ocultos, ou com a representação material do seu cumprimento de serviços ao Brasil como elemento de destaque em expositores, e dos objetos sendo incluídos na rotina familiar através de construções afetivas, como lembranças e brinquedos aos mais novos, mantendo uma memória individual para as gerações posteriores. (Considera, 2019, p. 33)

Após essa diferenciação, os objetos tomam determinada importância por parte dos familiares, no trabalho memorialístico de Isalete Leal (2020), uma passagem sobre a Batalha de Montese, ela conta sobre um estilhaço que quase atingiu o seu pai (cabo Francisco Leal) em meio às explosões de artilharia, apresentando os elementos materiais, o contexto da participação na batalha e nos momentos de perigo e tensão durante o conflito (Leal, 2020).

Os dois últimos segmentos, registram objetos cuja procedência é de fora do âmbito familiar, sendo geralmente adquiridos por colecionadores e entusiastas que compraram de veteranos em dificuldade financeira ou de familiares de veteranos falecidos. Somado a este, há o processo de musealização no qual muitos descendentes de veteranos entregaram os objetos a órgãos de memória estatal, para preservar a memória desse grupo social atuante no conflito e que carregam determinado valor de memória e de antiguidade, servindo como elemento para corroborar com a narrativa oficial (ou não) desses brasileiros em combate. (Considera, 2019, p. 33-34)

Os itens colecionados ou musealizados tornaram-se elementos despersonalizados, de maneira que o objeto deixa de ter o valor individual, não destacando as relações sociais e o contexto de sua utilização, passando a apresentar as narrativas da memória coletiva, destituindo a suas especificidades. (Considera, 2019, p. 35 - 36)

Finalizando a abordagem, a autora discute a identidade por trás dos objetos da FEB e as características necessárias para fazer o inventário sobre o tema, nos levantamentos da autora, notamos grande dificuldade dos pesquisadores em trabalhar com os acervos familiares, separando os itens entre os objetos do conflito e os materiais posteriores que acabaram sendo misturados devido o valor afetivo e histórico dos materiais (Considera, 2019).

MEMÓRIA E IDENTIDADE: OS RASTROS MATERIAIS DE UM GRUPO SOCIAL EM DESAPARECIMENTO

A identidade é um importante elemento do ser humano em seu aspecto individual e coletivo, no qual devido a características comuns, acontecimentos, formações e experiências vividas de

maneira conjunta impactam nesse pensamento. Os veteranos de guerra, tem essa identidade construída desde sua formação militar, no qual são adestrados para tomarem para si a ideia de um “espírito de corpo”, fortalecendo a lealdade e o sentimento de irmandade entre seus membros. A participação no campo de batalha e o estigma no qual passam esses sujeitos, tendo que matar outros seres humanos, acaba os aproximando ainda mais, por compreenderem que estes traumas e situações não seriam facilmente compreendidos pela sociedade que fica fortalecendo a camaradagem internamente.

Sobre o conceito de identidade, o professor Donizete Rodrigues discute seu impacto e os fatores de aproximação entre esses grupos sociais, em aspectos da individualidade:

A identidade é um processo de identificações historicamente apropriadas que conferem sentido ao grupo (CRUZ, 1993). Ou seja, ela implica um sentimento de pertença a um determinado grupo étnico, cultural, religioso, de acordo com a percepção da diferença e da semelhança entre ‘ego’ e o ‘alter’, entre ‘nós’ e os ‘outros’. A construção da identidade, seja individual ou social, não é estável e unificada - é mutável, (re) inventada, transitória e, às vezes, provisória, subjetiva; a identidade é (re)negociada e vai-se transformando, (re)construindo-se ao longo do tempo. Neste contexto, a perda de um ‘sentido de si’ estável é entendida como deslocamento ou descentração do sujeito, do Eu (Rodrigues, 2018 p. 352-353).

As associações de ex-combatentes, em seus núcleos espalhados por todo o Brasil, colaboraram de maneira direta para atuar como preservadores da memória junto às gerações brasileiras posteriores ao conflito, de forma a discutir suas datas comemorativas, colaborar com a educação e a participação esportiva dos veteranos e dos seus dependentes.

De 1946 a década de 2010, 574 veteranos de guerra filiaram-se a AECB-PA, constituindo redes de sociabilidades e uma grande teia material de elementos de ligação da associação com a sociedade, discutindo diretamente com os poderes locais e

nacionais, as suas demandas e questionamentos referentes às demandas dos veteranos².

Um elemento de relações públicas apresentados aos poderes do estado (Principalmente o legislativo), eram os memoriais dos veteranos. Esses documentos eram compostos por recortes de jornais referentes em determinado período, mostrando a situação de veteranos necessitados e em situação de miséria, demandando apoio do estado para esse grupo social³.

Além disso, os acervos de correspondência apresentavam variados projetos de lei envolvendo apoio às famílias de militares e aos veteranos de guerra, além da construção de espaços de memória em homenagem aos veteranos. Esse grande legado material deveria ser organizado de maneira a apresentar as visões individuais dos veteranos, além das decisões coletivas e de organização de classe, de forma que após o desaparecimento completo desse grupo social, seus rastros deveriam estar disponíveis aos pesquisadores referentes às temáticas correlatas.

No entanto, o que aconteceu na associação do Pará, foi o completo abandono do prédio e do seu acervo, de maneira que após a ausência de frequência dos veteranos no espaço e o subsequente trancamento do espaço com seu mobiliário e acervo documental, elemento desgastado pelo tempo e pela ação humana direta e intencional.

De acordo com os relatos de trabalhadores da região (mototaxistas), a associação foi abandonada no final de 2014, sendo trancada e em pouco tempo tendo o portão quebrado e invadido por moradores de rua expulsos da praça da leitura, e que usavam o espaço como abrigo e os documentos históricos para se aquecer e para fazer as necessidades fisiológicas.

Os documentos estavam organizados em gavetas grandes de metal, elementos ainda encontrados na primeira visita (em menor número e sem documentos), de maneira que os papéis administrativos e de comprovação dos veteranos eram

² Lista de membros geral da AECB-PA, Arquivo da Associação de Ex-combatentes do Brasil, seção Pará. Belém, sem data. Caixa 01, fundo de documentos internos, páginas. 1-7.

³ Hemeroteca da AECB-PA, Arquivo da Associação de Ex-combatentes do Brasil, Caixa 02, 1945-2006.

comumente encontrados no chão, além dos rastros de saque a associação (Retratos destruídos, placas arrancadas, livros, pastas, fotos originais e papéis avulsos), apresentados em maior detalhe abaixo:

Imagens 01, 02 e 03 (em sentido horário): Fotos do interior da AECB-PA antes do abandono (2010)



Estantes e Biblioteca da AECB-PA
Cadeiras estofadas (Local de Reunião de Veteranos)



Cadeiras de Plástico (Usadas nas reuniões)

Gavetões metálicos com os documentos da AECB-PA

Cadeira estofada



Bandeiras e Flâmulas

Fonte: Trilhas Turismo Trekking, disponível em:
https://youtube.com/@viajanteincomumtrekking?si=1vf_Mgo2LjpffxMi.

Além desses elementos de destruição, foram encontrados nos documentos, no piso e nas paredes inúmeros rastros de contaminação por fezes humanas, encontrando principalmente nas paredes, de maneira que o material foi usado para escrever (Nomes, mapas, elementos aleatórios, entre outras coisas), de maneira que ao entrar no salão era notório o mau cheiro no espaço, impedindo a utilização do espaço e sua limpeza em definitivo.

Com o apoio do Sindicato dos Marítimos à associação de ex-combatentes, foi iniciado o processo de descontaminação das paredes e do piso, de maneira a possibilitar a sua conservação e a utilização do Prédio para as atividades associativas e de preservação da memória. Após esse tratamento da estrutura predial, foi realizado o levantamento dos itens restantes no espaço, constatando os seguintes elementos estruturais (além dos documentos já listados objetos de estudo deste trabalho).

Tabela 01: Levantamento dos materiais encontrados em fotos anteriores e não encontrados ou danificados durante o início da pesquisa

Item ou Elemento material	Encontrado ou Não	Quantidade e diagnóstico
Placas de Acrílico com os nomes de batalhas da FEB (Espaço Interno)	Não encontrados	Elementos quebrados ou saqueados durante o abandono
Retratos e Placas da associação	Não encontrados	Elementos quebrados ou saqueados durante o abandono
Estantes da Biblioteca	Encontrado Parcialmente	Encontrada apenas uma estante de madeira parcialmente quebrada (Proporção 1,60 x 1,0m)
Gavetões Porta documentos	Encontrado, depois desaparecido.	Elemento encontrado parcialmente no início das visitas, após a segunda visita, todos haviam sumido.
Mesas e Cadeiras (Madeira e Plástico)	Não encontrados	Elementos quebrados ou saqueados durante o abandono

Arranjos e Decorações	Não encontrados	Elementos quebrados ou saqueados durante o abandono
Cadeiras Estofadas	Não encontrados	Elementos destruídos ou saqueados durante o abandono
Bandeiras e Elementos de tecido (Uniformes, Flâmulas, Fitas, etc.)	Não encontrados	Elementos rasgados ou saqueados durante o abandono
Fachada em Acrílico (Placas Externas)	Encontrado parcialmente	Devido à falta de manutenção, parte da placa caiu durante o período de abandono, sendo retirada a parte restante e organizada uma substituta para manter a identidade visual da associação.

AS DIFERENTES GRAFIAS E ELEMENTOS DE PRODUÇÃO DO CONTEÚDO ENCADERNADO DA ASSOCIAÇÃO

Um segmento documental que faz parte dos objetos da pesquisa são os *livros de atas*, envolvendo os seguintes temas e período histórico: Livro de Ata de Fundação (1946 – 1952); Livro de ata da diretoria da AECB – PA (1961 – 1975) e o livro de ata da Assembleia Geral da AECB – PA (1975 – 2004). E esses livros mostram diferentes elementos para sua produção (diferentes tipos de caneta, tintas e meios de encadernar), somado a diferente exposição aos agentes de degradação (Água, Madeira molhada, agentes infectantes e fezes humanas, etc.)

Ainda que sejam pouco numerosos, seu conteúdo é extremamente importante devido ao valor histórico desses itens, um dos livros citados é a produção mais antiga do grupo social expedicionário no Pará, apresentando o documento de fundação da AECB em 08 de maio de 1946.

As atas associativas apresentam algumas características específicas, que as distinguem da documentação oficial padrão institucional, de maneira que sua versão original é construída de maneira manuscrita, e que dependendo do período e do local em que foi produzido, necessita-se da ação de um profissional em

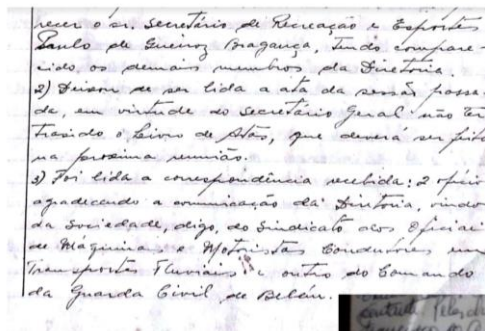
paleografia, de maneira a melhor compreender as diferentes escritas e padrões manuscritos da letra da língua portuguesa.

Como a documentação da AECB-PA foi produzida entre 1946 e 2004, não se faz necessário a consulta a um paleógrafo, de maneira que os padrões gráficos são facilmente compreendidos pelos historiadores e pesquisadores do tema. Outra característica em comum com todos os livros é que seu conteúdo é apenas manuscrito, em toda sua extensão, apresentando pequenas exceções em carimbos feitos em firma para comprovação de publicação de ata autenticada em cartório.

As primeiras atas, produzidas com canetas tinteiro, apresentam organização mais espaçada entre as palavras permitindo uma escrita mais tranquila de ser analisada, mas que carece de atenção devido ao documento ser antigo, não podendo ser manipulado com frequência.

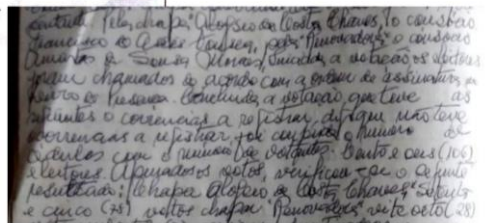
A partir da utilização das canetas esferográficas, tem-se uma grande preocupação em aproveitar o espaço, organizando o conteúdo e compilando de maneira direta e numerosa, de acordo com o objetivo do documento (Registrar informações eleitorais internas, entradas e saídas de documentos, entre outros pontos).

Fotos 04 e 05 (cima para baixo): Livros de Atas de Diretoria e de Assembleia Geral (respectivamente) apresentando as diferentes caligrafias e instrumentos do acervo manuscrito da AECB-PA.



Ata produzida com caneta tinteiro, década de 1950.

Ata escrita com caneta esferográfica, 1990.



Fotos por: Lucas Carnevale Machado.

O MANUSEIO FÍSICO DO OBJETO E A DIGITALIZAÇÃO DO CONTEÚDO

Há alguns fatores de praxe no trato de documentos antigos, como o aparecimento de fungos, oxidação de grampos e de presilhas de metal, somados as fezes de animais, traças e manchas de tinta e de água; que acabam prejudicando a qualidade do documento e a manutenção de suas informações.

Carla Regina e Pedro Knauss (2009), abordam os usos do passado na digitalização dos documentos históricos, organizando-os de maneira a facilitar o acesso para pesquisadores e evitar a deterioração do documento, de maneira que:

A digitalização tem por finalidade possibilitar que o órgão produtor ou aquele que tem a custódia da documentação disponibilize seu acervo à consulta, sem necessidade do manuseio dos originais. Os documentos submetidos ao processo de digitalização são armazenados em suportes magnéticos e ópticos, e a pesquisa é feita por meio de terminais de computadores. A facilidade de acesso – “a possibilidade de consulta a documentos e informações” – permite que um determinado documento seja utilizado de maneira rápida e eficiente, sem qualquer preocupação quanto a sua integridade física. A reprodução digital de documentos se instala, assim, no campo da conservação de documentos, ao mesmo tempo em que renova a consulta e o acesso à informação. Desse modo, a tecnologia desafia campos tradicionais do pensamento arquivístico e reconceitua os campos do acesso e da conservação de documentos (Freitas & Knauss, 2009, p.7).

Após estudar os livros de atas, foi organizada uma abordagem de digitalização, de maneira a ter acesso aos conteúdos para a pesquisa sem danificar o documento original, situação descrita em abordagem do Dr. Salvador Munoz Vinas, que em um dos tópicos de sua obra: *Contemporary theory of conservation*, em um dos seus capítulos iniciais, trabalha com a conservação de itens originais aliando as tecnologias de digitalização e de armazenamento com o objetivo de evitar possíveis danos ao documento com sua constante manipulação.

Por exemplo, a digitalização dos documentos em um arquivo permite que os historiadores os estudem sem nem mesmo tocar nos manuscritos originais, que são mantidos com segurança em seus repositórios. (...) essa forma de preservação está atualmente fortemente ligada à fotografia e às novas tecnologias digitais, mas também inclui processos mais tradicionais, como a substituição de valiosas esculturas originais ou mesmo a cópia manual de documentos valiosos. (Munoz Vinas, 2012, pp. 23-24).

Somado aos estudos de base conservativa prática, faz-se necessário uma abordagem bastante aprofundada sobre o valor histórico dos documentos, nos quais vários fatores podem mostrar de que maneira a análise do valor de antiguidade pode ser feito. Os estilos de escrita, o uso de diferentes estilos de papel, dados econômicos mostram a evolução da produção documental, de maneira a entender que aquele documento teve uma utilidade, e que devido ao seu valor histórico, a fonte serviu como uma mostra do passado. Para explicar melhor esta situação, Alois Riegl aborda essa valorização do valor de antiguidade de maneira que:

O valor histórico é evidentemente o mais abrangente e, portanto, deverá ser tratado em primeiro lugar. (...) de acordo com os conceitos mais modernos, acrescentamos a isso a ideia mais ampla de que aquilo que foi não poderá voltar a ser nunca mais. (...) mesmo um documento escrito banal, como um pedaço de papel contendo uma nota sem importância contém ao lado seu valor histórico referente a evolução do papel, da escrita, etc. (Riegl, 2013, pp. 32- 33).

Um ponto importante para proceder com o processo de digitalização de qualquer documento, é a seleção de um aplicativo de escaneamento, com o objetivo de organizar as informações em maior qualidade possível. No caso da associação de ex-combatentes, o aplicativo utilizado foi o CamScanner, de origem chinesa. Sua configuração permite a digitalização e a limpeza da imagem, retirando as imperfeições causadas pela deterioração do papel.

Conforme o CONARQ (2010) a captura digital da imagem deve ser realizada com o objetivo de garantir o máximo de fidelidade entre o representante digital gerado e o documento original, levando em consideração as características físicas, estado de conservação e finalidade de uso do representante digital. Recomenda-se a digitalização das capas, contracapas e envoltórios, bem como de páginas sem impressão (frente e verso) especialmente quando houver sinalização gráfica de numeração e outras informações. Através do processo de captura digital dos documentos arquivísticos para conversão em imagem, devem ser observados parâmetros que possam significar riscos ao documento original, desde as condições de manuseio, a definição dos equipamentos de captura, o tipo de iluminação, o estado de conservação até o valor intrínseco do documento original (Rocha, 2019, p. 33-34).

Esse elemento, infelizmente, não permite uma análise da situação documental referente a sua deterioração, não aparecendo os esporos, nem as manchas biológicas, que deixam as folhas em tons esverdeados. Os únicos danos que são notados por essa tecnologia, são os que ocorrem devido a presença de água ou umidade, que dispersam a tinta no papel, ou desconfiguram sua capacidade de preservar o conteúdo.

Importante frisar, que os elementos digitalizados no qual a pesquisa está interligada foram realizados de maneira emergencial, pois temia-se a perda permanente das informações documentais, devido à incerteza da manutenção da AECB-PA e a possibilidade de novas invasões ao espaço e a subsequente destruição do acervo. Com a diminuição deste risco, está em andamento um trabalho mais específico de digitalização e análise dessa documentação, preservando seus traços e informações necessárias para a compreensão do tema.

Além da água, madeira, fezes humanas, também são elementos notados nessa digitalização, de maneira insuficiente. Cabe uma análise dessa documentação com a utilização de outros recursos, como uso de luz ultravioleta (para investigar a presença de esporos ou fungos no documento), e uma Câmera digital, de maneira a captar de maneira mais detalhada as imperfeições físicas do documento.

Com o objetivo de melhor preservar o documento, cabe sua digitalização completa e prosseguir os estudos de maneira preservar essa produção física e mantê-la disponível como recurso de pesquisa (ainda que restrito):

Complementarmente, o processo de digitalização depende necessariamente da boa preservação de documentos, para garantir a boa qualidade da imagem a ser captada, promovendo um novo motivo para a articulação entre as etapas da descrição de conteúdo, da preservação e da consulta aos documentos. Além disso, os usos de documentos se diversificam, sendo necessário estabelecer os parâmetros de qualidade da imagem a ser popularizada sem afetar o (des)controle de sua circulação. Pode-se afirmar, então, que a digitalização de documentos revela um grande potencial para mobilizar os campos tradicionais da arquivística e contribuir, assim, para reforçar o trabalho de arquivo em bases renovadas pelo avanço das tecnologias (Freitas & Knauss, 2009, p.10-11).

Como a associação apresentou-se desde sua fundação como um espaço de memória dos veteranos de guerra, cabe após esse processo de abandono, retomar essa função ante a sociedade paraense. Sua construção foi realizada pelos próprios veteranos no pós-guerra, marcando a região e permanecendo como uma estrutura com poucas alterações.

Fotos 06 e 07 (de cima para baixo): aspectos da sede associativa no processo de construção do prédio e no período da pesquisa (2023).



Aspecto da construção da sede da AECB-PA, belém 1946. Foto: Acervo da associação.



Imagem da Associação após o período de abandono e revitalização, Belém, 2022. Foto: do autor.



Fonte: Acervo da associação (cima); e foto por Lucas Carnevale Machado (baixo).

Seu espaço permitiu a realização de constantes redes de sociabilidade entre os veteranos de maneira interna, com reuniões, discussões, eventos alusivos a datas do conflito, além do contato com grupos sociais externos, mas interligados de alguma maneira com os veteranos, tal como o dos seus familiares, e geograficamente, com a disponibilidade de cursos e aperfeiçoamento para pessoas do bairro e imediações.

RESULTADOS DA PESQUISA E CONCLUSÃO

Para efeito de conclusão deste trabalho, apresentamos as seguintes discussões referentes ao processo de construção do patrimônio, tal como o posterior abandono e as diferentes problemáticas decorrentes da ausência de apoio externo e do isolamento social pós pandemia do *Sars CoV-2*.

O trabalho buscou apresentar o desenvolvimento das associações de ex-combatentes como locais de salvaguarda do patrimônio individual e coletivo dos veteranos de guerra, de maneira individual e coletiva, contendo documentos que mostram a trajetória nas forças armadas e as dinâmicas individuais. Além disso, os documentos oficiais associativos e as atas de reunião, permitem uma dupla possibilidade de abordagem dos rastros desses veteranos.

Essa dupla abordagem sofreu um grande baque devido ao processo de abandono da instituição, entre 2014 e 2017, no qual a grande maioria da documentação foi extraviada, danificada e contaminada intencionalmente ou não, permitindo a análise e a conservação preventiva dos poucos rastros que permaneceram na AECB-PA.

Como instrumento de controle e abordagem sobre o acervo e o mobiliário perdido nos anos de abandono, foram anotados os elementos encontrados nas fotografias no início da década de 2010, e analisando com o que foi encontrado em 2017, anotando as perdas e os saques realizados nesse período.

Na parte final do texto, o enfoque da pesquisa é direcionado ao acervo documental manuscrito da associação, que de maneira emergencial e com o objetivo de preservar o conteúdo

para as futuras pesquisas, foi digitalizado com uso de *scanners* de celular. Esse tipo de digitalização, infelizmente não permite a análise de condições documentais, impedindo a visão dos esporos de fungos, as ausências de conteúdo, somadas aos diversos fatores de danificação química, intemperica e humana.

Sobre a organização predial da AECB-PA, o espaço deve ser ocupado de maneira a apresentar a visão histórica da participação de paraenses na II Guerra Mundial, de maneira a reconstruir seu acervo material e documental, apresentando os signos e os símbolos que trazem à memória desse grupo social em desaparecimento.

Para conseguir isso, devem ser usados os artifícios citados por Andrea Considera, (2015), de maneira a aproximar os interessados no tema, além de filhos e parentes de veteranos de maneira a contribuir com itens de valor histórico para essa memória: fotografias, diplomas, medalhas, uniformes, etc.

Com a reconstrução deste espaço através dos interessados no tema, além das redes sociais interligadas, a associação deve se consolidar como um espaço de memória dedicado a Força Expedicionária Brasileira, cuja memória e os espaços históricos da região concentram-se apenas em espaços militares, limitando o acesso de civis para poucos conhecedores e interessados no tema.

Quanto aos acervos documentais, cabe inicialmente a organização em fundos e caixas, somada a organização de um espaço para sua conservação dentro da AECB-PA, de modo a obter controle de umidade e temperatura, evitando ao máximo a deterioração desses documentos.

Este trabalho é apenas um dos fragmentos que abordam as diferentes possibilidades de pesquisa no acervo da associação de ex-combatentes do Pará, tendo em vista o processo de desaparecimento deste grupo social, e necessidade de se estabelecer diferentes destinações para a documentação histórica e administrativa dessas instituições, evitando outros processos de abandono e a perda de informações sobre esse pequeno segmento da sociedade que contribuiu diretamente no combate ao nazifascismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALISKEVSTZ, Viviane Regina; MONASTIRSKY, Leonel Brizolla. O patrimônio cultural da Força Expedicionária Brasileira e sua representação em diferentes espaços de memória no Brasil. **Terr@ Plural**, v. 11, n. 1, p. 122-140, 2017.

CONSIDERA, Andrea Fernandes. Uma proposta de inventário do acervo da Força Expedicionária Brasileira (FEB). **INFORMAÇÃO E SOCIEDADE**, p. 29, 2019.

FERRAZ, Francisco César Alves. **A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (1945-2000)**. EDUEL, 2013.

FREITAS, Carla Regina; KNAUSS, Paulo. Usos eletrônicos do passado: digitalização de documentos e política de arquivos. **Patrimônio e Memória**, v. 4, n. 2, p. 3-16, 2007.

GONÇALVES, Janice. **Pierre Nora e o tempo presente: entre a memória e o patrimônio cultural**. 2012.

HALBWACHS, M; **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

LEAL, Isaete. **Histórias de um Pracinha da Segunda Guerra Mundial: Memórias de meu pai**. Volta Redonda, 2012.

Livro de **Atas da Associação de ex-combatentes do Brasil**, (Ata de fundação 1946 – 1953), fls 2-5, Belém, 8 de maio de 1946.

Livro de **Atas da Associação de ex-combatentes do Brasil**, (Ata de diretoria 1961 – 1974), Belém, 1959.

Livro de **Atas da Associação de ex-combatentes do Brasil**, (Ata de Assembléia Geral da AECB – PA 1975 – 2004), Belém, 1974.

MUÑOZ-VIÑAS, Salvador. **Contemporary theory of conservation**. Routledge, 2012.

ROCHA, Patrícia Gonçalves Dias. **Digitalização de documentos: recuperação e preservação da informação**. 2019.

RODRIGUES, Donizete. Patrimônio cultural, memória social e identidade: interconexões entre os conceitos. **Letras escreve**, v. 7, n. 4, p. 337-361, 2018.

PADRÓS, Enrique Serra. Usos da memória e do esquecimento na História. *Letras*, n. 22, p. 79-95, 2001.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Revista estudos históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

SILVA, Hilton P. **Por terra, céu e mar: histórias e memórias da Segunda Guerra Mundial na Amazônia**. Belém, editora Pakatatu, 2013.

THOMSON, Alistair. Memórias de Anzac: colocando em prática a teoria da memória popular na Austrália. *História oral*, v. 4, 2001.

Recebido em: 19/11/2022
Aprovado em: 01/09/2024

AS RESSONÂNCIAS DE UM MUSEU DE MEMÓRIA NO *TRIPADVISOR*: O CASO DO MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO

THE RESONANCES OF A MEMORY MUSEUM ON *TRIPADVISOR*: THE CASE OF THE MEMORIAL OF RESISTANCE IN SÃO PAULO

CAROLINA GOMES NOGUEIRA¹
Universidade Federal de Pelotas

Resumo: O presente artigo visa discutir as ressonâncias do Memorial da Resistência de São Paulo no *website* norte-americano *tripadvisor*. A plataforma, fundada em fevereiro de 2000, surge com o objetivo de auxiliar os viajantes a planejarem suas viagens. No entanto, tornou-se o maior *website*, na área de viagens, do mundo, com mais de 463 milhões de viajantes mensais, e mais 1 bilhão de avaliações culturais, experiências, entre outros. Nesse sentido, a partir da experiência relatada pelos visitantes sobre o Memorial da Resistência de São Paulo no *tripadvisor*, esse artigo analisa e apresenta, não somente reflexões sobre o turismo nos

Abstract: This article aims to discuss the impact of the Memorial da Resistência de São Paulo on the American website TripAdvisor. The platform, founded in February 2000, was created with the aim of helping travelers plan their trips. However, it has become the largest travel website in the world, with more than 463 million monthly travelers and over 1 billion reviews of hotels, restaurants, cultural institutions, experiences, among others. In this sense, based on the experiences reported by visitors about the Memorial da Resistência de São Paulo on TripAdvisor, this article analyzes and presents not only reflections on tourism in memory museums, but also the visitor's

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas. Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Bacharela em Museologia pela mesma universidade. Bolsista CAPES – DS. Contato: nogueiracarolina1996@gmail.com.

museus de memória, mas também a percepção do visitante sobre essa instituição, em específico.

perception of this institution, in particular.

Palavras-chave: Tripadvisor; Memória; Memorial da Resistência de São Paulo.

Keywords: Tripadvisor; Memory; Memorial da Resistência de São Paulo.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Começamos essa comunicação com um breve questionamento: quantos de nós já visitamos um museu de memória apenas porque ele estava inscrito em um circuito turístico? Para essa pergunta, não existe uma resposta certa ou errada, simplesmente porque essas instituições culturais estão, de fato, inscritas em circuitos turísticos por diversas razões, pretextos que a ciência vem tentando justificar a alguns anos, e que essa pesquisa tem a pretensão de discutir. Dito isso, este artigo pretende discutir a ressonância de um “*memorial museum*” (Williams, 2007)², e/ou museu de memória brasileiro, em um *website* de turismo de escala mundial, o *tripadvisor*. Portanto, essa pesquisa irá apresentar ao leitor, a partir de dados coletados no *tripadvisor*, quais são as opiniões, interpretações, percepções e avaliações que os viajantes (e usuários da plataforma) fazem do Memorial da Resistência de São Paulo (MRSP) baseadas em suas experiências pessoais.

O turismo é uma das principais ferramentas de arrecadação de recursos do mundo, é a partir dessa prática cultural que grande parte dos países movimentam suas economias, especialmente o Brasil. A prova de que a prática do turismo é uma importante ferramenta de na economia é tão evidente que, em 2019, representava 10,4% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial. Contudo, o turismo nacional sofreu um

² Museu de memória é uma categoria museológica que abarca instituições que trabalham com a representação de um determinado período traumático da histórica como, por exemplo, a ditadura civil-militar ou a Shoah (nome dado pelos judeus ao genocídio cometido contra o seu povo). Para mais informações vide (Williams, 2007).

forte impacto durante a pandemia³ da doença infecciosa causada pelo vírus *Sars-Cov-2*, popularmente chamado de Covid-19, com perda econômica de R\$116,7 bilhões no biênio 2020-2021, representando perda de 21,5% na produção total do Produto Interno Bruto (PIB) do período, de acordo com o relatório “Impacto econômico da Covid-19 – propostas para o turismo brasileiro”, produzido em abril de 2020 pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

A Pandemia tornou a atividade turística inviável. Por essa razão, atrativos turísticos e instituições culturais foram impelidas a fecharem as suas portas, na tentativa de conter o avanço do vírus. Neste cenário, os museus e demais aparelhos culturais, afetados pela crise econômica e social, provocada pela possibilidade de contágio do vírus, tiveram que recorrer a outras formas de capitanear recursos, uma delas foi a (re)inserção no ciberespaço, a inclusão dos museus na internet. A (re)inserção dos museus no ciberespaço se intensificou em 48% durante a pandemia (Marti; Costa, 2020). Além disso, de acordo com Marti e Costa (2020), o *International Council of Museums* (ICOM), em conjunto com 1600 profissionais de 107 países, realizou um levantamento que apontou o aumento 15% das atividades museais promovidas pelos museus na *internet*.

Com o Memorial da Resistência de São Paulo não foi diferente. A instituição se adaptou as plataformas digitais, com o seu *website*, e as redes sociais como WhatsApp, Instagram, TikTok, X (antigo Twitter), Facebook e, especialmente ao *Youtube*, no qual disponibilizou a série #EducativoResponde⁴, uma sequência de produções audiovisuais que objetivava aproximar o público e o Programa de Ação Educativa em razão da pandemia. Através do material audiovisual, os educadores da instituição, respondiam a perguntas frequentes dos visitantes. De acordo com o Memorial, os conteúdos eram pensados como um

³ A pandemia foi decretada em março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS). A doença no Brasil matou mais de 689 mil pessoas.

⁴Youtube Memorial da Resistência de São Paulo. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=I0XJVzU1qEc&list=PLH8lNGbWEaLGdWG8S8CpUv4kmzPmvA33>>. Acesso em: 22 de agosto de 2024.

material que futuramente poderia vir a servir como um material didático⁵.

Entretanto, a prática de turismo nos “*memorials museums*” (Williams, 2007), em específico, vem levantando uma série de debates e reflexões sobre os desafios da transmissão e a banalização das memórias difíceis (Nogueira; Ferreira; Marchi, 2019), em decorrência do desenvolvimento econômico e da prática de “*dark tourism*” (Lennon; Foley, 2000), que consiste na atração de turistas por catástrofes, desastres e eventos associados ao sofrimento e/ou a morte. Pelo *dark tourism*, ser um elemento agenciador do turismo, os “*memorials museums*” entraram no circuito turístico, no qual o espectador é posto em contato com o rechaço de uma morte trágica e/ou sofrimento humanos. Considerado um “*memorial museum*”, o Memorial da Resistência de São Paulo é dos pontos turísticos mais visitados na cidade de São Paulo, seja pela distinta circunstância na qual ele se inscreve, sendo a única instituição do tipo em São Paulo, ou pela sua localização, na Pinacoteca do Estado de São Paulo, próximo a famosa Estação da Luz. Também é considerado um ponto turístico pelas relações sociais e políticas que ele agencia.

Em uma busca simples e rápida no *Google*, o Memorial da Resistência de São Paulo aparece com cerca 4.708 comentários/avaliações, e uma nota de 4.7⁶. No *tripadvisor*, a instituição aparece com 261 avaliações e uma nota de 4.5⁷. Entre os anos de 2012 a 2018⁸, o MRSP teve um público visitante de cerca de 505.981 pessoas. Os maiores dias de visitação são entre

⁵Memorial da Resistência de São Paulo. Disponível em: <<https://memorialdaresistencia.org.br/atividades/educativoresponde/>>. Acesso em: 22 de agosto de 2024.

⁶ Informações disponíveis em: <<https://g.co/kgs/8YYsNDt>>. Acesso em: 06 de agosto de 2024.

⁷ Informações disponíveis em: <https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g303631-d2350209-Reviews-Memorial_da_Resistencia_of_Sao_Paulo-Sao_Paulo_State_of_Sao_Paulo.html>. Acesso em: 06 de agosto de 2024.

⁸ Relatórios Anuais da Associação Pinacoteca Arte e Cultura (APAC). Os relatórios da APAC podem ser encontrados no Portal da Transparência Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo. Disponível em: <<https://www.transparenciacultura.sp.gov.br/>>. Acesso em: 06 de agosto de 2024.

terça-feira e sexta-feira, e às 15h, geralmente, é o horário mais movimentado. Com essa expressiva quantidade de visitas e comentários e uma excelente nota, é notável que o MRSP é um atrativo turístico do Estado de São Paulo.

A instituição que foi inaugurada⁹ em 2008 (Neves, 2012) tem como missão:

A pesquisa, a salvaguarda e comunicação de referências das memórias da resistência e da repressão políticas do período republicano brasileiro, bem como dos respectivos impactos socioculturais contemporâneos, tendo como sede o edifício que abrigou o Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo – Deops/SP, de forma a contribuir para a reflexão crítica acerca da história contemporânea do país e para a valorização de princípios democráticos, do exercício da cidadania e da conscientização sobre os direitos humanos (APAC, s/d: 10).

De tal forma, o MRSP visa “assegurar a permanência do debate sobre as memórias da resistência e da repressão, em suas dimensões políticas e socioculturais, permitindo a valorização e preservação de referências patrimoniais”¹⁰. A existência do MRSP é permeada por diversas ações de reparação simbólica pela memória, sendo uma referência no Brasil.

O texto está dividido em três partes. A primeira parte, intitulada “o *tripadvisor* como uma experiência compartilhada”, discute o turismo como um modelo de negócios e apresenta dados coletados do MRSP na plataforma do *tripadvisor*. A segunda parte nomeada “o Memorial da Resistência de São Paulo no *tripadvisor*: relatos e análise”, apresenta as avaliações feitas em

⁹ Com o nome de Memorial da Resistência de São Paulo, em 2008, antes se chamava Memorial da Liberdade. A mudança ocorreu em 2007, quando a instituição passou ser gerida pela Associação Pinacoteca Arte e Cultura e um novo projeto foi implementado fazendo com que a instituição passasse a se chamar Memorial da Resistência de São Paulo (Neves, 2012).

¹⁰ Visão do Memorial da Resistência de São Paulo. Disponível em: <<http://memorialdaresistencia.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Plano-Museologico-Memorial-da-Resistencia-2019.pdf>>. Acesso em: 30 de novembro de 2022.

inglês, italiano e espanhol, e discute, a partir de categorias e análise de discurso, o relato das experiências desses viajantes. Por fim, nas considerações finais, apresenta-se um balanço da relação entre museus de memória e turismo.

O TRIPADVISOR COMO UMA EXPERIÊNCIA COMPARTILHADA

O desenvolvimento da humanidade, de uma forma geral, é marcado por grandes deslocamentos. Dos hebreus aos europeus do *grand tour*, a prática do deslocamento e do turismo foram essenciais para a constituição de grandes civilizações. No Ocidente, o turismo marca o início de grandes momentos da história como, por exemplo, as viagens para assistir aos Jogos Olímpicos, na Grécia, e as viagens de jovens artistas recém-formados, no período do Renascimento, que buscavam apreender além nos livros e viajam para a Itália.

No entanto, o turismo como conhecemos hoje, surge após a Revolução Industrial, com os grandes avanços tecnológicos e econômicos. Baseado em modelo de negócios, o turismo pós Revolução Industrial, tornou-se uma forma de capitanear recursos e fomentar economias, ou seja, um fenômeno que fundamentalmente “gera múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural” (De La Torre, 1997, p. 19). Nesse sentido, a prática do turismo se fundamenta em uma experiência de consumo. O viajante compra experiências, momentos, histórias e cultura. O produto dessa experiência é gerado pelas instituições museológicas, sítios arqueológicos, restaurantes, feiras, entre outros.

Pensando na experiência do consumo, Stephen Kaufer, um cientista da computação formado em Harvard, fundou em fevereiro de 2000, o *site* norte-americano *tripadvisor*, com o objetivo inicial de ajudar viajantes a planejarem suas viagens. Atualmente o *tripadvisor* é considerado um dos melhores *websites* de turismo do mundo, com mais de 463 milhões de viajantes mensais; 859 milhões de avaliações e 8,6 milhões de acomodações, restaurantes, experiências, companhias aéreas e

cruzeiros; e está disponível em 49 mercados e 28 idiomas¹¹. Além disso, ele não funciona somente como *site* de vendas de produtos e serviços turísticos, como também um espaço de experiência compartilhada.

A plataforma oferece um espaço de avaliação, no qual o viajante pode compartilhar suas experiências pessoais e ajudar outras pessoas a planejarem suas viagens. No entanto, não é somente uma simples avaliação, ao avaliar um estabelecimento e compartilhar as suas percepções sobre experiência, o viajante também está avaliando os seus proprietários. Quanto maior a pontuação de avaliações feitas pelos viajantes, mais chances o estabelecimento tem de ganhar um “certificado de excelência”¹² concedido pela plataforma.

O Memorial da Resistência de São Paulo está no 39º de 938 coisas para fazer em São Paulo¹³, com a nota 4.5. Além disso, possui 257 avaliações que vão de 3 de setembro de 2013 a 16 de maio de 2022. As 257 avaliações estão divididas em 5 categorias, sendo elas: excelente, muito bom, razoável, ruim e horrível. Na tabela a seguir mostramos o número de avaliações por categoria:

Figura 1 – Avaliações por categorias do MRSP

Categorias Tripadvisor				
Excelente	Muito boa	Razoável	Ruim	Horrível
169	68	17	6	1
Total = 261 avaliações				

¹¹ Disponível em: <<https://tripadvisor.mediaroom.com/br-about-us>> Acesso em: 30 de novembro de 2022.

¹² “Criado em 2011, esse prêmio é concedido a estabelecimentos do setor de turismo e hotelaria no mundo todo que sempre prestam um serviço de alta qualidade. Ele é entregue a aproximadamente 10% de todos os estabelecimentos no Tripadvisor que invariavelmente receberam avaliações excelentes no ano anterior.”. Informação disponível em: <<https://www.tripadvisor.com.br/ForRestaurants/r604>>. Acesso em: 30 de novembro de 2022.

¹³ Informação disponível em: <https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g303631-d2350209-Reviews-Memorial_da_Resistencia_of_Sao_Paulo-Sao_Paulo_State_of_Sao_Paulo.html> Acesso em: 30 de novembro de 2022.

Fonte: Tripadvisor. Disponível em: <
https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g303631-d2350209-Reviews-Memorial_da_Resistencia_of_Sao_Paulo-Sao_Paulo_State_of_Sao_Paulo.html>. Acesso em: 06 de agosto de 2024.

Como é possível notar, as categorias “excelente” e “muito boa” possuem o maior número de avaliações, enquanto as categorias “ruim” e “horrível” possuem um número baixo de avaliações. Essas informações denotam a qualidade da experiência oferecida pela instituição. Cabe ressaltar, que neste artigo não se pretende fazer julgamento de valor acerca do Memorial da Resistência de São Paulo. Como dito anteriormente, é objetivo deste texto discutir a ressonância da instituição no *tripadvisor*, para que assim, avaliar as opiniões e relatos de impressões, percepções sobre a instituição.

Além das categorias de avaliação, as avaliações feitas sobre o MRSP estão divididas em 4 idiomas, sendo eles: língua portuguesa, inglês, italiano e espanhol. Os comentários de língua portuguesa registram o maior número de avaliações, enquanto o de língua italiana, o menor. Na tabela a seguir, os números de avaliações por idiomas:

Figura 2 – Avaliações por idiomas do MRSP

Avaliações por idiomas	
Português (Portugal)	248
Inglês	8
Italiano	1
Espanhol (Espanha)	4
Total = 261 avaliações	

Fonte: Tripadvisor. Disponível em: <
https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g303631-d2350209-Reviews-Memorial_da_Resistencia_of_Sao_Paulo-Sao_Paulo_State_of_Sao_Paulo.html>. Acesso em: 06 de agosto de 2024.

Para essa análise selecionou-se três idiomas, sendo eles: inglês, italiano e espanhol. A escolha por esses idiomas se deve ao fato de que a análise das avaliações em língua portuguesa já realizadas na monografia da autora, intitulada “Museus de

Memória e Turismo: um estudo de caso sobre o Memorial da Resistência de São Paulo”¹⁴, de minha autoria. A monografia tinha como objeto de estudo a análise dos dispositivos expográficos do MRSP e quais eram as ressonâncias do público visitante no *tripadvisor* a respeito dessa instituição. A tabela a seguir apresenta as categorias de avaliação de acordo com os três idiomas selecionados para análise:

Figura 4 – Avaliações por categorias e idiomas do MRSP

Idioma	Categorias					
	Excelente	Muito boa	Razoável	Horrível	Ruim	Total
Inglês	4	4	-	-	-	8
Italiano	-	-	-	1	-	1
Espanhol	1	3	-	-	-	4

Fonte: Tripadvisor. Disponível em: <
https://www.tripadvisor.com.br/Attraction_Review-g303631-d2350209-Reviews-Memorial_da_Resistencia_of_Sao_Paulo-Sao_Paulo_State_of_Sao_Paulo.html>. Acesso em: 06 de agosto de 2024.

Como é possível observar, as avaliações feitas em inglês e espanhol possuem destaque por avaliarem a experiência como excelente e muito boa, enquanto a avaliação feita em italiano é negativa. No tópico a seguir, analisaremos e discutiremos o que dizem essas avaliações.

O MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO NO TRIPADVISOR – RELATOS E ANÁLISE

Para análise das avaliações dos viajantes deixadas no *tripadvisor*, propôs a criação de chaves interpretativas para identificar quais são as motivações dos viajantes para visitarem o MRSP. As categorias de análise foram criadas com o intuito de analisar o objeto discursivo das avaliações do visitante e, a partir disso, identificar quais sentidos os viajantes estão dando para a experiência de visitar o MRSP.

¹⁴ Defendida no ano de 2019, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Leticia Mazzucchi Ferreira, no Curso de Bacharelado em Museologia Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/museologia/files/2021/09/Trabalho_de_Conclusao_do_Curso_CAROLINA.pdf>. Acesso em: 22 de agosto de 2024.

Figura 5 – Categorias para análise

Categorias	Objetivo
Gestão Institucional	Categoria criada para entender a forma como o viajante/usuário percebe a gestão da instituição através da expografia.
Dispositivos Expográficos	Criada para que pudéssemos analisar a forma como o público compreende a concepção do espaço museográfico.
Emoções e Sensações	Criada para identificar o que mais comove no espaço expográfico e como os dispositivos expográficos sensibilizam o turista.
Localização	Criada com o objetivo analisar o espaço em que o Memorial está geograficamente inserido
Recomendações	Criada para analisar as recomendações do turista ao/para visitar o Memorial

Fonte: Nogueira, 2022.

Os comentários em língua inglesa demonstram um grande interesse na história do Brasil e na forma como o MRSP foi construído expograficamente. Nos comentários a seguir nota-se a satisfação do viajante/usuário com os “dispositivos expográficos” implementados e as “emoções e sensações” que o MRSP causa, além disso os comentários também a categoria e “recomendações”. De acordo com os viajantes, o MRSP apresenta uma informação para conhecer a memória política do país, mas não é uma atração turística típica, ainda que seja recomendável. A seguir, alguns comentários:

Emotional – 22.11. 2015

This small memorial was where the dictatorship imprisoned and tortured dissidents. The information is

well-presented. The small area behind the cells where the prisoners were allowed 1 hour of exercise per week puts the horror of this place in perspective¹⁵.

A place to remember – 30.09.2015

I really liked this museum and also my students when I took them there to know a little bit more about their own history. I believe you should never forget this moment in our lives¹⁶.

Undeniable past – 30.06.2015

A small memorial about the hard times of Brazilian dictatorship. This building was actually used as a prison. It's a hard and painful experience, but like any memorial, it's really important to remember those facts so it cannot happen again. It's not a typical tourist attraction but I would definitely recommend it.¹⁷

Com relação ao comentário em italiano diz que, embora esteja avaliação como “horrrível”, a avaliação justifica a nota. Esta avaliação se enquadra nas categorias “emoções e sensações” e “dispositivos expográficos”, o viajante relata sentimento de raiva com relação a expografia do MRSP, alegando a ausência de uma catarse emocional que seria provocada pelo impacto de uma expografia do sofrimento. O viajante diz:

Ma non dovrebbe generare rabbia o dolore? – 09.01.2021

Sono rimasta sconcertata da questo memoriale...normalmente quando si visitano posti simili si ha un forte impatto, perché ti trovi a dover fare i conti con gli aspetti peggiori del genere umano e (almeno io) provo rabbia e dolore, qui...il nulla...una

¹⁵ Tradução livre: “Este pequeno memorial foi onde a ditadura aprisionou e torturou dissidentes. A informação está bem apresentada. A pequena área atrás das celas onde os prisioneiros podiam fazer 1 hora de exercício por semana coloca o horror desse lugar em perspectiva”.

¹⁶ Tradução livre: “Gosto muito desse museu e também dos meus alunos quando os levei para conhecer um pouco mais da sua própria história. Eu acredito que você nunca deve esquecer este momento em nossas vidas”.

¹⁷ Tradução livre: “Um pequeno memorial sobre os tempos difíceis da ditadura brasileira. Este edificio foi realmente usado como prisão. É uma experiência difícil e dolorosa, mas como qualquer Memorial, é muito importante lembrar desses fatos para que não aconteça novamente. Não é uma atração turística típica, mas eu recomendaria definitivamente”.

totale incapacità di trasmettere come la dittatura sia stata uno dei periodi più bui del Brasile. L'unica cosa che mi ha fatto rabbia è stato pensare che forse questo non provocare disgusto fosse un effetto voluto.¹⁸

Já os comentários em castelhano se enquadram nas categorias “dispositivos expográficos”, “localização”, “gestão institucional” e “recomendações”. O visitante relata se sentir acolhido, satisfeito com as informações e com a proximidade do MRSP da Pinacoteca. Além disso, visitante ainda que encontre problemas na tradução de informações, não de recomendar o espaço e elogiar o acolhimento da instituição, como demonstra os comentários a seguir:

El Memorial es parte del Museo Pina Estación – 06.05.2019

Vale la pena aclarar que el Memorial se encuentra dentro del Museo Pina Estación ya que la hermana pertenece al Museo de la Pinacoteca de San Pablo que la llaman Pina Luz. Quedan uno a no más de 300 metros de distancia. El edificio que aloja el memorial contiene todo este sector dedicado a la historia de las dictaduras brasileñas y las persecuciones políticas. Para quienes son argentinos, se asemeja al Museo Sitio de Memoria ESMA en Buenos Aires, El inconveniente que yo encontré es que las explicaciones están solo en portugués y no se hace fácil la lectura para extranjeros. Más allá de eso es interesante la visita y la presencia de toda la documentación expresada gráficamente. Se completa el Pina Estación con otros espacios que exponen muestras temporales de artistas brasileños. No es una visita que recomendaría a todo público.

Buen paseo para conocer más – 30.09.2015

Un lugar que merece ser visitado, nos invitaron a conocerlo y estando allí uno comprende mejor la historia de este país, la gente que nos atendió fue muy amable, paciente y nos ayudó con el

¹⁸ Tradução livre: “Fiquei maravilhado com esse memorial... normalmente quando você visita lugares assim tem um impacto muito forte, porque você tem que lidar com os piores aspectos da humanidade e (pelo menos eu) sinto raiva e dor, aqui... nada...uma total incapacidade de transmitir como a ditadura foi um dos períodos mais sombrios do Brasil. A única coisa que me deixou com raiva foi pensar que talvez isso não causar nojo fosse um efeito desejado”.

tema de entender el castellano. Nos ofrecieron material y nos brindaron respuestas cordialmente en todo momento. Vale la pena visitarlo!

Gente local amable – 16.07.2013

Lejos del lugar donde más nos ayudaron a entender esto como extranjeros, nos dieron unos folletos, para que pudiéramos entender el significado de este lugar. Recomendado 100%, si entiendes lo que visitas.

As avaliações, de uma forma geral, são bastantes positivas, demonstram o interesse do turista estrangeiro por uma instituição museológica que aborda memórias traumáticas do país, e que indicam a importância dessa instituição para a comunidade em geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do *tripadvisor*, é possível analisar uma pluralidade de avaliações de viajantes, cujo o principal objetivo é ajudar outros viajantes a planejarem suas viagens. Ao avaliar um estabelecimento, o viajante/usuário, acaba influenciando na rotatividade da instituição, pois quando a avaliação é ruim, as pessoas deixam de visitar o espaço, mas quando é boa, o espaço torna-se um atrativo turístico. Nesse sentido, a ferramenta *tripadvisor* possibilita não somente inserir o MRSP como uma atração turística de São Paulo, como também nos ajuda a conferir os impactos causados pelo turismo e seu modelo de negócio, além de oferecer a possibilidade de saber quais são as ressonâncias que a instituição deixa ao público.

Este artigo mostra a importância de uma pesquisa no campo das ciências sociais para compreender e avaliar os impactos da inscrição dos Museus de Memória como pontos turísticos, pois a análise destes espaços no contexto atual de hipervalorização do indivíduo e da excessiva exploração midiática do sofrimento, é fundamental. Os resultados dessa pesquisa são capazes de determinar e identificar as motivações que levam os visitantes a visitarem o MRSP, além de identificar diversos contextos nas categorias criadas para análise. Neste

artigo, o leitor pode observar algumas discordâncias entre o que as instituições pretende e o que ela representa para os públicos visitantes

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APAC. (s/d). **O Plano Museológico do Memorial da Resistência de São Paulo / MRSP – 2019 – 2023**. Disponível em: <<http://memorialdaresistenciasp.org.br/wp-content/uploads/2021/03/Plano-Museologico-Memorial-da-Resistencia-2019.pdf>>. Acesso em: 06 de agosto de 2024.

DE LA TORRE, Óscar. **El turismo: fenómeno social**. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

MARTI, Frieda; e COSTA, Andréa. Revisitando os Museus na Pandemia: sobre Educação Museal Online e Cibercultura. Notícias, **Revista Docência e Cibercultura**, maio de 2020, online. ISSN: 2594-9004. Disponível em: < <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/announcement/view/1107>>. Acesso em: 06 de agosto de 2024.

MEMORIAL DA RESISTÊNCIA DE SÃO PAULO. Disponível em: <<https://memorialdaresistenciasp.org.br/>>. Acesso em: 30 de novembro de 2022.

NEVES, Kátia Regina Felipini. Memorial da Resistência de São Paulo: uma perspectiva museológica processual. In: FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi; MICHELON, Francisca Ferreira (org.). **Memória e esquecimento**. Pelotas: Ed. da Universidade Federal de Pelotas, 2012, p. 35- 67.

NOGUEIRA, Carolina Gomes. **Museus de Memória e Turismo: um estudo de caso sobre o Memorial da Resistência de São Paulo**. 2019. 88f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Museologia). Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2019.

NOGUEIRA, Carolina Gomes; FERREIRA, Maria Leticia Mazzucchi; MARCHI, Darlan de Mamann. **Museus de Memória**

e Turismo: entre os desafios da transmissão e a banalização das memórias difíceis. In: MARCHI, Darlan de Mamann; KNACK, Eduardo Roberto Jordão; POLONI, Rita Juliana Soares (org.). **Memória e Patrimônio: tramas do contemporâneo**. 1ed. Porto Alegre: Casa das Letras, 2019, vol. 1, p. 72-83.

TRIPADVISOR. Disponível em:
<<https://tripadvisor.mediaroom.com/br-about-us>> Acesso em: 30 de novembro de 2022.

WILLIAMS, Paul. **Memorial museums: the global rush to commemorate atrocities**. Oxford: Berg, 2007.

Recebido em: 01/12/2022
Aprovado em: 01/09/2024

